



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
MESTRADO EM INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**

**BRASIL, ARGENTINA E A QUESTÃO CUBANA  
(1959-1964):  
QUANDO A INDEPENDÊNCIA FAZ A UNIÃO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Leonardo da Rocha Botega**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2009**

**BRASIL, ARGENTINA E A QUESTÃO CUBANA  
(1959-1964):  
QUANDO A INDEPENDÊNCIA FAZ A UNIÃO**

**por**

**Leonardo da Rocha Botega**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), como requisito Parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Integração Latino-Americana.**

**Coordenador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
MESTRADO EM INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova com distinção a dissertação de mestrado:

**BRASIL, ARGENTINA E A QUESTÃO CUBANA  
(1959-1964):**

**QUANDO A INDEPENDÊNCIA FAZ A UNIÃO**

elaborada por

**Leonardo da Rocha Botega**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Integração Latino-Americana.**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad – UFSM.  
(Presidente/Orientador)

---

Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos – UFSM.

---

Profa. Dra. Claudia Wasserman – UFRGS.

Santa Maria, 24 de abril de 2009.

“A ‘independência’ só se alcança, quando a consciência política do País, impelida pelo processo de suas próprias contradições, logra refletir e apreender a realidade nacional, e passa a identificar, no quadro topográfico de suas relações com outros povos, a posição e o itinerário que lhe permite alcançar suas finalidades”.

Francisco Clementino de San Tiago Dantas.

“La política internacional de un país no es una abstracción fundada en puros conceptos, sino un instrumento de realización nacional, una herramienta de los pueblos para asegurar su existencia y su prosperidad dentro del marco de la comunidad universal”.

Arturo Frondizi.

À memória do Professor Joel Abílio Pinto dos Santos

**Pelas verdadeiras aulas de luta pela justiça social.**

À memória de Nelson Garcez

**Por ter despertado em mim a paixão pela história.**

## AGRADECIMENTOS

Conforme os ensinamentos do filósofo romano Cícero, “nenhum dever é mais importante do que a gratidão”. Por tornarem possível de alguma forma este trabalho, muito e a muitos tenho que agradecer. Talvez, pelas armadilhas que a memória prega, alguém fique de fora, mas espero que não se sintam desprestigiados de forma alguma, pois, sou grato a cada palavra trocada e a cada gesto de incentivo por mim recebido.

Inicialmente, quero agradecer a três pessoas que são muito especiais, tendo se tornado verdadeiras referências. Minha mãe, Valnez da Rocha Botega, uma referência familiar muito presente na formação de meu caráter. A Márcia Cerdote, minha companheira de todas as horas, cujas demonstrações de amor e carinho fazem com que sempre possamos seguir adiante. Ao meu camarada, amigo, professor e orientador, Diorge Alceno Konrad, uma referência em termos de coerência entre teoria e prática que o fazem um exemplo não somente de professor, mas também de cidadão.

Ao meu irmão, Rodrigo da Rocha Botega, a minha cunhada, Luciana da Silveira Botega, e especialmente ao meu sobrinho Guilherme da Silveira Botega, cujo sorriso faz com que acreditemos que sempre há a esperança de melhorarmos o mundo. Aos meus sogros, Honorival e Leda Pedroso, aos meus cunhados Ledi, Fernando, Liane, Viane e Alexandre, bem como ao meu sobrinho Patrick e ao Vinícius, grande colorado.

Aos amigos de muitos momentos, especialmente os de “ópio futebolístico”, um dos prazeres sem os quais a vida viraria apenas rotina laboriosa, Mauro, Dedé, Felipe, Uno e Tiga França, Ricardo Oliveira, Jorge Paiva, Marcelo Moraes, Atila Guimarães e Fabrício Oliveira. Também por nos aturarem, a Jaqueline França, Regina Dilai, Aline Sônego e Eliane Uczak.

Aos amigos Beto, Carla Cerdote, Marcel Moraes, Henrique Chagas, Taís Freitas, Marcelo Garcez, Bruna Garcez, Márcio Ceccin, Janete da Rocha, João Carlos, Helena Garcez, Rafael Lameira, Gláucia Konrad, Dartagnan Agostini, Flávia Prado, Débora e Tasca. As queridas amigas Maria Rita Py Dutra e Maria da Graça Py, sempre com palavras carinhosas e de incentivo prontas para serem distribuídas.

Aos colegas do Mestrado em Integração Latino Americana, especialmente Artêmio Soares Marques e Roger Machado (o Tio Zé esta nos esperando para mais uma visita). Aos colegas de graduação, Nara Regina Nunes da Silva, Caren Silveira, Márcio Biavasqui, Marcelo Mantovani, Antonio Ferreira, Amanda Cavalheiro, Paulo Ricardo Pedroso, Adriana Wentzel, Luciana Tibola e Elizabeth Ilha.

Aos professores do Mestrado em Integração Latino-Americana, especialmente aos professores Ricardo Seitenfus e Júlio Quevedo. A professora Selva Lopes Chirico, por suas disponibilidades em me auxiliar sempre que solicitei. A professora Claudia Wasserman por sua disponibilidade. A Maristela Smidt, funcionária técnico-administrativa do MILA, por sua incansável disposição em nos auxiliar sempre que necessario. Ao professor Vitor Biasoli, por nossos sempre agradáveis diálogos.

Aos colegas trabalhadores em educação da Escola Érico Veríssimo, especialmente Aline, Adão, Rosane Grassi, Rosane Brondani, Nádia e Nílvia; do Instituto de Educação Olavo Bilac, especialmente minha eterna vice-diretora Cynthia Haigert (sempre a ser lembrada por seu bom senso em uma estrutura que esta longe de permitir que o professor busque novos horizontes de conhecimento e pesquisa); e do UP! Vestibulares, especialmente Harali Roberta, Airton Coelho e Ivana (que junto com Ruben Paz e o Diego Aguirre, forma o meu trio de ídolos uruguaios). A sempre disponível super-Maryelle Favero, nossa rainha da informática. Escolas em que vivi momentos significativos como educador em Santa Maria - RS.

Aos colegas trabalhadores em educação do NEEJA, em Frederico Westphalen – RS, e do CPERS/Sindicato, especialmente do 4º Núcleo de Santa Maria e Região, e do 26º Núcleo de Frederico Westphalen e Região.

Aos meus queridos alunos e as minhas queridas alunas, nossa razão de existência enquanto educadores, com quem mais tenho aprendido do que ensinado.

Por fim quero destacar aqueles que mesmo não estando mais por aqui são figuras significativas em minha vida. Meu pai, Amauri do Amaral Botega, e minha avó, Eusébia Siqueira da Rocha, a quem dedicarei todos os passos de minha vida profissional. Ao amigo Nelson Garcez e ao professor Joel Abílio Pinto dos Santos. A eles dedico este trabalho.

## RESUMO

BOTEGA, Leonardo da Rocha. *Brasil, Argentina e a Questão Cubana (1959-1964): quando a independência faz a união*. Dissertação de Mestrado. Santa Maria-RS: MILA-UFSM, 2009.

O momento histórico em que Brasil e Argentina vivenciaram, ao mesmo tempo, a experiência das políticas externas independentes dos governos do presidente argentino Arturo Frondizi (1958-1962) e dos presidentes brasileiros, Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964) constitui-se de um momento único nas relações internacionais entre estes dois países.

Naquela conjuntura, tiveram como pontos em comum os princípios de autodeterminação dos povos e de não-intervenção, o desenvolvimentismo, a universalização das relações comerciais, a crítica a deterioração dos termos de troca, o desejo de industrialização e a busca da integração latino-americana. Assim, as políticas externas independentes constituíram o principal pilar da aproximação entre os dois países.

Esta unidade e as suas políticas externas independentes de Brasil e Argentina tiveram como teste fundamental a Questão Cubana. Em contraposição a ela, o governo dos Estados Unidos, tanto sobre a presidência de Dwight Eisenhower como, posteriormente, com a presidência de John Kennedy, procuraram inseri-la dentro dos marcos do sistema interamericano, definindo-a como em oposição a este. A partir desta definição, passaram a impor sanções ou até mesmo intervir militarmente na ilha caribenha.

Mesmo diante de pressões internas e externas, tanto o governo argentino de Arturo Frondizi, como os presidentes Jânio Quadros e João Goulart mantiveram as suas posições independentes, reafirmando em todos os momentos os princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos, bem como, a defesa do direito internacional, com destaque especial para o mais tenso destes momentos, a VIII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos, realizada em Punta del Este, no Uruguai, entre os dias 23 e 30 janeiro de 1962, o último ato conjunto das políticas externas independentes de Brasil e Argentina.

**Palavras Chaves:** política externa independente; governo Arturo Frondizi; governo Jânio Quadros; governo João Goulart; Revolução Cubana.



## ABSTRACT

BOTEGA, Leonardo da Rocha. *Brasil, Argentina and the Cuban Question (1959-1964): When the Independence Claims the Union*. Dissertação de Mestrado. Santa Maria-RS: MILA-UFSM, 2009.

The historical moment in which Brazil and Argentina passed through, at the same time, the experience of independent external politics of the Argentine President Arturo Frondizi (1961-1964), and the Brazilian Presidents, Jânio Quadros and João Goulart (1961-1964), has established a decisive time for the international relations between these countries.

Through the circumstances of that time, common points were the principle of auto-determination of the peoples and non-interference, the national developmentism, the international trade relations, the discussion about the exchange rate growing worse, the hankering for industrialization, and the being sought after Latin America integration. So, the independent external politics stood as the main base for getting both of these countries nearer.

Such unit and its independent external politics of both Brazil and Argentina had undergone an ultimate test, the Cuban Question. Acting against to it, the United States government, as the president Dwight Eisenhower as the president John Kennedy later, sought how to put it into the Inter-American system boundary lines, defining it as opposed to this. From this definition, they got to impose sanction or even to militarily intervene on the Caribbean island.

Notwithstanding the external or internal pressure, as Arturo Frondizi government of Argentina as Jânio Quadros and João Goulart government of Brazil stood to their independent position reaffirming the principles of non-intervention and auto-determination of the peoples, as well as defending the international right. The highlight was the tensest of this time, the VIII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos, held in Punta Del Este, Uruguai, from January 23 to 30, 1962, the last act together by external politics of Argentina and Brazil independently.

**key-words:** independent external politics; Arturo Frondizi government; Jânio Quadros government; João Goulart government; the Cuban Revolution.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
<b>1 A AMÉRICA LATINA EM TRANSFORMAÇÃO: ARGENTINA, BRASIL E CUBA.</b> .....	18
1.1 Argentina: Frondizi e o <i>Desarrollismo</i> .....	37
1.2 Brasil: Entre o Reformismo e o Golpismo Liberal-Conservador.....	47
1.3 Cuba: a Alternativa Socialista.....	62
<b>2 AS POLÍTICAS EXTERNAS DE BRASIL E ARGENTINA DE 1958 A 1964: POR UMA LINHA DE INDEPENDÊNCIA E APROXIMAÇÃO</b> .....	78
2.1 A Política Externa Independente da Argentina.....	101
2.2 A Política Externa Independente do Brasil.....	119
2.3 A Aproximação da Política Externa Independente Argentina e da Política Externa Independente Brasileira na Declaração de Uruguaiana.....	139
<b>3. BRASIL E ARGENTINA DIANTE DA QUESTÃO CUBANA: UM DESAFIO PARA A APROXIMAÇÃO E A INDEPENDÊNCIA</b> .....	144
3.1 A Aliança Para o Progresso: o Reformismo Conservador Contra Cuba e Como Instrumento de Desestabilização das Políticas Externas Independentes.....	156
3.2 Um Visitante Ilustre: Che Guevara na Argentina e no Brasil.....	175
3.3 A VIII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores da OEA: o Grande Teste para Brasil e Argentina.....	187
3.4 Golpes, Separação e Retorno da Rivalidade.....	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	215
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	221
FONTES.....	234
Resenhas da Política Externa Brasileira e documentos contidos na <i>Revista Brasileira de Relações Internacionais</i> .....	234
Outros Documentos.....	236
Textos de Jornais.....	237
ANEXO I - Relação dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil entre 1958-1964.....	238
ANEXO II - Fotos.....	239

## INTRODUÇÃO

A produção de uma pesquisa de história das relações internacionais latino-americanas deve partir sempre dos limites e possibilidades históricas desta integração. A partir deste “sentido da história” é que se definiu o tema deste trabalho. Enquanto a maioria dos trabalhos historiográficos situados no campo da história das relações internacionais de Brasil e Argentina se prende em análises visando buscar as raízes da rivalidade entre os dois países ou optam pelos momentos mais tensos desta rivalidade,<sup>1</sup> aqui se busca o oposto.

Tem-se como temática as políticas externas independentes adotadas simultaneamente pelo governo do presidente Arturo Frondizi, na Argentina, e pelos governos dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart, no Brasil, mais especificamente na atuação desta em relação à questão cubana entre os anos 1959 e 1964.

Apesar da convivência temporal entre os três governos, há certa disparidade em suas datações específicas. O governo Frondizi, na Argentina, teve duração de 1958 a 1962. Já os governos de Jânio Quadros e João Goulart duraram, respectivamente, de 1961 a 1964, sendo que o primeiro durou apenas sete meses. Dessa forma, por tratar-se de uma pesquisa focada nas políticas externas independentes adotadas por estes governo optou-se pela delimitação temporal de 1959 a 1964. Ou seja, da tomada do poder pelos revolucionários em Cuba até o abandono da política externa independente pelo governo brasileiro instituído pelo Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964.

Esta delimitação temporal permite que se possa verificar desde a elaboração inicial das políticas externas independentes de Argentina e Brasil até a última ruptura deste posicionamento internacional pelos dois países e o retorno do distanciamento e da rivalidade. Permitindo, assim, buscar responder de maneira mais consistente o problema desta pesquisa,

---

<sup>1</sup> Ver: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. A disputa pela hegemonia no Cone-Sul: uma retrospectiva histórica. In: *Revista del CESLA*, n. 8. Varsóvia – Polônia: Centro de Estudios Latinoamericanos/Universidad de Varsóvia, 2006. ZAGO, Simone Maria. A ocupação luso-brasileira no Rio Grande do Sul em oposição ao colonialismo espanhol. In: ILHA, Adair da Silva; VENTURA, Deise (org.). *O Mercosul em movimento*. Volume 2. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999. BRANCATO, Sandra Maria Lubisco. A hegemonia disputada: conflitos no subcontinente. In: *Anais do Simpósio Internacional Fronteiras na América Latina: desenvolvimento e integração*. Santa Maria-RS: UFSM, 2004. HEINSFELD, Adelar. O Brasil tem cardeal! A Argentina não! In: *Anais do Simpósio Internacional Fronteiras na América Latina: desenvolvimento e integração*. Santa Maria-RS: UFSM, 2004. SILVEIRA, Helder Godin. *Argentina X Brasil: a questão do Chaco Boreal*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. LIMA E SILVA, Marechal Luiz Manoel de. *Guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1956.

que consiste em verificar como a política externa independente do governo Frondizi, na Argentina, e a política externa independente dos governos Jânio Quadros e João Goulart, no Brasil, se posicionaram diante da questão cubana?

Para fins de verificação deste problema também é fundamental observar que este trabalho situa-se na intersecção de história das relações internacionais latino-americanas com a história política. Porém, aqui se entende a história política fugindo de sua acepção tradicional, pautada pelo nacionalismo das historiografias *positivista* e *historicista*, buscando uma história política que, conforme René Rémond, não se feche em si mesmo e nem se distancie da realidade da disciplina histórica e de seu constante movimento.<sup>2</sup> Para tanto, é necessário buscar no próprio processo de renovação da história política os instrumentos conceituais para evitar o máximo possível os percalços da própria pesquisa histórica.

Conforme Falcon, a história política nasceu juntamente com a concepção de história criada pelos gregos. Porém, é posteriormente que acaba “identificada como um tipo de história: a história política tradicional”.<sup>3</sup> Esta identificação é iniciada no processo da Revolução Francesa quando os historiadores pretendiam ir contra uma história dos reis e da nobreza, construindo uma história verdadeiramente nacional destinada a formar patriotas.<sup>4</sup>

Porém, é no século XIX, com a definição da ciência histórica, que teremos o auge da história política tradicional. É no contexto de afirmação da nova ordem burguesa que surgiram as correntes historiográficas definidoras da história política tradicional, sobretudo, o *positivismo* de Auguste Comte, na França, e o *historicismo* de Leopold von Ranke, na Alemanha.<sup>5</sup> Para estes, a história seria um meio eficaz “para assegurar-se a difusão dos valores e idéias da nova sociedade”.<sup>6</sup>

Assim,

---

<sup>2</sup> As referências a Rémond encontram-se especialmente na introdução e no capítulo 1, intitulado “Uma história presente”, do livro: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

<sup>3</sup> FALCON, Francisco. História e poder. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 62.

<sup>4</sup> FONTANA, Joseph. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru-SP: EDUSC, 1998.

<sup>5</sup> Aqui há uma discussão significativa na historiografia sobre o *historicismo* de Leopold von Ranke. Alguns autores consideram que em relação aos pressupostos teóricos- metodológicos não há dúvidas sobre a filiação de Ranke ao *historicismo*, porém, quanto à metodologia esta seria *positivista*. Ver: LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Buscavida, 1987. FONTANA, op.cit.

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*, p. 118.

Prisioneira da visão centralizadora e institucionalizada do poder, a história política tradicional foi definindo progressivamente temas, objetos, princípios e métodos. Ligada intimamente ao *poder* essa história pretendeu ser também *memória*. Coube-lhe então, durante séculos, lembrar e ensinar pelos exemplos reais e ilustres de que era a única depositária. Esta história *magistra vitae* pôde então servir com equanimidade aos políticos, filósofos, juristas e pedagogos.<sup>7</sup>

Esta função foi ainda mais acentuada a partir da ascensão do nacionalismo, quando a rivalidade entre as potências passava também pela competição no plano da organização de arquivos, fazendo com que a consolidação da história como disciplina fosse associada ao nacionalismo nas suas mais variadas manifestações. Na Alemanha este processo demonstrou-se conjuntamente à Unificação:

Ao movimento político militar que culminou com a unificação alemã (1871) corresponde, com anterioridade, um movimento intelectual intensificado sobretudo após as guerras napoleônicas que, de certa forma, procurava justificação histórica para amparar as pretensões políticas daqueles que aspiravam a unificação alemã sob hegemonia prussiana. Da mesma forma que o movimento romântico incentivava o interesse pelo folclore e literatura alemã, passou a existir uma preocupação deliberada de buscar e explicitar as raízes da ‘nação alemã’ na história medieval.<sup>8</sup>

Esta unidade entre a história política tradicional e o nacionalismo entra em crise no período posterior a Primeira Guerra Mundial, quando “a vontade deliberadamente pacifista” incitou “à superação do relato da história puramente nacionalista, chauvinista”.<sup>9</sup> Nesse contexto é que surge a Escola dos Annales, de Marc Bloch e Lucien Febvre, que na busca de uma abordagem nova e interdisciplinar da história condenava a história política tradicional caracterizando-a como elitista, biográfica, idealista e parcial.<sup>10</sup> A partir desta sentença, “o jogo político, a vida parlamentar, os postos políticos são postos de lado” e, abandonado completamente, o campo político “se torna supérfluo, anexo, ponto morto no horizonte”.<sup>11</sup> Nesse sentido é que podemos falar que a partir dos anos 1929/30 a história política tradicional inicia o seu declínio que culminará no período de 1945 à 1968/70 com a sua “crise final”.

<sup>7</sup> FALCON, op. cit., p. 62.

<sup>8</sup> SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru-SP, EDUSC, 2001, p. 55.

<sup>9</sup> DOSSE, François. *A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”*. São Paulo: Ensaio, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992, p. 23.

<sup>10</sup> BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997. Esta crítica a história política tradicional já havia sido feita, ainda no século XIX, por Marx e Engels, porém, não foi suficiente para abalar os seus alicerces. Para a crítica do materialismo histórico a história política tradicional ver principalmente: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

<sup>11</sup> DOSSE, op. cit., p. 25.

Porém, no período seguinte a “crise final da história política tradicional” iniciou-se a progressiva constituição da “nova história política”. Este fenômeno está ligado a dois fatores. Primeiramente, o fato de a quarta geração dos Annales ter ido “buscar fora da historiografia os modelos e a sustentação teórica para repensar as relações Estado-sociedade imposto pelo seu interesse em renovar o estudo político”.<sup>12</sup> Isso os levou ao encontro com o weberianismo, com o estruturalismo e a descoberta de Michel Foucault, permitindo a abertura para novas e variadas concepções a respeito de temas pouco freqüentados pela historiografia: os poderes, os saberes enquanto poderes, as instituições supostamente não políticas e as práticas discursivas.

Um segundo fator que veio em auxílio dessa renovação da história política diz respeito à difusão de novas correntes marxistas. Estas, em graus e segundo visões diferentes, travaram discussões que “lançaram luzes novas sobre o político, o Estado, suas relações com a sociedade civil” e abriram a “investigação histórica à questão muito mais ampla do poder, e daí à das suas formas de dominação”.<sup>13</sup> Nesse caso foram de fundamental importância alguns conceitos althusserianos - autonomia relativa, sobre-determinação, determinação em última instância, aparelhos ideológicos do Estado – e gramscianos – hegemonia, bloco histórico, dominação *versus* direção, intelectuais tradicionais e orgânicos – para as novas abordagens e perspectivas da história política.

Nesta tendência de novas abordagens e perspectivas da história política, o método comparativo, retomado dos estudos de Marc Bloch, tornou-se uma ferramenta eficaz para as abordagens no campo da história das relações internacionais.

Assim, o método comparativo constituindo-se numa forma de ruptura com as análises ainda muito presas ao nacionalismo da história política tradicional, pois, conforme Cardoso e Brignoli,

Uma grande utilidade adicional do método comparativo está em que leva à ruptura com uma pesada herança da historiografia do século XIX: o quadro das fronteiras políticas como definição de unidades “naturais” de análises; a atitude comparativa abre vias à construção de universos de análises definidos segundo critérios conceituais bem mais coerentes.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> FALCON, op. cit., p. 75.

<sup>13</sup> FALCON, op. cit., p. 76.

<sup>14</sup> CARDOSO; BRIGNOLI; op. cit., p. 412.

Para que esta análise, segundo critérios conceituais mais coerentes, se produza, de acordo com Marc Bloch, deve-se comparar tão somente o que é comparável para não cairmos em excessivas generalizações.<sup>15</sup> Dessa forma, pode Bloch fugir das comparações generalistas de James Fazer e definir, em sua pesquisa *Os reis taumaturgos*, que “não poderíamos esperar na Europa encontrar todas as instituições da Oceania”.<sup>16</sup> Ou seja, não podemos com a comparação suprimir as realidades específicas de cada objeto de pesquisa a ser comparado.

No campo da história latino-americana, o método comparativo teve grande sucesso nos estudos realizados pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). No âmbito das relações entre Brasil e Argentina, chamam atenção os estudos realizados pelo historiador argentino Gino Germani, nos anos 1960. Esta iniciativa, por sua vez, não teve seqüência e não tivemos muitos avanços nos estudos comparativos nas décadas seguintes, com exceção para os estudos dos teóricos do populismo e os desenvolvidos por Alain Rouquié.<sup>17</sup> Porém, estes acabavam cometendo erros de excessos de generalizações, principalmente os teóricos do populismo, devido as suas tentativas de enquadrar um conceito pré-estabelecido nos objetos a serem estudados. Dessa maneira, acabaram encobrendo as características peculiares das realidades estudadas.<sup>18</sup>

Recentemente, Boris Fausto e Fernando Devoto buscaram uma retomada da utilização do método comparativo na obra “Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)”.<sup>19</sup> Em que pesa o caráter ensaístico do livro, a opção por comparações a partir de uma delimitação temporal muito longa acabou fazendo com que os autores deixassem de lado as especificidades de cada período.

---

<sup>15</sup> BLOCH, Marc. Toward a Comparative History of European Societies. In: LANE, Frederic; RIEMERSMA, Jelle C. (org.). *Enterprise and secular change: readings in economic history*. London: Hardcover, 1953. Este artigo é uma versão em inglês de *Pour une histoire comparée des sociétés européennes*, publicado por Marc Bloch na *Revue de synthèse historique*, em 1928.

<sup>16</sup> BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 70.

<sup>17</sup> ROUQUIÉ, Alan. *O Extremo-Occidente: a introdução à América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1991. ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1984

<sup>18</sup> Uma importante crítica aos teóricos do populismo e os comparatismos desenvolvidos em seus estudos é feita em: CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Cabe ressaltar que em Rouquié, na obra *O Extremo-Occidente*, as generalizações são mais constantes do que em *O Estado Militar na América Latina*, onde o autor optou por comparar a realidade da inserção política da camada militar, no geral, e por especificar situações peculiares de algumas nações latino-americanas.

<sup>19</sup> FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.

Portanto, no que diz respeito a estudos comparativos em períodos específicos que permitem, no quadros das relações Brasil e Argentina, conforme Bloch, “buscar, para explicá-las, as semelhanças e diferenças que apresentam duas séries de naturezas análogas, tomadas de meios sociais distintos”,<sup>20</sup> os avanços ainda são lentos no âmbito das pesquisas de história política aplicada às relações internacionais, apesar de haver certa tendência para isso com as recentes iniciativas desenvolvidas no âmbito dos projetos que visam uma integração nos programas de pesquisa no âmbito do Mercosul.<sup>21</sup> Contribuem para estes avanços ainda lentos das pesquisas comparativas as próprias dificuldades de aplicação do método comparativo.

Conforme Möner, as dificuldades de aplicação do método comparativo consistem em que este “*no tiene teoría propia, tampoco herramientas analíticas específicas*”, sendo “*más bien formas de acercamiento que nos permiten considerar un fenómeno histórico dentro de un contexto más amplio de donde emerge*”.<sup>22</sup> Estas dificuldades aumentam à medida que na utilização do método comparativo nas análises de relações internacionais não se pode perder de vista que “não há natureza, tampouco separação estanque entre o interior e o exterior, mas interações evidentes entre um e outro, com primazia reconhecida do primeiro sobre o segundo”.<sup>23</sup>

Assim, buscando reconhecer esta não separação estanque entre o interior e o exterior é que definimos as políticas externas independentes adotadas por Brasil e Argentina, ao longo da delimitação temporal definida, como parte de projetos de desenvolvimento mais amplos que visava à construção de um capitalismo autônomo. Dessa forma, as políticas externas

<sup>20</sup> BLOCH *apud* CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Hector Perez. *Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história*. 6 ed. Rio de Janeiro: Graal Editora, 2002, p. 409.

<sup>21</sup> Importantes referências destas iniciativas e dos conceitos a serem desenvolvidos para os estudos na perspectiva da integração podem ser encontradas em: DEMBICZ, Andrzej. Fronteras y el diálogo intercultural en América Latina. *Revista Rila*, ano 1, n. 2. Santa Maria-RS: Mila, 2005. DEVES-VALDÉS, Eduardo. Constituir el Conosur (pensar más allá de las fronteras: sociedad civil, redes intelectuales y rupturas epistemológicas para el desarrollo de las fuerzas productivas intelectuales). *Revista del CESLA*, n. 8. Varsóvia – Polônia: Centro de Estudios Latinoamericanos/Universidad de Varsóvia, 2006. ESPIELL, Héctor Gros. Integración política: utopia o posibilidad real? In: UNESCO. *La integración en América Latina: visión iberoamericana*. Paris: UNESCO, 1995. MARTINS, Estevão de Rezende. Identidade e diferença: convergências e divergências na América Latina. *Revista del CESLA*, n. 8. Varsóvia – Polônia: Centro de Estudios Latinoamericanos/Universidad de Varsóvia, 2006. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras culturais em um mundo planetário – paradoxos da(s) identidade(s) sul-latino-americana(s). *Revista del CESLA*, n. 8. Varsóvia – Polônia: Centro de Estudios Latinoamericanos/Universidad de Varsóvia, 2006.

<sup>22</sup> MÖRNER, Magnus. En torno al uso de la comparación en el análisis histórico de América Latina. In: *Jahrbuch für geschichte von staak wirtschaft und gesellschaft lateinamerinkas*, n. 31. Berlin – Germany: Humboldt-Universität zu Berlin, 1994, p. 374-375.

<sup>23</sup> MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÈMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 370.



independentes se inseriam em uma estratégia nacional de superação do subdesenvolvimento, possuindo, porém, princípios e objetivos comuns que permitiam sua aproximação.

Como a superação do subdesenvolvimento requeria profundas modificações nas estruturas dos dois países, o que afetava tanto os interesses das elites nacionais como os interesses do imperialismo norte-americano, o enfrentamento político fora marcante neste processo. O mesmo pode ser verificado diretamente nas pressões e nas repercussões sobre as ações tomadas no âmbito das políticas externas independentes.

Para uma melhor análise destes enfrentamentos políticos, deve-se partir do entendimento de que estes, mesmo pressionados externamente, estavam sujeitos à dinâmica própria das realidades da Argentina e do Brasil, bem como, da especificidade de seus contextos históricos. Por isso, neste processo, buscar-se-á analisar a partir da dialética interna a luta de classes de ambos os países. Ao mesmo tempo, ao analisar os posicionamentos das políticas externas independentes de Brasil e Argentina diante da questão cubana, não se pode perder de vista que esta luta de classes interna se inseria também em uma mais ampla de caráter continental aprofundada pela Revolução Cubana. Isto explica as pressões externas sofridas pelos dois países.

Desta forma, trabalha-se com a hipótese de que a política externa independente do governo Frondizi, na Argentina, e a política externa independente dos governos Jânio Quadros e João Goulart, no Brasil, se posicionaram diante da questão cubana de forma conjunta a partir dos princípios de não-intervenção e de autodeterminação dos povos. Se soma a isso a defesa do direito internacional, elementos comuns as elaborações de ambos os países no que tange as suas relações internacionais.

Como forma de organização deste trabalho ele foi subdividido em três capítulos. Intitulado “A América Latina em transformação: Argentina, Brasil e Cuba”, o primeiro capítulo inicia com a análise do contexto histórico latino-americano ao longo da década de 1950 e a sua relação com a política externa dos Estados Unidos no governo de Dwight Eisenhower. Num segundo momento, divide-se em três partes: a análise do contexto histórico do governo de Arturo Frondizi, na Argentina; a análise do contexto histórico do Brasil ao longo dos governos Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart; e por fim, a análise do processo revolucionário cubano, a partir da história de Cuba.

No Capítulo 2, “As políticas externas de Brasil e Argentina de 1958 a 1964: por uma linha de independência e aproximação”, procura-se historicizar às relações entre Brasil e Argentina no pós-guerra, destacando as rivalidades e os contatos iniciais feitos entre os presidentes Arturo Frondizi e Juscelino Kubitschek visando à aproximação dos dois países, caracterizando o período entre 1958-1962 em que se realiza esta aproximação. Na seqüência, desenvolvem-se fundamentos das políticas exteriores independentes de Brasil e Argentina em suas particularidades. Ao final, destaca-se o encontro entre o presidente argentino Frondizi e o presidente brasileiro Jânio Quadros, que originou a Declaração de Uruguiana, principal documento relativo à aproximação entre os dois países.

No último capítulo, chamado “Brasil e Argentina diante da questão cubana: um desafio para a aproximação e a independência”, são analisados os posicionamentos de Brasil e Argentina em momentos históricos originados da questão cubana, bem como, as repercussões internas e externas geradas por estes posicionamentos. Devido ao fato de a questão cubana ser uma temática bastante ampla, foram selecionados três momentos para analisar as posições assumidas pelas políticas externas independentes e a repercussões destas: a Aliança para o Progresso; os encontros do ministro cubano Ernesto Che Guevara com o presidente argentino, Frondizi, e com o presidente brasileiro, Jânio Quadros; e a VIII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores da OEA. Por fim são analisados os momentos de abandono das políticas externas independentes pelos governos que procederam dos golpes que derrubaram os governos Frondizi, na Argentina, e João Goulart, no Brasil, destacando o momento de separação das políticas externas destes países e o retorno da rivalidade.

## 1. A AMÉRICA LATINA EM TRANSFORMAÇÃO: ARGENTINA, BRASIL E CUBA

Quando Fidel Castro, Ernesto Che Guevara, Raul Castro, Camilo Cienfuegos e outros tomaram a capital Havana, em janeiro de 1959, sem sombra de dúvidas a América Latina passava a viver um momento diferente em seu cenário político. O forte poder de atração que esta exerceu sobre a esquerda trouxe para a América Latina a “sombra” do conflito leste-oeste, atingindo em cheio a esfera de influência dos Estados Unidos, principalmente ao definir no período de 1960-1961 o seu caráter socialista.<sup>24</sup>

Para Pérez Jr., “*el cambio radical afectó vital, directa y objetivamente los intereses de los Estados Unidos, y la proximidad dio a estos acontecimientos un sentido de inmediatez y urgencia*”,<sup>25</sup> que acabou levando a uma grande preocupação para a política externa norte-americana. Preocupação esta que já se demonstrava ao longo dos anos 1950, com a ascensão do antiamericanismo na América Latina.

Na verdade, a Revolução Cubana representou a culminância de uma década de críticas à política dos Estados Unidos para a América Latina, quando o desejo de um desenvolvimento autônomo parecia se expandir pelo conjunto dos países da região. Juan Domingo Perón (Argentina), Getúlio Vargas (Brasil), Jacobo Arbenz Guzmán (Guatemala) e os revolucionários bolivianos de 1952, deram até a metade da década de 1950 uma pequena amostra deste desejo representado por uma nova fase do nacionalismo latino-americano.

O nacionalismo latino-americano desenvolveu-se fundamentalmente em oposição ao expansionismo norte-americano, que pode ser verificado desde a Guerra contra o México, na década de 1840, passando pela política do *Big Stick* e o Corolário do presidente Theodore Roosevelt. Apesar de ter força desde os primórdios das lutas pela independência da América Espanhola e do Brasil, o nacionalismo latino-americano começou a mostrar força, sobretudo, na década de 1910, no México e na América Central, e na década de 1920 no Brasil e na

---

<sup>24</sup> A afirmação do caráter socialista da Revolução Cubana ocorreu em abril de 1961, quando as ações de agressão contra Cuba por parte dos Estados Unidos evoluíram significativamente, sobretudo com o bombardeio ao aeroporto de Santiago de Cuba e o episódio da Baía dos Porcos.

<sup>25</sup> PÉREZ JR., Louis A. Tan cerca, tan lejos. Cuba y los Estados Unidos (1860-1960). In. *Revista Temas*, n. 8. La Habana – Cuba: octubre/diciembre 1996, p. 4.

Argentina, tendo atingido uma maior significância entre 1930 e 1945. Naquele contexto, um novo paradigma de relações internacionais estava sendo gestado em oposição ao paradigma liberal conservador, hegemônico desde o século XIX.

A partir deste novo paradigma, “o desenvolvimento das nações convertia-se em vetor das decisões de governo em matéria de política externa”<sup>26</sup>, tornando-se o principal ponto de reivindicação de um nacionalismo anti-americanista bastante heterogêneo e com diferentes significações de acordo com o país latino-americano em que se manifestava ou a classe social que o assumia.

Na Argentina, o nacionalismo esteve presente tanto nos discursos da elite que defendia a manutenção da tradicional relação prioritária com a Grã-Bretanha, como na adaptação da ideologia fascista para a realidade argentina proposta pelo Movimento Integrista, como nos discursos da “terceira posição” peronista.<sup>27</sup> No Brasil, o nacionalismo esteve presente tanto no movimento tenentista, como no anti-imperialismo da Aliança Nacional Libertadora, no Integralismo, sendo utilizado como instrumento de barganha na política externa do Estado Novo. Em muitos casos, como no Integralismo brasileiro e no Integrisimo argentino, o nacionalismo “a medida em que se voltava contra os interesses e a hegemonia dos EUA, configurou-se como pró-Eixo ou simpático ao nazi-fascismo”.<sup>28</sup> Aqui entende-se a complexidade do debate travado no Brasil sobre a posição do país durante a Segunda Grande Guerra, sobretudo, devido a presença de dois grupos no governo Vargas, os *germanófilos*, entre os quais destacamos as figuras oriundas do integralismo como Francisco Campos e Eurico Gaspar Dutra, e os *americanófilos*, sendo o mais destacado Oswaldo Aranha.<sup>29</sup>

Assim, ao longo da história contemporânea da América Latina o nacionalismo se fez presente em suas múltiplas matizes. Porém a partir dos anos 1950, o nacionalismo latino-americano passou a assumir “um caráter cada vez mais à esquerda no contexto da Guerra Fria,

---

<sup>26</sup> CERVO, Amado Luiz. *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. 2 ed. revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 37.

<sup>27</sup> Sobre o nacionalismo argentino entre as décadas de 1920 e 1950 ver: BEIRED, José Luis Bendicho. “A grande Argentina”: um sonho nacionalista para a construção de uma potência continental. In: *Revista Brasileira de História*, v. 21. n. 42. São Paulo, 2001, p. 303-322; SALAVERRI, Elena Piñeiro. La tradición nacionalista ante el peronismo. In: *Revista Colección*, n. 3. Buenos Aires: PUC-Arg./Instituto de Ciências Políticas y Relaciones Internacionales, 1996, p. 49-60.

<sup>28</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O nacionalismo latino-americano no contexto da Guerra Fria. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 37, n. 2. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, julho-dezembro de 1994. , p. 55-56.

<sup>29</sup> SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. 3 ed. São Paulo: Manole, 2003.

devido à bipolaridade do conflito internacional pós-1945”.<sup>30</sup> Este nacionalismo de esquerda constituiu-se numa grande preocupação para os interesses norte-americanos na região, sobretudo, quando os Partidos Comunistas buscavam nestes os seus aliados.

Estas preocupações com o nacionalismo latino-americano e as influências do comunismo na região levaram o presidente norte-americano Dwight Eisenhower, eleito em 1952 pelo Partido Republicano, a criticar as políticas externas anteriores adotadas pelos democratas, quando eram negligenciadas as aspirações dos países da América Latina o que acabou gerando a “falta de um programa mútuo destinado a resolver os problemas econômicos continentais a longo prazo”.<sup>31</sup>

A falta deste programa era inerente à própria concepção do presidente Harry Truman, cuja doutrina representava a construção de um projeto de imposição do capitalismo dos EUA para todo o globo. Conforme Hobsbawn, a Doutrina Truman e o seu instrumento, o Plano Marshall, visavam “uma economia pós-guerra de livre comércio, livre conversão e livres mercados, dominada pelos EUA”.<sup>32</sup> Nesse sentido, a América Latina, conforme a decisão do Departamento de Estado, em 1949, e os documentos que instruíam as delegações norte-americanas as conferências econômicas interamericanas, “deveria constituir-se em *reserva estratégica* para garantir o poderio econômico e militar dos Estados Unidos dentro do novo arranjo mundial que deu origem à Guerra-Fria”.<sup>33</sup>

Esta visão da América Latina como reserva estratégica veio ao encontro a Doutrina de Contenção, elaborada por George Kennan, em 1946. Essa doutrina

baseava-se na premissa de que a longo prazo a União Soviética iria expandir sua influência, reconhecendo, no entanto, que nem todas as partes do mundo seriam vulneráveis a golpes comunistas, por isso os recursos de contenção dos Estados Unidos deviam ser seletivos, concentrando-se nos países estratégicos que possuíssem capacidade industrial ou matérias-primas de valor. Para Kennan, os soviéticos iriam expandir sua influência colocando os recursos psicológicos e políticos como prioridade acima dos recursos militares. Assim Washington deveria elaborar programas de contenção que promovessem a capacidade de segurança interna dos países vulneráveis.<sup>34</sup>

<sup>30</sup> MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 56.

<sup>31</sup> CERVO, op. cit., p. 137.

<sup>32</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 237.

<sup>33</sup> BRAGA, Paulo Romeu. Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 45, n. 2. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002, p. 48.

<sup>34</sup> Idem, *Ibidem*, p. 50.

O entrelaçamento entre as doutrinas de Contenção e de Reserva Estratégica marcou o segundo mandato do presidente Truman (1949/1953) que, a partir da criação da *United Agency for International Development* (USAID), fez com que os Estados Unidos passassem a contar com uma organização que legitimasse o planejamento de segurança para América Latina. Porém, as bases para esta estratégia se originavam nas reuniões de consulta dos chanceleres americanos que criaram o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o TIAR, assinado em 1947 no Rio de Janeiro.

O TIAR constituiu-se como parte do Sistema Interamericano, cuja filosofia é contemporânea da Guerra-Fria, e tratava de “em nome da solidariedade geográfica”<sup>35</sup> proteger o continente contra o comunismo, utilizando para isto dois instrumentos diplomáticos, um militar e outro político. O instrumento diplomático de cunho político foi a Carta da Organização dos Estados Americanos, assinada em Bogotá em maio de 1948, com dois objetivos: a solução pacífica das divergências regionais e a segurança coletiva. Já o instrumento militar era o próprio TIAR.

Conforme Dabène,

Reafirmando em seu preâmbulo, o ideal de Roosevelt sobre ‘as relações de amizade e boa vizinhança’, o tratado estabelecia como objetivo ‘assegurar a paz por todos os meios adequados, ministrar ajuda recíproca efetiva para fazer frente aos ataques armados contra qualquer Estado americano e fazer frente às ameaças de agressão contra qualquer um deles’. Com tais fins, seu artigo 3º contemplava colocar em marcha mecanismos de solidariedade continental em caso de agressão. No entanto, a natureza de tal agressão sugeriria problemas. A fórmula eleita no artigo 6º do tratado tinha importantes conseqüências. Ao referir-se a ‘uma agressão que não seja ataque armado’ ou a ‘qualquer outro feito ou situação suscetível de colocar em perigo a paz da América’, o artigo dava margem a interpretações muito amplas sobre a natureza das ameaças a segurança coletiva.<sup>36</sup>

Assim, criava-se uma ambigüidade no TIAR, pois ele poderia ser utilizado contra os próprios governos que o haviam assinado. Em 1954, os Estados Unidos invocariam o artigo 6º do tratado considerando que a revolução na Guatemala colocava em perigo a paz na América.<sup>37</sup> Naquela ocasião, John Foster Dulles, secretário de Estado, falando à Convenção

<sup>35</sup> ROUQUIÉ, 1991, p. 319.

<sup>36</sup> DABÈNE, Olivier. *América Latina no século XX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p. 139.

<sup>37</sup> O artigo 6º do TIAR possui a seguinte redação:

Artigo 6º: Se a inviolabilidade ou integridade do território, a soberania ou independência política de qualquer Estado Americano for alterada por uma agressão que não seja armada, ou por conflito extracontinental ou intracontinental, ou qualquer outro feito ou situação que possa pôr em perigo a paz da América, o Organismo de Consulta se reunirá imediatamente, a fim de decidir as medidas que, em caso de agressão, deverão ser tomadas

Internacional de Rotary Club, exortava a Organização dos Estados Americanos (OEA) a “ajudar o povo da Guatemala a livrar-se da maligna força do comunismo”. Uma semana depois, mercenários treinados pela CIA invadiram o país em uma operação que contou com a participação efetiva de John E. Peurifoy, e acabaram derrubando o governo nacionalista de Jacobo Arbenz.<sup>38</sup>

Desta forma, o golpe contra a Guatemala, aliado ao apoio dos Estados Unidos a conspiração que levou ao suicídio de Getúlio Vargas, no Brasil em 24 de agosto de 1954, e ao golpe contra Juan Domingos Perón, na Argentina, em 19 de setembro de 1955, demonstravam que, apesar das críticas, havia certa continuidade na política externa do republicano Eisenhower em relação ao democrata Truman.

Porém, o presidente Dwight Eisenhower demonstrava uma maior preocupação com a realidade latino-americana, tendo mandado noventa dias após o início do seu governo o seu irmão Milton Eisenhower em missão a dez países da região. A viagem iniciou em 23 de junho de 1953 e o relatório desta veio a público em 22 de novembro do mesmo ano, não contendo nada de original, reafirmando as teses já conhecidas e defendidas pelos representantes dos Estados Unidos nas negociações bilaterais e multilaterais, nem mesmo as nove sugestões contidas nesse não tiveram uma grande significação. Conforme Cervo, a “missão, portanto, era vazia de propósitos e seu significado não ia além de um gesto de boa vontade”, sendo que o “único efeito imediato da missão Eisenhower foi a distensão obtida nas relações com a Argentina”.<sup>39</sup>

Como podemos ver, apesar da propagandística, o governo republicano demonstrava o não abandono das doutrinas de reserva estratégica e de contenção pelo novo presidente. Mas agora tinha o agravante da participação de órgãos do governo norte-americano, tais como a CIA e o Pentágono, em conspirações e golpes contra governos nacionalistas e reformistas, bem como, o apoio as ditaduras de direita. Este fato aumentava a tensão nas relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Tanto que no Encontro de Presidentes, realizados na capital do Panamá em 12 de junho de 1957, o presidente brasileiro Juscelino Kubitschek de Oliveira exortou Eisenhower a “rever sua política em relação à América Latina, colaborando

---

em auxílio ao agredido ou, em todo caso, as que convenham tomar para a defesa comum e para a manutenção da paz e da segurança do Continente. In: Idem, *ibidem*, p. 141.

<sup>38</sup> A bibliografia sobre o golpe contra Arbenz é bastante vasta. Para as afirmações acima foram utilizados dados das seguintes obras: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 118-136; e MONIZ BANDEIRA, 1994, p. 61.

<sup>39</sup> CERVO, 2007, p. 137.

com o seu desenvolvimento, como forma de evitar o comunismo”. O que levou o presidente norte-americano a perguntar-lhe se havia na América Latina alguma nação que pudesse, em breve, transformar-se em um estado comunista. A resposta de JK foi que se “os EUA persistirem em apoiar e prestigiar as ditaduras de direita e o militarismo”, tal possibilidade existiria.<sup>40</sup>

Desta forma, na segunda metade da década de 1950, Dwight Eisenhower iria enfrentar uma crescente onda de anti-americanismo que se espalhava pelo conjunto da América Latina e que atingiria o seu auge na visita cortesia que o vice-presidente Richard Nixon fez a alguns países da região em maio de 1958, a começar pela Argentina, Uruguai, Equador, Colômbia, Peru e Venezuela.

Naquela ocasião, o vice-presidente dos Estados Unidos era “mal recebido em toda parte, inclusive Buenos Aires e Montevideú”, tendo se defrontado, “ao chegar a Lima, com forte e ampla reação popular de hostilidade”. Mas, estas “manifestações anti-norte-americanas, desencadeadas com a passagem de Nixon, tiveram o clímax na Venezuela”, quando assumiram “o caráter de motim” levando o governo norte-americano a “despachar para Caracas, além de vasos de guerra estacionados na base naval de Guantánamo, tropas aerotransportadas (quatro companhias), a fim de protegê-lo e resgatá-lo”.<sup>41</sup>

Assim, a visita de Nixon representou o momento em que o governo norte-americano sentiu de forma mais direta o sentimento anti-americano, sentimento este que pode ser presenciado por Milton Eisenhower em nova missão realizada pela região entre setembro de 1956 e maio de 1957.

O novo relatório, apresentado ao presidente dos Estados Unidos em 27 de dezembro de 1957, avançava nas recomendações feitas em 1953. Dessa vez, Milton Eisenhower acrescentada uma nota de urgência a sua recomendação geral “de que as nações da América Latina e os Estados Unidos reexaminem as suas atitudes e a sua política”, buscando “constantemente fortalecer as suas relações econômicas, políticas e culturais, para benefício mútuo”. Conforme o irmão do presidente, a “América Latina é um continente em ebulição”, pois, do “mesmo modo que a sua produtividade, cresce a sua população em um ritmo sem

---

<sup>40</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 141.

<sup>41</sup> Idem, *ibidem*, p. 142-143.



precedentes”, tendo ainda como características “um alto grau de analfabetismo, pobreza e dependência de economias monocultoras, com conseqüentes flutuações de renda”.<sup>42</sup>

Milton Eisenhower recomendava ao governo norte-americano tomar “medidas mais positivas”, usando “o crédito como meio eficaz de desenvolver a política exterior norte-americana”, ajudando “à América Latina na obtenção de seus sólidos objetivos econômicos, atendendo assim aos melhores interesses dos próprios Estados Unidos”.<sup>43</sup> Porém, estes créditos deveriam ser oriundos do capital privado, o que gerava um problema que não fugia ao controle do governo dos Estados Unidos, pois, “o capital privado não pode ser dirigido” e o problema era agravado pelo fato de que,

(...) Atrair o capital privado para a América Latina, considerando a sua procura nos Estados Unidos e em todo o mundo não é fácil tarefa. Implica na eliminação de restrições discriminatórias, na manutenção de diretrizes financeiras e políticas estáveis dentro de cada país, na ausência de leis trabalhistas discriminatórias, no controle das forças inflacionárias, numa compensação razoável do investimento, na capacidade de remeter dividendos ao país emprestador na sua própria moeda, e, acima de tudo, numa atitude favorável para com as empresas privadas concorrentes, a serem financiadas pelo capital privado.<sup>44</sup>

Aqui, o autor apresentava um conjunto de medidas que vinham a constituir a base dos programas de ajuste elaborados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para os países subdesenvolvidos, ancorado, sobretudo, nas teorias econômicas neoclássicas e naquilo que viria a ser formulado como o neoliberalismo.

Também chamou sua atenção a fato de que tanto pelos lugares que o vice-presidente Nixon havia passado na América do Sul, como por onde ele mesmo havia passado na América Central, havia a acusação de que “os Estados Unidos defendiam a liberdade para uso próprio” enquanto apoiavam ditadores latino-americanos. Nesse sentido, recomendou uma mudança de política importante, seguindo a sugestão de Nixon, quando os Estados Unidos teriam “um abraços para os líderes democráticos e um aperto de mão formal para os ditadores”.<sup>45</sup>

---

<sup>42</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Os Estados Unidos e a América Latina – Relatório do Dr. Milton S. Eisenhower. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 2, n. 6. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, junho de 1959, p. 147.

<sup>43</sup> Idem, ibidem, p. 152.

<sup>44</sup> Idem, ibidem, p. 155.

<sup>45</sup> Idem, ibidem, p. 165-166.

Em que pese os limites das novas caracterizações e recomendações do II Relatório Eisenhower, a verdade é que internamente os Estados Unidos viviam uma fase em que vozes destoantes da política externa norte-americana começavam a aparecer de forma mais constante. Uma destas vozes foi Adlai Stevenson, candidato democrata derrotado nas eleições presidenciais dos Estados Unidos de 1952 e 1956, ambas às vezes por Dwight Eisenhower.

O artigo de Stevenson parte de dois questionamentos no que diz respeito à política externa:<sup>46</sup> Por que razão os Estados Unidos não conseguiram ocupar a liderança mundial após a guerra da Coréia? Por que razão tantos norte-americanos temem que os Estados Unidos tenham perdido a compreensão de seu papel no cenário mundial?

Na seqüência o autor responde:

(...) O cerne do problema reside no fato de que nosso país se defronta com uma série de mudanças maciças no cenário internacional, que exigem novas maneiras de encarar os problemas mundiais, nova política externa, e, sobretudo, esforços redobrados de nossa parte. Desde a Coréia, porém, nossa liderança política parece não ter dado conta desse fato de maneira clara e consistente. A política externa norte-americana vem desde então se distanciando cada vez mais da realidade que nos cerca(...).

As linhas mestras da política externa norte-americana continuam a ser as mesmas que prevaleceram de 1947 a 1952. Embora Dulles e Eisenhower tivessem propugnado por uma política de 'libertação' e denunciado toda política de contenção como 'imoral', visavam na prática, exigir uma cadeia de alianças militares em torno do mundo comunista, para assim tentar restringir o alastramento do poderio soviético, onde quer que se manifestassem. É curioso observar que a fé de Foster Dulles de que o comunismo se desintegraria por forças de suas contradições internas muito se assemelhava à convicção de Lênin de que o mesmo ocorreria com o capitalismo. E, no entanto, em lugar de envidar grandes esforços para melhorar ou preservar o equilíbrio, bem como estimular o desgaste e mudanças mais brandas no lado soviético, os Estados Unidos deram apoio a todas as políticas conservadoras e se viram derrotados em todas as frentes, enquanto a União Soviética e outras regiões industriais progrediam com rapidez.<sup>47</sup>

Para Stevenson, a resposta dos Estados Unidos às grandes transformações do século XX era apenas negativa e defensiva e a "recusa de tomar conhecimento da realidade acarretou uma erosão progressiva no papel desempenhado pelos Estados Unidos no cenário mundial".<sup>48</sup> A partir desta crítica, o futuro embaixador norte-americano na Organização das Nações

<sup>46</sup> Há outros questionamentos no que diz respeito à crise de valores e as opções de política interna do governo norte-americano, porém consideramos secundárias no que tange o objetivo deste trabalho.

<sup>47</sup> STEVENSON, Adlai. Os Estados Unidos no cenário mundial. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 3, n. 10. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, junho de 1960, p. 5-6.

<sup>48</sup> Idem, *ibidem*, p. 7.

Unidas (ONU), entre 1961 e 1965, propõe aos Estados Unidos, ampliar tanto quanto o permitiam as suas forças “o conceito de um mundo aberto”.<sup>49</sup>

O artigo de Stevenson, portanto, refletia uma preocupação com ameaça a perda da hegemonia que os Estados Unidos possuíam no Ocidente devido à manutenção de uma política externa pautada ainda pela Doutrina de Contenção de George Kennan. Também pela negativa do governo Eisenhower em empreender esforços no sentido da promoção de uma nova política externa, sobretudo, que compreendesse a necessidade de “eliminar a crescente distância entre a riqueza e a pobreza”, ou seja, entre as nações ricas e as pobres.

No plano latino-americano as hostilidades ao vice-presidente Nixon surgiram como uma oportunidade para o presidente brasileiro, Juscelino Kubitschek, manifestar suas preocupações, através de Carta ao presidente Eisenhower, com os sérios prejuízos que o episódio deixou a idéia de unidade pan-americana. Ao mesmo tempo em que sugeria uma revisão fundamental da política interamericana.

Dizia a Carta de Juscelino Kubitschek:

Nesse momento em que escrevo a v.exa. não tenho outro intento que o de levar-lhe a minha convicção de que algo necessita ser feito para recompor a face da unidade continental. Não tenho plano detalhado para êsse objetivo mas idéias que, posteriormente, poderei expor a v.exa. se a ocasião se apresentar.

Permita-me v.exa. que lhe adiante, porém que a hora soou de revermos fundamentalmente a política de entendimento deste Hemisfério e procedermos a um exame do que se está fazendo em favor dos ideais pan-americanos em todas as suas implicações. Estaremos todos nós, é a hora de perguntar, agindo no sentido de se estabelecer a ligação indestrutível de sentimentos e interesses, que a conjuntura grave aconselha e recomenda?(...)

As contrariedades suportadas pelo Vice-presidente Nixon – devem ser utilizadas em favor de uma nobre tarefa no sentido de criarmos algo de mais profundo e duradouro em prol de nosso destino comum.

Como já disse a v.exa., é aconselhável corrigirmos a falsa impressão de que não estamos vivendo fraternalmente nas Américas; mas além dessa operação corretiva e, para que ela seja duradoura e perfeita, devemos proceder a um verdadeiro exame de consciência, em face do pan-americanismo e saber se estamos no bom caminho.<sup>50</sup>

Como resposta, o presidente Eisenhower mostrava-se disposto ao diálogo e a construção de um programa que viesse ao encontro das idéias expostas pelo presidente do Brasil, propondo que:

<sup>49</sup> Idem, ibidem, p. 10.

<sup>50</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. O Brasil e a política Interamericana. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 1, n. 3. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, setembro de 1958, p. 139.

(...) os nossos dois governo devam entrar em entendimentos, no mais breve prazo possível, no tocante às consultas a serem dirigidas aos demais membros da comunidade pan-americana e à adoção imediata de medidas que determinem, através de todo o Continente, uma reafirmação de devotamento ao Pan-Americanismo e um melhor planejamento na promoção dos interesses comuns e do bem-estar de nossos diferentes países.<sup>51</sup>

Ao final de sua resposta, entregue pessoalmente por Roy Richard Rubottom Jr., Secretário de Estado Adjunto Americano, ficou o compromisso de que no momento da entrega desta ficaria acertada uma data para uma visita do Secretário de Estado John Foster Dulles ao Brasil, que ficou marcada para primeira quinzena de agosto de 1958.

Porém, antes da visita de Foster Dulles, o presidente Juscelino Kubitschek pronunciou em 20 de junho um importante discurso aos Chefes de Missão Diplomática no Rio de Janeiro, ao iniciar afirmando a maturidade política brasileira e a sua obrigação de se fazer ouvir nas questões importantes da política internacional.

Em seguida, Juscelino Kubitschek, fazia referência à prioridade que os Estados Unidos deram no pós-guerra as regiões mais críticas da Guerra-Fria. Isto fez com que a América Latina fosse deixada de lado e, como consequência, ficasse em “situação econômica mais precária e aflitiva” tornando-se o “ponto mais vulnerável da grande coligação internacional”. Este fato por sua vez enfraqueceu o ideal pan-americano, portanto, o “maior serviço” para o seu fortalecimento seria “o de tentar eliminar a sua grande chaga – o subdesenvolvimento”.<sup>52</sup>

Desta forma, o cerne a proposta da Operação Pan-Americana (OPA) consistia em “chamar todos os países do continente para que colaborassem efetivamente na execução, na concretização, dos ideais e dos princípios pan-americanos”.<sup>53</sup> Ao mesmo tempo em que “insistia na tese de que o desenvolvimento e o fim da miséria seriam as maneiras mais eficazes de se evitar a penetração de ideologias exóticas e antidemocráticas, que se apresentavam como soluções para os países atrasados”.<sup>54</sup>

Esta tese fora reforçada pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil, Negrão de Lima, quando da visita de John Foster Dulles. Naquela ocasião, o ministro afirmou em seu

---

<sup>51</sup> Idem, ibidem, p. 140.

<sup>52</sup> Idem, ibidem, p. 143.

<sup>53</sup> SOUZA E SILVA, Celso A. Operação Pan-Americana: antecedentes e perspectivas. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 3, n. 9. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, março de 1960, p. 46.

<sup>54</sup> CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 290.

discurso no banquete oferecido no Palácio Itamaraty que “as zonas subdesenvolvidas são zonas potencialmente ocupadas pelo inimigo, por forças que trabalham contra a paz” e que o “problema não é somente de solidariedade”, mas também de “estratégia”. Dessa forma, a “guerra pela causa do Ocidente tem que ser colocada em termos de criação de riquezas e de fortalecimento dos povos identificados pelas mesmas idéias”.<sup>55</sup>

Em resposta ao ministro Negrão de Lima, em seu discurso Foster Dulles afirmou que estava feliz “por ter vindo a este país do futuro colher novas inspirações nos vossos sonhos e na vossa decisão de trabalhar e enfrentar sacrifícios para que esses se tornem realidade”.<sup>56</sup> Tendo, finalizado com o comprometimento dos Estados Unidos com a nova proposta.

A visita foi finalizada com a divulgação da Declaração de Brasília, na qual era destacado o objetivo comum das Repúblicas Americanas, qual seja, “um esforço coordenado e harmônico para desenvolver as economias dos países hemisféricos”.<sup>57</sup>

Após esta manifestação de Foster Dulles, o governo brasileiro encaminhou, em 9 de agosto de 1958, aos vinte países da América, um *aide-mémoire* sobre os objetivos da Operação Pan-Americana. Nele, continha a definição, as características e os objetivos da Operação, bem como, as sugestões para o seu processamento e o seguinte temário para as reuniões preparatórias:

1. Estudo e adoção de medidas que favoreçam a aplicação de capitais privados dos países industrializados em áreas subdesenvolvidas ou semidesenvolvidas; e mobilização e utilização mais efetiva do capital privado disponível para as economias subdesenvolvidas;
2. Aumento de volume e facilitação das condições dos empréstimos das entidades internacionais de crédito público, ou criação, no plano internacional, de órgãos de financiamento, visando os mesmos objetivos;

---

<sup>55</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Visita do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 1, n. 4. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, dezembro de 1958, p. 130.

<sup>56</sup> Idem, ibidem, p. 132.

<sup>57</sup> Idem, ibidem, p. 136.

3. Estudo e execução de outras medidas tendentes a fortalecer as economias internas, principalmente pelo combate à inflação, e estímulo à poupança e aos investimentos;
4. Estudo e execução de medidas que permitam disciplinar equitativamente o mercado dos produtos de base;
5. Estudo das medidas conjuntas a serem adotadas para enfrentar os problemas suscitados pela formação de grandes blocos econômicos, tais como o do chamado “mercado comum europeu”; estudos e medidas conducentes ao estabelecimento de mercados regionais no continente;
6. Ampliação e diversificação dos programas de assistência técnica, com a utilização de todos os recursos disponíveis nesse campo.<sup>58</sup>

A partir dessas premissas iniciais, o governo norte-americano convidou todos os chanceleres para um encontro informal em Washington, entre 23 e 24 de setembro de 1958, no qual foram formuladas muitas recomendações, entre estas duas de importante significação, ambas direcionadas a OEA: a primeira solicitava que o seu Conselho promovesse com maior frequência reuniões informais de Ministros das Relações Exteriores; a segunda propunha a criação de uma Comissão Especial do Conselho da OEA, composta por representantes dos 21 Estados-membros, para assentar e propor as providências necessárias à execução da Operação Pan-Americana.

Ao mesmo tempo começavam a aparecer as primeiras divergências entre os países latino-americanos. O México “julgava que a planificação proposta significaria a do dirigismo econômico em moldes socializantes”, já os Estados Unidos demonstravam-se “temerosos de compromissos a longo prazo, bateram-se por soluções imediatistas, aplicáveis a cada país e a cada problema individualmente considerado”.<sup>59</sup>

---

<sup>58</sup> A versão integral do documento pode ser encontrada em: INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Operação Pan-Americana. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 2, n. 5 Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, março de 1959, p. 137-158. Uma síntese dos avanços iniciais da Operação Pan-Americana pode ser encontrada em: INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. A Política Exterior do Brasil em 1958. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 2, n. 6. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, junho de 1959, p. 90-105.

<sup>59</sup> SOUZA E SILVA, 1960, p. 49.

Assim, no sentido de avançar rumo à consolidação da Operação Pan-Americana, a Comissão dos 21 reuniu-se entre os dias 17 de novembro e 12 de dezembro de 1958, em Washington, sendo chefe da delegação do Brasil o Dr. Augusto Frederico Schmidt. Na reunião, conforme o Comunicado da Comissão Especial, “atribuiu-se especial atenção ao problema do financiamento do desenvolvimento econômico da América Latina e aprovou-se um projeto de resolução que apóia a iniciativa de estabelecer uma instituição interamericana de fomento econômico”.<sup>60</sup>

Nesta reunião, também, foi constituído um Comitê de técnicos encarregados de proceder a estudos e elaborar propostas concretas para a execução dos planos da Operação Pan-Americana. Antes, em 9 de outubro de 1958, o Conselho Interamericano Econômico e Social convocou uma comissão especializada para elaborar um projeto para esta instituição de fomento econômico, no qual o Brasil foi representado pelo diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, DR. Cleantho de Paiva Leite.

Esta comissão ficou encarregada de iniciar os seus trabalhos em 8 de janeiro de 1959. Após intensos debates sobre as fontes de financiamento, foi formulado um Convênio Constitutivo que deveria receber as assinaturas dos países negociadores até 31 de dezembro de 1959. Estava constituindo-se o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.<sup>61</sup>

Outra medida importante neste cenário de integração foi à assinatura em 28 de fevereiro de 1960 do Tratado de Montevideu por Brasil, Argentina, Chile, México, Peru, Paraguai, Uruguai e, posteriormente, Bolívia. Por este tratado era criada a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio, a ALALC, “cujos objetivos eram a estabilidade e a ampliação do intercâmbio comercial, desenvolvimento de novas atividades, aumento da produção e substituição de importações de países não membros”.<sup>62</sup>

Assim, a Operação Pan-Americana, ao que tudo indicava, caminhava em passos largos. A própria visita do presidente Eisenhower a Argentina, ao Brasil, ao Uruguai e ao Chile, realizada na segunda quinzena de fevereiro de 1960, parecia convencer isto. Naquela

---

<sup>60</sup> A íntegra do comunicado encontra-se em: INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Organização dos Estados Americanos – Comissão Especial dos 21. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 2, n. 5 Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, março de 1959, p. 93-115.

<sup>61</sup> Sobre os passos que levaram a criação do BID ver: LEITE, Cleantho. Banco Interamericano de Desenvolvimento. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 2, n. 6. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, junho de 1959, p. 26-43.

<sup>62</sup> CERVO; BUENO, 2002, p. 293.

ocasião, em sua passagem pelo Brasil, o presidente fizera em seu discurso a seguinte afirmação:

(...) Os Estados Unidos estão prontos para desenvolver o seguinte esforço gigantesco e a concitar outras nações livres a nele se empenharem; a devotarem parcelas substanciais de suas economias, possibilitadas pelo desarmamento, a grandes programas construtivos de desenvolvimento pacífico. Abraçamos esta idéia a despeito do fato de estarmos agora arcando com pesados encargos em todo o mundo a tal ponto que a nossa situação financeira externa e interna requer grande cautela em matéria de administração – e, a propósito, essa ajuda inclui somas significativas de capital público e privado, bem como de assistência técnica à América Latina.<sup>63</sup>

Porém, apesar das expectativas levantadas pela Operação Pan-Americana e de seu aparente sucesso inicial, os seus dilemas eram maiores do que os entusiasmados discursos transpareciam. Os Estados Unidos pareciam não querer mudar a sua política externa para a América Latina.

Uma importante preocupação nesse sentido foi desenvolvida por Celso A. de Souza Silva, em artigo publicado na *Revista Brasileira de Política Internacional* de março 1960, no qual comentava que a participação dos Estados Unidos na Operação Pan-Americana:

(...) não significa que os Estados Unidos estejam dispostos a aceitar, adotar e pôr em prática todos os princípios e todas as conseqüências da Operação Pan-Americana. (...) a aceitação das premissas preconizadas pela Operação, implica na reorientação da política de cada Estado americano individualmente considerado, especialmente daquele que arca com o maior peso de responsabilidades mundiais e regionais. Sem esse fator fundamental, sem essa reorientação fundamental, não tem sentido a iniciativa brasileira.<sup>64</sup>

Na mesma direção, Adlai Stevenson afirmava que o governo dos Estados Unidos “utilizou mais da retórica do que de ação”,<sup>65</sup> estando mais preocupado em sustar o seu desequilíbrio orçamentário do que com a nova realidade da América Latina. Mesmo a referida visita de Eisenhower aos países do Cone-Sul não tinha como objetivo o reforço da Operação Pan-americana.

Conforme Cisneros e Escudé, “*el objetivo oficial del viaje era conocer dichos países y promover el gobierno representativo, la libre empresa y las reformas económicas y sociales*”. Mas, por trás desse objetivo estava “*el propósito subyacente y más importante*” que era o de

<sup>63</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Visita do presidente dos Estados Unidos da América. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 3, n. 10. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, junho de 1960, p. 111-122.

<sup>64</sup> SOUZA E SILVA, 1960, p. 55.

<sup>65</sup> STEVENSON, 1960, p. 7.



“sondear las opiniones sobre la posibilidad de implementar sanciones colectivas contra el gobierno de Cuba en el marco de la OEA”.<sup>66</sup>

Um panorama dos dilemas da Operação Pan-Americana após dois anos de seu lançamento foi feita por Garrido Torres:

Em que pese a afirmações tão categóricas e a despeito da ressonância obtida pela OPA, esta ainda não rompeu as nuvens das generalidades, carece de formulação clara que lhe assegure êxito. Não mereceu até agora nem mesmo o esforço teórico capaz de dar-lhe uma conceituação de políticas destinadas a atingir os elevados fins para que foi invocada. Em estado mais ou menos fluído, vago, emocional, esta condição explica a razão de certas incompreensões e o compasso de espera desde seu lançamento. Medidas esporádicas e isoladas, apontadas como conquistas suas (tal é o caso do Banco Interamericano), ocorrem vez por outra (...). Assim, a OPA permanece um propósito, uma expressão de sentimento, um estado de espírito, uma declaração de intenções, um convite aceito, em princípio, por todos os governos americanos para uma ação conjunta que não está coordenada. Ainda não é uma política; é um diagnóstico. Aguarda um roteiro; não se lhe deu conteúdo programático. Corre o risco, portanto, de confirmar a regra das manifestações líricas em matéria de cooperação econômica no hemisfério. Poderá dissipar-se por falta de consistência.<sup>67</sup>

Esta falta de consistência encontrava um novo dilema a partir da tomada do poder em Cuba por Fidel Castro. As medidas nacionalizantes do governo revolucionário fizeram com que o governo Eisenhower reforçasse ainda mais a Doutrina de Contenção, transformando em objetivo número um de sua política externa para a América Latina a desestabilização do novo regime instalado em Cuba.

Como tática para esta desestabilização o governo norte-americano tentava colocar os conflitos com Cuba nos marcos da Organização dos Estados Americanos, tendo imposto ao conflito bilateral uma dimensão de conflito continental. A primeira oportunidade surgiu com as VI e VII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas realizadas na Costa Rica, entre 16 e 29 de agosto de 1960, sendo a VI Reunião entre 16 e 21 de agosto e a VII Reunião entre 22 e 29 de agosto.<sup>68</sup>

<sup>66</sup> ESCUDÉ, Carlos; CISNEROS, Andrés (Dir.). *Historia de las Relaciones Exteriores Argentinas*. Tomo XIII: Las relaciones políticas, 1943-1966. Buenos Aires, 2000. Disponível via URL em: [http://www.cema.edu.ar/ceieg/arg-rree/historia\\_indice13.htm](http://www.cema.edu.ar/ceieg/arg-rree/historia_indice13.htm). Acesso em 16/04/2008.

<sup>67</sup> TORRES, Garrido. Operação Pan-americana: uma política a formular. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 3, n. 10. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, junho de 1960, p. 33-50.

<sup>68</sup> A síntese e a resolução da VI Reunião de Consulta encontram-se em: INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Sexta Reunião de Consulta. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 3, n. 12. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, dezembro de 1960, p. 138-141. Já a síntese e a resolução da VII Reunião de Consulta encontram-se em: INSTITUTO BRASILEIRO DE

A VI Reunião fora convocada por iniciativa do representante da Venezuela a fim de considerar os atos de intervenção e de agressão do governo da República Dominicana contra o governo da Venezuela, que resultaram em atentado contra o presidente venezuelano Rómulo Betancourt. Já a VII Reunião, convocada por solicitação do governo do Peru, tinha em sua agenda quatro pontos:

1. Fortalecimento de solidariedade continental e do sistema interamericano, especialmente antes as ameaças de intervenção extracontinental que possam afetá-los.
2. Cooperação interamericana, de acordo com os princípios e normas consagradas na Carta da Organização dos Estados Americanos, para a defesa das instituições democráticas americanas contra as atividades subversivas de qualquer organização, governo, ou de seus agentes, dirigidas contras as referidas instituições.
3. Estudo dos fatores econômicos e sociais que causam a instabilidade política no Hemisfério e intensificação de ação coletiva para promover a elevação do nível de vida nas zonas subdesenvolvidas da América.
4. Estudo das tensões internacionais existentes na região do Caribe para assegurar a harmonia, a unidade e a paz da América.

A VI Reunião acabou condenando a participação do governo da República Dominicana nos atos de agressão e intervenção contra a Venezuela, aplicando, para constrangimento do governo norte-americano que apoiava o ditador Trujillo. Como consequência da condenação foi rompida as relações diplomáticas entre os países membros da OEA e a República Dominicana, bem como, a suspensão imediata do comércio de armas e material de guerra de todo gênero com este país.

Em relação a VII Reunião esta acabou sendo mais tensa, pois, o governo dos Estados Unidos, na figura do novo Secretário de Estado, Christian Herter, buscava a adoção de sanções econômicas e de medidas coercitivas ao governo de Cuba. Na ocasião a CIA já havia

introduzido na ilha grupos paramilitares para promover guerrilhas e atos de sabotagem contra o governo revolucionário.<sup>69</sup>

As fortes oposições dos países mais significativos da América Latina como México, Argentina e Brasil, que identificavam o conflito como um conflito bilateral e não multilateral, propondo a construção de uma Comissão de Intermediação brecou as intenções de Christian Herter. Dessa forma, a VII Reunião de Consulta terminou com a adoção de uma resolução que ao mesmo tempo em que condenava “a intervenção ou ameaça de intervenção, mesmo condicional de uma potência extracontinental em assuntos das Repúblicas Americanas”, numa referência a possibilidade de apoio da URSS a Cuba, e reafirmava “que o sistema interamericano é incompatível com toda forma de totalitarismo”, também reafirmava “o princípio de não-intervenção de um Estado americano nos assuntos internos e externos dos demais Estados americanos”. Por sua vez, a Declaração de San José afirmava “que nenhum Estado americano pode intervir em outro Estado americano com o propósito de impor-lhe suas ideologias ou princípios políticos, econômicos e sociais”.<sup>70</sup>

Assim, mesmo sendo aprovada por 19 votos a 0, com a abstenção da delegação do México e a retirada em protesto da delegação de Cuba, chefiada pelo chanceler Raul Roa, “a Declaração de San José não correspondeu às esperanças da administração Eisenhower”.<sup>71</sup>

Outro sinal de que a manutenção da política externa norte-americana não agradava as principais nações latino-americanas foram as reações ao anúncio, em julho de 1960, do presidente Eisenhower de sua intenção de implementar um programa especial de ajuda econômica para América Latina, o Fundo para o Progresso Social. Esta seria uma forma de conter a influência da Revolução Cubana.

O Plano Eisenhower consistia em um projeto administrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, no qual os Estados Unidos fortaleceria a infra-estrutura social da região, provendo 500 milhões de dólares para projetos de saúde, educação, habitação e reforma agrária. Estes recursos seriam oriundos, em sua maioria, de capitais privados, o que reafirmava a concepção exposta no relatório elaborado por Milton Eisenhower.

---

<sup>69</sup> Ver: MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 229.

<sup>70</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1960 (b) , p. 142.

<sup>71</sup> MONIZ BANDEIRA, op.cit, p. 241.

Conforme Escudé e Cisnero,

*Tanto Frondizi como Kubitschek sin embargo se mostraron escéptico frente al programa de ayuda propuesto por Eisenhower. Ambos era partidarios de que os Estados Unidos generara le crecimiento económico en el hemisferio mediante fuertes envíos de capital - Kubitschek hablaba de 30 a 40.000 millones. Los presidentes sudamericanos coincidían en que el fondo de la cuestión residía en el subdesarrollo, no en Castro. El crecimiento económico producido por grandes obras públicas crearía fuentes de trabajo, solucionaría las inequidades sociales y salvaría a la región del comunismo. Pero, estos enfoques no influyeron en Washington. El nuevo secretario de Estado Christian Herter se quejaba que los brasileños nunca habían presentados proyectos específicos y que lo que éstos pretendían eran millones de dólares para gastar a su antojo. Aparentemente la percepción sería la misma respecto de Frondizi.<sup>72</sup>*

As críticas ao Plano Eisenhower e a política externa norte-americana também era feita pelo presidente da Venezuela, Rómulo Betancourt. A política exterior venezuelana tinha como princípio a defesa do sistema representativo e da autodeterminação dos povos, o que a levou nos marcos da OEA a propor sanções tanto contra a ditadura de Rafael Trujillo na República Dominicana, quanto contra o regime cubano. Portanto, Betancourt não era tido como um aliado ou tolerante ao comunismo pelo governo norte-americano, diferentemente de Juscelino Kubitschek, cujo falta de clareza nas palavras em relação ao comunismo era um fato preocupante para os diplomatas norte-americano.<sup>73</sup>

Em entrevista a *Revista Brasileira de Política Internacional* de dezembro de 1960, o presidente venezuelano fazia as seguintes afirmações:

(...) a Venezuela e seu governo estimulam os investimentos privados; cremos porém, sinceramente que os Estados Unidos devem abandonar a deificação da 'livre empresa'. Se nos limitarmos a aguardar as inversões privadas estrangeiras não construiremos hospitais, nem aqueductos, nem casas para a classe média e os trabalhadores, nem executaremos reforma agrária.(...)

Em síntese, se a América Latina cruzasse os braços à espera de que somente a inversão privada viesse resolver os seus problemas sociais e o abismal desnível existente entre a sociedade industrializada dos Estados Unidos e a pastoril e atrasada da América Latina, o que viria a prevalecer em última análise, não seria a evolução democrática ordenada e construtiva, mas o triunfo dos desajustados, da delirante demagogia da extrema direita ou da extrema esquerda.<sup>74</sup>

<sup>72</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, 2000.

<sup>73</sup> Um importante estudo sobre o olhar norte-americano do anticomunismo no Brasil entre 1945 e 1964 foi feito por Carla Simone Rodeghero. Nesta obra, a autora pesquisou a partir da documentação diplomática norte-americana a avaliação que os funcionários do governo e dos diplomatas dos Estados Unidos tinham do anticomunismo do Brasil, relacionando tanto os movimentos anticomunistas originários na sociedade civil como as ações dos governos brasileiros. Ver: RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

<sup>74</sup> BETANCOURT, Romulo. A América Latina e o Plano Eisenhower: posição da Venezuela. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 3, n. 12. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, dezembro de 1960, p. 6-7.

Neste contexto, quando as críticas a política externa norte-americana começava novamente a ganhar intensidade, sobretudo, com a negativa recepção recebida pelo Plano Eisenhower e pela simpatia popular despertada pela Revolução Cubana, a Operação Pan-Americana ia perdendo o seu fôlego.

Em trabalho apresentado à Assembléia Americana em Pittsburg, Graydon Upton, vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento e ex-subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, fez um importante balanço sobre a Operação Pan-Americana.

Neste momento decisivo nas relações latino-americanas, a ‘Operação Pan-Americana’ é apenas uma brasa que arde lentamente, sem jamais ter-se transformado em chamas.

(...) o fogo nascente da ‘Operação Pan-americana’ mal sobreviveu a uma barragem de argumentos financeiros, conceitos econômicos antagônicos e impasses em conferências. E no seu curso, o seu poderio, em qualquer estrutura financeira possível, para despertar o espírito das Américas, que constituía parcela essencial do conceito de Schmidt, caiu no esquecimento. E na realidade a “Operação Pan-Americana não poderia ser efetivamente lançada sem a utilização de um planejamento imaginoso, técnicas efetivas a fim de despertar o entusiasmo humano e métodos assecuratórios da sua aceitação em larga escala, tudo isso a exigir apoio e compreensão por parte dos Estados Unidos. Em suma, o catalizador necessário do fator dramático e emocional foi menosprezado.<sup>75</sup>

A eleição do democrata John Fitzgerald Kennedy, em 8 de novembro de 1960, uma das mais disputadas eleições da história dos Estados Unidos, quando este derrotara o vice-presidente Richard Nixon por uma diferença de 112.881 votos, ou seja, 0,2% dos votos; e a sua posse, em 20 de janeiro de 1961, reacenderam as expectativas quando a uma mudança radical na política externa norte-americana. Porém, o apoio da CIA a invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, demonstrava o contrário, a continuidade da intolerância dos Estados Unidos em relação a autodeterminação dos povos latino-americanos.

Este era um momento em que os países latino-americanos estavam dispostos a seguir um caminho de ruptura com o subdesenvolvimento, tendo por base a busca de uma maior autonomia política. Um momento em que a América Latina era uma região em transformação, quando diferentes países, buscavam diferentes caminhos para o desenvolvimento, entre esses, o *desarrollismo* frondizista na Argentina, as reformas no Brasil e o socialismo em Cuba.

---

<sup>75</sup> UPTON, T. Graydon. Operação Pan-americana: o catalizador oculto. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 4, n. 14. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, junho de 1961, p. 62-63.

## 1.1 Argentina: Frondizi e o *Desarrollismo*

Pragmático, maquiavélico, dono de um grande poder persuasivo e de uma habilidade discursiva incomum, porém, com pouco carisma popular. Para uns, um estadista, para outros, um oportunista. Assim, à luz das paixões políticas argentinas, podemos descrever a figura de Arturo Frondizi, o primeiro presidente constitucional, após a derrubada de Juan Domingos Perón, em 1955.

Eleito pelo voto popular, com apoio de Perón, Frondizi tinha a crença na industrialização como a chave para superação do subdesenvolvimento e da crise econômica argentina. Esta não somente era a principal meta, mas, também a matriz ideológica do seu *desarrollismo*.

Frondizi foi deputado, vice-presidente do Bloco dos 44 deputados da União Cívica Radical (UCR), principal partido de oposição ao peronismo, do qual também foi dirigente. Como oposição, ao mesmo tempo em que apoiava as medidas industrializantes do governo Perón, reprovava de forma intransigente as medidas antidemocráticas do general. Destacou-se, sobretudo, a partir de 1945, como um dos responsáveis pela fundação do *Movimiento de Integración e Renovación*, o MIR, e como um dos elaboradores da Declaração de Avellaneda. Este era um documento programático nacionalista, com feições de uma esquerda moderada, que polemizava com a ala conservadora da UCR, que continha muita das idéias da futura proposta de *desarrollismo*. Dessa forma, Frondizi era a grande novidade no cenário político da Argentina deste a Revolução Libertadora de 1955, que retirara Perón do poder.

A Revolução Libertadora de 1955 representou uma mudança no cenário político argentino. Perón não somente havia sido deposto e exilado, como também a sua própria criação, o peronismo, havia sido posto na ilegalidade. Mesmo assim, o general ainda mantinha um forte carisma popular e, apesar da distância, possuía um amplo movimento social sob sua liderança. O que levou Frondizi, mesmo tendo apoiado o golpe de 1955, a sempre deixar o caminho aberto para o diálogo com o peronismo, com quem convergia quanto às críticas ao liberalismo do governo general Aramburu. Estes fatos geravam polêmicas no seio da própria União Cívica Radical, revelado no mês de novembro de 1956.

Conforme Albino Gómez, na ocasião da Convenção da UCR um forte racha:

*Ocorre al anunciar-se la candidatura presidencial de Arturo Frondizi. Los otros posibles candidatos eran Amadeo Sabatini y Ricardo Balbín, pero una maniobra hecha por los intransigentes partidarios de Frondizi logró imponer a su candidato. Tanto Sabatini como Balbín discrepaban con Frondizi por su posición crítica con respecto al gobierno da Aramburu, y porque además tendia lazos hacia el peronismo. Es que en realidad, la posición de Balbín y de sus seguidores era de colaboración con el gobierno, donde ya algunos radicales ocupaban cargos de importancia en ese momento, y además, netamente contraria a cualquier entendimiento con el peronismo.<sup>76</sup>*

Em janeiro de 1957, um forte discurso pronunciado por Frondizi selaria a divisão do radicalismo em dois grupos: a União Cívica Radical do Povo - UCRP, liderada por Ricardo Balbín, de feição mais liberal e que reprovava qualquer aproximação com o peronismo; e a União Cívica Radical Intransigente – UCRI, liderada pelo próprio Frondizi e que havia optado pela linha de aproximação com o peronismo, com base no tradicional programa nacional e popular do radicalismo. O primeiro embate das duas facções ocorreu em abril de 1957, quando o governo convocou eleições constituintes para reformar a Constituição de 1853, tendo em vista que a Constituição Peronista de 1943 havia sido anulada.

O resultado daquele processo eleitoral no total de votos revelava que a UCRP tivera 2.106.524 votos, enquanto que a UCRI teve 1.847.603 votos. Apesar de não ter a maioria dos votos, o caráter proporcional e distrital das eleições garantiu a UCRI uma bancada de 77 constituintes contra 75 da UCRP. Porém, o grande vencedor destas eleições foi o general Perón, que do exílio orientou o voto em branco, que acabou tendo 2.115.861 votos.<sup>77</sup>

A Assembléia Constituinte, instalada em agosto de 1957 na cidade de Paraná, foi um fracasso. A UCRI manteve todo o tempo a sua postura de questionar a legitimidade desta e o resultado foi a sua dissolução em 14 de novembro de 1957 após a introdução de pequenas emendas a Constituição, entre estas a mais importante foi a incorporação dos direitos sociais, que passaram a fazer parte do artigo 14.<sup>78</sup>

---

<sup>76</sup> GÓMEZ, Albino. *Arturo Frondizi: el último estadista. La vigencia de un proyecto de desarrollo*. Buenos Aires: Ediciones Lumieri, 2004, p. 44. Esta é uma importante obra para o entendimento do governo Frondizi, tendo em vista a mescla que o autor faz entre suas análises históricas e trechos de seu diário pessoal, escrito quando exercia a função de assessor do gabinete presidencial. Além, deste cargo, Albino Gómez, anteriormente exercia a função de assessor da Chancelaria Argentina, também, no governo Frondizi.

<sup>77</sup> Idem, ibidem, p. 44-45.

<sup>78</sup> Idem, ibidem, p. 45.

Neste processo dois fatores ficaram evidentes. Primeiro, mesmo proscrito, o peronismo ainda constituía-se na principal força política do país. Já o segundo fator, era o de que a divisão do radicalismo tornava-se irreversível.

E foi assim, neste cenário complexo, que as forças políticas se apresentaram para as eleições de fevereiro de 1958. Tendo, de um lado, a candidatura Frondizi – Gomez, pela UCRI, e, por outro lado, Balbín - Del Castillo, pela UCRP.

Conforme Romero:

Arturo Frondizi entrou no jogo, que sem dúvida era arriscado. Com um discurso moderno, com referências claras aos problemas estruturais do país e uma proposta nova, que enchia de conteúdos concretos os velhos princípios radicais, nacionais e populares, Frondizi se tornou rapidamente uma alternativa para as forças progressistas e para um amplo setor da esquerda. Sua ligação com Rogelio Frigerio introduziu um ângulo importante em seu discurso, ao ressaltar a importância do desenvolvimento das forças produtivas e o papel que os empresários deviam cumprir.<sup>79</sup>

Porém, “a manobra mais audaciosa foi negociar com o próprio Perón seu apoio eleitoral, em troca da suspensão futura das proibições”.<sup>80</sup> Uma manobra realmente audaciosa tendo um contexto em que *“la classe política nacional, imbuída de um sentimiento republicano y democrático descabezado por la proscripción del peronismo, se lanza febrilmente a la conquista de: los ‘herderos de la revolución’ por um lado, y los ‘deudos del tirano’, por outro”*.<sup>81</sup>

Assim, em janeiro de 1958, Rogelio Frigerio, um dos principais expoentes da UCRI e um dos grandes teóricos do *desarrollismo*, encontrou-se com Perón em Caracas, na Venezuela, aonde o general encontrava-se exilado. Na ocasião, foi apresentado o texto do famoso Pacto Frondizi-Perón, ficando o compromisso de Perón de analisá-lo e, posteriormente, comunicar a sua posição. Em 10 de fevereiro, o líder sindical Adolfo Cavalli trazia para a Argentina a “ordem” emitida por Perón de votar em Frondizi. O documento vinha em cinco ou seis vias originais e logo uma centena de cópias seria espalhada por todo o país.<sup>82</sup>

---

<sup>79</sup> ROMERO, Luís Alberto. *História Contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, p. 132.

<sup>80</sup> Idem, *ibidem*, p. 132.

<sup>81</sup> RIPALDA, Adrián Alvarez. *Arturo Frondizi: la doble vía del peronismo*. Buenos Aires: E-Books, 2001, p. 2.

<sup>82</sup> GÓMEZ, 2004, p. 48.



O pacto Frondizi – Perón representou um acerto para quem tinha como pretensão chegar à presidência, mas também, demonstrou a forte liderança de Perón. Os 3.989.478 votos recebidos por Frondizi representavam 45% dos eleitores, uma ampla maioria tendo em vista os 2.526.611 votos, 29% dos eleitores, obtidos por Balbín. Nem mesmo os 800 mil votos em branco, sobretudo, de peronistas que não acataram a ordem do general, serviram de alerta quanto à fragilidade do pacto.

Desta forma, a partir de maio de 1958, como presidente, Arturo Frondizi poderia colocar em prática as suas concepções e o seu programa de governo. Mas que concepções foram estas? E principalmente como se adaptaram a nova realidade?

De um ponto de vista histórico, o programa frondizista sofreu influência da experiência do governo Juscelino Kubitschek no Brasil. Foi propagandeado como um projeto de modernização da sociedade argentina, propondo uma nova lógica para o processo de industrialização sobre a perspectiva *desarrollista*.

A construção do *desarrollismo*, como era intitulado o projeto de Frondizi, partia da crítica da própria estrutura econômica argentina:

(...) É indubitável que na história nacional existem dois fatos fundamentais que contribuem para modelar nossa estrutura econômica, dando-lhe um conteúdo que se traduz em determinadas estruturas sociais e políticas.

Esses dois fatos, que originariamente refletem diferentes causas, são: a) o processo de apropriação da terra. A apropriação da terra determina o sistema de produção agropecuária – característico da época e das condições geográfico-econômicas em que o mesmo se desenvolve – e o regime de propriedade, também característico (latifúndio), que concentra a terra em poucas mãos; b) as inversões estrangeiras, que se constituem as bases materiais da ação econômico-política do imperialismo.<sup>83</sup>

As ligações entre essas duas estruturas, o latifúndio e a exploração imperialista, definiram os limites para o desenvolvimento argentino, criando um setor oligárquico antinacional que integrado ao imperialismo da Grã-Bretanha direcionou os fatores produtivos para os setores agropecuários voltados meramente para a exportação. Isto acabou gerando uma economia frágil e atrasada que não conseguia desenvolver todas as potencialidades das inversões estrangeiras, utilizando-as, não a partir dos interesses nacionais, mas sim, a partir dos interesses do próprio imperialismo.

---

<sup>83</sup> FRONDIZI, Artur. *A luta antiimperialista: etapa fundamental do processo democrático na América Latina*. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1958, p. 48-49.

Conforme Romero, “a retórica incorporava o tema novo do desenvolvimento, associado aos investimentos estrangeiros, e o unia a condenação do imperialismo britânico”. Dessa forma, no seu programa Frondizi “aspirava renovar os acordos, de origem peronista, entre os empresários e os trabalhadores”. Na melhor estratégia peronista “todas as forças do país moderno foram convocadas a se unir em uma oposição aos interesses, locais e externos, forjados na fase agroexportadora”. Sob a bandeira do *desarrollismo*, tentava reconstituir um pacto social, no qual os empresários e os trabalhadores eram “convocados a abandonar a atitude hostil, se integrar e compartilhar, em um futuro indeterminado, dos benefícios de um desenvolvimento econômico gerado pelo capital estrangeiro”.<sup>84</sup>

O tema do capital estrangeiro por sua vez foi uma das grandes contradições do presidente Frondizi. Em 1958, o presidente chamava atenção para o fato de que “não é demais recordar que o capital estrangeiro procede geralmente como agente perturbador da moral, da política e da economia argentina”.<sup>85</sup> Porém, a situação econômica do país encontrada após a sua posse colocava os capitais estrangeiros como fundamentais para implementação do *desarrollismo*.

A economia argentina, ao longo da segunda metade dos anos 1950, havia perdido muito de sua capacidade diante da crescente deterioração dos termos de troca entre os produtos industrializados importados e os produtos agrícolas exportáveis. Esta situação se agravou com a estratégia dos “continuístas”, aqueles que queriam a continuidade de um governo que seguisse o projeto liberal-conservador da Revolução Libertadora. Diante da resistência da maioria dos militares, a proposta de não entregar o poder a Frondizi em 1º de maio de 1958, estes definiram a posição de que até a posse não seria tomada nenhuma medida em relação à crise econômica que se apontava.

Conforme Paradiso,

Quaisquer se tenha sido os motivos, a verdade é que a gestão econômica da Revolução Libertadora esteve longe de ser exitosa. Quando Arturo Frondizi assumiu o poder, em maio de 1958, a situação do setor externo, pressionado por uma indústria que continuava exigindo volumes crescentes de insumos, bens de capitais e um setor agrário que custava a responder aos incentivos recebidos, continuava sendo um dos capítulos mais importantes. Planejou-se, assim, uma estratégia apoiada, fundamentalmente na integração do setor manufatureiro, com a substituição de bens intermediários, em especial combustíveis, aço, papel e produtos químicos. Esperava-se contar com um fluxo maciço de capitais externos, reservando-se às exportações

---

<sup>84</sup> ROMERO, 2006, p. 132.

<sup>85</sup> FRONDIZI, 1958, p. 55.

um lugar relativamente menos importantes. Uma circunstância que facilitou a condução desta política foi o papel que começavam a ter as empresas multinacionais, que se voltavam para a região, motivadas pela impossibilidade de aproveitar os mercados internos, protegidos por altas barreiras aduaneiras.<sup>86</sup>

O capital estrangeiro passou a ser buscado a partir da exportação sob a forma de crédito ou empréstimo. Segundo Frondizi, esta forma permite ao país solicitante utilizá-lo “sem intervenção do país que emprestou, de modo a poder adquirir bens de produção de acordo com suas necessidades”, podendo o país que recebe crédito “decidir comprar máquinas, que entregará a particulares ou a organizações de propriedade do Estado” o que “facilitará o processo de capitalização social”. Nessas formas “o capital estrangeiro não apresenta o mesmo grau de periculosidade que a inversão privada direta, porquanto se inversão se realiza com bom critério econômico, será mais fácil a capitalização nacional”.<sup>87</sup>

Assim, com base em um programa econômico emergencial elaborado pela equipe de Rogelio Frigerio, então Secretario de Assuntos Econômicos e Sociais, Frondizi iniciou a implantação do *desarrollismo*. O impacto do programa foi significativo no seu primeiro ano de governo, sobretudo, a partir das leis de permanência de capitais estrangeiros e de promoção industrial, nas quais “garantia-se aos investidores estrangeiros liberdades para a remessa de lucros e também para repatriar o capital”. Ao mesmo tempo foi “estabelecido um regime especial para investimentos em setores considerados chave para a nova etapa de desenvolvimento: siderúrgico, petroquímico, de celulose, automotor, energético e petrolífero”. Este último considerado o maior gargalo do crescimento industrial. Para esses investimentos “haveria tratamento preferencial em questões de direitos aduaneiros, créditos, impostos, fornecimento de energia e compras do Estado, assim como na proteção tarifária do mercado local”.<sup>88</sup>

Como resultado deste processo teve, por um lado, um aumento significativo dos investimentos estrangeiros, que em 1957 foram de 20 milhões de dólares, indo para impressionantes 248 milhões de dólares em 1959, e alcançando 348 milhões de dólares nos anos seguintes. Da mesma forma a “produção de aço e de veículos automotores cresceu de forma espetacular e a auto-suficiência em petróleo quase foi atingida”. Por outro lado, a “forte expansão provavelmente intensificou a crise cíclica trienal – as anteriores foram as de 1952 e

---

<sup>86</sup> PARADISO, José. 2005. *Um lugar no mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 197-198.

<sup>87</sup> FRONDIZI, 1958, p. 86.

<sup>88</sup> ROMERO, 2006, p. 133-134.

1956 -, anunciada no fim de 1958 por uma forte inflação e sérias dificuldades na balança de pagamentos”.<sup>89</sup>

Estes sinais de crise fizeram com que o governo Frondizi pedisse ajuda ao FMI e ao Exibamk, que, por sua vez, haviam visitado a Argentina em junho e julho de 1958 para verificar a situação econômica do país.

*(...) los representantes de dichas instituciones pusieron como condición para el otorgamiento de créditos la previa instrumentación de un riguroso programa de estabilización económica. El hecho colocaba a Frondizi en una situación delicada, dado que, por un lado, la condición exigida postergaría su plan de desarrollo y provocaría la oposición del movimiento obrero y, por el otro, la aprobación del FMI a su plan económico era un factor indispensable para generar la confianza de los inversores extranjeros que el presidente necesitaba atraer.*<sup>90</sup>

Após um período de contrariedade o presidente acabou aceitando o Plano de Estabilização. Em 29 de dezembro de 1958, era anunciado o *Plan de Estabilización Económica Nacional*. Em junho de 1959, assumia o Ministério da Economia o engenheiro Álvaro Alsogaray, um porta-voz das correntes liberais.<sup>91</sup> Ele aplicou um programa ortodoxo de desvalorização, congelamento de salários e eliminação de controles e regulamentações estatais, que acabou gerando uma forte redução na renda dos trabalhadores, da ordem de 29%, bem como, um desemprego generalizado. Aqui se rompia o pacto de Frondizi com o peronismo.

Essa ruptura acabaria se agravando com a concessão da exploração do petróleo ao capital estrangeiro, fato que levou Perón a divulgar publicamente o teor do pacto. A divulgação acabou gerando um forte tensionamento entre Frondizi e os militares antiperonistas, os *gorillas*.

Os militares se constituíram com os grandes tuteladores do governo Frondizi, cuja vitória viram com desconfiança. Desconfiança esta que aumentava cada vez que se tocava no tema da proscricção peronista. Para os militares o governo não agia de forma enérgica para

<sup>89</sup> Idem, ibidem, p. 134.

<sup>90</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, 2000.

<sup>91</sup> Álvaro Alsogaray era um defensor da chamada Economia Social de Mercado, elaborada pelo economista alemão Ludwig Erhard. Conforme Alsogaray, a Economia Social de Mercado “*Implica restablecer la coherencia entre las ideas liberales en política y las nuevas ideas liberales en economía. Estas últimas no tienen nada que ver en la práctica con el Liberalismo Absoluto que ya hemos comentado. Constituye una doctrina moderna en la cual el Estado y la planificación tienen un importante papel que jugar aún en el campo económico, pero en la que la regimentación burocrática es substituida por el libre juego de las fuerzas del mercado*”. Ver: ALSOGARAY, Alvaro C. *Bases para la acción política*. 3 ed. Buenos Aires: Editorial Atlandida, 1972, p. 18-19.

fazer cumprir a proibição das manifestações peronistas e agora com as declarações de Perón o motivo ficava mais claro.

O presidente Frondizi sofreu, ao longo de seu governo, um duplo tensionamento constante. De um lado, estava à extrema-direita *gorillista*, que avaliava o governo como simpático ao peronismo e ao comunismo. De outro lado, o extremismo peronista, que via o presidente como um traidor, sobretudo, do pacto feito com Perón as vésperas da eleição presidencial. Numa conjuntura em que ambas as posições buscavam a desestabilização do governo, o presidente tentava colocar em prática o *desarrollismo*, hora tentando agradar os *gorillas*, hora tentando agradar os peronistas, mas sempre buscando ser uma alternativa a esta polarização.

O primeiro grande tensionamento do governo Frondizi ocorreu em torno da questão petrolífera. Em seu livro “*Petroleo y Política*”, escrito em 1955, o presidente defendia que a exploração do petróleo não deveria ser feita mediante concessão, formulando uma forte crítica a política de uso do capital estrangeiro na exploração do produto. Porém, ao assumir o governo, sob a justificativa de falta de equipamentos para realização da extração do petróleo, “*anunció su nueva política petrolera, encaminada para el autoabatecimiento, sobre la base de contratos com compañías extranjeras*”.<sup>92</sup>

A oposição atacou a medida considerando-a uma entrega do patrimônio nacional. Aqui tanto a UCRP, quanto os peronistas estiveram unidos nas críticas ao “entreguismo” de Frondizi, que por sua vez as respondia defendendo “um nacionalismo de fins” contra o “nacionalismo de meios”, explicando que a concessão para extração não representava a concessão do petróleo, mas sim, de uma única tarefa e que o problema consistia nos custos da importação de petróleo que naquele momento representava 21% das importações do país.<sup>93</sup>

Porém, as declarações de Frondizi não eram satisfatórias para o sindicato petroleiro, de influência peronista, que decretou uma greve em Mendonza com a finalidade de anular os contratos petroleiros. Como resposta, querendo acalmar os *gorillas*, Frondizi declarou ilegal o movimento, denunciando-o como um complô comunista e peronista para derrubá-lo, implantando o Estado de Sítio. Ao mesmo tempo utilizou o Exército para reprimir os

---

<sup>92</sup> GÓMEZ, 2004, p. 61.

<sup>93</sup> Idem, ibidem, p. 62.

grevistas, prendendo dezenas de sindicalistas, entre eles os que negociavam o final da greve, de forma bastante avançada, com Rogelio Frigerio.<sup>94</sup>

Na seqüência, diante da pressão dos *gorillas*, que o consideravam próximo ao peronismo e ao comunismo, Rogelio Frigerio renunciou ao cargo de Secretário de Assuntos Econômicos e Sociais, passando a atuar como assessor da presidência. A renúncia foi algo meramente formal, pois, informalmente Frigerio continuaria a ser a figura mais influente do governo, sendo responsável pela chamada “Usina”, como fora denominada sua equipe por constituir-se na fonte de toda a energia, de todas as idéias e de todas as estratégias do governo.<sup>95</sup> Mas, mesmo mantendo a influência interna no governo, a renúncia “*abrió una herida grave en la alianza con el sindicalismo peronista*”.<sup>96</sup>

Por sua vez, na mesma época da renúncia de Frigerio, também ocorrera à renúncia do vice-presidente Alejandro Gómez. A situação deste ficara complicada diante das denúncias feitas pelo Ministro do Interior, Alfredo Vitolo, de que estaria vinculado aos setores que conspiravam rumo à promoção de um golpe de Estado contra Frondizi. Aqui se perdia, também, o único canal de diálogo com a UCRP.

Assim, Frondizi, ao longo dos primeiros anos de governo, com a idéia de procurar se demonstrar duro em relação às manifestações dos sindicatos abriu uma brecha muito grande para o exercício da tutela por parte dos *gorillas*. Para consolidar esta estratégia, inclusive, decretou, em 27 de setembro de 1959, a dissolução e o cancelamento do registro eleitoral do Partido Comunista.<sup>97</sup>

Desta forma, os militares, principalmente, após Carlos Sendero Toranzo Montero, o mais duro líder antiperonista, tornar-se comandante-chefe do Exército, acabaram aumentando a tutela sobre o governo. Ao mesmo tempo, a política externa independente, principalmente as posições sobre Cuba, fazia aumentar cada vez mais a desconfiança *gorillistas*. Os peronistas por sua vez, não entendendo que um golpe estava na iminência, não recuaram em sua posição aumentando as críticas ao governo. Alguns setores da chamada esquerda peronista inclusive, sob passaram a utilizar-se de métodos de guerrilha e a fazer pequenos atentados terroristas.

---

<sup>94</sup> Idem, ibidem, p. 65.

<sup>95</sup> Idem, ibidem, p. 82.

<sup>96</sup> Idem, ibidem, p. 65.

<sup>97</sup> RIPALDA, 2001, p. 10.

Nem mesmo a demissão de Alsogaray, o que Frigerio considerou um erro de cálculo político da parte do presidente, pois gerou um forte descontentamento por parte dos setores liberais do *gorillismo*, serviu para acalmar os brios peronistas. Estes se manifestaram novamente em oposição ao Plano de Racionalização da Empresa Ferroviária, segundo o qual, algumas atividades consideradas complementares foram terceirizadas, o que levou a uma forte greve que se iniciou em 26 de outubro de 1961.

Após, inúmeras tentativas de negociação, solicitando inclusive a intermediação da Igreja, “*Fronidizi, firmó, el 1º de noviembre, un decreto que habilitó la intimación al personal ferroviaria a la reanudación de sus tareas*”. Ao mesmo tempo, “*lanzo el Plan Conintes (Comoción del Orden Interno del Estado) a través del cual se detuvo a los principales líderes ferroviarios*”.<sup>98</sup> Novamente, Frondizi optava pela repressão como forma de conter as manifestações populares, que, apesar da ação policial, somente terminou em 11 de dezembro de 1961, com a mediação do monsenhor Antonio Caggiano. A greve ferroviária teve alto custo para o governo, com as saídas do ministro da economia Roberto Alemann e do ministro de obras públicas, Arturo Acevedo.

Diante deste cenário polarizado é que temos a conjuntura pré-eleitoral de 1962. Naquela ocasião, veio à tona a questão da proscricção do peronismo e o presidente tinha duas possibilidades: manter a proscricção, deixando o peronismo fora da disputa; ou levantar a proscricção e tentar derrotar o peronismo e o antiperonismo pela via democrática. Esta segunda opção foi a que Frondizi julgou ser a mais apropriada, o que demonstrava, conforme Ripalda, que o presidente tinha confiança em ter afirmado um *frondizismo* como alternativa a polarização estabelecida pós-1955.<sup>99</sup> Nesse ponto, Frondizi subestimava o potencial eleitoral do peronismo e o fato de que uma vitória deste era inadmissível para aqueles que derrubaram Perón em 1955.

As eleições transcorreram normalmente, em 18 de março de 1962, tendo o seguinte resultado:

*En las elecciones parciales para legisladores y gobernadores, el peronismo gana diez de las catorce gobernaciones, entre ellas la de Buenos Aires. En el plano legislativo, los resultados no fueran tan desastrosos para el gobierno. La UCRI perdió la provincia de Buenos Aires pero ganó la Capital Federal, seguida por la Unión Popular. La UCRP entró en tercera. La UCRI también ganó em Entre Rios,*

<sup>98</sup> BARTELT, Mercedes Garcia. Frondizi y un plan de racionalización. In: *La Nación*, 25/02/2003, p. 8.

<sup>99</sup> Esta é a tese central da obra de Ripalda (2001).

*La Pampa, Corrientes, Santa Cruz y Tierra del Fuego. Los conservadores se mantuvieron triunfantes en Mendoza y la UCRP en Córdoba, con la fórmula Illia-Páez Molina. En la provincia de Buenos Aires se impuso la fórmula del Frente Justicianista: Framini-Anglada (...).*<sup>100</sup>

A composição para deputados, somada toda a votação nacional, ficara da seguinte forma: os peronistas somaram 2.530.238 votos, totalizando 45 representantes na Câmara Baixa; a UCRI obteve 2.422.516 votos, totalizando 34 representantes; a UCRP obteve 1.802.483 votos, totalizando 7 representantes.<sup>101</sup>

Como podemos ver, os peronistas foram os grandes vencedores do processo eleitoral, que resultou num grande fracasso para a UCRP, por sua vez o governo, mesmo tendo conseguido ampla vantagem em relação aos conservadores, tentava contornar ao máximo a situação para aclamar os ânimos do *gorillismo*.

Tentando evitar o golpe, Frondizi interveio nas províncias nas quais os peronistas haviam vencido, promoveu mudanças em seu gabinete presidencial, buscou no general Aramburu a figura do mediador com os partidos políticos de oposição, rompeu com Cuba, enfim procurou mais uma vez ceder às pressões conservadores.

Porém, nenhum resultado foi suficiente para brevar o golpe que foi dado em 28 de março de 1962. Frondizi, agora deposto, era levado pelo chefe da Casa militar para a prisão na ilha de Martín Garcia. Este seria o fim da tentativa de por em prática o *desarrolismo* na Argentina.

## **1.2 Brasil: Entre o Reformismo e o Golpismo Liberal-Conservador**

Em 24 de agosto de 1954, após o presidente Getúlio Vargas cometer suicídio era divulgada a sua Carta Testamento com o seguinte teor:

Mais uma vez as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam; e

<sup>100</sup> GÓMEZ, 2004, p. 221.

<sup>101</sup> Os dados eleitorais do conjunto das eleições podem ser visto em: RIPALDA, 2001, p. 46-47.



não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a Justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás, mal começa esta a funcionar a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o povo seja independente.(...) Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo e renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. (...) Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo, de quem fui escravo, não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue terá o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.<sup>102</sup>

Quase dez anos depois, em 2 de abril de 1964, o jornal *Tribuna de Imprensa*, de propriedade do então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, publicaria o seguinte editorial:

Escorraçado, amordaçado e acovardado deixou o poder como imperativo da legítima vontade popular o Sr. João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comuno-carreiristas-negocistas-sindicalistas. Um dos maiores gatunos que a história brasileira já registrou, o Sr. João Goulart passa outra vez à história, agora também como um dos grandes covardes que ela já conheceu. Temos o direito de dizer tudo isso do Sr. João Goulart porque não lhe racionamos os adjetivos certos, por mais contundentes que fossem, na hora em que ele dominava o poder, e posava de líder Todo-Poderoso da Nação. Como não nos intimidamos na hora em que Jango e os comunistas estavam por cima e amargamos até cadeia, não precisamos nem fazer a demagogia da generosidade. Mesmo porque não pode haver generosidade nem contemplação com canalhas. E Jango, Jurema, Assis Brasil, Arraes, Dagoberto, Darcy Ribeiro, Waldir Pires e toda a quadrilha que assaltou o poder não passam de canalhas. E além de canalhas, covardes. E além de covardes, cínicos. E além de cínicos, pusilânimes. E além de pusilânimes, desonestos. (...) Agora que o País se livrou do fantasma da comunização podemos repetir o que vínhamos dizendo exaustivamente: todo comunista é covarde e mau caráter. Os episódios de agora vieram provar que estávamos cobertos de razão. (...) começa hoje uma nova era para o Brasil. Confiemos no espírito público dos homens que salvaram a democracia brasileira, e no discernimento e superioridade com que o marechal se conduzirá nos próximos 22 meses.<sup>103</sup>

<sup>102</sup> Carta-testamento (cópia datilografada) divulgada imediatamente após o suicídio de Vargas, em 24 de agosto de 1954 (GV c 1954.08.24/2).

<sup>103</sup> EDITORIAL. *Tribuna de Imprensa*, 02/04/1964.

Este dois documentos são amostras da polarização vivida pelo Brasil ao longo do período de 1945 a 1964. Para além de uma suposta “democracia populista” ou de uma “República Populista”,<sup>104</sup> na qual predominava a suposta “massa atrasada”, manipulada por políticos oportunistas e por sindicatos pelegos, o período foi de intensa mobilização democrática polarizada em projetos opostos para o Brasil.<sup>105</sup> Um período em que os trabalhadores, muito mais do que serem meros instrumentos de manipulação, constituíam-se como sujeitos do processo histórico, identificando-se com os projetos que estivessem mais de acordo com os seus desejos e necessidades, entre eles o de garantia da legislação trabalhista. Para estes, o final do Estado Novo, bem como as conquistas adquiridas ao longo daquele período, parecia ter despertado uma cidadania contida e um senso de que as mudanças eram possíveis, de que era o momento de superar o subdesenvolvimento.

Conforme Lucília de Almeida Neves,

Esperança, reformismo, distributivismo e nacionalismo eram elementos integrantes da utopia desenvolvimentista que se constituiu como signo daquela época. Portanto, a conjuntura delimitada pelos anos 40 e início dos anos 60 foi caracterizada pela crença de expressivos segmentos da sociedade civil brasileira de que a modernidade só seria alcançada se apoiada em um programa governamental sustentado pela industrialização, por políticas sociais distributivistas e por efetiva defesa do patrimônio econômico e cultural do país.<sup>106</sup>

Porém, nem todos estavam dispostos a estas transformações e aos poucos, muito além da pluralidade partidária, dois grandes pólos opostos se configuravam. De um lado, aquele que se configurava em torno do inicialmente chamado getulismo, e posteriormente, trabalhismo e seus apoiadores, inclusive na esquerda socialista e comunista. Um projeto marcado pelo nacionalismo, pela industrialização com base em bens de capital, pelo fortalecimento do capitalismo nacional, pela criação de empresas estatais em setores estratégicos, pela legislação de proteção social. De outro lado, o liberalismo conservador

<sup>104</sup> Como indicam os clássicos de Octávio Ianni e Francisco Weffort. Ver: IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

<sup>105</sup> Para uma crítica ao conceito de populismo ver: GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.), 2001; FERREIRA, Jorge. O nome e as coisas: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.), 2001; REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.), 2001; a própria coletânea, FERREIRA, Jorge (org.), 2001; e um dos estudos pioneiros: GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

<sup>106</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 172.

antigetulista e antitrabalhista, que via na defesa da abertura irrestrita ao capital estrangeiro e na organização da economia a partir das leis do mercado como única forma de desenvolver o País. Estes se posicionavam contrários a qualquer projeto de distribuição de renda e de expansão da cidadania.<sup>107</sup>

Este projeto liberal-conservador se via representado fundamentalmente nas organizações empresárias, no Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD, nas organizações anticomunistas, e na União Democrática Nacional – UDN,<sup>108</sup> entre outras entidades e instituições de pensamento conservador. Estes se viram representados no governo de Eurico Gaspar Dutra que, mesmo tendo sido eleito pela aliança Partido Social Democrático-Partido Trabalhista Brasileiro (PSD/PTB),<sup>109</sup> governou a partir de uma plataforma que priorizou a entrada do capital estrangeiro e o alinhamento automático aos Estados Unidos na Guerra Fria. Isto, inclusive, o levou a caçar o registro do Partido Comunista do Brasil (PCB). Também, se viu representado, desta vez de forma condicionada pelo fantasma das manifestações populares pós-suicídio de Vargas, no breve governo de Café Filho. Mas, a grande marca das forças sociais que compuseram em torno deste projeto, foram as constantes tentativas de golpe em 1954, 1955, 1961, bem como, o vitorioso golpe de 1964.<sup>110</sup>

A estratégia golpista do bloco liberal-conservador se constituiu diante das constantes derrotas eleitorais da UDN, tanto nas eleições presidenciais, quanto as constantes derrotas nas eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados.<sup>111</sup> Esta estratégia fora construída nos

<sup>107</sup> Sobre estes projetos opostos ver: FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 303-304.

<sup>108</sup> Sobre a UDN ver: DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG/PROED, 1986.

<sup>109</sup> Ambos partidos, PSD e PTB, foram fundados pelos apoiadores de Getúlio Vargas no contexto da redemocratização ao final do Estado Novo. PTB abrangendo os sindicalistas e os membros da estrutura do Ministério do Trabalho e o PSD pelos interventores regionais e pelas oligarquias regionais pró-Vargas. Ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicato, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996; HIPÓLITO, Lúcia. PSD: de raposas e reformistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

<sup>110</sup> Ver: FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>111</sup> Em 1945, candidato da UDN a presidência, Eduardo Gomes, teve 34,74% dos votos, ficando atrás de Eurico Gaspar Dutra, do bloco PSD-PTB, que teve 55,39% dos votos. Em 1950, o candidato udenista foi novamente Eduardo Gomes que teve 21% dos votos, contra 48,7% de Getúlio Vargas. Em 1955, o candidato da UDN foi Juarez Távora e teve 30,26% dos votos contra 35,7% dos votos de Juscelino Kubitschek. Somente em 1960, é que o candidato apoiado pela UDN, Jânio Quadros do pequeno PDC é que conseguiu se eleger presidente com

anos do segundo governo do presidente Getúlio Vargas. O ex-ditador representava a antítese geradora da fundação da UDN, caracterizado como um partido antigetulista. Naquele contexto o projeto nacional-estatista colocado em prática pelo presidente, bem como, as mobilizações populares favoráveis à ampliação dos direitos da cidadania representavam o oposto ao projeto udenista. Diante deste quadro e das dificuldades econômicas que o governo Vargas enfrentou para implantar o seu programa, os liberais-conservadores optaram por uma forte campanha liderada por Carlos Lacerda e pelo jornal *Tribuna de Imprensa*. Nesse processo tiveram a adesão de outros grandes jornais como *O Globo*, visando à desestabilização do governo e a derrubada do presidente. Porém, o suicídio de Vargas e as intensas manifestações populares que seguiram ao anúncio de sua morte, levaram os golpistas a recuarem na sua estratégia.

Um ano depois, as intenções golpistas voltaram à tona com tentativa de não dar posse ao presidente eleito Juscelino Kubitschek. Na ocasião o então presidente Café Filho deixou o cargo por razão de saúde e no seu lugar assumiu o presidente do Congresso, o udenista Carlos Luz, com forte ligação com o golpismo. Sob o argumento de que o presidente eleito não atingira a maioria dos votos, Carlos Luz tentava uma manobra para não dar posse a Juscelino, identificado como alguém que daria continuidade ao getulismo. Porém, a intervenção do Ministro do Exército, General Henrique Teixeira Lott, que defendia a utilização das armas se necessário fosse para garantir a legalidade, acabou derrotando novamente às intenções golpistas.

Assim, Juscelino Kubitschek tomou posse pretendendo colocar em prática o seu projeto de fazer o Brasil crescer “50 anos em 5”. O clima tenso a cerca da posse levou o governo Juscelino Kubitschek a ter um perfil mais conciliador. Apoiado na aliança PSD-PTB, com apoio dos sindicatos e dos comunistas,<sup>112</sup> conseguiu ir além de sua base de sustentação original tendo amplos apoios também na UDN. O seu objetivo principal de acelerar a industrialização era simpático a conjuntos significativos de forças sociais.

---

48% dos votos, porém, o candidato à vice Milton Campos, ligado a UDN, sofreu uma esmagadora derrota para o candidato do PTB, João Goulart. Os resultados da UDN para a Câmara dos Deputados podem ser vistos em: DELGADO, 2003, p. 142.

<sup>112</sup> O PCB considerou equivocada a sua posição ao longo do governo Vargas, não compreendendo que se tratava de um governo oposto ao imperialismo norte-americano, uma posição que somente foi revista alguns dias antes do suicídio do presidente. Conforme Gorender: “O governo JK caracterizou-se pela ausência de presos políticos e pela liberdade de imprensa. Havia, portanto, um clima de descontração. Deste modo, as forças políticas podiam atuar sem constrangimentos. Então o PCB, considerando que o governo JK apresentava a perspectiva de um desenvolvimento progressista do País, resolveu apoiá-lo condicionalmente”. Cf. RAMPINELLI, Waldir José. O PCB e sua atuação nos anos 1950: Entrevista com Jacob Gorender. In: *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45. São Paulo, 2003, p. 303-309.

Para Skidmore, a “estratégia de Kubitschek merece o rótulo de ‘nacional desenvolvimentista’”, quando “reforçando os propósitos e as ações do governo havia um apelo ao senso de nacionalismo”.<sup>113</sup>

Esta também é a visão de Vânia Moreira para quem,

Ao perfil desenvolvimentista de Juscelino somava-se outro: o nacionalismo. Esse lado do presidente e de sua administração expressava-se também por meio de uma linguagem específica, defensora do desenvolvimento nacional, dos interesses nacionais, das forças nacionais etc. Mas foi sobretudo a aliança política que JK estabeleceu com partes significativas do chamado movimento nacionalista que garantiu à sua plataforma política o epíteto de ‘nacionalista’.<sup>114</sup>

Este nacionalismo foi reforçado nos debates e na ruptura com o FMI. Nem mesmo as críticas de setores de esquerda, sobretudo, do chamado nacional-estatismo, a forte internacionalização da economia mediante a atração de capitais estrangeiros e o modelo oligárquico de desenvolvimento rural, conseguiram abalar a base de sustentação do governo.

Conforme Skidmore, o “sucesso da política econômica de Kubitschek foi o resultado direto de seu sucesso no sentido de manter a estabilidade política”, cujo segredo “residia na marcante habilidade de Kubitschek em encontrar alguma coisa para cada um, enquanto evitava qualquer conflito direto com seus inimigos”.<sup>115</sup> Desta forma, Juscelino Kubitschek conseguiu terminar o seu mandato com um sentimento de aprovação popular e a imagem de um grande empreendedor, reforçada pela construção de Brasília, a nova capital, um projeto que parecia utópico para boa parte da população. Em 1961, entregou o cargo ao seu sucessor prometendo um retorno a presidência em 1965, o que acabou não ocorrendo devido ao Golpe Civil-Militar de 1964.

As preparações das eleições de 1960 ocorreram em um contexto de muitos dilemas tanto para a situação como para a oposição. Do lado do governo, o projeto nacional-desenvolvimentista dava sinais de esgotamento, a atração de investimentos estrangeiros proporcionou um rápido crescimento industrial, porém, este crescimento não representou um aumento significativo do poder de consumo da classe trabalhadora, sobretudo, dos

<sup>113</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 207.

<sup>114</sup> MOREIRA, Vânia Maria Lousada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 161.

<sup>115</sup> SKIDMORE, op. cit., p. 207.

trabalhadores rurais. Dessa forma, a inflação e a estagnação econômica começam a dar sinais já nos últimos anos do governo Juscelino Kubitschek. Para piorar a situação, o PSD e o PTB não possuíam um nome de grande popularidade que pudesse garantir uma tranqüila vitória eleitoral. Do lado da oposição, a UDN se via diante de um quadro em que as sucessivas derrotas eleitorais, bem como, a falha nas duas tentativas de golpe anteriores, haviam desgastado o partido junto ao eleitorado. Ao mesmo tempo, os udenistas também não possuíam um forte candidato.

A saída foi, tanto governo como oposição, recorrerem a nomes não muito tradicionais na política nacional. A aliança PTB-PSD lançou como candidato o general Henrique Teixeira Lott, apostando no seu prestígio de militar nacionalista e no capital político<sup>116</sup> adquirido por este no episódio da defesa da posse de Juscelino Kubitschek, em 1955. Já a UDN se viu numa tarefa mais complexa, tendo decidido apoiar o ex-prefeito e governador de São Paulo, Jânio Quadros do pequeno Partido Democrata Cristão (PDC).

Apesar de não ser uma figura tradicional da política nacional, Jânio Quadros tinha na bagagem o fato de ter derrotado a sensação de votos Ademar de Barros na eleição para o governo de São Paulo em 1954. Por sua vez, Jânio Quadros colocava-se como um político alheio aos partidos, tendo somente aceito a candidatura depois de conseguir o consentimento tanto da UDN como do PDC de que poderia adotar na campanha e no governo uma linha independente aos próprios partidos. Como podemos ver, Jânio Quadros fugia completamente a tradição udenista, se colocando muito mais como um crítico da corrupção e da ineficiência burocrática do que como um antitrabalhista.

Desta forma, as eleições apresentaram dois políticos não muito convencionais. De um lado, o general Lott e a sua tradição de militar legalista e nacionalista, representado pelo símbolo da espada. De outro lado, Jânio Quadros e o moralismo da promessa de varrer a corrupção e as injustiças sociais, representado pela vassoura. Uma eleição atípica, na qual nem mesmo o cruzamento das chapas representado pelos comitês “Jan-Jan” propondo a fórmula mesclada Jânio Quadros e João Goulart para presidente e vice, constrangia os partidos.

---

<sup>116</sup> Aqui utilizo o conceito de capital político conforme a definição de Pierre Bourdieu para quem: “O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem”. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 187.

A vitória de Jânio Quadros e a sua posse foram recheadas de incertezas sobre o seu governo. A postura de candidato independente e o fato de ter sido eleito como vice, João Goulart, um representante do programa trabalhista, reforçavam estas desconfianças. Eleito para conter os avanços do nacionalismo representados no general Lott, Jânio Quadros assumiria o governo com indícios de ser o “cavalo de tróia” das elites.

O governo de Jânio Quadros, porém, não foi nem uma coisa, nem outra. Reforçando o que havia dito na campanha, atacou constantemente a ineficiência da burocracia do Estado, considerada atrasada para um país em rápido desenvolvimento. No campo econômico a preocupação com a inflação foi o grande carro chefe de sua política de feição ortodoxa, buscando a aprovação de créditos internacionais junto ao FMI. Nesse sentido, lançou, em março de 1961, um conjunto de medidas formuladas em um programa antiinflacionário, entre estas, uma reforma cambial que desvalorizou o cruzeiro em 100%, a redução dos subsídios para importação, novos investimentos no setor exportador e o congelamento de salários. Estas medidas impopulares levaram o governo a conseguir, entre maio e junho, a confiança dos credores internacionais.

Desta forma, o governo Jânio Quadros parecia corresponder às expectativas, tanto da UDN, como do novo presidente dos Estados Unidos John Kennedy, que via no presidente brasileiro uma alternativa ao cubano Fidel Castro. Esta era a expectativa não somente de Kennedy, mas também dos grandes circuitos financeiros internacionais. Em 3 de janeiro de 1961, o jornal *Folha de S. Paulo* publicava uma matéria destacando as afirmações do jornal inglês *The Evening Standard* para quem “as duas figuras centrais da América Latina serão Jânio Quadros, do Brasil, e Fidel Castro, de Cuba”. Segundo o jornal inglês “Quadros será o campeão da ortodoxia ocidental. Converter-se-á no rival de Castro, na contenda para ganhar a simpatia do continente”.<sup>117</sup>

Se no campo econômico, o presidente Jânio Quadros demonstrou-se como o “campeão da ortodoxia ocidental”, no campo da política externa a recíproca não foi verdadeira. Na América Latina, Jânio Quadros nunca se converteu no “rival de Castro”. Pelo contrário, imbuído de uma concepção que aliava a necessidade de expansão do comércio brasileiro com os princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos, adotou, tendo o chanceler Afonso Arinos de Mello Franco à frente, a Política Externa Independente. Nesse sentido,

---

<sup>117</sup> JORNAL inglês diz que 61 é da América Latina. *Folha de S. Paulo*, 03/01/1961. Disponível via URL em: [http://bd.folha.uol.com.br/bd\\_exemplaresantigos.htm](http://bd.folha.uol.com.br/bd_exemplaresantigos.htm). Acesso em: 03/04/2007.

descartou não somente o alinhamento automático aos Estados Unidos como também representou uma firme oposição às propostas de intervenção em Cuba.

O auge desta posição ocorreu na condecoração, em 19 de agosto de 1961, do ministro cubano Ernesto Che Guevara com a Grã Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul. O ministro Che Guevara, um argentino que se tornou um dos principais líderes da Revolução Cubana, dias antes na Conferência do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Econômico e Social da OEA, realizada em Punta Del Este, no Uruguai, ganhara notoriedade ao desafiar o governo dos Estados Unidos a demonstrar claramente as suas reais intenções com o lançamento da Aliança para o Progresso.

A condecoração do líder comunista representou a ruptura definitiva de Jânio Quadros com a UDN e com Carlos Lacerda. Na própria cerimônia, conforme o jornal *Folha de São Paulo*, “a oficialidade do Batalhão de Guarda recusou-se a acatar as ordens de formar as tropas defronte ao Palácio do Planalto, para a execução dos hinos nacionais dos dois países e a revista”.<sup>118</sup>

Assim, diante da falta de um apoio popular mais orgânico, devido ao seu programa econômico ortodoxo e a ruptura com o liberalismo-conservador, que passara do apoio incondicional na eleição e nos primeiros momentos do governo ao ataque sistemático, o presidente Jânio Quadro buscou a renúncia como forma de tentar se fortalecer no poder. O presidente acreditava que devido ao fato de ter tido uma significativa vitória eleitoral e o temor que a possibilidade de João Goulart assumir a presidência despertaria seriam suficientes para que as elites não aceitassem a sua renúncia, porém, não foi o que aconteceu em 25 de agosto de 1961. O liberalismo-conservador não somente aceitou a sua renúncia como também reacendeu o seu sentimento golpista.

Conforme Reis Filho, em 1961 o panorama golpista começou a ser mais preciso.

O marco foi evidentemente, a tentativa de golpe, mediada pela renúncia, perpetrada por Jânio Quadros. O tiro saiu pela culatra. As elites dominantes já não aturavam mais seus caprichos e atitudes imprevisíveis. Nas eleições de 1960, haviam mobilizado a sociedade a favor de sua figura para conter a onda nacionalista e popular, agrupada em torno da candidatura do marechal Lott. O entusiasmo com a

---

<sup>118</sup> JÂNIO condecora Guevara. *Folha de S. Paulo*, 20/08/1961. Disponível via URL em: [http://bd.folha.uol.com.br/bd\\_exemplaresantigos.htm](http://bd.folha.uol.com.br/bd_exemplaresantigos.htm). Acesso em 03/04/2007.



vitória de Jânio, porém, durara pouco, em face de seus ziguezagues e incoerências. Daí por que aceitaram imediatamente a renúncia e, a partir de então, através dos ministros militares, trataram de impedir a posse do vice-presidente legal, João Goulart, na ocasião, e talvez não por acaso, em viagem oficial a República Popular da China.<sup>119</sup>

João Goulart, o Jango, representava não somente o fantasma da herança política de Getúlio Vargas, de que fora afilhado político e Ministro do Trabalho quando do aumento de 100% do salário mínimo, mas, também representava um trabalhismo mais programático, com fortes ligações com as reivindicações dos movimentos populares, sobretudo, o sindicalismo. Era contra este projeto que o liberalismo-conservador tentou uma manobra golpista coordenada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, pelo ministro da Guerra, Odílio Denys, e por Carlos Lacerda, visando impedir a posse de João Goulart.

Em reação a esta tentativa golpista, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, lançou a Campanha da Legalidade, defendendo a posse de João Goulart nem que fosse necessária uma luta sangrenta. Rumaram para Porto Alegre à vanguarda do movimento nacionalista e popular, a União Nacional dos Estudantes (UNE) transferira a sua sede para a capital gaúcha, a população concentrava-se em frente ao Palácio Piratini, sede do governo estadual. O clima tenso durou cinco dias. Em 31 de agosto de 1961, João Goulart decidiu por uma saída negociada para a crise através da emenda constitucional que instituíra o regime parlamentarista.

Desta forma,

Os golpistas, contra a garantia de que não seriam punidos e de que uma emenda constitucional seria votada, podendo, de forma casuística, os poderes presidenciais de João Goulart. E este último aceitou a castração de suas legítimas atribuições. Impôs-se um parlamentarismo híbrido: a um presidente enfraquecido, associava-se um parlamento fraco. Um convite ao caos. Os radicais de ambos os lados enfureceram-se. À direita, sustentava-se que os golpistas tinham mais força e que, num enfrentamento, ganhariam a parada. À esquerda, lamentava-se a pusilanimidade de Jango, deveria ter aproveitado o momento favorável e infligido derrota histórica a seus inimigos.<sup>120</sup>

Desta forma, João Goulart recebia “um poder mutilado, enfraquecido, quando a situação do Brasil exigia um governo forte, centralizado, para efetuar as mudanças que o

---

<sup>119</sup> REIS FILHO, 2001, p. 325.

<sup>120</sup> Idem, ibidem, p. 326.

desenvolvimento do capitalismo reclamava”.<sup>121</sup> Em um momento em que a espiral inflacionária deteriorava a economia nacional, o presidente se viu impedido de fazer as reformas que se julgavam necessárias para superar os entraves para o desenvolvimento.

Para desgosto dos conservadores, o gabinete do primeiro Ministro Tancredo Neves assumiu feições nacionalistas. Cancelou todas as concessões das jazidas de ferro feitas ao truste norte-americano *Hanna Company*, consideradas ilegais, ao mesmo tempo, o ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, reatou relações com a União Soviética e se negou a aceitar qualquer sanção ou intervenção armada contra Cuba. De mesma forma, no Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola, que em 1959 já havia encampado a Companhia de Energia Elétrica Riograndense, subsidiária da *American & Foreign Power- Bond & Share*, desapropriou os bens da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da *International Telephone & Telegraph – ITT*.

Estes fatos levaram a intensificação das críticas por parte de Carlos Lacerda e dos três ministros militares, Denys, Heck e Grun Moss. Também o governo dos Estados Unidos passou a acompanhar mais de perto a situação política brasileira, intensificando os contatos com sua embaixada.<sup>122</sup> Ao mesmo tempo, conforme Motta, em 1961 teve início o Segundo Grande Surto Anticomunista da história do Brasil Republicano.<sup>123</sup> Porém, outro fato oculto seria mais marcante nesse período, o início das conspirações visando o golpe definitivo de 1964.<sup>124</sup>

---

<sup>121</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 43.

<sup>122</sup> Na verdade os sucessivos governos norte-americanos acompanharam de perto a situação política que se desenvolvia no Brasil ao longo de todo o período entre 1945 e 1964, tendo uma grande preocupação com a influência do comunismo e do nacionalismo no país. Para este fato cabe o importante estudo de Carla Rodeghero sobre o olhar que os diplomatas norte-americanos tiveram dos movimentos anticomunistas brasileiros. Ver: RODEGHERO, Carla Simone, op. cit., 2007. Um comparativo do anticomunismo brasileiro e do anticomunismo norte-americano pode ser visto em: RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. In. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 44, São Paulo, 2002.

<sup>123</sup> Em suas análises Motta revela como a presença do anticomunismo é um traço marcante na história política brasileira, sendo agravado em determinado contexto. Neste sentido o autor identifica no período de 1935/1937 a “primeira grande ‘onda’ anticomunista” e entre 1961 e 1964, “o segundo grande surto anticomunista”. Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o período vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Fapesp/Perspectiva, 2002. Outro importante estudo sobre o movimento anticomunista, porém, o advindo da Igreja Católica pode ser visto em: RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

<sup>124</sup> Para um acompanhamento da conspiração golpista pela visão daquele que precipitou o Golpe Civil-Militar de 1964, ver: MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

Nesta conspiração tinham papel significativo setores do empresariado conservador aliado do capital estrangeiro. Conforme Moniz Bandeira,

Esses empresários articularam o radicalismo de direita e patrocinaram a criação e o funcionamento de entidades como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), em estreito contato com a CIA, que lhes forneceu orientação, experiência e mesmo recursos financeiros, abundantemente, no esforço de corrupção e de intrigas, para influir nas eleições, impor diretrizes ao Congresso, carcomer os alicerces do Governo e derrotar o regime democrático.<sup>125</sup>

A estratégia do golpismo passava pelas eleições de 1962. Estas consistiam num teste para a popularidade da oposição ao governo João Goulart, mas, sobretudo, a vitória das forças conservadoras poderia preparar o clima para a desestabilização do presidente. Desta forma, volumosos recursos foram destinados para candidatos reacionários, principalmente, da UDN e do PSD. Estes recursos eram destinados via IPES e IBAD, através da Fundação Konrad Stiftung, via Fundo do Trigo repassado pela Embaixada dos Estados Unidos. Eram dólares vindo da CIA e das corporações internacionais. Segundo Phyllis Parker, “no Nordeste do Brasil, dinheiro americano era destinado a projetos que iriam beneficiar candidatos governamentais conservadores com a esperança de influenciar aquelas eleições em favor dos anticomunistas”.<sup>126</sup>

Apesar destes imensos esforços o resultado foi uma significativa derrota da UDN e um reforço das posições nacional-reformistas. Miguel Arraes foi vitorioso em Pernambuco, Leonel Brizola obteve grande votação para deputado federal, e no Rio de Janeiro a Aliança Trabalhista-Socialista, formada pelo PTB e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), teve quase o dobro dos votos da UDN. O PTB duplicou sua bancada no Congresso, tendo 29,8% dos votos, ficando muito próximo dos 30,3% do sempre campeão de votos PSD, com uma ligeira vantagem em relação aos 23,4% da UDN, partido que recebera a maior parte dos recursos articulados pelos golpistas.<sup>127</sup>

A boa votação recebida pelo PTB, bem como, o crescimento da Frente Parlamentar Nacionalista representou um impulso para o programa nacional-reformista de João Goulart.

---

<sup>125</sup> MONIZ BANDEIRA, 1978, p. 65.

<sup>126</sup> PARKER, Phyllis R. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 46.

<sup>127</sup> Os resultados podem ser vistos em: DELGADO, 2003, p. 142.

Nesse sentido, se intensificou a campanha para o restabelecimento do presidencialismo, levando a antecipação do plebiscito, anteriormente previsto para o final do mandato presidencial, para o dia 6 de janeiro de 1963. O resultado do plebiscito foi que cerca de 9 milhões de eleitores, num total de 10 milhões, disseram sim ao presidencialismo, impondo uma nova derrota ao liberalismo-conservador. Agora o presidente João Goulart poderia iniciar um governo com poderes restabelecidos.

Porém, duas questões e impunham ao presidente: o fortalecimento da base de sustentação do governo e a crise econômica. Para a primeira questão, a saída foi o fortalecimento da relação institucional com o PSD, a partir da composição de um ministério de perfil técnico orientado por uma percepção de centro-esquerda. Hermes Lima, Almino Afonso, João Mangabeira, Celso Furtado, San Tiago Dantas, entre outros, foram os escolhidos para o novo ministério, cabendo aos dois últimos a implementação de um plano de combate à inflação e a crise econômica, ficando, portanto, com a tarefa de resolver a segunda questão.

Para este fim, Celso Furtado, Ministro sem Pasta (para o Planejamento) e San Tiago Dantas, Ministro da Fazenda, lançaram o Plano Trienal, “que tinha como escopo a continuidade do desenvolvimento do País, dentro de um programa antiinflacionário, cuja essência consistia na preparação de uma recessão atenuada”.<sup>128</sup> Por sua vez, San Tiago Dantas, tomou uma série de medidas para a estabilização da moeda, conforme a orientação ditada pelo FMI. Criou o cruzeiro forte, aboliu os subsídios às importações de trigo e petróleo, tudo tendo em vista a aquisição de novos empréstimos e o reescalonamento da dívida brasileira, o que o levou a Washington para uma difícil negociação.

Retornando dos Estados Unidos, San Tiago Dantas se viu diante do dilema de ter que aprofundar as medidas impopulares do Plano Trienal. Esta situação gerou uma forte divisão na base social de apoio ao governo, pois, “as medidas adotadas de acordo com o receituário do FMI, longe de sustar a inflação, aceleraram a alta do custo de vida, não tendo Goulart condições de conter nem os salários, nem os preços que dispararam”.<sup>129</sup> O governo se via novamente em uma situação política delicada, a sua direita, as oligarquias rurais e comerciais protestavam contra a tramitação do anteprojeto de reforma agrária, a sua esquerda, a UNE, a

---

<sup>128</sup> MONIZ BANDEIRA, 1978, p. 89.

<sup>129</sup> Idem, ibidem, p. 98.

Frente Parlamentar Nacionalista, a Central Geral dos Trabalhadores, fundada em 1962, e o PCB, na semi-legalidade, protestavam contra o Plano Trienal.

A situação culminou com a queda de San Tiago Dantas, representando o abandono das medidas econômicas ortodoxas e a ruptura do caminho de diálogo que o governo estabelecera com os Estados Unidos e com os grupos financeiros internacionais. Desta forma, o governo norte-americano mudou sua posição de apoio à política antiinflacionária brasileira, suspendendo os créditos do país, e adotando o envio direto de recursos via Aliança para o Progresso para estados e municípios que adotassem uma política econômica “responsável”, ou seja, aqueles administrados pela oposição.

Desta forma, não restava outra saída para o governo João Goulart que não fosse à radicalização do projeto nacional-reformista. Naquele contexto, o fechamento do IBAD e do IDEP,<sup>130</sup> juntamente com a Revolta dos Sargentos, que queriam o direito de ser elegíveis, aguçou a luta de classes ao longo dos últimos meses de 1963 e os primeiros meses de 1964. Sendo que a revolta no próprio seio militar levou a tomada de decisão de muitos generais que estavam em cima do muro quanto ao golpismo.<sup>131</sup>

Neste clima de incertezas, o presidente João Goulart resolveu definitivamente partir para a ofensiva e lançou, em 13 de março de 1964, perante uma multidão em torno de 200.000 pessoas que se aglomeravam no Comício da Central do Brasil, as Reformas de Base. Um programa que consistia nas seguintes medidas:

1. Reforma Agrária, com emenda do artigo da Constituição que previa a indenização prévia e em dinheiro, substituindo esta por uma indenização em títulos do governo brasileiro;
2. Reforma Política, com extensão do direito de voto aos analfabetos e praças de pré, segundo a doutrina de que os alistáveis devem ser elegíveis;
3. Reforma Universitária, assegurando plena liberdade de ensino e abolindo a vitaliciedade de cátedra;

---

<sup>130</sup> Após a comprovação do uso de recursos oriundo destes para o financiamento de campanhas eleitorais por uma CPI na Câmara dos Deputados.

<sup>131</sup> Este fato é relatado no livro de Mourão Filho citado acima.

4. Reforma da Constituição para delegação de poderes legislativos ao Presidente da República.
5. Consulta a vontade popular, através de plebiscitos, para o *referendum* das reformas de base.

Este anúncio antecipou os planos golpistas e levou os liberais-conservadores a reclamarem o *impeachment* do presidente. Manifestações de ruas forma organizadas para demonstrar a insatisfação com aquilo que era chamado de a “comunização do Brasil”. As “Marchas da família, com Deus, pela liberdade”, organizadas com forte apelo religioso e anticomunista levaram setores significativos da classe média, castigada pela inflação, as ruas para demonstrarem contrariedade ao governo. Em 19 de março de 1964, aproximadamente 300.000 pessoas participaram da marcha de São Paulo.

Mas, foi a Revolta dos Marinheiros, entre os dias 25 e 27 de março de 1964, no Rio de Janeiro que foi a “gota d’água” para o golpismo, sobretudo, o seu setor militar. Naquela ocasião, reunidos em Assembléia cerca de 1.200 marinheiros declararam greve. A atitude do presidente João Goulart de não reprimir o movimento e posteriormente de anistiar os revoltosos feio fortemente os brios militares dos oficiais superiores, que consideram tal ato uma afronta à hierarquia militar.

Quatro dias depois, o general Olympio Mourão Filho escreveria em seu diário: “Viva o Brasil! Em 31 de março de 1964. Terça-Feira, às 3,50 horas da manhã de Deus”.<sup>132</sup> Iniciaria a marcha rumo à deposição do presidente. Estava em andamento o Golpe Civil-Militar de 1964, mas, não sem o apoio dos Estados Unidos, mobilizados na *Operação Brother Sam* que visava garantir o suporte aos golpistas em uma eventual guerra civil.<sup>133</sup> A deposição e o exílio de João Goulart marcariam a interrupção do processo democrático vivido intensamente no país entre 1945 e 1964. O caminho nacional-reformista de desenvolvimento estava derrotado.

---

<sup>132</sup> MOURÃO FILHO, 1978, p. 371.

<sup>133</sup> Sobre a participação dos Estados Unidos no Golpe Civil-Militar de 1964, além do já citado livro de Phyllis R. Parker, também há uma importante contribuição de Marcos Sá Correia. Ver: CORREIA, Marcos Sá. *1964: visto e comentado* pela Casa Branca. Porto Alegre: L&PM editores, 1977.

### 1.3 Cuba: a Alternativa Socialista

Enquanto Argentina e Brasil buscavam um desenvolvimento de um capitalismo com mais autonomia, em Cuba a dinâmica das lutas sociais fez com que ilha se constituiu-se como a alternativa socialista nas Américas, rompendo com o imperialismo norte-americano e buscando superar cinco séculos de dependência econômica.

Conquistada pela expedição de Diego Velásquez, em 1511, Cuba tornou-se parte do Império Colonial Espanhol, tendo algumas características especiais no primeiro século de sua colonização. O objetivo espanhol de manter a ilha isolada da economia global da época, tornando-a apenas sua dependente, não resistiu a especificidade de sua localização geográfica. O fato de localizar-se no meio do caminho para outras colônias, fazia de Cuba um local de passagem, tanto das expedições espanholas como das inglesas, francesas e holandesas, sobretudo, das frotas de sua “pirataria” oficial.

Esta especificidade de sua localização geográfica, fez com que Cuba passasse a ter um duplo papel para a Espanha. Primeiramente, era o “ponto de partida para outras conquistas espanholas no sul e no oeste – para a Jamaica, Darién, México e o Peru”. Esta função fez com que a ilha se constituísse num imenso vazio, devido, ao fato de ser somente um local de passagem. Posteriormente, com a implantação do regime de frotas, Cuba passaria a desenvolver seu segundo papel, quando “Havana tornou-se o fulcro em torno do qual o comércio espanhol com as Américas deveria girar nos três séculos seguintes”.<sup>134</sup>

Porém, tanto em uma como em outra função, a ilha não constituía uma economia colonial sólida, apesar de ser vista como ponto estratégico e de ter desenvolvido uma série de atividades importantes que dinamizaram Havana após a implantação das frotas, entre estas a indústria de reparos de embarcações. Naquele primeiro século de colonização, havia apenas se desenvolvido em Cuba uma pecuária rudimentar, que sustentava um comércio oficial ou de contrabando de carne, couro, porcos e toucinho defumado, que estabelecia “pouco mais do que uma economia de subsistência”. Apenas Havana e Santiago tinham uma dinâmica diferenciada devido a ter adquirido o *status* de “portão de entrada” dos espanhóis na América.

---

<sup>134</sup> As referências ao período colonial cubano foram retiradas do livro *Cuba: uma nova história* de Richard Gott, sobretudo, dos dois primeiros capítulos. Ver: GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

Dessa forma, Cuba no século XVI, era vista apenas como ponto de passagem para outras regiões mais prioritárias da colonização espanhola.

A situação começou a mudar no século XVII, quando “os colonizadores foram capazes de estabelecer as fundações de uma economia que finalmente lhes traria prosperidade”. Esta prosperidade se daria com o início da produção de açúcar e tabaco na ilha. “Esses dois cultivos, como fonte principal de renda agrícola, começaram a equiparar-se ao gado e, no século XVIII, a dar contribuições substanciais a riqueza da ilha” .<sup>135</sup>

Nos séculos XVII e XVIII, Cuba teve sua situação alterada, pois houve um significativo aumento populacional com o ingresso em maior quantidade da mão de obra escrava para o trabalho nas plantações, bem como, uma nova dinâmica de exploração colonial com as *plantations*. A ilha também ganharia o *status* de Capitania Geral e definitivamente seria inserida nos marcos da economia mercantilista espanhola.

Uma outra mudança significativa em Cuba ocorreu em 1762, durante a breve ocupação britânica sobre a ilha. Conforme Gott,

A breve ocupação britânica é frequentemente perfeitada pelos historiadores como o momento em que Cuba entrou na era moderna, abrindo o porto de Havana ao comércio estrangeiro de modo espetacular e sem precedentes – mil navios descarregaram as suas cargas ao longo daquele ano, incluindo 10 mil escravos. Mais significativo do que o breve domínio britânico foi a abertura de Cuba, então, às possessões britânicas na América do Norte. Negociantes americanos estabeleceram-se legalmente em Havana, e comerciantes cubanos partiram para os portos norte-americanos. Esses contatos sobreviveram à partida da Grã-Bretanha, e foram renovados e reforçados quando explodiu a Revolução Americana em 1776. Havana tornou-se um importante ponto de encontro das frotas a caminho do continente.<sup>136</sup>

Este contato com as colônia inglesas da América do Norte deram início a um grande fluxo de migração entre cubanos e norte-americanos. Migrações que começam a ganhar corpo durante o processo de Independência das Treze Colônias Inglesas, em 1776, quando a Espanha enviou tropas formadas por *criollos* cubanos para combater ao lado das tropas de independência norte-americanas.<sup>137</sup>

---

<sup>135</sup> Idem, *ibidem*, p. 52.

<sup>136</sup> Idem, *ibidem*, p. 58.

<sup>137</sup> Ver: GUEVARA, Juan. Cuba e as relações inter-americanas. In: VENTURA, Deisy de Freitas Lima (org.) *América Latina: cidadania, desenvolvimento e Estado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996, p. 180. Sobre



Se a ocupação britânica provocou um arranque no desenvolvimento econômico da ilha, uma grande mudança irá ocorrer após a sua devolução à Espanha. Naquele momento, Carlos III iniciava as reformas borbônicas, um conjunto de medidas visando à modernização administrativa do Império Espanhol seguindo o modelo do “despotismo esclarecido”. Estas medidas representaram a “descentralização” e uma maior autonomia para administração colonial, bem como, um maior interesse da metrópole em relação às suas colônias. Dessa forma, ocorreria não somente uma modernização de Cuba, como também, um crescimento do pensamento intelectual em Cuba, representado pela fundação da Sociedad Económica de Amigos del País em Havana em 1793.

Iniciava-se, assim, uma maior elaboração da ideia de independência em Cuba, que impulsionada pela influência da Rebelião Escrava do Haiti, em 1791, fomentará as primeiras lutas pela ruptura com a Espanha.

Porém,

Embora um punhado de indivíduos progressistas favorecesse a independência do domínio espanhol, a elite econômica de Cuba era conservadora, e temerosa das consequências econômicas e sociais de uma ruptura com a pátria colonial. Sem o apoio da Espanha, os plantadores não seriam capazes de sustentar o sistema escravista que dava suporte ao seu poder econômico nem teriam força o bastante para submeter as revoltas escravas. A relutância deles em rebelar-se também era resultado das novas políticas econômicas implementadas pelas autoridades espanholas. A Espanha havia finalmente liberado o comércio da ilha, abolido o controvertido monopólio do tabaco e permitindo que cubanos proeminentes assumissem posições de influência na direção dos assuntos econômicos. Essa situação, com a riqueza gerada na esteira do colapso haitiano, garantiu que poucos ficassem tentados a empreender o caminho sul-americano da libertação.<sup>138</sup>

Assim, a independência cubana foi adiada, ganhando novo impulso na década de 1830, com a ameaça de um rebelião negra quando os escravos conquistaram a liberdade no Caribe britânico. Naquele contexto, as elites coloniais cubanas ofereciam-se duas

---

as migrações entre Cuba e Estados Unidos até metade do século XX podemos ver: RODRIGUEZ, Miriam. *Las relaciones internacionales Cuba-Estados Unidos: migración y conflicto*. La Habana- Cuba: Centro de Estudios de Migraciones Internacionales, agosto de 2003. Disponível via URL em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/cemi/cuba\\_eeuup.df\\_](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/cemi/cuba_eeuup.df_) Acesso em 02/08/2007. RODRIGUEZ, Miriam. *El proceso migratorio cubano hacia Estados Unidos: antecedentes, actualidades y perspectivas ante posibles escenarios*. La Habana- Cuba: Centro de Estudios de Migraciones Internacional, 2004. Disponível via URL em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/cemi/procmig.df\\_](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/cemi/procmig.df_) Acesso em 02/08/2007; BOTEGA, Leonardo da Rocha. As migrações nas relações entre Cuba e EUA até a metade do século XX. In: *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, ano VII, n. 77. Outubro de 2007. Disponível via URL em: [http://www.espacoacademico.com.br/077/77botega.htm\\_](http://www.espacoacademico.com.br/077/77botega.htm_) Acesso em 06/10/2007.

<sup>138</sup> GOTT, 2006, p. 69.

possibilidades de lidar com a ameaça da população negra, quais sejam, a repressão ou a anexação de Cuba pela República escravista dos Estados Unidos, uma idéia que também ganhava força no vizinho do norte.

O temor de que um república negra pudesse emergir em Cuba alarmou as sucessivas administrações dos Estados Unidos, sobretudo, por sua preocupação com as repercussões que teria nos estados escravistas do sul. Nos anos 1820, quando a Espanha perdia as guerras contra as independências da América Espanhola, os Estados Unidos, após a aquisição da Flórida, passaram a demonstrar um maior interesse por Cuba. Naquele contexto, em 1823, era lançada a Doutrina Monroe, que justificava a participação dos Estados Unidos nos debates referentes ao futuro da América Latina.<sup>139</sup>

Durante o século XIX as relações entre a ilha caribenha e os EUA eram tão profundas que, em 1850, no Estado de Louisiana iniciaram-se os primeiros movimentos militares no sentido da independência de Cuba. Estes movimentos foram duramente reprimidos pela Espanha e com o fracasso da tentativa de independência partiu-se para a estratégia de transformar a ilha em mais um Estado da união norte-americana, o que representaria um fortalecimento no regime escravista dos Estados do Sul.<sup>140</sup> Esta estratégia também foi fracassada, porém, será nos EUA que se formaram inúmeros clubes revolucionários, formados por cubanos emigrados, que entre 1868 e 1898 se dedicavam a coletar fundos, remédios, alimentos e armas para a preparação de expedições de luta pela causa revolucionária cubana.

Em 1868, a partir do Grito de Yara, cidade do interior da ilha, deu-se início a primeira guerra de independência. Liderados por proprietários rurais, entre eles Carlos Manuel de Céspedes, que havia libertado seus escravos para com estes constituir o núcleo das tropas que lutaram contra os espanhóis, e com a participação de líderes populares como Antonio Maceo e o general dominicano Máximo Gomez, os cubanos iniciaram a Guerra dos Dez Anos.

Conforme Gott, a “Guerra dos Dez Anos foi tanto uma guerra civil quanto uma guerra racial”.<sup>141</sup> Do lado independentista, uniam-se um grupo de brancos proprietários de terras, os seus escravos negros e os negros libertos. Do lado espanhol, além do exército, estavam os colonos brancos racistas recém imigrados da Espanha e seus filhos, que constituíram batalhões de matadores, os voluntários.

---

<sup>139</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 15.

<sup>140</sup> GUEVARA, 1996, p. 180

<sup>141</sup> GOTT, 2006, p. 90.

A divisão dos cubanos, bem como, a divisão dos próprios independentistas quando ao programa a ser seguido, acabou sendo uma grande aliada da Espanha que propôs uma paz pautado pela concessão do *status* de autonomia para Cuba, o que nunca ocorreria, e a libertação dos escravos. Assim, após “dez anos de guerra, a paz sem independência, foi firmada, pela Espanha e pela Câmara dos Representantes da República em Armas no Pacto de Zanjón em 1878”.<sup>142</sup> Maceo e o general Gomez não concordaram com o pacto e saíram de Cuba para reorganizar as tropas e tentar retomar a luta.

Em 1895, reunificados em torno da liderança de José Martí e do recém fundado Partido Revolucionário Cubano, era retomada a luta pela independência. Os revolucionários desembarcaram em uma região oriental do país e começaram a impor uma seqüência de derrotas ao exército espanhol. Nem mesmo a morte em combate de Martí, foi capaz de abalar a luta pela independência e após a tomada de Havana, Gomez e Maceo iniciaram a organizar o governo independente.<sup>143</sup>

Porém, a intervenção dos Estados Unidos, sob a alegação de que o encouraçado Maine havia sido bombardeado pelas tropas espanholas, frustrou as expectativas de independência de Cuba abrindo um período de quatro anos de uma contestada ocupação militar. Conforme Gott, o “capitão-geral espanhol foi substituído por um general norte-americano”.<sup>144</sup>

Os norte-americanos somente deixaram Cuba em 1902, quando foi aprovada a Emenda Platt, segundo o qual, Cuba aceitaria a sua tutela econômica e militar, bem como, “o direito norte-americano de instalar bases militares e portos na Ilha, além de outras concessões territoriais e privilégios econômicos”.<sup>145</sup> Além, disso os Estados Unidos poderiam intervir e ocupar Cuba quando os seus interesses fossem ameaçados, o que feria profundamente a soberania política da nação recém independente.<sup>146</sup> Os norte-americanos iriam intervir em Cuba de 1906 a 1909, em 1912 e de 1917 a 1923.

---

<sup>142</sup> ANCONI, Eliane. Antecedentes históricos de uma revolução anunciada. In: COGGIOLA, Oswaldo (org.). *Revolução Cubana: história e problemas atuais*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 14.

<sup>143</sup> Sobre a Segunda Guerra de Independência podemos ver, além do texto de Anconi acima citado, o livro de Emir Sader, *Cuba: um socialismo em construção*; o livro de Florestan Fernandes, *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*; bem como, o já citado livro de Richard Gott. Ver: SADER, Emir. *Cuba: um socialismo em construção*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001. FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

<sup>144</sup> GOTT, 2006, p. 125.

<sup>145</sup> SADER, 2001, p. 18

<sup>146</sup> Uma cópia da Emenda Platt esta disponível em anexo no livro de Gott. Ver: GOTT, 2006, p. 366-367.

Nas primeiras décadas do século XX, a presença dos Estados Unidos em Cuba foi uma constante, não somente no campo militar, como no campo econômico e turístico.

Conforme Pérez Jr.,

*Después de la guerra de independencia de 1898, la emigración se invirtió: miles de norteamericanos llegaron a Cuba, una nueva generación de autoproclamados pioneros que volvió a representar conscientemente el drama de la conquista de la selva, solo que desta vez en el trópico. Llegaron a Cuba desgarradas por la guerra como aventureros y jugadores, como especuladores y corredores de bienes raíces, pero sobre todo como pequeños propietarios y colonos, atraídos a Cuba por la promesa de tierras e medios de subsistencia. Invadieron la isla buscando tratos ventajosos y tierras baratas, y en el proceso desplazaron a los cubanos, reclamando la posesión de vastas extensiones del territorio nacional.<sup>147</sup>*

Criou-se uma estrutura sócio-econômico no qual os norte-americanos possuíam um quase monopólio do comércio exterior, bem como, o controle sobre monocultura do açúcar. Até 1959, os norte-americanos detinham 50% das terras, 67% das exportações e 75% das importações cubanas.<sup>148</sup>

A partir de década de 1930, Cuba converteu-se num grande centro de turismo para os norte-americanos. Com a adoção da Lei Seca nos Estados Unidos, as bebidas alcoólicas, o jogo, a prostituição, as drogas, ou seja, o que era proibido no vizinho do norte tornou-se um grande atrativo na ilha.

Desta forma, “caracterizada por violência incessante, corrupção dramática, revoltas militares, gangsterismo e intervenção militar esporádica dos Estados Unidos, a Nova República também experimentou um crescimento econômico e uma prosperidade espetaculares para uma pequena parcela da sociedade”.<sup>149</sup>

Paralelamente a esta Cuba “semi-colonial”, desenvolvia-se um forte sentimento nacionalista, que teve no primeiro governo de Grau San Martín, entre 1933 e 1934, quando pela vez os interesses norte-americanos foram afrontados, uma pequena demonstração. Grau San Martín nacionalizou empresas norte-americanas, decretou que todas as empresas deveriam ter 50% de trabalhadores cubanos, negou-se a pagar os empréstimos feitos pelo seu

<sup>147</sup> PÉREZ JR., 1996, p. 6.

<sup>148</sup> Os dados foram retirados de GUERCIA, Maria Rita; CARVALHO, Dorisney de. Cuba e Estados Unidos: uma história de hostilidades. In: COGGIOLA, Oswaldo (org.). *Revolução Cubana: história e problemas atuais*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 125.

<sup>149</sup> GOTT, 2006, p. 134.

antecessor, Gerardo Machado, junto aos Estados Unidos. Estas medidas polarizaram a sociedade cubana levando a derrubada do presidente.

A sombra do golpe contra Grau San Martín se projetou Fulgêncio Batista, que de jovem sargento de papel fundamental na derrubada da ditadura de Gerardo Machado passou a ser o grande “árbitro da política cubana” nos próximos 25 anos. Durante, os sete governos civis que se seguiram em Cuba entre 1934 e 1940, Batista tornou-se a principal figura da política cubana, atuando com o poder informal até apresentar sua candidatura às eleições de 1940.

Ancorado pelo *boom* da Segunda Grande Guerra, quando o colapso da produção açucareira na Ásia e na Europa beneficiou a economia cubana, Batista desfrutou de uma enorme popularidade. Com a alta do açúcar, o apoio do Partido Socialista Popular e do movimento sindical, os quatro anos de governo foram de paz social. O que levou Batista a acreditar que o seu primeiro-ministro, Carlos Saladrigas, ganharia facilmente as eleições de 1944. Os eleitores, por sua vez, escolheram Grau San Martín, do Partido Revolucionário Cubano Auténtico, em uma campanha em que o ex-presidente utilizaria a tática de evocar a memória das conquistas de 1933.

Porém, não era o mesmo Grau San Martín de 1933. O governo deu seqüência a via reformista de Batista, desapontando os seus aliados de esquerda. Direcionou Cuba na Guerra Fria perseguindo os comunistas e os sindicatos, principalmente a Central de Trabajadores de Cuba (CTC). Esta guinada a direita levou a um ex-aliado, Eduardo Chibás, a formar o Partido Revolucionário Cubano Ortodoxo, de feições nacionalistas.

Chibás disputaria as eleições de 1948 contra o autêntico Príos Socarrás, Ministro do Trabalho de San Martín, que acabou sendo o vencedor. Os quatro anos de seu governo, de 1948 a 1952, foram de polarização intensa. O tensionamento se agravaria com o suicídio de Eduardo Chibás, em agosto de 1951, durante um de seus programas semanais ao vivo na rádio, no qual este se dedicava a atacar o governo Príos.

A violência e a intensa corrupção do governo Prío Socarras levaram ao início de movimentos no sentido da derrubada do presidente. Conforme Gott,

Nos últimos anos do presidente Prío, oficiais inferiores sondaram o general Batista para saber se ele apoiaria o golpe que estavam pensando levar adiante. O velho golpista ficou inicialmente relutante; havia eleições programadas para 1952 e

ele seria novamente candidato. Chibás, o candidato carismático dos *ortodoxos* em 1948, morreria. O candidato dos *auténticos* era Grau San Martín, que não tinha carisma, mas Batista calculou que ele podia não ganhar, e a inquietação entre os militares sugeria que as eleições podiam até nem ocorrer. Descobrimo que os oficiais estavam propensos a dar o golpe com ou sem o seu apoio, ele resolveu colocar-se a serviço deles.<sup>150</sup>

Em 10 de março de 1952, Batista derrubava o presidente Príos Socarras e interrompia a preparação das eleições. Iniciava-se uma das mais duras ditaduras da década de 1950. Enquanto os comunistas e os opositores em geral eram reprimidos pelo governo “*la economía se contraía, el desempleo se expandía, el costo de vida aumentaba y los estándares de vida decrecían*”.<sup>151</sup> Esta realidade fazia com que Batista não tivesse a mesma popularidade de seu primeiro governo.

Neste contexto, aparecia Fidel Castro, um jovem advogado, filho de um proprietário rural, educado em escolas jesuítas, que participara ativamente da política estudantil, nos anos 1940, Tendo atuado ativamente da Federação de Estudantes Universitários, com vice-presidente, participou em 1947 de um expedição a República Dominicana para a derrubada do ditador Trujillo. Um ano depois ao participar de um Congresso Anti-imperialista na Colômbia, presenciaria as manifestações em virtude do assassinado do líder liberal Eliezer Gaítan, o que desencadeou o chamado *Bogotazo*. Como membro do Partido Ortodoxo de Eduardo Chibás, Castro seria candidato a deputado nas eleições interrompidas pelo Golpe de 1952. Desta forma, tornou-se um dos principais contestadores do governo Batista.<sup>152</sup>

Porém, foi em 1953 que Fidel Castro adquirira a posição de grande líder opositor. Na ocasião lideraria uma das mais ousadas ações armadas da história de Cuba, o Assalto ao Quartel de Moncada, localizado na cidade de Santiago, capital da província do Oriente. A ação teve início na madrugada de 26 de julho, durante o Carnaval.

Conforme Gott,

O assalto ao Moncada e um movimento simultâneo contra o quartel de Bayamo destinava-se a tomar armas do arsenal, mas seu propósito subjacente era derrubar o governo Batista, estabelecido após o golpe do ano anterior. A ação em si mostrou-se um fracasso desastroso (...). Contudo Moncada foi um desafio ao regime, e permaneceria como fundamento de uma organização revolucionária, o movimento

<sup>150</sup> Idem, *ibidem*, p. 169.

<sup>151</sup> PEREZ JR. 2006, p. 9.

<sup>152</sup> Sobre a vida de Fidel Castro é importante consultar a coletânea das entrevistas dadas a Frei Betto em 1985. Ver: FREI BETTO. *Fidel e a religião*. 21 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

26 de Julho, que tomaria o poder menos de seis anos mais tarde. O ataque também tornou o seu líder conhecido em toda a ilha.<sup>153</sup>

Preso, Fidel Castro foi levado a julgamento, quando fez sua própria defesa num documento que se transformaria no programa do Movimento 26 de Julho. Intitulado *A história me absolverá*, o texto invocava o direito de rebelião contra a tirania e propunha as reformas básicas para o desenvolvimento de Cuba, a reforma agrária, a reforma urbana, a nacionalização da produção de açúcar, entre outras.<sup>154</sup>

Condenado, Castro permaneceria preso até as vésperas da eleição de 1955, quando Batista, após um período de intensa repressão aos opositores em geral e aos comunistas em particular, decretou anistia geral. As eleições se realizaram sem a participação dos principais partidos e Batista fora reeleito em mais uma de suas farsas. Não restando outra alternativa, Fidel Castro partiu para o exílio no México, aonde se dedicaria a organizar uma nova e definitiva investida contra o governo Batista.

Os trabalhos no exílio consistiam em fazer a propaganda contrária ao regime de Batista, buscar a unidade dos cubanos no exterior em torno da luta e a preparação de uma expedição de regresso a Cuba com intuito de iniciar a guerra de guerrilha. Naquele momento Fidel Castro conheceria Ernesto Guevara, apelidado de Che, que escreveria sobre o primeiro encontro dos dois em seu *Diário*: “É um acontecimento político eu ter conhecido Fidel Castro, o revolucionário cubano, um jovem inteligente, muito seguro de si e dono de extraordinária audácia, creio que simpatizamos um com o outro”.<sup>155</sup> Realmente haviam simpatizado e em 2 de dezembro de 1956 desembarcariam ao sul de Playa de Las Coloradas, no extremo sudeste da província de Oriente, abordo de uma pequena embarcação, o *Granma*.

A viagem e o desembarque foram um verdadeiro, prevista para durar cinco dias acabou levando sete, o que fez com que a repressão agisse contra as manifestações organizadas nas cidades por Frank País e pelo Diretório Revolucionário. Por sua vez, o desembarque foi descoberto e dos 82 homens que embarcaram apenas 12 escaparam com vida, buscando refúgio em *Sierra Maestra*, aonde passariam a organizar a guerrilha.

---

<sup>153</sup> GOTT, 2006, p. 171.

<sup>154</sup> Ver: CASTRO, Fidel. *A história me absolverá*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2001.

<sup>155</sup> Guevara *apud* CASTAÑEDA, Jorge. *Che Guevara: a vida em vermelho*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 112.

Em contrapartida ao fracasso do desembarque, ao longo do ano de 1957, os rebeldes conseguiram não somente resistir a forte ofensiva das tropas de Batista como a simpatia popular, quando não a adesão, a sua luta. O ano de 1958, representou a grande mudança no cenário da luta com os guerrilheiros impondo duras derrotas ao exército.

Diante deste cenários os Estados Unidos viam com apreensão a guerrilha. Diferentes percepções formavam-se tanto dentro da CIA como do Departamento de Estado, refletindo a divisão dos norte-americanos em relação aos rebeldes.

Conforme Gott,

A opinião liberal norte-americana, exemplificada pelo *New York Times* e pelos elementos progressistas da CIA, encarava Castro favoravelmente, ao passo que o governo Eisenhower, tanto por inércia como por conservadorismo ou anti-comunismo, continuou satisfeito em apoiar Batista, ainda que com crescente falta de convicção. Ao mesmo tempo que seguiu fornecendo armas ao ditador, nunca o fez em quantidades suficientes para permitir-lhe a vitória militar, nem tampouco o exército e a força aérea de Batista estavam tecnicamente equipados para lidar com a chegada de armas mais sofisticadas.<sup>156</sup>

O governo norte-americano na verdade queira evitar a vitória da guerrilha, porém, diante da impopularidade de Batista e da simpatia de setores considerados da opinião pública do país por Fidel Castro, ficara numa situação complicada. Desta forma, a CIA tentaria, em outubro de 1958, em uma reunião entre os setores mais conservadores da oposição contra Batista, uma saída para o conflito em que os radicais do Movimento 26 de Julho seriam neutralizados em uma eventual vitória. Este era o “Pacto de Miami”.<sup>157</sup>

A aceitação por parte de Fidel Castro do nome de Manuel Urrutia, um advogado que defendera os prisioneiros do desembarque do *Granma*, representou para os Estados Unidos a sensação de que conseguira a neutralização. Nos últimos meses de 1958, o governo Eisenhower suspenderia o envio de armas ao governo cubano. Só restou a Batista a fuga do país na madrugada de 1º de janeiro de 1959, indo para o exílio na República Dominicana.

O primeiro discurso de Fidel Castro como líder vitorioso ocorreu em 2 de janeiro de 1959. De uma varanda em Santiago de Cuba as suas primeiras palavras não trouxeram muita

---

<sup>156</sup> GOTT, 2006, p. 189.

<sup>157</sup> Sobre esta reunião e a tentativa da CIA de controlar a guerrilha ver: ALONSO JR., Odir. O processo revolucionário: 1953-1959. In: COGGIOLA, Oswaldo (org.). *Revolução Cubana: história e problemas atuais*. São Paulo: Xamã, 1998.



simpatia dos Estados Unidos. “‘A Revolução começa agora’, anunciou: ‘Destas vezes não será como em 1898, quando os norte-americanos vieram e tomaram conta do nosso país. Desta vez, felizmente a Revolução irá realmente chegar ao poder’”.<sup>158</sup>

Conforme Moniz Bandeira,

A administração Eisenhower recebeu a vitória da Revolução em Cuba nervosamente, com desconforto e suspicácia, depois que se empenhara para evitar aquele desfecho. Entretanto, os vexames por que o vice-presidente Richard Nixon passara no Peru e na Venezuela, bem como, as observações de Milton Eisenhower, irmão do presidente, de que os EUA deveriam tratar de desfazer a imagem de sempre apoiarem as ditaduras, recomendavam moderação. Assim, em 7 de janeiro de 1959, uma semana depois da fuga de Batista, os EUA reconheceram o novo governo cubano, sob a presidência de Manuel Urrutia, que decretara a restauração da Constituição de 1940. Foram, depois da Venezuela, o segundo país a fazê-lo e tiveram como objetivo demonstrar boa vontade, conforme nota do Departamento de Estado expressara. No dia seguinte, 8 de janeiro, Fidel Castro entrou, triunfante em Havana.<sup>159</sup>

A Revolução, a princípio, parecia confirmar a moderação desejada pela CIA, pois além de Urrutia, o liberal José Miró Cardona fora nomeado primeiro-ministro, e somente três membros do novo gabinete vinham do exército revolucionário, sendo um do Movimento 26 de Julho. Fidel Castro permanecia como Comandante em Chefe-Militar das Forças Armadas Rebeldes, porém, era lá aonde o poder realmente estava.

O acerto de contas com pós-guerra, também, deixava os Estados Unidos em estado de alerta. Centenas de policiais, torturadores e antigos colaboradores de Batista foram fuzilados após os julgamentos revolucionários, comandados por Che Guevara, realizados no Estádio de Havana. Logo a imprensa norte-americana iniciaria uma campanha condenando este acerto de contas como um “banho de sangue”.<sup>160</sup>

Ao mesmo tempo em visita aos Estados Unidos, em 17 abril de 1959, Fidel Castro dissera, de maneira clara e definitiva, “não somos comunistas. Estão abertas as portas para os investimentos privados que contribuam para o desenvolvimento da indústria em Cuba. É absolutamente impossível progredirmos, se não nos enterdermos com os Estados

<sup>158</sup> Citado em: GOTT, 2006, p. 190.

<sup>159</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 185-186.

<sup>160</sup> No dia 22 de janeiro de 1959, a *Folha de São Paulo* noticiava um discurso pronunciado por Fidel Castro na qual o líder revolucionário condenava a campanha contra Cuba como “a mais infame, a mais criminosa, a mais injusta já iniciada contra um povo”. Ver: CASTRO: “A campanha contra Cuba é a mais infame, injusta e criminosa já iniciada contra um povo”. *Folha de S. Paulo*, 22/01/1959. Disponível via URL em: [http://bd.folha.uol.com.br/bd\\_exemplaresantigos.htm](http://bd.folha.uol.com.br/bd_exemplaresantigos.htm). Acesso em 03/04/2007.

Unidos”.<sup>161</sup> A afirmação seria repetida em Buenos Aires na Reunião do Comitê dos 21, quando a revolução era definida como “enteramente cubana y enteramente americana”.<sup>162</sup>

Desta forma, a Revolução Cubana caminhava num rumo indefinido. A realidade cubana era de “uma população mergulhada no subconsumo provocado pelo desemprego, no analfabetismo e na subnutrição”, de “estruturas agrárias injustas e antiquadas e com uma indústria inexistente – ou, no melhor dos casos deficitárias, ineficiente e obsoleta. E, pior, dependente”.<sup>163</sup> Esta realidade exigia medidas mais radicais, mas, ao mesmo tempo, a busca de legitimidade no exterior exigia uma maior composição. As manifestações entusiasmadas da população em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, bem como, por toda a América Latina por sua vez legitimaram externamente a Revolução e a impulsionaram para as grandes transformações.

O grande divisor de águas da Revolução Cubana foi a Reforma Agrária. Diante de uma estrutura em que 3% das fazendas ocupavam 63% das terras cultiváveis, a reforma agrária era não só uma necessidade econômica, mas também um mecanismo de distribuição de renda e poder na sociedade cubana. Por sua vez, atingiria diretamente os interesses econômicos norte-americanos.

Em 4 de janeiro de 1959, ainda em Sierra Maestra, Fidel Castro assinara a primeira Lei de Reforma Agrária, passando as terras confiscadas ao longo da luta revolucionária para as mãos dos camponeses. Mas, a segunda Lei de Reforma Agrária, assinada em 17 de maio, é que atingiu diretamente os interesses da oligarquia cubana e dos Estados Unidos. A nova lei eliminava o latifúndio proibindo as propriedades rurais com mais de 402 hectares. Este seria o limite de terras que não seria destinada a distribuição, o que ultrapassasse a esta quantidade seria expropriado e entregue aos camponeses sem terra. Eram somente permitidas propriedades rurais destinadas às plantações de cana-de-açúcar, arroz e criação de gado, com 1.335 hectares, porém transformadas em cooperativas. Para não caracterizar expropriação, uma indenização, “mediante a emissão de bônus, juros de 4,5% ao ano e amortizáveis em 20 anos”.<sup>164</sup>

---

<sup>161</sup> Citado em: NEPOMUCENO, Eric. *Cuba: anotações de uma revolução*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1981, p. 23.

<sup>162</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 197.

<sup>163</sup> NEPOMUCENO, 1981, p. 23.

<sup>164</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 198.

A radicalização do processo revolucionário levou a saída do governo daqueles que pretendiam um governo conciliador de acordo com a prerrogativas liberais. Assim, em junho de 1959, Pedro Diaz Lanz, chefe da Força Aérea, deixaria Cuba rumo a Miami, queixando-se das “aulas de doutrinação” ministrada aos militares. Depois foi a vez do próprio presidente Urrutia renúnciar após criticar publicamente aquilo que ele considerava a comunização de Cuba. No lugar de Urrutia, assumiria o advogado nacionalista Osvaldo Dorticós.

A reforma agrária cubana era menos radical que a do governo Paz Estenssoro na Bolívia, porém, atingia de forma mais direta os investimentos norte-americanos, pois, “13 engenhos norte-americanos eram donos de 1.210.305 hectares de terras cultiváveis, ou seja, 47 por cento do total de terras dedicadas ao cultivo da cana-de-açúcar na ilha”.<sup>165</sup>

Porém,

A reforma agrária foi o ponto crítico do relacionamentovdos Estados Unidos com Cuba. Quando o Conselho de Segurança Nacional (CSN) reanimou as suas discussões sobre Cuba em junho, decidiu que Castro tinha que sair. O objetivo confidencialmente declarado dos Estados Unidos era ajustar as ações ‘em vista de acelerar o desenvolvimento de uma oposição em Cuba que ocasionasse...um novo governo favorável aos interesses dos Estados Unidos.’<sup>166</sup>

Como retaliação, o governo dos Estados Unidos começaram negar crédito a Cuba para a aquisição de equipamentos necessários a industrialização, além de reduzir o fonecimento de petróleo. Como resposta Cuba reatou relações com a União Soviética e reconheceu a República Popular da China. Em fevereiro de 1960, a União Soviética iniciou um processo de aproximação com a ilha fornecendo um crédito de U\$ 100 milhões para aquisição de equipamentos, bem como fornecendo petróleo para Cuba. Em reação a esta aproximação, em 5 de julho de 1960, o governo dos Estados Unidos se negou a comprar a cota de açúcar cubano destinada ao mercado norte-americano. Em uma medida que selou a aproximação com Castro, o governo soviético se comprometeu a comprar a cota de açúcar destinado aos Estados Unidos.<sup>167</sup>

Diante da aproximação da União Soviética e da crise nas relações com os Estados Unidos, em 6 de agosto de 1960, Castro anunciava a nacionalização de todas as propriedades

---

<sup>165</sup> NEPUMUCENO, 1981, p. 25.

<sup>166</sup> GOTT, 2006, p. 207.

<sup>167</sup> O livro de Moniz Bandeira trás um detalhamento da proposta soviética de compra do açúcar cubano, bem como, da aproximação da URSS com Cuba. Ver: MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 219-221.

norte-americanas na ilha, bem como dos bancos e das refinarias de petróleo, dos hotéis, das ferrovias, das instalações portuárias, dos cinemas, e das companhias telefônicas e de energia elétrica. O anúncio do programa de nacionalização ficou conhecido como a Primeira Declaração de Havana.

A partir de então, o presidente Eisenhower mudaria a sua estratégia em relação ao governo cubano, passando das sanções econômicas para uma ação mais efetiva que visasse a derrubada de Castro.<sup>168</sup> Antes mesmo, em 17 de março de 1960, o presidente Eisenhower, aprovava o *Program of Covert Action Against Castro Regime*. O programa autorizava o diretor da CIA, Allen Dulles, bem como, o seu diretor de Planos, Richard Bissel, a recrutar e treinar refugiados cubanos para futuras operações de guerrilha em Cuba. O propósito do programa era promover a substituição do governo revolucionário por um governo mais próximo aos Estados Unidos.<sup>169</sup>

Ao mesmo tempo, o presidente Eisenhower buscava transformar os problemas dos Estados Unidos com o governo cubano em um problema continental, utilizando as VI e VII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas realizadas na Costa Rica, entre 16 e 29 de agosto de 1960, para tal fim. Conforme já citamos, as tentativas norte-americanas foram frustradas diante da reação dos principais países latino-americanos. Na seqüência os Estados Unidos iriam suspender todas as suas exportações para Cuba.

A posse do novo presidente, o democrata John Kennedy, em janeiro de 1961, não alterou os planos de derrubada de Castro. Nos primeiros meses daquele ano, se verificou uma série de ações de sabotagem por parte dos contra-revolucionários cubanos treinados pela CIA com a finalidade de afetar o governo cubano, entre estas os vôos rasantes para jogar Napalm nas plantações.

Os boicotes e as ações contra Cuba radicalizavam ainda mais a ação do governo revolucionário. Em 16 de abril de 1961, no enterro das vítimas de um bombardeio feito por

---

<sup>168</sup> Já em 22 de outubro de 1959, a *Folha de S. Paulo* noticiava a explosão de bombas terroristas em Havana e aviões desconhecidos que sobrevoavam “jogando folhetos, armamentos ou equipamentos em geral para elementos aparentemente comprometidos em uma conspiração”. Ver: NOVO atentado contra Castro. *Folha de S. Paulo*, 22/10/1959. Disponível via URL em: [http://bd.folha.uol.com.br/bd\\_exemplaresantigos.htm](http://bd.folha.uol.com.br/bd_exemplaresantigos.htm). Acesso em 03/04/2007.

<sup>169</sup> Sobre o programa ver: MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 226.

aviões pilotados por contra-revolucionários vindos da Guatemala, aonde a CIA possuía um centro de treinamento, Fidel Castro declararia o caráter socialista da revolução afirmando que:

(...) o que o imperialismo não podem nos perdoar é o fato de estarmos aqui; o que os imperialistas não podem nos perdoar é a dignidade, a integridade, o valor, a firmeza ideológica, o espírito de sacrifício e o espírito revolucionário do povo de Cuba. (...) que tenhamos feito uma revolução socialista no próprio nariz dos Estados Unidos (...). Defendemos essa revolução socialista com esses fuzis. Essa revolução socialista defendemos com o valor com que, ontem, nossos artilheiros anti-aéreos metralharam os aviões agressores (...). Companheiros operários e camponeses, essa é a revolução socialista e democrática dos humildes, e pelos humildes e para os humildes, estamos dispostos a dar a vida.<sup>170</sup>

A declaração caía como uma bomba no governo dos Estados Unidos e no dia seguinte, 17 de abril de 1961, os contra-revolucionários cubanos treinados pela CIA desembarcavam em Playa Girón, na tentativa de derrubar o governo revolucionário e o jornal brasileiro *Folha de São Paulo*, em 18 de abril de 1961, trazia como manchete “Iniciada a Invasão de Cuba; Trava-se uma sangrenta batalha a sudeste de Havana”.

Conforme o jornal, as “forças rebeldes invadiram Cuba pelo ar e pelo mar travando, hoje, uma sangrenta batalha”. As forças contra-revolucionárias, intituladas Frente Revolucionária, liderada por José Miro Carmona, “parece ter havido lançado em ação 5.000 combatentes no termo de 48 horas”. Fidel Castro, por sua vez, declarara Cuba em estado de guerra e assumira o comando do exército declarando ao povo cubano que “Todos devem reforçar a luta contra o principal inimigo da humanidade: o imperialismo ianque. Toda Cuba esta em pé com o lema ‘Pátria ou Morte’”.<sup>171</sup>

Os contra-revolucionários acabaram sendo derrotados em 72 horas. Várias milícias populares foram formadas para combater a invasão. A expectativa do governo dos Estados Unidos de que haveria um levante interno contra Castro não se concretizara. Isolados, os contra-revolucionários foram facilmente derrotados. Meses depois, em Punta Del Este, no Uruguai, Che Guevara agradeceria ao governo Kennedy pelo episódio da Baía dos Porcos, pois, este ajudara na afirmação do processo revolucionário cubano.

<sup>170</sup> CASTRO, Fidel. Revolução socialista e democrática em Cuba. In: LÖWY, Michael (org). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 263-264.

<sup>171</sup> INICIADA a invasão contra Cuba; Trava-se uma sangrenta batalha a Sudeste de Havana. *Folha de S. Paulo*, 18/04/1961. Disponível via URL em: [http://bd.folha.uol.com.br/bd\\_exemplaresantigos.htm](http://bd.folha.uol.com.br/bd_exemplaresantigos.htm). Acesso em 03/04/2007.

A vitória sobre os invasores afirmou a revolução demonstrando o forte apoio popular que o governo revolucionário possuía. Um apoio conseguido, principalmente, devido as medidas de distribuição de renda que governo adotara, devido ao programa de alfabetização, que em um ano praticamente erradicou o analfabetismo na ilha, devido, as medidas de combate ao racismo, e, também, devido a eficiência do serviço de informação cubano que detectou o plano de invasão de Cuba antes deste se realizar, evitando qualquer surpresa para Fidel Castro.<sup>172</sup>

A afirmação do processo revolucionário cubano fez o governo dos Estados Unidos mudar novamente a estratégia em relação a Cuba. Robert Kennedy, irmão do presidente ficaria responsável por articular um plano para assassinar Fidel Castro, a Operação Mangusto, que contava com a participação da máfia. Por sua vez, o governo iria promover o embargo total as exportações norte-americanas a Cuba, tentando gerar o desabastecimento da ilha, o que acabou gerando uma maior aproximação com a União Soviética.

Ao mesmo tempo, o presidente John Kennedy jogaria todas as suas fichas no projeto de ruptura das relações dos países latino-americanos com Cuba, lançando a Aliança para o Progresso e buscando, de forma mais incisiva, via Organização dos Estados Americanos a desestabilização do governo Castro, se possível mediante uma ação armada contra a ilha. A Questão Cubana ganharia uma nova dimensão e todos os países da América Latina teriam sua reponsabilidade aumentada diante da nova realidade. Estava lançado um grande desafio, principalmente, para as Políticas Externas Independentes de Brasil e Argentina.

---

<sup>172</sup> Sobre os trabalhos do serviço de informação cubano ver: MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 280.

## 2 AS POLÍTICAS EXTERNAS DE BRASIL E ARGENTINA DE 1958 A 1964: POR UMA LINHA DE INDEPENDÊNCIA E APROXIMAÇÃO

A história das relações exteriores de Brasil e Argentina pode ser definida como um processo marcado pela tensão entre os momentos nos quais vigoraram projetos autônomos de inserção internacional e outros momentos em que foram hegemônicos projetos de simples adesão as potências hegemônicas. Estes diferentes momentos também consistiram em uma marca das relações entre os dois países que, ao longo de suas histórias pós-independências, oscilaram entre a aproximação e a rivalidade.

Estes momentos de rivalidade e aproximação não necessariamente caminharam juntamente com aqueles em que estes países adotaram tal ou qual modelo. Ou seja, não há na história das relações internacionais de Brasil e Argentina que aponte para a ligação entre a implantação de projetos autônomos de inserção internacional e a aproximação. Nem, tampouco, há uma ligação direta entre os projetos de adesão as potências hegemônicas e os momentos de rivalidade. Isto pode ser visto na formação da Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai (1865-1870) ou no Pacto ABC<sup>173</sup>, quando a diplomacia argentina aliava-se incondicionalmente a Grã-Bretanha; ou, no caminho inverso, nas diferentes e divergentes posições assumidas pelos governos Vargas no Estado Novo e pelo governo Perón nos debates da Segunda Guerra Mundial e no imediato pós-guerra.<sup>174</sup>

As relações entre ambos os países são mais complexas do que uma simples fórmula de encaixe entre momentos. Porém, cabe ressaltar que os momentos em que Brasil e Argentina buscaram um projeto autônomo de inserção internacional foram os mais propícios para a aproximação. É o que se verifica entre os anos de 1958 e 1962, quando os governos de ambos os países convergiram no que diz respeito aos principais temas da política internacional.

---

<sup>173</sup> O Pacto ABC foi parte da política externa adotada pelo Brasil na gestão de Rio Branco a frente do Ministério das Relações Internacionais que visava uma maior ingerência do país na América do Sul. Desta forma, houve uma aproximação entre as diplomacias de Argentina, Brasil e Chile cuja culminância foi à assinatura do Tratado do ABC em 1915. Ver: CERVO; BUENO, 2002, p. 195-196. RAPOPORT, Mario; MADRID, Eduardo. Os países do Cone Sul e as grandes potências. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario. *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

<sup>174</sup> Uma análise dos avanços e recuos das relações Brasil-Argentina pode ser visto em: CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 48, n. 1. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, janeiro-junho de 2005.

Esta convergência foi possível devido ao fato de, ao longo deste período, os governos de Brasil e Argentina definirem a superação do subdesenvolvimento como a principal meta de suas políticas. Tanto o presidente argentino Arturo Frondizi, como os presidentes brasileiros, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, em diferentes graus, destacavam um importante papel nas relações com o país vizinho, vistas como um dos pilares da expansão comercial, bem como, uma forma de fortalecimento da inserção dos seus respectivos países no cenário internacional. Assim, a aproximação era vista não somente pela ótica da integração, mas também, como estratégia nacional. E foi justamente na perspectiva da estratégia nacional que tivemos um ensaio de aproximação com a proposta de formação de um novo Pacto ABC pelo presidente argentino Juan Domingos Perón, em 1950.

A medida vinha ao encontro da busca pelo governo argentino da superação da crise econômica que se verificava desde 1949, quando a economia mundial dava os primeiros sinais de retorno à normalidade, levando os preços das exportações argentinas de cereais e carnes, supervalorizados no período da Segunda Guerra, a caírem, atingindo os patamares anteriores ao conflito. Também o modelo de industrialização “acelerada” evidenciava os limites da proposta peronista de formação de uma base produtiva ancorada exclusivamente no mercado interno. Era evidente a necessidade de tornar possível a exportação de novos produtos e para isso a atração de capitais estrangeiros transformava-se em uma saída para suprir a ausência dos capitais oriundos das exportações do período anterior.

Esta não era tarefa fácil, tendo em vista os constrangimentos gerados pela posição de neutralismo adotada pela Argentina durante a guerra e os resquícios do conflito entre o presidente Perón e o embaixador dos Estados Unidos, Spruille Braden, nas eleições presidenciais de 1946. Naquela ocasião, Braden, visando evitar a vitória peronista, interveio intempestivamente no processo acusando Perón de ser agente do nazismo apoiando publicamente o candidato da União Democrática.<sup>175</sup> Com a vitória de Perón, o embaixador Braden acabou sendo expulso da Argentina e arranhou as já conturbadas relações com os Estados Unidos. Estes fatos reforçaram a adoção da “Terceira Posição” como fundamento da política externa peronista.

A “Terceira Posição” consistia em “uma política externa independente que correspondia, pelo menos no plano dos conceitos, e de acordo com valores e percepções da

---

<sup>175</sup> ROMERO, 2006, p. 97.



época, aos objetivos de independência economia e, de um modo geral, às posições do nacionalismo desenvolvimentista”.<sup>176</sup> Esta posição não significava neutralismo no conflito Leste e Oeste, pois, Perón sempre deixou claro o seu apoio às potências ocidentais. Porém, a pretensão de definir o “terceirismo” como doutrina universal afastava a Argentina do campo de alianças prioritário norte-americano. Somado a isto, o estabelecimento das relações com a URSS, as relações cordiais com a Espanha franquista e a negativa de aderir aos acordos de *Bretton Woods*, ao FMI e ao Banco Mundial, levaram a um crescente isolamento da Argentina no imediato pós-guerra. Isolamento este que contrastava com a política de alinhamento incondicional com os Estados Unidos pelo governo brasileiro de Eurico Gaspar Dutra.<sup>177</sup>

Diante deste dilema, o governo Argentino buscou como alternativa o abandono da tendência isolacionista rumo a uma política externa mais aberta, reaproximando-se dos Estados Unidos e buscando o estabelecimento de novos mercados. Conforme Paradiso, “os mercados mais acessíveis eram os da América Latina, ela teria de ser uma das principais orientações da política de abertura”.<sup>178</sup> A estratégia para a conquista desses mercados foi à busca de formação de uniões econômicas a partir de acordos bilaterais. Daí a idéia de relançamento do Pacto ABC.

Em relação ao Brasil, apesar da tentativa de manter as relações de forma harmoniosa com o governo Perón, principalmente devido ao forte intercambio comercial existente entre os dois países, o presidente Dutra via na proposta argentina, baseada no regionalismo, uma contradição com a orientação multilateral de sua política de alinhamento com os Estados Unidos.

Com o final do governo Dutra e o novo cenário internacional da América Latina no início dos anos 1950,

parecia que a estratégia de formar uniões econômicas e, em outro plano, a idéia de que seria possível avançar na formação de uma espécie de bloco regional seriam favorecidas com a instalação de um conjunto de lideranças nacionalistas nos países da região, circunstância que de certo modo modificava a posição de relativo isolamento ideológico em que o peronismo tinha se desenvolvido durante os seus

---

<sup>176</sup> PARADISO, 2005, p. 190.

<sup>177</sup> As diferenças de orientações das políticas externas de Brasil e Argentina na segunda metade da década de 1940 podem ser vista em: CAMILIÓN, Oscar H. As relações entre o Brasil e a Argentina no mundo atual. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 12, n. 45-46. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, março-junho de 1969.

<sup>178</sup> PARADISO, 2005, p. 181.

primeiros anos. De maneira especial, foi importante o retorno de Getúlio Vargas ao poder, em 1951; levando-se em conta a relação com o Chile de Carlos Ibañez e as afinidades com o político brasileiro (...).<sup>179</sup>

Porém, o fato de haverem afinidades ideológicas entre os governos dos países não necessariamente significa que haverá proximidades de interesses e estratégias entre os países.<sup>180</sup> Sob a justificativa de que os países menos desenvolvidos deveriam se unir para, dessa forma, se fortalecerem diante das potências mundiais, Perón, “procurava aproveitar a orientação trabalhista de Vargas para enfraquecer os laços entre o Brasil e os Estados Unidos”.<sup>181</sup> Vargas, por sua vez, em sua aproximação com a Argentina, “no fundo, mais barganhava que afrontava os EUA, pois necessitava de uma aliança privilegiada com este país, enquanto que a Argentina ainda era economicamente mais ligada a Europa”.<sup>182</sup>

No entanto, este não era o entendimento da oposição liberal conservadora que, ante o seu antigetulismo e antitrabalhismo, enxergava na aproximação de Vargas com Perón os indícios de que o presidente brasileiro estaria de acordo com o “totalitarismo” em vigor na Argentina, o que fortalecia a tese do projeto getulista de construção de uma “República Sindicalista”. Uma visão equivocada, pois, Vargas estava novamente utilizando a barganha nacionalista, configurando uma aproximação que, por um lado, ajudava a “minimizar as suspeitas argentinas em relação ao Brasil”, o que vinha ao encontro do processo de ampliação das relações comerciais entre os dois países. Por outro lado, também reforçava “a mão do Brasil em negociações com os Estados Unidos”. Tudo conforme a estratégia, já utilizada quando da Segunda Guerra Mundial, de barganhar o apoio aos Estados Unidos em troca de cooperação econômica e auxílio ao desenvolvimento brasileiro. Vargas estava, portanto, repetindo “a orientação inteligente de seu primeiro governo nos anos 30”.<sup>183</sup>

Mas, desta vez o contexto era outro. O presidente norte-americano Dwight Eisenhower não estava disposto a aceitar nenhum tipo de barganha, ainda mais em um momento em que a Guerra-Fria adquiria novos ares de tensão com a Guerra da Coreia e a explosão da primeira

---

<sup>179</sup> Idem, *ibidem*, p. 183.

<sup>180</sup> DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

<sup>181</sup> HILTON, Stanley. Brasil-Argentina. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 30, n. 119-120. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, julho-dezembro de 1987, p. 145.

<sup>182</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004, p. 74.

<sup>183</sup> HILTON, 1987, p. 146.

bomba termo nuclear soviética.<sup>184</sup> Além do mais, o governo dos Estados Unidos enxergava nos nacionalismos latino-americanos um potencial de dissidência ao bloco ocidental, bem como, um fator de ascensão ao comunismo. Sem a disposição dos Estados Unidos para negociação, o projeto de desenvolvimento do governo Vargas viu-se paralisado, enquanto que uma crise econômica, refletida numa inflação crescente, fornecia o pano de fundo para as conspirações golpistas que, apoiadas pelo governo norte-americano, culminaram com o suicídio do presidente, em 24 de agosto de 1954. Um ano depois, em 19 de setembro de 1955, a Marinha e o Exército da Argentina, também com apoio do governo dos Estados Unidos, derrubaram o governo Perón. Nos próximos três anos, Brasil e Argentina trocariam a aproximação, mesmo em bases não muito sólidas como a dos governos Vargas e Perón, pela posição de alinhamento automático aos Estados Unidos.

Aqui novamente a idéia no qual os países podem adotar uma mesma orientação em política externa sem que isso signifique uma aproximação se faz presente. No período entre 1955 e 1958, Brasil e Argentina tinham uma mesma concepção norteadora para suas relações internacionais, porém, isto não representou uma proximidade entre os dois países. Este fato se explica na medida em que, tanto o governo da Revolução Libertadora nascida da derrubada de Perón, quanto do presidente Café Filho e, num primeiro momento, o governo de Juscelino Kubitschek, adotaram o modelo de desenvolvimento associado que preconizava um capitalismo dependente. Este correspondia, conforme Ianni, “a uma aceitação ampla das relações de complementaridade e interdependência, organizadas segundo as exigências da economia política do imperialismo”.<sup>185</sup>

No Brasil, retornava-se a linha adotada pelo governo de Eurico Gaspar Dutra, baseada na idéia no qual o país se constituía como o “aliado preferencial” dos Estados Unidos na América Latina, devido às relações históricas de proximidade entre os dois países, em “função do apoio ativo a Washington na Segunda Guerra Mundial e do alinhamento automático na Guerra Fria”.<sup>186</sup> Segundo esta concepção, o alinhamento automático levava o Brasil a obter vantagens em uma relação especial com o governo norte-americano, pois este conferiria atenção prioritária aos países que não vacilavam diante do conflito Leste-Oeste. Esta fora a concepção adotada pela Escola Superior de Guerra, fundada em 1949, com o auxílio da *War*

---

<sup>184</sup> Sobre o tema ver: DELMAS, Claude. *Armamentos nucleares e Guerra Fria*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

<sup>185</sup> IANNI, Octavio. *Imperialismo na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988, p. 100.

<sup>186</sup> VIZENTINI, 2004, p. 23.

*College* dos Estados Unidos. Conforme Vizontini, a “ESG baseava suas concepções no binômio segurança e desenvolvimento, defendendo para o país um projeto econômico de capitalismo associado internacionalmente”.<sup>187</sup> As demonstrações desse retorno ocorreram com a nomeação, pelo presidente Café Filho, de Raul Fernandes para o Ministério das Relações Exteriores, cargo já ocupara no governo Dutra, e do liberal extremado Eugênio Godin para o Ministério da Fazenda, um notório defensor das idéias da Escola de Chicago.<sup>188</sup>

A nova orientação ficaria evidente já no início de 1955, quando foi baixada a Instrução 113 da Sumoc, com o objetivo de anular os obstáculos à evasão do capital estrangeiro, revertendo às medidas da Instrução 70 do governo Vargas que limitava a repatriação destes. Por esta nova medida, a importação de equipamentos poderia ser feita sem cobertura cambial ou qualquer restrição, o que representava “uma política estruturalmente favorável ao capital estrangeiro e à internacionalização da economia brasileira, em prejuízo do desenvolvimento nacional”.<sup>189</sup> Ao mesmo tempo, no plano interno adotavam-se medidas monetaristas visando o controle da inflação e a criação de um clima favorável a permanência do capital estrangeiro.

O governo de Juscelino Kubitschek, por sua vez, também adotaria o desenvolvimentismo associado. Mas, diferentemente do liberalismo conservador de Café Filho, o centro da política econômica passou a ser a industrialização, vista como forma de promover o desenvolvimento nacional. Daí a qualificação do projeto de nacional-desenvolvimentismo, que abandonando a concepção monetarista, privilegiava metas físicas de produção de bens de consumo, um setor que demandava capitais, tecnologia e empresas estrangeiras. Este modelo reservava, portanto, um papel significativo para a atração de capitais estrangeiros. Esta concepção levou o governo a seguir, até 1958, o alinhamento com os Estados Unidos.

A defesa dos interesses colonialistas portugueses na ONU era outra marca da política externa brasileira.<sup>190</sup> Dessa forma, “o Brasil distanciou-se dos movimentos de libertação

---

<sup>187</sup> Idem, *ibidem*, p. 23.

<sup>188</sup> Conforme Sandroni, a Escola de Chicago é “uma escola de pensamento monetarista, reunida em torno de Milton Friedman e outros professores da Universidade de Chicago, e que sustenta a possibilidade de manter-se a estabilidade de uma economia capitalista apenas por meio de medidas monetárias, baseadas nas forças espontâneas do mercado”. Ver: SANDRONI, Paulo. *Novo dicionário de economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1998, p. 122-123.

<sup>189</sup> VIZENTINI, op. cit., p. 82.

<sup>190</sup> A posição de apoio a posição colonialista portuguesa junto a ONU, além de representar os interesses do governo português junto ao governo indiano, era uma forma de buscar o apoio interno da comunidade luso-brasileira ao governo Juscelino Kubitschek. Ver: Iben, *ibidem*, p. 95-96.

nacional do Terceiro Mundo e acentuou seu afastamento em relação ao campo socialista”.<sup>191</sup>  
A barganha nacionalista continuava fora de cogitação.

Porém, mesmo dentro da política de alinhamento, alguns traços de autonomia foram adotados pela política externa do governo de Juscelino Kubitschek. O que fica demonstrado na forma como o governo brasileiro se utilizava da concorrência que se iniciava entre os capitais norte-americanos e europeus. Não podemos esquecer que a primeira montadora que se instalou no Brasil foi a Volkswagen da Alemanha.

No caso argentino, com a derrubada do presidente Perón e a instauração da Revolução Libertadora, os grupos que a hegemonizaram buscaram reforçar aquilo que Hélio Jaguaribe chamou de o mito argentino, muito forte entre o final do século XIX e o início do século XX.<sup>192</sup>

Conforme o autor,

O mito argentino tinha por núcleo a imagem da nação européia, de população branca, parceira supostamente privilegiada da potência hegemônica mundial, a Grã-Bretanha, que se via a si mesma, numa América do Sul mestiça, como única interlocutora ocidental da Europa. A essa nação, naturalmente dotada de características superiores, cabia um destino manifesto de hegemonia regional, como uma réplica, na América do Sul, à hegemonia que os Estados Unidos estavam realizando na América do Norte.<sup>193</sup>

Este discurso servia como um fator de aglutinação do conjunto variado de forças políticas e sociais que participaram ou apoiaram a derrubada de Perón. A visão da supremacia regional argentina vinha ao encontro dos setores nacionalistas, já a imagem do passado próspero identificava-se com a elite liberal conservadora. Desta forma, o reforço do mito argentino era muito útil do ponto de vista ideológico, mas não bastava para a sustentação do

---

<sup>191</sup> Idem, *ibidem*, p. 95.

<sup>192</sup> A origem das idéias que viriam a constituir o mito argentino pode ser buscada na obra *Facundo*, escrita em 1845 por Domingo Faustino Sarmiento, presidente da Argentina no período de 1868 a 1874. Neste período adotou um programa de modernização pautado pelo impulso a imigração européia, a expansão agropecuária e de ferrovias, e no plano educacional, pela forte alfabetização e pela busca em forjar uma nacionalidade comum através da língua espanhola, de forma a que o grande fluxo de imigrantes não resultasse em uma desagregação social. Ver: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/EDIPUCRS, 1996.

<sup>193</sup> JAGUARIBE, Hélio. Brasil-Argentina: relações de conflito e cooperação. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 30, n. 119-120. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, julho-dezembro de 1987, p. 173.

novo governo. Este mesmo conjunto variado de forças políticas não permitia uma coerência programática que as unificasse em torno na construção da Revolução Libertadora.

No início foi tentada uma solução conciliadora pelo general Eduardo Lonardi, chefe do novo governo, que conduziu a um consenso entre os grupos católicos antiperonistas, os militares nacionalistas e o sindicalismo peronista, através da fórmula “não há vencedores ou vencidos”. Para Lonardi, o projeto nacional e popular do peronismo “continuava vigente, sempre depurado de seus elementos corruptos ou indesejáveis”.<sup>194</sup> Porém, este não era o entendimento do conjunto das forças políticas e, aos poucos, os elementos antiperonistas mais tradicionais, com respaldo da Marinha, representados no vice-presidente Issac Rojas demonstraram não estar dispostos a aceitar uma composição com o peronismo. Como estes eram hegemônicos, Lonardi acabou renunciando em 13 de novembro de 1955, apenas dois meses depois de ter assumido o governo. O novo presidente, general Pedro Eugenio Aramburu, mais próximo dos setores liberais antiperonistas, acabou impondo uma fórmula que aliava a proscrição peronista, o discurso de retorno a grande nação argentina e um liberalismo conservador que, no plano internacional, direcionava o país ao alinhamento automático com os Estados Unidos.

Este alinhamento automático era acompanhado de um projeto que visava o retorno ao modelo agroexportador, projeto este, que foi fundamental para a formação da Argentina moderna, entre 1880 e 1914. Naquele contexto, a Argentina demonstrava fortes índices de desenvolvimento, frutos do crescente ingresso de capitais britânicos, tanto em nível de investimentos como de empréstimos. A estratégia de tirar o maior proveito possível das relações com a Grã-Bretanha, através das vantagens comparativas que os produtos argentinos, principalmente a lã e a carne, dispunham no mercado internacional demonstrava-se eficiente. Não somente com a construção de chamada *Belle époque* argentina, como também para a consolidação de uma classe dominante com intensas relações com o comércio britânico.<sup>195</sup>

Este modelo agroexportador começou a sofrer os efeitos da retração do comércio mundial a partir da Primeira Guerra Mundial. Conforme Romero, “a Guerra desentrou de forma aguda um velho mal: a vulnerabilidade da economia argentina, cujas engrenagens eram

---

<sup>194</sup> ROMERO, 2006, p. 125.

<sup>195</sup> Sobre este período de crescimento da economia argentina e o processo de consolidação da classe dominante ver: SÁBATO, Jorge F. *La clase dominante en la Argentina moderna: formación e características*. 2 ed. Buenos Aires: CISEA/Image Mundi, 1996.

as exportações, a entrada de capitais, de mão de obra e a expansão da fronteira agrícola”.<sup>196</sup> A retração dos investimentos britânicos, a problemática dos transportes, a queda dos preços forma uma constante ao longo do conflito. Porém, após o seu término, a estes fatores se somaria o excesso de oferta de produtos agrícolas em todo mundo, que levava a adoção de medidas protecionistas que afetavam as condições de comércio mundial.

Ao mesmo tempo em que os capitais ingleses deixavam de entrar, a Argentina procurou ampliar o comércio com os Estados Unidos.<sup>197</sup> Porém, o não abandono da prioridade dada aos capitais britânicos, gerou desconforto na relação com o potencialmente novo parceiro comercial. Pensava-se que com término da guerra e a superação de seus efeitos econômicos a Grã-Bretanha reassumiria o seu posto de potencia hegemônica mundial, um grande equívoco, pois, na crise de 1929 ficara evidente a decadência inglesa.

A crise do modelo agroexportador se agravou quando, para conter os efeitos da crise de 1929, a Grã-Bretanha e as suas antigas colônias formaram a *Commonwealth*, em 1931, constituindo uma reserva de mercado para o comércio e os investimentos ingleses. Assim, ao longo dos anos 1930 e 1940, este modelo foi gradativamente perdendo força, sendo definitivamente abandonado com a ascensão de Perón ao poder.

O modelo agroexportador seria retomado pelo liberalismo conservador que acabou hegemonizando a Revolução Libertadora. A primeira medida em relação à mudança do modelo econômico e de inserção no cenário mundial foi a aceleração da abertura com a ratificação dos convênios de *Bretton Woods* e o ingresso no Fundo Monetário Internacional, em 1956, o que demonstrava a adoção do multilateralismo e o afastamento progressivo das fórmulas bilaterais do peronismo.<sup>198</sup> Estas medidas reabriram a dependência estrutural a empréstimos internacionais que serviriam para financiar a infra-estrutura e compensar os desequilíbrios comerciais. Na verdade, procurava-se, através do multilateralismo e do alinhamento automático com os Estados Unidos, “encontrar na nova potência sucedâneo funcional ao que foi o Reino Unido durante a *belle époque* argentina”.<sup>199</sup> Os Estados Unidos, por sua vez, tinham outras prioridades que não eram a Argentina.

---

<sup>196</sup> ROMERO, 2005, p. 48

<sup>197</sup> PARADISO, 2005, p. 85.

<sup>198</sup> Idem, ibidem, p. 197.

<sup>199</sup> CANDEAS, 2005, p. 196.

O contexto interno argentino também foi altamente prejudicial à retomada do modelo agroexportador. A derrubada de Perón e a posterior proscrição do peronismo estiveram longe de criar um clima de estabilidade política favorável ao capital estrangeiro, principalmente porque a liderança do ex-presidente não fora afetada. Os sindicatos, em sua maioria, continuavam fiéis ao velho general que passou a demonstrar sua força política a partir das orientações que mandava do exílio, como no caso dos votos em branco nas eleições constituintes de 1957. A tentativa de eliminação do peronismo, através da repressão, acabou aguçando ainda mais os conflitos com este. Por outro lado, apesar de abertura e a modernização serem valores compartilhados havia “uma grande polêmica” entre “os que confiavam no capital estrangeiro e aqueles que, dentro da tradição nacionalista que o peronismo alimentou, ou dentro da esquerda antiimperialista, desconfiavam dele”.<sup>200</sup> Até mesmo no setor empresarial havia aqueles que se beneficiaram da associação com o capital estrangeiro e aqueles que foram vitimados pela concorrência e exigiam a volta do protecionismo.

A retomada do modelo agroexportador pela Argentina também foi altamente desfavorável as relações com o Brasil, primeiramente devido à própria estratégia do governo argentino de aguçar o sentimento de rivalidade em relação ao país vizinho.

Conforme Hilton,

O constante tumulto político na Argentina nos anos seguintes levava em seu bojo as sementes de conflito potencial – nos campos diplomáticos e econômicos, senão militar – com o Brasil, já que ao levantar o espectro do ‘imperialismo brasileiro’ poderia ser um estratagema tentador para qualquer governo portenho desejoso de aplinar dificuldades internas.<sup>201</sup>

A própria disputa estabelecida em torno da posição de aliado preferencial dos Estados Unidos acirrava este distanciamento e criava um clima propício ao discurso da rivalidade histórica. Isto era visto tanto na Argentina como no Brasil. Por outro lado, esta disputa fortalecia as posições dos Estados Unidos “que nunca deixou de levar em conta e manipular os ressentimentos e as ambições dos governantes latino-americanos”. Conforme Ianni, “o jogo em torno do aliado preferencial pode funcionar como uma técnica de emulação entre os países

---

<sup>200</sup> ROMERO, 2005, p. 127.

<sup>201</sup> HILTON, 1987, p. 148.



que se encontram em distintas situações de dependência, como os latino-americanos”. Estes, ao mesmo tempo em que se afastam da perspectiva de regionalismo, “passam a lutar, por exemplo, para criar e manter as melhores condições de segurança e tranquilidade, (...) sem as quais não se fortalece a confiança do capital e investidor estrangeiro na economia nacional”.<sup>202</sup>

Desta forma, podemos verificar que a adoção por Brasil e Argentina do modelo de desenvolvimento associado, a partir de um capitalismo dependente, juntamente com a concepção de aliado preferencial e a política externa de alinhamento automático com os Estados Unidos, levou ao retorno do distanciamento e da rivalidade entre os países vizinhos. Situação que representou um retrocesso em relação ao processo de aproximação do início da década de 1950.

A partir de 1958, porém, uma nova aproximação entre Brasil e Argentina irá se processar com o abandono das políticas externas de alinhamento automático com os Estados Unidos e a construção de um paradigma mais autônomo para as suas relações internacionais. Dois fatores foram significativos para esta mudança de rumos. De um lado, as mudanças ocorridas no cenário internacional. De outro lado, as mudanças ocorridas na própria política adotada pelos países com a eleição de Arturo Frondizi para presidente da Argentina e os novos rumos da política externa do governo de Juscelino Kubitschek no Brasil.

No plano internacional, podemos destacar o indicativo de uma tendência de acomodação das áreas de influência soviética e norte-americana a partir da definição de “coexistência pacífica” entre os Blocos. Abria-se uma nova fase na Guerra Fria, na qual o caminho da negociação parecia ter levado a superação da hipótese de um iminente enfrentamento entre as duas grandes potências. Do lado da URSS, a “morte de Stalin, aliada a autoconfiança permitida pela arma nuclear, levou Moscou a acomodar-se com a possibilidade de uma coexistência pacífica entre os dois mundos”.<sup>203</sup> Os Estados Unidos, por outro lado, pareciam ter arquivado a teoria da guerra preventiva e reconhecido a existência de uma área de influência soviética, principalmente, devido à neutralidade demonstrada no caso da Invasão da Hungria por tropas soviéticas em 1956.

---

<sup>202</sup> IANNI, 1988, p. 93.

<sup>203</sup> SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. *Relações Internacionais*. Barueri-SP: Manole, 2004, p. 57.

Ao mesmo tempo solidez dos Blocos construídos no imediato pós-guerra começava a ser contestada em seu próprio interior. No campo soviético, conforme Hobsbawn, o “desmoronamento político começou com a morte de Stalin, em 1953, mas sobretudo com os ataques oficiais à era stalinista em geral e, mais cautelosamente, ao próprio Stalin, no XX Congresso do PCUS, em 1956”.<sup>204</sup> A repercussão do discurso de Krushev, denunciando os crimes do stalinismo e anunciando o revisionismo da nova orientação política da União Soviética, foi intensa. Logo surgiram, no Leste Europeu, as primeiras dissidências e tentativas de autonomia em relação à liderança soviética. Na Polônia, Moscou acabou aceitando pacificamente uma liderança comunista reformista. Já na Hungria uma revolução acabou estourando e constituiu-se um novo governo sob a liderança de outro reformador comunista, Imre Nagy, que anunciou o fim do sistema unipartidário, a retirada do país do Pacto de Varsóvia e o seu futuro neutralismo. Em novembro de 1956 as tropas soviéticas invadiram a Hungria e terminaram com a dissidência.

Dentro desse contexto, a dissidência mais significativa no Bloco Socialista ocorreu com a ruptura da China com a URSS. Os chineses estabeleceram um governo socialista, sob a liderança de Mao-Tse Tung, em 1949. Mesmo aliados dos soviéticos, os chineses tinham o seu próprio caminho revolucionário “e Stalin, realista, teve o cuidado de não forçar as relações com o gigantesco partido irmão oriental efetivamente independente”.<sup>205</sup> Nikita Krushev, por sua vez, acabou forçando-as ao tentar enquadrar os comunistas chineses na doutrina da “coexistência pacífica”, negando-se a comunicar-lhes o segredo da bomba atômica. Os chineses lembraram às lideranças soviéticas que a sua revolução não devia quase nada a estes e passaram a retomar os debates sobre os territórios contestados nas fronteiras entre os dois países rejeitando os tratados impostos pela Rússia czarista no século XIX. Conforme Delmas, “a China só podia ver na coexistência pacífica um freio às suas ambições, coexistência que, ademais, ela condenava por razões ideológicas”.<sup>206</sup> O maoísmo condenava qualquer possibilidade de construção do socialismo conjuntamente com o capitalismo.

No campo ocidental, as buscas de autonomia foram em menor grau, porém, não deixaram de ter um papel significativo. Na França, o presidente Charles De Gaulle postulava uma posição de independência nacional dentro do bloco capitalista. Esta independência nacional estaria ligada ao uma defesa também nacional. Foi a partir desta formulação que

---

<sup>204</sup> HOBBSAWN, 1995, p. 387.

<sup>205</sup> Idem, ibidem, p. 386.

<sup>206</sup> DELMAS, 1979, p. 93.

“recusou o princípio de integração que devia presidir a organização das forças da OTAN, e foi com a esperança de desempenhar um papel mundial que quis colocar a França fora de uma aliança que lhe parecia ser um sistema de dependências”.<sup>207</sup>

Ao mesmo tempo o Japão, iniciando a sua recuperação econômica, buscava termos de cooperação mais positivas com os Estados Unidos. Por sua vez, a Europa Ocidental, dando sinais de recuperação, buscava na integração econômica um caminho autônomo de desenvolvimento. Em 1951, era estabelecida a Comunidade Européia do Carvão e do Aço. Porém, o passo mais significativo foi dado em 1957 com a assinatura do Tratado de Roma e a criação da Comunidade Econômica Européia – CEE, visando à formação de um bloco regional com tarifas comuns. Foi uma reação às negociações do Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT, em 1947, que tinha como função impulsionar a liberalização comercial e combater práticas protecionistas, regulando, provisoriamente, as relações comerciais internacionais. Constituíram a CEE naquele momento: a República Federativa da Alemanha, a França, a Itália, a Bélgica, a Holanda e Luxemburgo.<sup>208</sup> Estes três últimos já constituíam um experiência de integração com o Benelux.<sup>209</sup>

Como podemos ver, a busca de uma posição mais autônoma dentro dos blocos era uma realidade na segunda metade da década de 1950. Mas, a grande novidade surgiria da Conferência de Bandung, Indonésia, em 1955. Este encontro teve um enorme significado para o movimento anticolonialista afro-asiático, representando, ao mesmo tempo, a emergência do Terceiro Mundo<sup>210</sup> e da posição de neutralismo no cenário da Guerra Fria. Era o reflexo da ascensão do nacionalismo antiimperialista com Nehru na Índia, Nasser no Egito e Suharto na Indonésia. Participaram da Conferência 29 Estados, representando 1,5 bilhões de pessoas,

---

<sup>207</sup> Idem, *ibidem*, p. 90.

<sup>208</sup> Ver: CARBAUGH, Robert J. *Economia Internacional*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004, p. 295.

<sup>209</sup> O Benelux é um bloco econômico formado por Bélgica, Holanda (*Nederland*) e Luxemburgo. Seus primórdios remontam constituição de uma área de livre comércio pelos três países em 1944. A partir do Tratado de constituição assinado em 3 de fevereiro de 1958, adquiriu o *status* de Bloco Econômico, tendo vigorado como tal a partir de 1º de novembro de 1960. Uma área de livre-comércio se define quando todas as barreiras comerciais são removidas, porém cada nação mantém suas próprias barreiras comerciais com as nações que não a integram. Um Bloco Econômico ou uma União Econômica se define a partir do estabelecimento de uma autoridade supranacional com função de velar pela aplicação de políticas comuns, de definir critérios e identificar novas políticas com o objetivo de harmonização entre as nações e de garantir resultados de convergência para as políticas geridas no âmbito nacional. Ver: CARBAUGH, *op.cit.*

<sup>210</sup> Segundo Tulio Vigevani, “o termo Terceiro Mundo foi utilizado pela primeira vez como conseqüência da comparação da situação dos países pobres com a das classes que na França, antes da Revolução de 1789, constituíram o Terceiro Estado. Esta utilização foi feita por Alfred Sauvy e Georges Batado, franceses, em 1956, generalizando-se a partir de então”. VIGEVANI, Tulio. *Terceiro Mundo: conceito e história*. São Paulo: Ática, 1990, p. 7.

55% da população mundial, que tinham somente 8% da renda mundial. Ficaram estabelecidos 11 princípios que deveriam reger as relações internacionais:

1. Respeito aos Direitos do Homem, segundo os objetivos e princípios da Carta do ONU;
2. Respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações;
3. Reconhecimento das igualdades entre as raças e as nações grandes e pequenas;
4. Abstenção de qualquer intrusão ou qualquer interferência nos assuntos internos de outro país;
5. Reconhecimento do direito de cada nação em matéria de defesa individual ou coletiva em conformidade com a carta da ONU;
6. Abstenção de qualquer participação em acordos de defesa coletiva firmados para servir os interesses de uma grande potência;
7. Abstenção de qualquer manifestação com objetivo de exercer uma pressão sobre outra nação;
8. Frear qualquer ato ou ameaça de agressão, ou o recurso à força, que seja suscetível de prejudicar a integridade territorial e a independência política de uma nação;
9. Resolver os litígios internacionais por meios pacíficos tais como negociações, conciliação, arbitragem, decisões de justiça e outros meios escolhidos pelas partes em conformidade com a Carta da ONU;
10. Desenvolver a cooperação de interesse mútuo;
11. Comprometer-se a respeitar a justiça e as obrigações nacionais.<sup>211</sup>

Aqui ainda não estava definida a posição do não-alinhamento que mais tarde seria assumida por alguns dos participantes da Conferência de Bandung. Esta indefinição se deve ao fato da participação ativa de países que pertenciam a cada um dos blocos da Guerra Fria, no caso o Japão e a China, que naquele contexto ainda sustentava uma aliança com a URSS.

---

<sup>211</sup> SEITENFUS, 2004, p. 45.

Mesmo assim os avanços da resolução final são significativos e destacaram a participação ativa da Índia.<sup>212</sup>

Estas transformações no cenário internacional, a “coexistência pacífica” e a emergência do neutralismo, transpareceram na Crise de Suez, em 1956. A crise surgiu com a nacionalização da Companhia do Canal de Suez em uma reação a recusa norte-americana de financiamento da represa de Assuã, uma tentativa dos Estados Unidos de fazer com que o nasserismo pudesse ser reconduzido a uma política não-antiocidental.<sup>213</sup> Representava, também, uma represália em relação ao fato do Egito comprar armas da Tchecoslováquia e da URSS. Naquele momento havia uma preocupação com a aproximação de Nasser com o Marechal Tito, presidente da Iugoslávia que mantinha uma posição de independência em relação a URSS, e com Nehru, presidente da Índia. Os três constituíam as principais referências do neutralismo e do anticolonialismo.

A nacionalização atingiu diretamente os interesses ingleses e franceses, que se opunham cada vez mais ao nacionalismo árabe proposto por Nasser. O governo norte-americano, por sua vez, ficou preso a uma posição ambígua, ao mesmo tempo em que condenava a política nasseriana, “temia que uma reação dura acelerasse a solidariedade árabe ao Egito, como de fato acabou acontecendo”. A URSS, por outro lado, “depois de ter tentado uma ação conjunta com os Estados Unidos”, lançou “um *ultimatum* à França, à Inglaterra e a Israel, pedindo a imediata cessação das ações militares e a retirada dos territórios ocupados no Egito”. A crise acabou sendo resolvida por meio da Assembléia Geral da ONU, que por grande maioria, inclusive com votos dos Estados Unidos e da URSS, o que representou a formação de um acordo entre os dois grandes, “a constituição de uma força encarregada de garantir a reabertura do canal de Suez e o cessar-fogo entre Israel e Egito”.<sup>214</sup>

Esta solução representou, de um lado, o fortalecimento de Nasser, do neutralismo, e da luta anticolonialista. De outro lado, demonstrou que o diálogo entre Estados Unidos e URSS começava a fluir, o que significava que a Guerra Fria realmente havia entrado na fase do degelo. Reforçariam esta tendência “a neutralização da Antártida por meio do Tratado de

---

<sup>212</sup> VIGEVANI, 1990, p. 12.

<sup>213</sup> Idem, ibidem, p. 59.

<sup>214</sup> Idem, ibidem, p. 61.

Washington (1959) e as tentativas de solucionar a questão alemã”.<sup>215</sup> Estes fatos reforçavam a idéia de consolidação dos blocos mediante a “coexistência pacífica”.

Somada as estas transformações a crescente onda de antiamericanismo que se espalhava pelo conjunto da América Latina:<sup>216</sup> as mudanças sociais e econômicas com a chegada ao poder do Movimento Nacionalista Revolucionário na Bolívia através de uma revolta popular em 1952; a Reforma Agrária do governo do presidente Victor Paz Estenssoro, ao mesmo tempo em que beneficia cerca de dois milhões de indígenas bolivianos que viviam em condições semi-feudais, também, afetaria os interesses do capital norte-americano;<sup>217</sup> na Venezuela, a deposição do presidente Pérez Jimenez, em 21 de janeiro de 1958, abria caminho para a implantação de um novo modelo de desenvolvimento a partir de um fortalecimento do Estado como agente regulador do capital estrangeiro; na política externa eram lançadas as bases para a posição autônoma que seria assumida posteriormente pelo presidente Rómulo Betancourt.<sup>218</sup>

Desta forma, o contexto internacional abria brechas para uma realocação das políticas exteriores de Brasil e Argentina. Porém, conforme Duroselle, “não existe nenhum ato político exterior que não tenha um aspecto de política interna”.<sup>219</sup> No caso de Brasil e Argentina os aspectos da política interna tencionavam por uma redefinição para as políticas externas dos países.

No Brasil, o *boom* econômico do biênio 1956-1957 começava a dar claros sinais de enfraquecimento. A deterioração na balança de pagamentos esgotava as reservas das exportações. Conforme Skidmore, em “1957 o balanço de pagamentos apresentou um déficit de \$ 286 milhões em conta corrente, enquanto que os dados de 1955 e 1956 resultaram em uma conta corrente razoavelmente equilibrada”.<sup>220</sup> A constante deterioração dos termos de troca no comércio internacional contribuía em muito para tal fator. Também os preços internos começam a subir e indicavam um possível aumento do custo de vida para o ano de 1958, em contraposição ao ano de 1957, quanto este crescera 13% no Rio de Janeiro, o menor crescimento desde 1951. A urbanização, o êxodo rural e a tendência ao aumento acelerado da população brasileira, por sua vez, representavam uma mudança significativa no perfil da

---

<sup>215</sup> SEITENFUS, 2004, p. 57.

<sup>216</sup> Ver o primeiro capítulo deste trabalho.

<sup>217</sup> DABÈNE, 2001, p. 146.

<sup>218</sup> Idem, ibidem, p. 154-155.

<sup>219</sup> DUROSELLE, 2000, p. 57.

<sup>220</sup> SKIDMORE, 1982, p. 217.

sociedade brasileira. Já o alargamento do mercado interno demandava o seu próprio incremento.

Estes dilemas internos colocavam em risco o projeto de industrialização acelerada do presidente Juscelino Kubitschek. Ao mesmo tempo, já não era tão fácil atrair os capitais estrangeiros fundamentais para o projeto desenvolvimentista de JK. Assim, o governo brasileiro retomou “uma ativa política externa de barganha face aos EUA, bem como um discurso diplomático de tom nacionalista”.<sup>221</sup> O ponto de inflexão desta nova política externa brasileira ocorreu com a já comentada Operação Pan Americana.

Na Argentina, a eleição do presidente Arturo Frondizi representou o fim da hegemonia liberal conservadora. Porém, os limites do processo que conduziu a vitória do candidato da UCRI e os tensionamentos que marcaram a tentativa de golpe de não dar posse ao presidente eleito por parte do *gorillismo*, a extrema direita representaram um desafio para o novo governo. Estes desafios se agravaram com a própria situação econômica do país, assim descrita por Albino Gómez:

- 1) *El crédito estaba totalmente agotado. El mercado de inversiones había trazado una cruz sobre la República Argentina en virtud de que los problemas del Ansec, Cade, Dinie y Bernberg carecían de solución de acuerdo a las leyes y a los convenios internacionales quebrantados. Nuestra deuda externa, que al 1º de mayo iba a alcanzar la suma de mil millones de dólares (unos cuatro mil millones de hoy), rebasaba el volumen del crédito aceptable, de aquellos tiempos, claro está;*
- 2) *El mantenimiento de la actividad de las empresas y los servicios requería un volumen de combustibles – especialmente petróleo – por un valor del orden de los 270 millones de dólares anuales, y la balanza de pagos acusaba un déficit progresivo, también por dos razones fundamentales:*
  - a) *Porque los saldos exportables eran cada día menores, en virtud del aumento del consumo interno por la mayor población, etc.;*
  - b) *Porque los precios de nuestros productos en el mercado mundial habían ido decayendo, año tras año a partir de 1951, mientras los precios de nuestras importaciones aumentaban también, año tras año.*<sup>222</sup>

Ao mesmo tempo, o poder de compra da classe trabalhadora era destruído pela inflação e pela perda do valor aquisitivo de seus salários e o aumento das indústrias de consumo requeria cada vez mais matérias primas e combustíveis. Para agravar a situação havia um verdadeiro muro que separava a Argentina dos centros de investimento. Desta

---

<sup>221</sup> VIZENTINI, 2004, p. 98.

<sup>222</sup> GÓMEZ, 2004, p. 52.

forma, “*el país carecía de toda perspectiva de superar las dificultades naturales que le creaban una estructura económica renga y una situación financiera catastrófica*”.<sup>223</sup>

Era necessário superar esta realidade. Para isso era fundamental um novo rumo para a política externa para a Argentina, um caminho que abrisse uma brecha para a entrada de capitais, gerando uma acelerada industrialização. A política de alinhamento automático adotada pela Revolução Libertadora demonstrou-se incapaz disso. Ao mesmo tempo, era necessário retomar os pontos de vistas positivos da terceira posição adotada pelo peronismo. Assim, Frondizi inauguraria a sua forma de Política Externa Independente.

Estas mudanças nas políticas externas propiciaram uma nova aproximação entre os dois países iniciada com a visita do, ainda não empossado, presidente eleito da Argentina, Arturo Frondizi, ao Brasil, em janeiro de 1958. A visita se deu entre os dias 8 e 11 de abril, a convite do presidente Juscelino Kubitschek e foi marcada por várias homenagens. Entre estas podemos destacar as que foram feitas pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados. Além da capital, Rio de Janeiro, Frondizi esteve também em São Paulo. Significativos foram os discursos pronunciados pelos presidentes em almoço realizado no Palácio do Itamarati, os quais prenunciaram “uma fase mais dinâmica e mais fecunda nas relações políticas e econômicas entre os dois países”.<sup>224</sup>

Alguns trechos do discurso do presidente Juscelino Kubitschek demonstram o emergir de uma nova etapa nas relações entre Brasil e Argentina:

(...) A nossa fraternidade que a vizinhança explica e que tantas afinidades naturais tornam evidentes (...) é um sentimento novo, que anuncia, uma hora inaugural do convívio dos dois povos, um sentimento mais vivo, um desejo de compreensão mais profundo, que torna extremamente tocante o momento que vivemos. (...) hoje, precisamente neste instante em que lhe dirijo, Sr. Presidente Frondizi esta saudação, há de fato entre o seu e o meu país um elo a mais, um entendimento mais profundo, um fervor bem maior do que houve em qualquer outro tempo. (...) a Argentina e o Brasil, uma em face do outro, não se sentem mais os mesmos.

Nasceu neste momento da nossa existência um desejo mais profundo, uma aspiração mais generosa ainda do que a antiga que presidiu às nossas boas e tradicionais relações. Somos como dois irmãos que se reconhecem melhor que se sentem mais solidários depois que amadureceram, que conheceram perigos, que tiveram de passar por sofrimentos que mais humanizam e elevam os povos do que todas as prosperidades fáceis. Não somos mais simples países jovens, que disputam

<sup>223</sup> Idem, *ibidem*, p. 53.

<sup>224</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Visita do presidente da nação argentina. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 1, n. 2. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, junho de 1958, p. 225.



alegremente o privilégio da vida fácil e da fácil prosperidade. A Argentina e o Brasil conheceram horas difíceis e conhecem-na ainda: tiveram que lutar pela sua sobrevivência e combater a favor da democracia, ameaçada até mesmo pelas forças ainda obscuras da própria democracia; foram obrigados a reconhecer, com humildade, as suas limitações; perderam, o que é um sinal de cultura – a confiança excessiva na sua própria intangibilidade e, hoje, apresentam-se revigorados e renovados, mas bem, mais conscientes, animados por uma esperança capaz de enfrentar as muitas razões de temer e descreer, que a atual conjuntura oferece.

(...) Peço-lhe, presidente Frondizi, que deste encontro (...) levar V.Exa. a certeza de que tudo o que acontece em seu nobre país é acompanhado com o maior e o mais cordial interesse pelo Brasil; que consideramos o progresso, os êxitos, as vitórias da nação Argentina como os de um membro muito e muito próximo da nossa família. Creia que o Brasil se orgulha muito da Nação-irmã Argentina e sofre com os seus sofrimentos e vive as suas horas difíceis com um sentimento de sincera e total solidariedade.<sup>225</sup>

Como podemos ver, o presidente Juscelino Kubitschek buscou naquilo que era comum a Brasil e Argentina a justificativa o “sentimento novo” de proximidade dos dois países. A mesma direção será tomada pelo presidente Arturo Frondizi quando de seu discurso:

Os argentinos muito têm em comum com o Brasil: a raça, a história, a religião, as instituições. Inspiram-nos idênticos ideais de realização nacional, de progresso social e de respeito pelo ser humano. Sentimos como se fossem nossos os esforços que o Brasil realiza no campo da técnica, da ciência ou da cultura, é um triunfo também nosso, um triunfo americano. Como o Brasil, o povo argentino considera que as pessoas e os direitos humanos são sagrados.

(...) Sabemos que do outro lado das nossas fronteiras não está um inimigo que nos vai atacar, mas sim um irmão que nos proteja os flancos.<sup>226</sup>

Um ponto interessante nos referidos discursos foi o destaque dado por ambos os presidentes não somente para a aproximação dos dois países, mas sim, para a própria integração latino-americana. Neste caso, o presidente Juscelino Kubitschek destacou a necessidade de integração relacionado-a com a recente construção da Comunidade Econômica Européia:

Sabemos que só temos um único caminho a fim de tornarmo-nos poderosos e darmos estabilidade e segurança às nossas nações: este caminho é o de unirmo-nos fortemente, em medidas práticas e corajosas, e não apenas através de palavras belas, mas desacompanhadas de qualquer ação correspondente. (...) Nos tempos atuais, estão-se formando e se agrupando famílias de países com afinidades geográficas visando a exploração de zonas de comércio amplificadas graças a entendimentos

<sup>225</sup> Discurso do Presidente Juscelino Kubitschek *apud* INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, op. cit, p. 226-230.

<sup>226</sup> Discurso do Presidente Arturo Frondizi *apud* INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, op. cit, p. 230-237.

lógicos. Já chegou a hora – Sr. Presidente eleito da República Argentina – de prestarmos detida atenção a essas lições que povos experientes e antigos nos estão proporcionando, a fim de agirmos em consequência.

(...) nunca foi tão grande e tão insopitável o desejo de dar-mos as mãos, de caminharmos juntos, de fazermos uma só política no interesse de nós todos, países sul-americanos, que necessitamos e temos o direito de maior segurança e de melhor vida para nossos povos.<sup>227</sup>

O presidente Arturo Frondizi, por sua vez, partiu da crítica a estrutura econômica da América Latina para montar uma proposição com teor mais estratégico, e menos tático-defensivo, da integração latino-americana, tema que mereceu um maior destaque em seu discurso:

(...) Os países da América Latina defrontam-se com difíceis circunstâncias econômicas. Padecem de uma estrutura baseada na exportação de matérias-primas, que encontra o mercado mundial restritivo, ao mesmo tempo, que as importações de produtos manufaturados são cada vez mais custosas. (...) o esquema econômico sobre o qual foram traçadas as estruturas básicas de nossos respectivos países carece de vigência. (...) A era atual é de profunda transformação econômica e se quisermos subsistir e crescer como grandes nações teremos que nos colocar dentro da História que marcha decisiva e claramente no sentido do triunfo de ciência, da técnica e do progresso social.

Os países da América Latina podem enfrentar esta prova. Estamos em condições de imprimir um enérgico impulso ao nosso desenvolvimento econômico que reclama uma integração da agricultura, da mineração e da indústria. Estes países têm enormes reservas energéticas, em forma de carvão, petróleo e quedas de água; têm matérias-primas; têm técnicos e trabalhadores capazes, homens de negócios progressistas. Pode chegar a haver uma siderurgia sul-americana, se conjugarmos nossos esforços e nos propusermos a essa meta comum. Se foram erigidos grandes centros industriais do mundo em países que devem importar matérias-primas como não havemos nós de poder construir nossos centros industriais, quando contamos com todos os recursos e não necessitamos depender de provisões do exterior. (...) Que esperamos portanto nós, sul-americanos, para produzir as manufaturas, os tecidos, os produtos alimentícios que agora somos obrigados a importar a troco de uma produção eivada de inevitáveis crises?

Esta perspectiva concita-nos a uma tarefa conjunta. Não se trata somente de fomentar o intercâmbio entre as Nações latino-americanas. Trata-se de projetar uma política econômica comum que permita defender nosso futuro.

(...) A prosperidade de cada uma de nossas Nações estará ligada à prosperidade das demais.<sup>228</sup>

Com estas palavras o presidente argentino estava propondo a formação de um mercado comum sul-americano a partir do modelo *desarrollista* que começaria a implantar em seu país alguns meses depois. Este modelo, uma variação do desenvolvimentismo que o governo JK estava implantando no Brasil, buscava uma aceleração da industrialização como

<sup>227</sup> Discurso do Presidente Juscelino Kubitschek *apud* INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, op. cit, p. 226-230.

<sup>228</sup> Discurso do Presidente Arturo Frondizi *apud* INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, op. cit, p. 230-237.

forma de superação da economia agroexportadora em decadência devido à deterioração dos termos de troca.

A proximidade entre o *desarrollismo* frondizista e o nacional-desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, em termos de política externa, se fez mostrar no apoio imediato da Argentina a Operação Pan Americana, lançada pelo presidente brasileiro, em junho de 1958. A idéia de que somente o desenvolvimento pode livrar os países latino-americanos da instabilidade política era comum a concepção de ambos os presidentes. Porém, algumas diferenças marcavam as suas políticas externas. Enquanto o presidente brasileiro desenvolvia uma concepção pragmática, com uma feição mais economicista, ao molde da barganha nacionalista, o presidente Frondizi esboçava alguns conceitos básicos de uma Política Externa Independente.

Tais diferenças já podiam ser verificadas nos discursos proferidos no Palácio do Itamarati, sobretudo, quando o presidente argentino, tratando ainda da integração sul-americana, afirmava que esta “ação conjunta” devia “estimular todos os fatores de progresso e não somente os de natureza econômica”.<sup>229</sup> E se torna mais evidente quando o presidente Frondizi afirmou o princípio de soberania dos povos latino-americanos:

Na comunidade das Nações, a comunidade latino-americana tem um sentido histórico e cultural. Seus povos e seus dirigentes afirmam a soberania de seus países. Têm consciência plena de que como Nações livres e independentes estão colocadas no mesmo pé de igualdade, no referente a seus direitos e responsabilidades, que as maiores potências do mundo. Em virtude desta consciência nossos povos não aceitam intervenções em sua vida política e social. Essa consciência nacional e característica própria de cada um dos nossos países mas que se integra no conjunto da comunidade latino-americana e forma parte de uma consciência continental americana, sem mentores e sem tutorias de uma Nação sobre outra. Nossos povos querem definir por eles mesmos seu próprio caminho, bem como os passos que darão em seus respectivos processos nacionais e internacionais.<sup>230</sup>

Em que pese os posicionamentos comuns adotados por Brasil e Argentina nas Reuniões de Consulta dos Chanceleres da Organização dos Estados Americanos na Costa Rica, em agosto de 1960, bem como, a crítica de ambos a falta de consistência do Plano Eisenhower, já referidas no primeiro capítulo, a política externa frondizista, mesmo tendo como centro o *desarrollismo*, possuía uma conotação mais ideológica. Este fato a tornará mais

<sup>229</sup> Discurso do Presidente Arturo Frondizi *apud* INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, op. cit, p. 234.

<sup>230</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 235.

próxima da Política Externa Independente adotada pelo Brasil a partir do governo de Jânio Quadros e que teve seguimento no governo do presidente João Goulart, tanto na fase parlamentarista, bem como na fase presidencialista com algumas variações conjunturais.

Mas afinal quais as fundamentações da política externa independente do governo Arturo Frondizi e da política externa independente do Brasil? Quais suas bases conceituais? Que leituras tinham da realidade latino-americana e mundial? Que pontos de vistas as aproximavam? Estes são alguns pontos que cabem analisar agora. Porém, antes da caracterização da Política Externa Independente frondizista e da Política Externa Independente brasileira são necessárias algumas considerações sob pena que se cair em generalizações, principalmente referente à periodização, que não auxiliam na análise da complexidade das referidas políticas externas.

A primeira destas considerações diz respeito à periodização das políticas externas independentes. Na Argentina, esta acompanhou todo o governo Arturo Frondizi, entre 1º de maio de 1958 e 29 de março 1962, dando lugar ao retorno da política de alinhamento automática. No Brasil, por sua vez, a Política Externa Independente acompanhou os governos Jânio Quadros, entre 31 de janeiro e 25 de agosto de 1961, e as duas etapas do governo João Goulart, parlamentarista, entre 8 de setembro de 1961 e 24 de janeiro de 1963, e presidencialista, entre 24 de janeiro de 1963 e 31 de março de 1964. O que, portanto, nos leva a concluir que o período em que Brasil e Argentina tiveram conjuntamente políticas externas independentes corresponde aos anos de 1961 e 1962, cabendo sempre ressaltar que, conforme citado acima, já havia uma forte aproximação entre os dois países, desde 1958. Porém, as políticas externas eram diferentes, pois, no caso brasileiro, prevalecia a barganha nacional-desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek.

Uma segunda consideração diz, respeito à instabilidade institucional, que se pode verificar através da constante troca dos Ministros das Relações Exteriores de ambos os países, ao longo do período em que as políticas externas independentes estiveram em vigor. No caso argentino, as constantes crises internas enfrentadas pelo presidente Frondizi fizeram-no mudar constantemente o seu ministério, de forma que tiveram cinco trocas de Ministros de Relações Exteriores ao longo dos quase quatro anos de seu governo. Primeiramente assumiu Carlos Alberto Florit em 10 de maio de 1958, porém, este passou o cargo para o Ministro do Interior, Alfredo R. Vítolo, que o assumiu de forma interina em 15 de maio de 1959. Por sua vez, Vítolo deixou o cargo dezessete dias depois, em 22 de maio de 1959, quando assumiu

Diógenes Taboada. Este acabou entregando o cargo para Adolfo Mujica, em 28 de abril de 1961, que permaneceria como chanceler até 29 de agosto de 1961. O Ministro do Interior, Alfredo R. Vítolo assumiu novamente, em caráter interino, o ministério até 12 de setembro de 1961, quando Miguel Angel Cárcano passará a ser o novo Ministro das Relações Exteriores. Este, porém, deixará o cargo em 25 de março de 1962, por divergências com o presidente Frondizi em relação à última posição tomada por este na questão cubana e por pressão das Forças Armadas. Nos últimos quatro dias do governo Frondizi, a chancelaria será ocupada pelo dirigente da UCRI, Roberto Etchepareborda.<sup>231</sup>

No caso brasileiro, a instabilidade institucional do Ministério de Relações Exterior, em que pese à fragilidade de toda a composição ministerial, será uma constante no governo João Goulart, já que a curta duração do governo Jânio Quadros não permite, por questões óbvias, tal avaliação. Ao longo deste, tivemos a permanência de Afonso Arinos de Melo Franco como ministro. No período que vai da renúncia do presidente, em 25 de agosto de 1961, a posse de João Goulart, no regime parlamentarista, em 8 de setembro de 1961, houve o governo provisório do presidente do Congresso Ranieri Mazzili, no qual as incertezas do momento político fizeram com que o cargo ficasse vago. O primeiro chanceler do parlamentarismo será San Thiago Dantas, o mais influente formulador da política externa independente<sup>232</sup>, é ficará no cargo até 12 de julho de 1962, quando novamente Afonso Arinos de Melo Franco assumirá o ministério. Este ficará no cargo até 18 de setembro de 1962. Em seu lugar assumirá Hermes Lima, que iniciará no regime parlamentarista e será mantido nos primeiros seis meses de presidencialismo, deixando o cargo em 18 de julho de 1963. O novo ministro Evandro Lins e Silva, ficará por um curto período que durará até 22 de agosto de 1963, quando assumirá a chancelaria João Augusto de Araújo Castro, que somente deixará o cargo com o Golpe de 31 de março de 1964.<sup>233</sup>

Esta instabilidade institucional verificada em ambos os países, sobretudo, pela própria dinâmica das lutas sociais travadas no interior dos mesmos, representou a cada mudança de ministro uma mudança de perfil na aplicação da política externa, porém, não foi capaz de

---

<sup>231</sup> Esta cronologia dos Ministros das Relações Exteriores do governo Arturo Frondizi foi construída tendo como base o livro de Albino Gómez.

<sup>232</sup> Sobre esta há um importante artigo escrito por Renato Archer na Revista Brasileira de Política Internacional, nº 105-108, de 1984, intitulado “San Thiago – formulador da política externa independente”. Ver: ARCHER, Renato. San Thiago – formulador da política externa independente. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 37, n. 105-108. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 1984.

<sup>233</sup> Esta cronologia dos Ministros das Relações Exteriores foi construída tendo como base as resenhas da Revista Brasileira de Política Internacional do período de 1961 a 1964.

modificar substancialmente as próprias Políticas Externas Independentes. Isto nos leva a concluir que, em que pese às mudanças de governo e regime político no Brasil, e as mudanças de orientações do governo argentino<sup>234</sup>, a necessidade de continuidade na atuação dos países no cenário internacional acabou prevalecendo até os golpes que derrubaram o governo Frondizi e o governo João Goulart. Alguns de seus pressupostos, inclusive, serão retomados posteriormente pelo governo de Arturo Illía (1963-1966), na Argentina, e pelo “pragmatismo responsável” adotado nos governo militares entre 1967 e 1979, no Brasil.<sup>235</sup>

Feitas estas considerações cabe agora partir para a análise dos fundamentos, bem como, de alguns posicionamentos das Políticas Externas Independentes de Brasil e Argentina. Iniciemos pela Política Externa Independente adotada pelo presidente argentino Arturo Frondizi.

## **2.1 A Política Externa Independente da Argentina**

A política exterior argentina, ao longo de sua história, sempre viveu uma tensão entre o desejo de autonomia e a adesão direta aos interesses das grandes potências. No século XIX e na primeira metade do século XX, houve o predomínio da adesão direta aos interesses britânicos, baseado no modelo agroexportador de desenvolvimento. Já da segunda metade dos anos 1940 a segunda metade dos anos 1950, a política externa argentina fora conduzida ao isolacionismo pela Terceira Posição adotada pelo peronismo.

A partir de 1955, com a derrubada de Perón, haverá uma mudança radical que representará o abandono da concepção que via na Grã-Bretanha a grande potência mundial, bem como, da própria posição de independência do peronismo. Conforme Paradiso, “a política externa da Revolução Libertadora se caracterizou por um perfil relativamente baixo e a adesão franca às atitudes dos Estados Unidos”.<sup>236</sup> Assim, inaugurava-se o alinhamento automático com os Estados Unidos nos marcos da Guerra Fria, o que significava o

---

<sup>234</sup> Referidas no primeiro capítulo.

<sup>235</sup> Sobre a política externa do governo Arturo Illía, ver: SIMONOFF, Alejandro. *Los dilemas de la autonomía: la política exterior de Arturo Illía (1963-1966)*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2007. Sobre o pragmatismo responsável ver a Parte III da já citada *História da Política Exterior do Brasil* de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno. Ver: CERVO; BUENO, 2002.

<sup>236</sup> PARADISO, 2005, p. 198.

predomínio de uma concepção segundo o qual a Argentina tinha um papel secundário no cenário mundial. Esta concepção sofreria uma ruptura com a posse de Arturo Frondizi como presidente da Argentina em maio de 1958.

A política externa do governo Frondizi, partindo destas premissas históricas, aliava a tradição peronista de autonomia com a necessidade de desenvolvimento. Dessa forma, a política externa era colocada a serviço do *desarrollismo* e as suas principais justificativas partiam de duas críticas fundamentais: a da idéia de economias complementares e a do conceito da divisão do trabalho em escala internacional.

Para Frondizi, a idéia liberal de economias complementares “em realidade não significa mais do que a dependência e a relegação de país produtor de certa classe de matérias-primas em face das nações industrialmente desenvolvidas e financeiramente poderosas”. Já o conceito da divisão do trabalho em escala internacional, base da teoria liberal das vantagens comparativas<sup>237</sup>, produzia uma norma no qual “havia países predestinados a produzir determinadas mercadorias, e esse destino não podia ser modificado em razão das perturbações econômicas que poderiam ocorrer”. Conforme o presidente, “esses princípios econômicos, em sua realização prática, só têm servido como elementos ideológicos de sujeição e dependência dos países no processo de desenvolvimento (subdesenvolvimento), para benefício dos países imperialistas”.<sup>238</sup>

A crítica do presidente argentino às vantagens comparativas referidas pela concepção liberal das economias complementares partia da Teoria da Deterioração dos Termos de Troca. Esta teoria, também chamada de Teoria da Troca Desigual, fora elaborada pelos economistas Raul Prebisch, H.W. Singer e Gunnar Myrdal, defendendo que os termos de troca dos países exportadores de produtos primários tendem a se deteriorar com o tempo. O principal fator para isso seria o de que “a maior parte senão todo o aumento de produtividade que ocorre nas nações desenvolvidas é repassada aos trabalhadores sob a forma de salários e renda mais elevados”, enquanto que nos países subdesenvolvidos, o aumento da produtividade “se reflete

---

<sup>237</sup> A Teoria das Vantagens Comparativas foi formulada por David Ricardo e parte da seguinte consideração: uma nação exportará sempre aqueles produtos que fabricar com custos relativamente menores que de outras e importará os produtos nos quais tenha custos relativamente maiores, o que trará vantagens para ambas às nações. Esta teoria também é conhecida com a teoria clássica do comércio internacional e constituiu-se como base do paradigma liberal das relações internacionais. Esta teoria sofreu inúmeras críticas e considerações desde a segunda metade do século XIX, não somente no campo do marxismo ou do keynesianismo, mas também, dentro do próprio liberalismo. Ver: SAYAD, João; SILBER, Simão Davi. Comércio Internacional. In: PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M.A.S. (org.) *Manual de economia*. 5 Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

<sup>238</sup> FRONDIZI, 1958, p. 63-65.

em preços mais baixos”. Este processo gera enormes vantagens para as nações desenvolvidas que, a partir dos salários e renda mais elevados, acabam retendo os benefícios de seus próprios aumentos de produtividade. Ao mesmo tempo, estes países “colhem a maior parte dos benefícios das nações em desenvolvimento através dos preços inferiores que conseguem pagar pelas exportações agrícolas”.<sup>239</sup>

A proximidade de Frondizi com esta teoria se torna evidente quando este afirma que uma das formas de controle que os países imperialistas exercem sobre os países subdesenvolvidos ocorre

(...) através do comércio exterior notadamente pela relação entre preços de importação (produtos industriais) e os preços dos preços de importação (produtos primários). Essa relação demonstra que os preços industriais – isto é, o que se compra – aumentam muito mais rapidamente do que os preços dos produtos primários, isto é, o que se vende.<sup>240</sup>

Na seqüência da afirmação, o presidente argentino irá utilizar, para referendar a sua defesa da deterioração dos termos de troca, o mesmo estudo que referenciou os formuladores desta Teoria. Trata-se de um estudo sobre o comércio internacional entre 1876 e 1935, publicado pelas Nações Unidas, em 1949, e que fora muito divulgado por aqui pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, órgão no qual atuava o economista argentino Raul Prebisch, quando ficava demonstrado que os produtos industrializados haviam ganho um maior preço ao longo do período.

A partir da verificação da deterioração dos termos de troca argentinos, Frondizi conclui que:

(...) Nosso país não pode ser unicamente agrícola e pecuário, mas deve ser também industrial e produtor de artigos manufaturados, não só porque a própria existência da pecuária e da agricultura assim o exigem, na medida de seu próprio crescimento, como porque devemos aspirar às mais altas formas de desenvolvimento técnico e cultural.<sup>241</sup>

Esta defesa da industrialização era à base do *desarrollismo*, o grande guia da política externa frondizista, o que representava uma ruptura com a política exterior da Revolução

<sup>239</sup> SALVATORE, Dominick. *Economia internacional*. Rio de Janeiro: LTC, 2000, p. 196.

<sup>240</sup> FRONDIZI, op. cit, p. 37.

<sup>241</sup> Idem, ibidem, p. 65



Libertadora e da tradição agroexportadora das primeiras décadas do século XX. Ao mesmo tempo, constituía-se em uma nova política externa a serviço de uma estratégia nacional de desenvolvimento econômico, buscado através da industrialização a partir dos investimentos estrangeiros. Esta busca por investimentos estrangeiros, diferentemente do que fora concebido pelo governo de Aramburu, deveria ser aliada a tradição, advinda do peronismo, de independência da política externa argentina.

A posição de independência era vista não somente como uma alternativa ao alinhamento automático com os Estados Unidos do período anterior, mas também como uma luta antiimperialista. Este, por sinal, é o título do livro publicado pelo presidente Frondizi em 1958 no qual constam as principais idéias de sua política externa. A posição de independência trata-se de uma negação a qualquer tipo de imperialismo, pois, mesmo, que a luta entre as nações imperialistas tenha permitido “certo grau de desenvolvimento independente da nação (...), não se deve crer que dita luta nos traga grandes possibilidades, mesmo que exerça alguma influencia no curso dos acontecimentos”, pois, “não existem imperialismos bons ou maus, dado que todos são maus”.<sup>242</sup>

Frondizi também destaca às rivalidades regionais criadas pela ação dos imperialismos:

É necessária uma orientação de independência em relação aos grupos imperialistas, pois os choques entre estes tem tido conseqüências nos países latino-americanos, levando-os a eventuais contendas – como ocorre entre Peru e Equador – ou diretamente à guerra, tal o caso do conflito bélico entre Paraguai e Bolívia (Guerra do Chaco). Não se pode deixar de mencionar os atritos surgidos entre a Argentina e o Brasil. Esses atritos, que em tempos idos estavam correlacionados com a política dos centros coloniais, foram posteriormente estimulados pelas potências imperialistas que lutam entre si por supremacias de posições. A animadversão e os desentendimentos entre os países da América Latina tem sido um dos nossos grandes males, pois somente através da unidade de nossos povos será possível uma ação emancipadora. Dividir para reinar, foi sempre o princípio que orientou a ação imperialista.<sup>243</sup>

Dessa forma, o governo argentino “têm que se apoiar em uma política internacional de amizade com todos os povos, mas principalmente, de ampla fraternidade com a América Latina”.<sup>244</sup> Novamente a questão da integração regional é destacada. Todas as iniciativas nesse sentido foram bem aceitas pelo governo Frondizi, tanto a proposta da Operação Pan-Americana pelo presidente Juscelino Kubitschek, como a proposta da Aliança para o

<sup>242</sup> Idem, *ibidem*, p. 102.

<sup>243</sup> Idem, *ibidem*, p. 102.

<sup>244</sup> Idem, *ibidem*, p. 141.

Progresso pelo presidente John Kennedy, em 1961, como também a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio, a ALALC. Esta última vista com mais atenção pelo governo argentino.

Conforme foi referido no capítulo 1, a ALALC foi criada em fevereiro de 1960 com a assinatura do Tratado de Montevidéu, tendo como objetivo o estabelecimento de um mercado comum latino-americano. Na formação deste tratado novamente destacou-se a aproximação entre Argentina e Brasil, os quais compartilharam o critério de que os intercâmbios entre os países da região incentivar os desenvolvimentos nacionais. Assim, “*una vez lograda una integración nacional previa, se pudiera alcanzar la integración económica regional o mercado común*”.<sup>245</sup> Para ambos os países a prioridade dos intercâmbios de produtos industriais deveria ser a prioridade da integração.

Desta forma, o governo Frondizi colocava em prática a idéia de integração baseada no modelo *desarrollista*, referida no discurso quando do encontro com o presidente Juscelino Kubitschek. Esta idéia era parte da leitura que o presidente argentino fazia do período em vigência.

Conforme Cisneros e Escudé, para Frondizi,

*(...) la característica fundamental de la época era una transformación científico-tecnológica que señalaba el rumbo de una nueva revolución industrial. Dicha transformación e industrialización en expansión generaban una interdependencia entre los países que cambiaba radicalmente el devenir de los procesos históricos. Según Frondizi, la historia tendía cada vez más a ser historia universal. Dado que una parte significativa de la revolución tecnológica se desarrollaba en el campo armamentista, aquella incidiría especialmente sobre las relaciones de poder. Los sucesos internacionales de 1957-58, habían llevado a los desarrollistas a concluir que el fin de la Guerra Fría había llegado y se afianzaría la coexistencia pacífica.*<sup>246</sup>

Esta coexistência pacífica representava um pacto entre os Estados Unidos e a União Soviética com vistas a demarcar as suas áreas de influência para, assim, poderem determinar os rumos dos países subdesenvolvidos conforme os seus interesses.

Capitalistas e comunistas desejam que essa alternativa de dois centros de poder – Estados Unidos e URSS – seja aceita por toda a humanidade, como um dilema a que se não pode fugir. A opção é apresentada como verdadeira fatalidade histórica. Para nós, em troca, nem o presente, nem o futuro do mundo devem reduzir-se a esse

<sup>245</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, 2000.

<sup>246</sup> Idem, *ibidem*.

esquema. Existem milhões de seres humanos que não são comunistas, mas que, tampouco, estão dispostos a que as potências capitalistas decidam de seu destino. Como democratas, somos contrários, às ditaduras, e ainda, como democratas, nos opomos a que a liberdade e o nível de vida dos povos economicamente pouco desenvolvidos dependam dos lucros dos consórcios.<sup>247</sup>

Para a política externa independente argentina a Guerra Fria não era somente a luta entre o ocidente democrata e o totalitarismo soviético, como referia a política externa do governo Aramburu. Mas, nesse contexto, seguia uma lógica pela qual os “dois grandes centros de poder tentam conduzir os povos das várias regiões do mundo, segundo suas particulares orientações ideológicas, conveniências políticas e interesses econômicos”.<sup>248</sup> Este fechamento do mundo em áreas de influência representaria o final da própria Guerra Fria e a constituição de uma nova etapa de cooperação entre as duas grandes potências.

Nesta nova etapa, o conflito Oeste – Leste dava lugar um novo enfoque, o das relações Norte – Sul, com destaque para a cooperação, não somente entre Estados Unidos e URSS, mas também destes com os países subdesenvolvidos. A cooperação poderia ser determinada pela realocação dos recursos da corrida armamentista para o desenvolvimento das regiões pobres. Ao abandonarem a produção de armas os países desenvolvidos “*se verían obligados a cooperar en la industrialización del mundo subdesarrollado*”.<sup>249</sup>

Além do final da Guerra Fria e da revolução científico–tecnológica, outros dois processos influenciavam a leitura do contexto internacional pela política externa frondizista, sobretudo, a idéia do deslocamento deste para as relações Norte – Sul: a descolonização afro-asiática e o surgimento do neutralismo.

O movimento neutralista, futuramente Movimentos dos Não-alinhados, era utilizado como um exemplo a ser seguido pela América Latina que deveria “manter uma posição de independência e recusar qualquer intromissão internacional, provenha ela do comunismo ou do anticomunismo”. Os povos latino-americanos deveriam seguir o exemplo da Birmânia, do Ceilão, da Índia, da Indonésia e do Paquistão, cujos primeiros ministros reunidos na Conferência de Colombo, no Ceilão em 1954, pronunciaram as suas independências “em nome de milhões de asiáticos que enfrentam problemas semelhantes aos nossos”.<sup>250</sup>

---

<sup>247</sup> FRONDIZI, 1958, p. 105.

<sup>248</sup> Idem, ibidem, p. 105-106.

<sup>249</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, 2000.

<sup>250</sup> FRONDIZI, op. cit, p. 106.

Porém, em que pese à influência do neutralismo, a política externa independente se diferencia deste à medida que não pressupõe o não pertencimento a nenhum bloco, mas sim, a concepção de independência dentro do bloco ocidental. Nesse sentido, a proposta de integração da América Latina não significa ruptura desta com o bloco ocidental.

Esta idéia, Frondizi expressou na visita ao Brasil antes de sua posse:

Reiteramos a consciência da nossa unidade geográfica e histórica continental, mas sabemos que somos parte de um mundo maior, um orbe cultural de signo cristão: o Mundo Ocidental. Somos herdeiros de um patrimônio que queremos conservar e enriquecer. Desta maneira concebemos um Ocidente com uma tradição espiritual que confira à personalidade humana sua posição proeminente e que considere o homem e a sua liberdade como coisas sagradas e inalienáveis. Ocidente é para nós um conceito espiritual do mundo e destino do homem. E partindo precisamente deste conceito do homem é que sentimos pertencer a um mundo universal, isto é, sentimos a fraternidade entre todos os povos da terra e sentimos que a causa da América é também a causa do gênero humano.<sup>251</sup>

Nessa citação podemos ver a dualidade da política externa independente do governo Frondizi, cuja dimensão regionalista não nega o universalismo, o que significa que mesmo com a prioridade ao relacionamento com os países latino-americanos, não há um sentido de ruptura com os Estados Unidos e com o Bloco Ocidental. Por outro lado, não romper, não significa alinhamento automático. Para Frondizi, o “antiimperialismo não nos deve levar ao critério de não ter relações com as grandes potências que são centros do poder financeiro e político”.<sup>252</sup>

Portanto, prioridade regional, antiimperialismo e independência na concepção da política externa frondizista, não significam isolacionismo. Pelo contrário, pois, a Argentina deveria “procurar incrementar o comércio com os países da América Latina, sem o impedimento de comercializar com todos os países do mundo, sem exceção”.<sup>253</sup> O que significa que nem mesmo o bloco socialista deveria ser excluído das relações internacionais argentinas.

A crença do presidente Frondizi e, especialmente, de Rogélio Frigerio na inevitabilidade da coexistência pacífica como um período posterior e não próprio de uma fase da Guerra Fria, bem como a própria visão de que as relações comerciais não têm barreira

<sup>251</sup> Discurso do Presidente Arturo Frondizi *apud* INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, op. cit, p. 235.

<sup>252</sup> FRONDIZI, 1958, p. 120.

<sup>253</sup> Idem, *ibidem*, p. 120.

ideológica, juntamente com a necessidade de aumento das exportações, favoreciam as relações entre a Argentina e a URSS.

Nesse sentido, a política externa frondizista estava disposta a retomar as relações com os soviéticos, revogando a decisão tomada pela Revolução Libertadora, a partir de 1955. O governo soviético, por sua vez, também não via com maus olhos o presidente argentino. Tanto é assim, que mandou uma delegação chefiada pelo vice-presidente do Soviet Supremo, M.P. Tarasov, a posse de Frondizi.

Na ocasião, Tarasov reuniu-se com o presidente Frondizi e com o vice-presidente Alejandro Gómez. Também visitou empresas e estabeleceu reuniões com o objetivo de estabelecimento de relações comerciais concretas com a Argentina. Considerou a venda de carnes argentinas para a URSS e ressaltou a disponibilidade de seus país em exportar, não somente para a Argentina, mas também para todos os países latino-americanos, maquinário e equipamentos industriais, sobretudo, no setor de exploração de petróleo, um dos grandes gargalos da economia argentina. Em informe ao governo soviético, Tarasov considerou satisfatório o seu encontro com o presidente argentino, principalmente com as garantias de aumento do comércio bilateral.<sup>254</sup>

Em junho de 1958, o presidente Frondizi diante da incapacidade tecnológica do país anunciou a nova política para o setor petrolífero, abrindo a possibilidade de realização da extração do petróleo por parte de empresas estrangeiras. Ao mesmo tempo, uma missão foi enviada a URSS, chefiada pelo deputado José Liceaga, “*con el propósito de acordar un convenio comercial y obtener crédito para la industria del petróleo*”.<sup>255</sup> Esta visita também serviria para acalmar os ânimos da ala esquerda do governo, que estava descontente com os contratos petrolíferos estabelecidos com empresas norte-americanas.

A vista fora um sucesso, consagrado pelo acordo firmado entre o governo argentino, através de Liceaga, e o governo soviético, na figura de seu ministro do Comércio Exterior, N. Patolichev, no qual a URSS outorgava a Argentina um crédito de 400 milhões de rublos, cerca de 100 milhões de dólares, para a compra de materiais para indústria petrolífera, com taxa de juros de 2,5% ao ano, considerada baixa pelo governo argentino, devendo começar a ser pago depois de três anos em produtos argentinos.<sup>256</sup>

---

<sup>254</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, 2000.

<sup>255</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>256</sup> Idem, *ibidem*.

O acordo teve uma repercussão favorável no setor empresarial argentino, principalmente na *Corporación Argentina pro Fomento del Intercambio – CAFI*, que tratou de incrementar e incentivar o comércio com os países socialistas, pois, o comércio com a URSS era visto como uma atividade que se realizava em um plano de igualdade. Dessa forma, constituía-se a Câmara de Comércio Argentino-Soviético.<sup>257</sup>

Porém, nem todos os setores da sociedade vinham com bons olhos à aproximação de Frondizi com a URSS, principalmente, após as eleições proporcionais realizadas [de Mendonza ou em Mendoza?], em 1959, um mês depois da vitória de Fidel Castro em Cuba. Naquela ocasião o Partido Comunista Argentino obteve 33 300 votos, duplicando a sua votação em relação às eleições de 1958, quando obtivera 14 897 votos, e de 1957, quando obtivera 15 473 votos.<sup>258</sup> A retomada das relações com a URSS era considerado pelo *gorillismo*, a extrema-direita argentina, como um fator relevante para o crescimento eleitoral dos comunistas. O presidente Frondizi era acusado de estar preso a estratégia comunista e de estar a serviço de Moscou. Já Frigerio era acusado de ser filocomunista. Este, por sua vez, respondia estas acusações dizendo que estas eram parte de uma estratégia de aguçar o anticomunismo “*acusándonos a nosotros de comunistas; lo cual no les impedía acusarnos, al mismo tiempo, de servir al imperialismo yanqui*”.<sup>259</sup>

Ao mesmo tempo em que este clima de acusações tornava tensas as relações entre o governo e a oposição a sua direita, o Plano de Estabilização, implantado pelo liberal Alsogaray, gerava forte descontentamentos da esquerda. A desvalorização da moeda, o congelamento de salários, bem como, a redução na renda dos trabalhadores se traduziu em greves generalizadas e fortes manifestações de rua. Estas eram conduzidas por peronistas e comunistas, os primeiros em grande superioridade, o que não evitava, todavia, que o papel dos segundos fosse sobrevalorizado pelo anticomunismo do *gorillismo*.

Os anticomunistas buscavam atribuir à embaixada soviética e a outros representantes diplomáticos de países socialistas a responsabilidade pelos conflitos gerados a partir das manifestações de rua. O presidente Frondizi, sentido a pressão dos militares golpistas, acabou cedendo a esta interpretação *gorillista* dos fatos.

---

<sup>257</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>258</sup> RIPALDA, 2001, p. 9.

<sup>259</sup> FRIGELIO *apud* RIPALDA, 2001, p. 10.

Assim, iniciaria um movimento de represálias a embaixada soviética e outras representações de países do Leste Europeu.

*El 8 de abril un consejero de la primera fue declarado persona no grata y obligado a dejar el país. Otros tres diplomáticos soviéticos y un rumano fueron también expulsados. El 11, el embajador soviético Kostylev negó toda participación de sus subordinados en los hechos y calificó la actitud argentina de inamistosa.*<sup>260</sup>

Estas medidas não foram apenas contra a diplomacia dos países socialistas, mas também, contra o Partido Comunista Argentino que teve suas manifestações proibidas em 22 de abril e seu registro caçado em 27 de setembro de 1959.<sup>261</sup> No plano comercial, as relações entre Argentina e URSS foram restringidas. O governo argentino encerrou as compras de equipamentos para o setor petrolífero, tendo utilizado somente um terço do crédito disponibilizado no acordo Liceaga – Patolichev. Também foram negados vistos de entrada para os técnicos russos especialistas na montagem dos equipamentos adquiridos e foram criados obstáculos para a atuação do *Instituto para las Relaciones Culturales Argentinas con la URSS*. Estes fatos revelavam ao governo soviético a disponibilidade argentina em congelar as relações entre os dois países.<sup>262</sup> Internamente, revelavam, também, uma postura vacilante do presidente Frondizi em relação ao *gorillismo*, o que acabou levando o governo a perder sua base de sustentação, sobretudo, o apoio fundamental para sua eleição dado pelo peronismo. Ao mesmo tempo, representou o fortalecimento dos setores a sua direita e da tutela dos militares golpistas ao governo.

Se a situação das relações entre Argentina e URSS parecia complicada em fins de 1959, no começo de 1960 melhoraram um pouco. Uma delegação soviética, sob a liderança do vice-presidente do Conselho de Ministros, Alexei Kosiguin, visitou Buenos Aires quando da ocasião das comemorações do Sesquicentenário da Revolução de Maio.<sup>263</sup> Na ocasião,

<sup>260</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, 2000.

<sup>261</sup> RIPALDA, 2001, p. 10.

<sup>262</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, 2000.

<sup>263</sup> A Revolução de Maio foi um movimento iniciado em 22 de maio de 1810 com as discussões relativas à necessidade de independência da Vice-Reino do Prata em relação Espanha, naquele momento ocupada por Napoleão Bonaparte. Em 25 de maio de 1810, a partir da convocação de um *Cabildo Abierto*, Manuel Belgrano, líder das elites rebeladas de Buenos Aires, expulsou o vice-rei, Baltasar Hidalgo de Cisneros, nomeado pela Junta de Sevilha, estabelecendo uma Junta de governo. Esta, a princípio, exerceria o poder até o restabelecimento do rei Fernando VII no trono espanhol. Porém, a situação colonial anterior nunca mais foi restabelecida. A Revolução de Maio de 1810 abriu caminho para a independência da Argentina definida em 9 de julho de 1816 por ocasião do Congresso de Tucumán. Ver: CERVO, Amado Luiz. A dimensão regional e internacional da independência. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario. *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 82-87; LOPEZ, Luiz Roberto. *História da América Latina*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989, p. 72.

entregou ao presidente Frondizi uma carta do primeiro-ministro Nikita Krushev expressando a proximidade de posições entre a Argentina e a URSS a respeito de alguns temas internacionais, mas especificamente, a respeito do desarmamento.<sup>264</sup> Abria-se novamente um momento de reaproximação entre os dois países.

Alguns dias depois da visita da delegação soviética a Argentina firmou-se um protocolo adicional ao acordo Liceaga – Patolichev. Este protocolo adicional foi ratificado pelo Congresso Argentino e “*estipulaba que la Unión Soviética proveería, además de equipos para la industria del petróleo, otros para la construcción de carreteras, para elevación y transporte, para la industria minera y grupos electrógenos y material electromecánicos*”.<sup>265</sup> Este convênio não será plenamente cumprido, principalmente, por causa do surgimento de novos conflitos nas relações argentino – soviéticas devido aos acontecimentos de fins de 1961.

O ano de 1961 foi marcado pelo avanço do anticomunismo na Argentina, fruto da própria reação das elites latino-americanas à Revolução Cubana que, naquele contexto, demonstrava cada vez mais a sua capacidade de resistência. Seja derrotando os contra-revolucionários treinados pela CIA, no episódio da Baía dos Porcos, seja declarando o seu caráter socialista. Entre abril e setembro deste ano, foram constantes os ataques a embaixada da URSS, em Buenos Aires, o que levou a Chancelaria Soviética, em outubro, a protestar denunciando a cumplicidade do governo argentino com tais ataques, levantando a suspeita da participação de agentes da *Secretaria de Informaciones del Estado*, SIDE, nos mesmos. O governo argentino, por sua vez, reclamava da grande quantidade de pessoal no corpo diplomático soviético no país, solicitando a redução deste.<sup>266</sup>

O caso foi tratado pelo embaixador argentino em Moscou, César Barros Hurtado, diretamente com Nikita Krushev. Na ocasião, o embaixador acusou a URSS de intervenção nos assuntos internos da Argentina. O primeiro-ministro soviético, por sua vez, respondeu que “*si el objetivo argentino era discriminarlos como potencia, retirarían todo su personal de Argentina*”.<sup>267</sup> O governo argentino recuou da acusação e o assunto nunca mais foi tratado oficialmente.

---

<sup>264</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, 2000.

<sup>265</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>266</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>267</sup> Idem, *ibidem*.



Este fato demonstrou que mesmo mantendo relações tensas com a URSS e a pressão do anticomunismo *gorillista*, de quem ficara prisioneiro, o governo Frondizi nunca teve como objetivo a ruptura com o bloco socialista. A concepção da política externa independente falava mais alto diante das pressões, sobretudo, a idéia que o presidente tinha das vantagens que seriam produzidas pela universalização das relações comerciais internacionais.

Conforme Frondizi, o “comércio exterior com todos os países do mundo permite-nos, em primeiro lugar, vender o que produzimos e comprar o que necessitamos nas melhores condições possíveis; em segundo lugar, criará a possibilidade, para o país, de utilizar o desenvolvimento científico e os altos níveis técnicos dos povos mais desenvolvidos”.<sup>268</sup>

Porém, nem mesmo esta concepção de que os ganhos de comércio estão acima das razões ideológicas foi capaz de suportar as tensões de uma realidade que, diferentemente do entendimento de Frondizi e Frigerio, demonstrava que o propósito da “coexistência pacífica” não significava o final da Guerra Fria. Apesar de não concretizar a ruptura com a URSS, o governo Frondizi viu as relações entre os países diminuírem significativamente, em 1962. Os objetivos do anticomunismo *gorillista* falavam mais alto em suas pressões a um governo temeroso a um golpe, que acabou se realizando independentemente aos recuos da política externa frondizista.

O mesmo anticomunismo dos militares de extrema-direita, manifestado em relação às relações com a URSS, também se manifestaria em relação a República Popular da China. Albino Gómez, ex- assessor da Chancelaria Argentina e ex-assessor do gabinete presidencial do governo Frondizi, relatou, em seu diário, um encontro que o presidente argentino teve com algumas lideranças do *gorillismo* em 5 de agosto de 1961:

*Fronidzi recibió la visita conjunta de Onedo Gaona y de José Ber Gelbard. La Unión Industrial y la C.G.E. Qué está pasando? Mientras tanto, el general Pio Martijena, el economista del Ejército, se expidió contra la posibilidad de comerciar con China Comunista, y el general Rosendo M. Fraga, no entendiendo por qué, suscribió tal posición.*<sup>269</sup>

Desta forma, a tutela exercida pelos militares *gorillistas*, sob a liderança do comandante em chefe do exército Toranzo Montero, constituiu-se como um limitador da ação

---

<sup>268</sup> FRONDIZI, 1958, p. 121.

<sup>269</sup> GÓMEZ, 2004, p. 119.

da política externa independente, que se viu diante da contradição entre suas concepções universalistas e a realidade da política interna argentina.

Outro tema polêmico da política externa independente do governo Frondizi foi o da atração de capitais estrangeiros. Conforme já nos referimos à proposta *desarrollista* não era contrária a participação do capital estrangeiro na economia nacional, mas, buscava colocá-lo a serviço da estratégia de industrialização acelerada.

Frondizi distinguia algumas formas de atuação do capital estrangeiro:

- a) O país investidor abre um crédito ou outorga um empréstimo ao país que o solicita, para importação de bens de consumo ou para desenvolver capitais estrangeiros já existentes.
- (...) b) Inversões privadas diretas, destinadas a explorar atividades econômicas de grande rendimento ou de utilidade estratégica, ou ambas, ao mesmo tempo.
- (...) c) Exportação de capital estrangeiros, sob forma de crédito ou empréstimos, que o país solicitante pode utilizar sem intervenção do país que emprestou, de modo a adquirir bens de produção de acordo com suas necessidades.<sup>270</sup>

A primeira forma fora largamente utilizada pela Argentina desde o primeiro empréstimo, adquirido junto ao capital inglês em 1824, até o princípio do século XX, e demonstrou que estes nem sempre foram úteis ao país. Já a segunda forma, defendida pelos centros imperialistas, permite ao capital estrangeiro “gravitar sobre os setores da economia do país pouco desenvolvidos”, assegurando-lhe remessas de dividendos e criando “uma base material para exercer influência política”.<sup>271</sup> A terceira forma, por sua vez, permite colocar o capital estrangeiro a serviço dos interesses nacionais, no caso do *desarrollismo* frondizista, sendo esta a melhor forma de colocá-lo a serviço da industrialização. Esta forma de entender o capital estrangeiro, em que pese às contradições da implantação do *desarrollismo* referidas anteriormente<sup>272</sup>, foi o guia para os posicionamentos da política externa frondizista nos debates sobre o tema de financiamento internacional, bem como, no posicionamento sobre os projetos de desenvolvimento para a América Latina.

A partir deste entendimento, pode-se compreender a posição favorável do presidente Frondizi a Operação Pan-Americana proposta pelo presidente brasileiro Juscelino Kubitschek, bem como, as suas críticas em relação ao Plano Eisenhower. Enquanto, a primeira proposta baseava-se em capitais públicos e privados regulados segundo um profundo planejamento

<sup>270</sup> FRONDIZI, 1958, p. 85-86.

<sup>271</sup> Idem, ibidem, p. 86.

<sup>272</sup> Ver capítulo 1.

estatal; a segunda proposta via na atração de capitais privados mediante concessões e políticas monetárias ortodoxas de controle da inflação a melhor forma de desenvolvimento. Enquanto, a Operação Pan-Americana baseava-se num projeto desenvolvimentista, o Plano Eisenhower, baseava-se nas concepções liberais.

Mesmo com estas críticas, a concepção a respeito do capital estrangeiro e a posição de independência no cenário internacional, o presidente Frondizi não foi visto como um “esquerdista” pelos dirigentes norte-americanos. Apesar das desconfianças iniciais, estas foram gradativamente desfeitas nos primeiros atos do novo governo argentino. Conforme Cisnero e Escudé, “*inmediatamente después de las elecciones, Frondizi declaró que deseaba establecer relaciones amistosas con Estados Unidos*”.<sup>273</sup>

Ainda em maio de 1958, a Argentina seria visita pelo vice-presidente norte-americano, Richard Nixon, acompanhado pelo presidente do Eximbank, Samuel Waugh, dentro do roteiro de sua conturbada passagem pela América Latina, marcada por incidentes que demonstravam forte hostilidade à política dos Estados Unidos. Conforme já referimos, estes incidentes marcaram uma mudança na orientação da política externa do presidente Eisenhower, que passou a buscar um diálogo mais próximo com as nações latino-americanas. Esta mudança da política externa norte-americana e a adoção pelo governo argentino de um plano de estabilização econômica seguindo a orientação do FMI, em fins de 1958, definiram relações mais sólidas entre os dois países.

Desta forma, em janeiro de 1959, o presidente Frondizi seria o primeiro mandatário argentino a realizar uma viagem de visita oficial aos Estados Unidos. Na ocasião, “*Frondizi gestionaría nuevas inversiones, mantendría contactos con empresas frigoríficas que tenían intereses en el país, y con otros empresarios norteamericanos*”.<sup>274</sup>

Um dos fatos mais importantes da visita do presidente Frondizi aos Estados Unidos foi o discurso pronunciado por este no Congresso Norte-Americano, em reunião conjunta do Senado e da Câmara dos Representantes, em 21 de janeiro de 1959. Frondizi iniciou o discurso levando aos representantes do povo norte-americano “*el saludo fraternal de un país*

---

<sup>273</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, 2000.

<sup>274</sup> Idem, *ibidem*.

*geográficamente distante pero espiritualmente unido al vuestro por lazos de una unidad histórica y de ideales comunes que son patrimonio de todo el continente”.*<sup>275</sup>

Na seqüência do discurso, Frondizi, faz referência à unidade histórica das nações hemisféricas a partir de uma “raiz espiritual” que construiu um conjunto de valores comuns a estas. Estes valores eram a democracia, a justiça e a liberdade, e, conforme o presidente argentino:

*En virtud de esos principios, los pueblos americanos rechazan toda concepción materialista de la vida y toda concepción totalitaria del Estado. Nuestra concepción del espíritu, como fuerza impulsora del hombre y de la historia es razón fundamental por la cual los hijos de este continente no podemos ser comunistas. Nuestro respeto por la dignidad esencial hace también que rechacemos toda forma de dictadura y toda influencia ideológica antidemocrática.*<sup>276</sup>

O objetivo principal da viagem, a busca de atração de investimentos norte-americanos, também não foi esquecido pelo presidente argentino em seu discurso. Na parte denominada “*La Argentina está decidida a lograr su pleno desarrollo económico*”, Frondizi expôs a realidade de um país que, bem aos moldes do programa econômico que estava sendo implementado pelo seu governo, garantia as condições de permanência e de lucro para os capitais estrangeiros.

*Los créditos y las inversiones del exterior hallan la Argentina las garantías jurídicas que corresponden a una Nación democrática. Encuentran, además, un pueblo laborioso y emprendedor, con una mano de obra altamente calificada. Es también un pueblo lleno de orgullo nacional, dispuesto a resguardar celosamente la soberanía de su país. Así como nuestro pueblo acepta toda inversión destinada a promover el progreso y el bienestar del país, así también rechaza toda propuesta que implique una amenaza a su soberanía. Los capitales que llegan a la Argentina encuentran asimismo, un gobierno empañado en la lucha a fondo contra la inflación. El programa de estabilización económico-financiera que acabamos de poner en marcha se propone, precisamente, eliminar todos los factores inflacionarios que la larga data aquejan a nuestro país. Ese programa tiende a establecer, mediante una moneda sana y una economía sin regulaciones innecesarias, las bases sólidas de un desarrollo sin retrocesos ni altibajos, impulsado por la fuerza de la iniciativa individual, plenamente amparada en su función creadora.*<sup>277</sup>

<sup>275</sup> FRONDIZI, Arturo. *Mensajes Presidenciales: 1958-1962*. Tomo 2: 1 Enero 1959-31 Diciembre 1959. Buenos Aires: Centro de Estudios Nacionales, 1979, p. 10.

<sup>276</sup> Idem, *ibidem*, p. 12-13.

<sup>277</sup> Idem, *ibidem*, p. 17.

A impressão deixada por estas palavras do presidente Frondizi nos dirigentes norte-americanos foram às melhores possíveis. Porém, mesmo com o objetivo de abrir portas com vista à atração de capitais norte-americanos para a Argentina, o presidente não deixou de se referir à necessidade de superação das causas da miséria, da injustiça e do atraso cultural da América Latina.

Partindo de uma concepção idealista da história, fruto da influência das idéias hegelianas de Rogelio Frigerio<sup>278</sup>, Frondizi problematiza da seguinte forma a questão do subdesenvolvimento dos países latino-americanos:

*Postulamos la fuerza del espíritu como motor histórico y proclamamos la unidad esencial de las Américas, pero estas afirmaciones no pueden hacernos ignorar el hecho, doloroso y real, del desigual desarrollo continental. No podemos ocultar la cruda realidad de millones de seres que en América Latina padecen atraso y miseria. Tampoco podemos negar que, bajo esas condiciones sociales y económicas, que contradicen nuestros ideales de justicia y libertad, la vida del espíritu se hace insostenible. Un pueblo pobre y sin esperanzas no es un pueblo libre. Un país estancado y empobrecido no puede asegurar las instituciones democráticas. Por el contrario, es campo propicio para la anarquía y la dictadura. Esta no es una conclusión teórica, sino la evidencia irrefutable de los hechos, a través de la historia vivida por los pueblos latinoamericanos. Contrariamente a lo que muchos suponen, la inestabilidad política y el malestar social no son causas sin efectos de las condiciones espirituales y materiales en que se debaten millones de hombres y de mujeres a vivir sin bienestar ni esperanza.*

*Ello significa que los ideales que encarna el continente americano no son todavía realidad para todos sus hijos. Si queremos cumplir el destino soñado por nuestro antepasados, es decir, hacer que América sea efectivamente una fuerza moral en el mundo, nuestra primera obligación como americanos es hacer realidad esas ideales en nuestro propio suelo. Para poder defender, no sólo con convicción sino con verdadera eficacia, la causa de la libertad, del derecho y de la democracia en todo el mundo, tenemos que asegurar que haya libertad, derecho y democracia en todo el continente americano. O sea que tenemos que establecer firmemente las bases y crear las condiciones concretas que hagan posible la vigencia plena de los derechos humanos, así como la estabilidad y permanencia de las instituciones democráticas de nuestras propias naciones.*<sup>279</sup>

Esta fala demonstrava o entendimento que o presidente argentino possuía da necessidade de desenvolver a América Latina como forma de concretização da democracia no Hemisfério, bem aos moldes da proposta formulada nos marcos da Operação Pan-Americana, que, conforme já citado, recebeu o apoio e a adesão imediata do governo argentino.

<sup>278</sup> Para Fontana, “a visão de história de Hegel conservava uma série de elementos tipicamente ilustrados, como o universalismo, a concepção filosófica da lei e uma certa visão do progresso. Estes elementos situados num contexto idealista”. FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru-SP: EDUSC, 1998, p. 127. Aqui também é importante ressaltar a influência intelectual exercida junto ao presidente Frondizi por Rogelio Frigerio, assumidamente hegeliano, e por outros membros da “Usina”. Albino Gómez faz inúmeras referências ao hegelianismo de Frigerio, principalmente, da influência que a leitura da *Lógica Dialética* de Hegel teve sobre muitos membros do governo. Ver: GÓMEZ, 2004.

<sup>279</sup> FRONDIZI, 1979, p. 13-15.

A concepção frondizista de que somente o desenvolvimento levaria a estabilidade política aos países latino-americanos, em que pese o apoio dado pelo presidente norte-americano Dwight Eisenhower a Operação Pan-Americana, não era um consenso dentro do governo dos Estados Unidos. Os dirigentes norte-americanos, principalmente Milton Eisenhower e John Foster Dulles, tinham o entendimento de que era necessário combater a miséria na América Latina, porém, discordavam quando a forma que deveria ocorrer este combate. Para estes, os países latino-americanos deveriam criar condições para o ingresso de capitais privados internacionais, que seriam os grandes responsáveis por alavancar o progresso no Hemisfério. O presidente Frondizi, por sua vez, não negava o papel desempenhado pelos capitais estrangeiros privados e o *Plan de Estabilización Económica Nacional* demonstrou isso. Porém, acreditava que estes, por terem um maior interesse lucrativo, não eram suficientes para, sobretudo, a industrialização, vista como a única forma de superação do subdesenvolvimento. Estas foram às bases das críticas feitas pelo presidente argentino à criação do Fundo para o Progresso Social, o Plano Eisenhower, em julho de 1960, que priorizava os capitais privados investidos em projetos setoriais ou focados para o desenvolvimento.

Outra divergência significativa entre o governo Frondizi e o governo Eisenhower foi à posição da política externa independente argentina relativa à autodeterminação dos povos e o princípio de não-intervenção nas questões internas aos próprios países. Esta formulação foi à base para as posições argentinas nas questões referentes a Cuba.

A posição de autodeterminação dos povos e de não-intervenção era formulada da seguinte forma pelo presidente Frondizi:

Na comunidade das Nações, a comunidade latino-americana tem um sentido histórico e cultural. Seus povos e seus dirigentes afirmam a soberania de seus países. Têm consciência plena de que como Nações livres e independentes estão colocadas no mesmo pé de igualdade, no referente a seus direitos e responsabilidades, que as maiores potências do mundo. Em virtude desta consciência nossos povos não aceitam intervenções em sua vida política e social. Essa consciência nacional é característica própria de cada um dos nossos países, mas que se integra no conjunto da comunidade latino-americana e forma parte de uma consciência continental americana, sem mentores e sem tutorias de uma Nação sobre qualquer outra. Nossos povos querem definir por eles mesmos seu próprio caminho, bem como os passos que darão em seus respectivos processos nacionais e internacionais.<sup>280</sup>

---

<sup>280</sup> Discurso do Presidente Arturo Frondizi *apud* INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, op. cit, p. 235.

A defesa da autodeterminação dos povos e da não-intervenção em questões internas as nações era não somente uma retomada de uma tradição na política externa argentina começada pela “Doutrina Drago”<sup>281</sup> e aprimorada pela Terceira Posição peronista. Estes princípios representavam também a lógica de que deveria haver primazia do direito internacional em relação à força nos conflitos internacionais, outra base conceitual da política externa frondizista.

Ao mesmo tempo a defesa da independência das nações no plano internacional também tinha uma significativa importância para fins de política interna. Esta posição compensava “a impopularidade das medidas adotadas no campo econômico e social para enfrentar urgências conjunturais”, ao mesmo tempo em que retirava “da oposição motivos de agitação ou crítica”, servindo também para “diminuir a possibilidade de turbulências internas provocadas por crises mundiais ou regionais”.<sup>282</sup>

Um último fator a destacar da política externa independente argentina é o grande protagonismo que o presidente argentino assumia no cenário internacional. Arturo Frondizi não atuou somente no cenário continental, aproximando Brasil e Argentina e sendo o primeiro mandatário da nação a visitar oficialmente os Estados Unidos. Também atuou no próprio cenário global, visitando e negociando em condições de igualdade com as nações européias, principalmente a Inglaterra, abrindo mercados para os produtos argentinos no Japão e em outras nações asiáticas, atuando de forma firme e com clareza de objetivos nos fóruns da Organização das Nações Unidas.

Para concluir esta análise é importante citar o levantamento feito por Albino Gómez das principais realizações do governo Frondizi em termos de política internacional:

- Projetou no exterior uma política de desenvolvimento independente;
- Manteve o princípio de autodeterminação e de não intervenção;
- Comercializou sem fronteiras ideológicas;

<sup>281</sup> A chamada “Doutrina Drago” não foi uma doutrina na acepção correta do termo, mas sim, o posicionamento assumido pela Argentina em dezembro de 1902, em plena vigência do modelo de desenvolvimento agro-exportador e das relações carais com a Inglaterra, pelo ministro Luis Maria Drago. Na ocasião o governo argentino posicionou-se contra as atitudes tomadas por Inglaterra, Alemanha e Itália, em relação a Venezuela, quando, com o consentimento expresso pelos Estados Unidos, estas nações empreenderam ações militares em represália a suspensão do pagamento da dívida pública por parte do governo venezuelano. As autoridades da chancelaria argentina consideraram ilegítimas tais ações para fins de cobrança de dívidas. Ver: PARADISO, 2005, p. 68.

<sup>282</sup> Idem, *ibidem*, p. 208.

- Intensificou as relações com o restante dos países da América Latina;
- Pagou pontualmente a dívida externa graças ao desenvolvimento alcançado.<sup>283</sup>

Como pode se ver, a política externa independente do governo Frondizi representou um momento único na história da Argentina. No cenário continental, adquiriu maior destaque em sua proximidade com a política externa independente adotada quase que conjuntamente pelo Brasil, com quem configurou uma sólida aliança regional.

## **2.2 A Política Externa Independente do Brasil**

Conforme referido anteriormente, a política externa independente brasileira foi implementada entre 31 de janeiro de 1961, com a posse do presidente Jânio Quadros, e 31 de março de 1964, quando o presidente João Goulart foi derrubado pelo Golpe Civil-Militar que implantou um período de 21 anos de ditadura no país. Em que pese as suas formulações conceituais, esta nova política externa não deve ser considerada como um projeto fechado de inserção do Brasil no cenário internacional. Na verdade, deve ser vista como um processo dialético de continuidades e rupturas que aliava elementos das políticas externas anteriores com a realidade do contexto global e os objetivos nacionais definidos sob a lógica do nacionalismo desenvolvimentista.

Ao por em prática a Política Externa Independente, o governo Jânio Quadros, respondia não somente aos apelos de um discurso nacionalista que ganhava fortes dimensões, mas também a própria necessidade decorrida da nova realidade vivenciada pelo país. A população brasileira havia crescido de 20 milhões, em 1951, para 72 milhões de habitantes, em 1961. A expulsão da população camponesa gerava uma forte urbanização, com a população urbana saltando de 36,2% em 1950, para 45,4% em 1960.<sup>284</sup> A industrialização acelerada, por sua vez, fazia com que no interior desta emergente população urbana, crescesse um significativo operariado. Também ocorria a consolidação de uma classe média urbana.

---

<sup>283</sup> Estes tópicos foram traduzidos para o português pelo próprio autor a partir da já citada obra de Albino Gómez. Para ver a versão em espanhol: GÓMEZ, 2004, p. 243.

<sup>284</sup> Estes dados foram retirados de: BOTEGA, Leonardo da Rocha. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. In: *Espaço Plural*, ano VIII, n. 17. Marechal Candido Rondon –PR: Ediunioeste, 2007.



Estes dois segmentos representavam um aumento no mercado interno e na necessidade de supri-lo.

Por outro lado, a crescente deterioração dos termos de troca fazia com que os produtos primários exportados pelo Brasil atingissem, naquele contexto, o índice mais significativo até então. Conforme Vizontini, o “volume das exportações e o de importações estava muito aquém das necessidades da economia”, ao mesmo tempo em que “as divisas encontravam-se num nível acentuadamente baixo, enquanto que as remessas de capital para o exterior superavam seu ingresso”.<sup>285</sup> Uma crescente taxa de desemprego, aliado a inflação, a baixa dos salários e a intensificação dos conflitos sociais, fruto dos limites do projeto nacional-desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek, completavam um cenário de desafios para o governo Jânio Quadros.

Estes desafios aumentavam no plano internacional, pois, para os setores conservadores dos Estados Unidos e da Inglaterra, conforme matéria da *Folha de S. Paulo* referida anteriormente, Jânio Quadros era visto como uma alternativa ao radicalismo de Fidel Castro e da Revolução Cubana na América Latina.<sup>286</sup> Porém, o crescimento do nacionalismo junto à classe trabalhadora, sobretudo, os sindicatos, e as necessidades externas do desenvolvimento industrial, empurravam o governo Jânio Quadros para outra direção.

Assim, em 15 de março de 1961, na Mensagem enviada pelo presidente Jânio Quadros ao Congresso Nacional, quando da abertura da sessão legislativa anual, foram apresentadas as primeiras formulações da política externa do novo governo. Partindo da idéia de que a “política externa de um país democrático, como é o Brasil, não pode ser senão a projeção, no mundo, do que ele é intrinsecamente”, as Diretrizes Gerais apontavam para a seguinte concepção da inserção do país no cenário internacional:

(...) o Brasil deve ter política externa que, refletindo sua personalidade, suas condições e seus interesses, seja mais propícia às aspirações gerais da humanidade, ao desenvolvimento econômico, à paz e segurança, ao respeito pelo homem por que homem, à justiça social, à igualdade das raças, à autodeterminação dos povos, e sua mútua tolerância e cooperação.<sup>287</sup>

---

<sup>285</sup> VIZENTINI, 2004, p. 124.

<sup>286</sup> Ver: JORNAL inglês diz que 61 é da América Latina. *Folha de S. Paulo*, 03/01/1961.

<sup>287</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. A Política Externa do Brasil. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 4, n. 14. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, julho de 1961, p. 125.

Aqui estavam definidos alguns dos princípios que iriam nortear a política externa do novo governo, colocada a cargo do Ministro das Relações Exteriores Afonso Arinos de Melo Franco.

O que chama mais atenção na formulação dessa nova concepção de inserção do país no cenário internacional é a forma como foi construída a noção de independência na política externa:

Nascido o Brasil de uma corrente histórica profundamente cristã, tendo evoluído em torno de ideais democráticos que vão, agora, cada vez mais profundamente, marcando sua maneira de ser, somos membros natos do mundo livre e jamais perdemos a consciência dessa circunstância. Pelo contrário. Mais claramente do que nunca vemos hoje a responsabilidade que nos cabe, o que de essencial há de defender e a situação favorável em que se encontra o Brasil para exercer sua ação, pelo exemplo e pela honestidade de propósitos. Essa noção mais clara de nossas possibilidades e responsabilidades levou o Governo a assumir uma posição internacional mais afirmativa e independente, sem desconhecer compromissos assumidos. A posição ideológica do Brasil é ocidental e não variará. O reconhecimento dessa verdade, porém, não exaure o conteúdo de nossa política exterior. O Brasil só pode ver sua causa ideológica condicionada por seu caráter nacional e seus interesses legítimos.<sup>288</sup>

Como pode se ver, a noção de Independência da política externa do governo Jânio Quadros, assim como a política externa frondizista, não significa não pertencimento ao Bloco Ocidental, mas sim, que os interesses nacionais estão acima deste pertencimento. A retórica nacionalista assume a função de guia ideológico da inserção do Brasil no cenário internacional.

Este cenário internacional era visto como um momento em que o “conflito leste – oeste tende a restringir-se, cada vez mais, ao campo das atitudes ideológicas”. Esta percepção de um recuo nos tensionamentos da Guerra Fria, por sua vez, contrastava com a realidade da divisão internacional do trabalho que criou uma nova divisão do mundo entre o norte desenvolvido e o sul subdesenvolvido.

Para a política externa independente brasileira,

(...) Já se tem falado num conflito entre o Norte e o Sul deste globo, porções que se distanciam progressivamente em nível de vida, a primeira enriquecendo-se e a

---

<sup>288</sup> Idem, *ibidem*, p. 125.

segunda empobrecendo-se. Essa diferenciação do mundo em duas partes, que se justapõe ao conflito leste – oeste, é essencialmente de ordem econômica e, ao contrário daquele, não encontra grandes entraves para ser anulada. Tal anulação é um imperativo de sobrevivência de uma sociedade internacional, em que as nações tenham o direito de escolher o seu destino. Acreditamos nada se possa fazer de mais eficaz, para neutralização do conflito ideológico, do que a eliminação, progressiva e rápida, dessa diferenciação norte – sul: nenhum outro objetivo, pois, merece maior empenho do mundo ocidental.<sup>289</sup>

Aqui podemos ver que, ao considerar a superação do subdesenvolvimento dos países do Sul como uma barreira ao avanço do comunismo, a política externa independente do governo Jânio Quadros não era propriamente uma situação que rompia com o anticomunismo exposto durante a campanha eleitoral. Porém, esse anticomunismo não era um condicionante para as relações internacionais do país. O governo Jânio Quadros sabia de sua posição ocidental na Guerra Fria, mas, não negava a possibilidade de contatos proveitosos do Brasil com os países socialistas “quer por seus interesses comerciais, quer como colaboração necessária à redução das tensões internacionais e ao progressivo aprofundamento da paz”.<sup>290</sup>

A necessidade de ampliação das relações comerciais do Brasil pesava bastante no sentido de um estabelecimento de relações com a Europa Oriental. Entre 1958 e 1961 as exportações brasileiras para o Leste Europeu evoluíram de 41,1 milhões de dólares para 87,3 milhões de dólares, uma taxa dez vezes maior do que a das exportações totais que foi de 3,6% anual simples. No caso das importações de produtos dos países socialistas, houve um aumento no mesmo período de 2,2% do total de importações em 1958 para 5,2% do total de importações em 1961. O saldo das relações comerciais com os países socialistas no referido período foi de 22,7 milhões de dólares.<sup>291</sup> Estes números demonstravam que o governo brasileiro estava correto ao afirmar que nesta área “as medidas para ampliação de nossos mercados no exterior são da maior relevância”. Assim com relação aos países socialistas “todas as possibilidades serão exploradas objetivamente, sem admitir sejam elas desvirtuadas para fins ilegítimos”.<sup>292</sup>

A partir desta concepção as relações diplomáticas com a Hungria e a Romênia, interrompidas desde a Segunda Guerra Mundial, foram restabelecidas, em 31 de março de 1961. No mesmo dia também se estabeleceu relações com a Bulgária e, em 4 de abril, com a

<sup>289</sup> Idem, *ibidem*, p. 126.

<sup>290</sup> Idem, *ibidem*, p. 126.

<sup>291</sup> BUENO; CERVO, 2002, p. 316-317.

<sup>292</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1961, p. 128.

Albânia. Uma missão especial chefiada por João Dantas foi enviada ao Leste Europeu, retornando em junho de 1961, com um saldo de sete acordos comerciais firmados com países daquela parte do Continente europeu: Bulgária, em 21 de abril; Iugoslávia, em 29 de abril; Romênia, em 15 de maio; Hungria, em 15 de maio; Tchecoslováquia, em 19 de maio; Polônia, em 25 de maio; e Albânia, em 10 de junho.<sup>293</sup> Ao mesmo tempo, um grupo de trabalho foi constituído em vista das relações comerciais com os países socialistas.

Com relação a URSS, a questão era um tanto mais delicada por se tratar do líder de um Bloco Mundial. As relações com os soviéticos foram rompidas em 1947, no governo de Eurico Gaspar Dutra, e o anticomunismo demonstrava uma maior oposição ao restabelecimento das relações com este país do que em relação aos outros países socialistas.<sup>294</sup> Mesmo assim, o governo Jânio Quadros, sob a convicção de que não existem “conflitos ou antagonismo de índole doutrinário, ou social, que sejam incompatíveis com a política de convivência sincera, de coexistência leal”<sup>295</sup>, enviou uma delegação comercial brasileira. A frente dela estava Paulo Leão de Moura, que rumou para a URSS em fins de maio de 1961.

As negociações envolvendo esta missão comercial e a URSS resultaram na criação de delegações comerciais permanentes no Rio de Janeiro e em Moscou, bem como, na aquisição de um crédito técnico de 8 milhões de dólares. Da mesma forma, o Brasil conseguiu vender 20 mil toneladas de café e o compromisso de compra de mais 15 mil por parte da URSS. Significativa foi a mensagem de Krushev e Brezhnev trazia pela missão comercial, na qual os líderes soviéticos afirmavam que o “restabelecimento de relações seria recebido com satisfação”<sup>296</sup>, ao mesmo tempo em que convidava o presidente Jânio Quadros a visitar a URSS. Em sua resposta o presidente brasileiro aceitava o convite.

Em julho de 1961, uma Missão Soviética de Boa Vontade veio ao Brasil, formada por Deputados do Soviete Supremo, por altos funcionários do governo e por acadêmicos, sendo condecorados pelo presidente brasileiro. Também veio ao Brasil o primeiro homem a viajar em um foguete espacial, Iuri Gagarin. Reconhecido como um herói nacional da URSS, foi igualmente condecorado pelo presidente Quadros.<sup>297</sup>

---

<sup>293</sup> BUENO; CERVO, op. cit, p. 318.

<sup>294</sup> Ver: MOTTA, 2002.

<sup>295</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1961, p. 126.

<sup>296</sup> BUENO; CERVO, 2002, p. 319.

<sup>297</sup> VIZENTINI, 2004, p. 154.

Mas o fato mais significativo da política externa brasileira em relação a URSS foi o memorando enviado pelo presidente ao ministro das relações exteriores, Afonso Arinos, em 25 de julho de 1961, ordenando que fossem tomadas providências para o restabelecimento de relações entre os dois países. Porém, este restabelecimento acabou não se realizando devido à renúncia do presidente Jânio Quadros.<sup>298</sup>

A política externa independente do governo Jânio Quadros, na lógica de diálogo com todas as nações, buscou também relações com a República Popular da China, a grande dissidente do bloco socialista. Para a China foi enviada, em agosto de 1961, uma Missão Comercial tendo a frente o vice-presidente João Goulart, e integrada por políticos, diplomatas e empresários. Na ocasião, foram estabelecidos acordos comerciais significativos com o governo chinês, mas além das questões comerciais, a missão também procurou naquele país, cujo significativo peso no concerto internacional era uma realidade cada vez mais presente, um aliado político para as questões que contrariavam os dois grandes líderes mundiais. Novamente a renúncia do presidente Jânio Quadros foi um fator de impedimento para o avanço das relações internacionais brasileiras, pois, o vice-presidente João Goulart teve que retornar ao país.<sup>299</sup>

Outra posição importante referida na política externa independente do governo Jânio Quadros foi à idéia de fortalecimento das Nações Unidas, considerada “essencial para a diminuição da tensão mundial”.<sup>300</sup> Para o governo brasileiro, o fortalecimento da ONU significava o fortalecimento do direito internacional em detrimento da força das grandes potências, pois,

Não foram elas criadas para propiciar a expansão deste ou daquele bloco, mas para salvaguardar a paz e a segurança de todos, proteger os pequenos, permitir a justa aplicação do princípio de autodeterminação dos povos, promover o respeito aos direitos do homem, vitalizar a cooperação internacional para o desenvolvimento econômico, estimular a regulação jurídica do comportamento internacional dos Estados.<sup>301</sup>

O fortalecimento das Nações Unidas e do direito internacional era visto como o sustentáculo da soberania e da autodeterminação dos povos. Na ONU é que deveriam ser

---

<sup>298</sup> Idem, *ibidem*, p. 154.

<sup>299</sup> Idem, *ibidem*, p. 155.

<sup>300</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1961, p. 126.

<sup>301</sup> Idem, *ibidem*, p. 127.

resolvidos os conflitos regionais, pois era este o espaço para os debates das diferentes posições políticas no cenário internacional.

Já foi falado anteriormente que a política externa independente nasceu como uma síntese das políticas externas adotadas no período anterior, principalmente do governo Vargas e do governo Juscelino Kubitschek pós-1958. Porém, isso não significa dizer que não houve grandes rupturas em relação ao período anterior, pelo contrário. Uma dessas grandes rupturas pode ser verificada no que tange ao reconhecimento da luta anti-colonial do mundo afro-asiático.

Esta ruptura era verificada na condenação que o presidente Jânio Quadros, em artigo publicado na revista *Foreign Affaire*, cuja tradução fora publicada na *Revista Brasileira de Política Internacional*, fez das posições anterior da política externa brasileira em relação ao colonialismo e a imperialismo.

Por muitos anos o Brasil fez o erro de apoiar o colonialismo europeu nas Nações Unidas. Essa atitude – que somente agora começa a desaparecer – deu lugar a uma justificada desconfiança quanto à política brasileira. Círculos mal-informados, excessivamente impressionados com as maneiras de agir européias, contribuíram para um erro que deve ser atribuído mais ao desprezo dos compromissos mais profundos de nosso País do que à malícia política. Nossas relações fraternais com Portugal influíram na complacência demonstrada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil nesse assunto.

Portanto, tudo conduz a uma necessária mudança de posição com respeito ao colonialismo, que, sob todos os disfarces – mesmo os mais transparentes – enfrentará de agora em diante a oposição determinada do Brasil.<sup>302</sup>

Desta forma, a África representava uma nova dimensão da política brasileira. Uma dimensão que aliava os principais princípios da política externa independente ao sentimento de dívida histórica em relação aquele continente. A visão de que o Brasil poderia ser “a ponte entre a África e o Ocidente”, a condenação da exploração dos africanos pelo capital europeu, bem como, a concepção da constituição de uma dimensão Sul – Sul no cenário internacional, pois, apesar das fases distintas de desenvolvimento, “os problemas que nos confrontam, de um ou de outro lado do Atlântico, são semelhantes, possibilitando, destarte, o aproveitamento das soluções encontradas”.<sup>303</sup>

---

<sup>302</sup> QUADROS, Jânio. Nova Política Externa do Brasil. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 4, n. 16. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, dezembro de 1961, p. 154-155.

<sup>303</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1961, p. 130.

A questão hemisférica representou o principal desafio da política externa independente, sendo o ponto no qual os elementos de continuidade e de ruptura com o período anterior manifestaram de forma mais evidente a síntese dialética contida no novo processo de inserção do Brasil no cenário internacional. Nesse tema, a política externa independente em sua leitura das questões continentais dava prosseguimento à crítica ao subdesenvolvimento desenvolvida pelo governo Juscelino Kubitschek, identificando o “desequilíbrio econômico como o mais crítico de todos os fatores adversos que afligem o sistema regional interamericano”.<sup>304</sup> Ao mesmo tempo propunha que a luta pelo pan-americanismo devesse começar pelos setores econômico e social.

Porém, o que mais chama atenção na proposta da política externa independente para a América Latina foi à concepção de que autodeterminação dos povos. Não-intervenção e fortalecimento do direito internacional eram princípios inerentes ao pan-americanismo e a integração regional. Em um período de constantes disputas ideológicas, tanto interna como externamente, a idéia de que, independente de sua situação e opção política, todos os países latino-americanos tem o direito de escolher seu próprio caminho correspondia a uma ousadia do governo Jânio Quadros.

Esta ousadia que pode ser observada na seguinte proposição contida no documento “A Política Externa do Brasil”:

A evolução histórica recente de algumas nações irmãs estaria mais inclinada para a esquerda ou para a direita do que pareceria desejável, a juízo de alguns. Pouco importa, embora convenha manter aberto de norte a sul, amigável e cooperativo, o diálogo sobre as recíprocas experiências e necessidades. O que importa, todavia, é a afirmação, por todo o país latino-americano de sua autodeterminação, preservada de qualquer intervenção alheia nos próprios negócios e resguardada de qualquer intervenção própria nos negócios alheios.<sup>305</sup>

Esta posição levava a política externa independente do governo Jânio Quadros a proceder a uma dupla crítica. No plano externo, criticava a política externa adotada pelos Estados Unidos no governo Eisenhower. No plano interno, a crítica se referia a política de alinhamento automático defendida por setores da direita brasileira. Esta última posição era

---

<sup>304</sup> QUADROS, op. cit., p. 153.

<sup>305</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1961, p. 131.

entendida como uma “diplomacia subsidiária e inócua de uma nação jungida a interesses dignos, mas estrangeiros”.<sup>306</sup>

A relação com os Estados Unidos eram a outra ponta da dimensão continental da política externa independente. Aqui, partiu-se da crítica à política externa norte-americana para a América Latina, adotada desde o final da Segunda Guerra Mundial, respectivamente, pelos governos Truman e Eisenhower, propondo para a grande potência hemisférica o reconhecimento do atraso econômico e social como gargalo do desenvolvimento dos países latino-americanos. Situado no contexto de ascensão dos nacionalismos na região, o governo Jânio Quadros identificava a rivalidade do crescimento econômico dos países socialistas como um fenômeno a ser contraposto. Para o presidente Jânio Quadros, os Estados Unidos precisavam compreender que enfrentam o desafio da concorrência com o mundo socialista e para isso deveria demonstrar que “não é somente o planejamento comunista que promove a prosperidade das economias nacionais. O planejamento democrático precisa também fazer o mesmo com a assistência dos que são economicamente capazes”.<sup>307</sup>

Esta crítica era contrabalançada com a esperança despertada na América Latina pela posse do presidente John Kennedy, em 20 de janeiro de 1960. O presidente Kennedy era identificado como um reformador do sistema pan-americano e fizera toda a sua campanha criticando o desgaste nas relações entre os Estados Unidos e os países da América Latina, ocorrido ao longo das últimas décadas, mais precisamente na segunda metade da década de 1950.

Os primeiros dois meses do governo Kennedy foram marcados pela aparente demonstração de busca de diálogo com os países latino-americanos, o que provocava no governo Jânio Quadros as seguintes impressões:

A disposição do atual Governo norte-americano parece ser a melhor possível. Os pronunciamentos das autoridades do referido governo e as primeiras medidas que tomou, com a criação de uma comissão interministerial para assuntos latino-americanos, são do melhor augúrio. Esperamos colocar as bases bilaterais fecundas e realistas as nossas relações com os nossos tradicionais amigos do Norte. O governo brasileiro confia que o governo norte-americano, como os das demais repúblicas do Continente, tenha plena consciência da necessidade de que a evolução da América Latina se processe por caminhos democráticos, para o que é indispensável que suas exportações aumentem, que sua industrialização se acelere,

---

<sup>306</sup> QUADROS, 1961, p. 150.

<sup>307</sup> Idem, ibidem, p. 152.



que sua agricultura atinja melhores índices de produtividade, que seu povo se eduque.<sup>308</sup>

Estas esperanças se tornariam desconfiança com a pressão exercida pelo governo Kennedy aos países latino-americanos quanto à questão cubana, aumentadas com a Invasão da Baía dos Porcos. Porém, o governo Jânio Quadros em nenhum momento ultrapassou os limites das divergências com os Estados Unidos em relação a temas como a autodeterminação dos povos e a não-intervenção. Mesmo nos momentos de tensão entre os dois países, jamais se apontou para uma ruptura de relações.

A política externa independente lançada pelo governo Jânio Quadros representou tamanha inovação na diplomacia brasileira que sobreviveu a própria renúncia do presidente. O governo parlamentarista que o seguiu, não somente a adotou, como também, aprofundou aquilo que a política externa independente tinha de mais significativo.

No programa de governo apresentado a Câmara dos Deputados pelo primeiro-ministro Tancredo Neves, tendo a frente do Ministério das Relações Exteriores Francisco Clementino de San Tiago Dantas, explicitava em sua introdução ao capítulo referente à política internacional: a visão de que a “definição de um programa de política exterior no Governo Parlamentarista deve responder simultaneamente a uma preocupação de continuidade e a uma formulação de objetivos imediatos”.<sup>309</sup>

Os objetivos da política externa independente foram pronunciados pelo próprio San Tiago Dantas quando de sua posse no Ministério das Relações Exteriores:

Temos cada vez mais consciência do papel internacional reservado ao nosso País. Se de um lado a nossa política há de ser animada pelo objetivo nacional que perseguimos e há de ter como finalidade assegurar por todos os meios o nosso desenvolvimento econômico, o nosso progresso social e a estabilidade das instituições democráticas em nosso País, de outro lado cada vez estamos mais conscientes da nossa responsabilidade como protagonistas da vida internacional e sabemos que temos nossa contribuição a levar à causa da paz, a essa grande causa que é o pressuposto e a base de todas as outras e na qual todas as nações, grandes, médias e pequenas, são igualmente responsáveis. O nosso País cômico de suas responsabilidades na ordem internacional e perfeitamente esclarecido a respeito dos objetivos nacionais que persegue, não pode deixar de ser cada vez mais o que tem sido, a saber – uma Nação independente, uma Nação fiel aos princípios

---

<sup>308</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1961, p. 132.

<sup>309</sup> *Apud* DANTAS, San Tiago. *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, p. 17.

democráticos em que se funda a sua ordem interna, fiel aos seus compromissos internacionais, assumidos com a aprovação do Congresso Nacional, fiel à grande causa da emancipação e do desenvolvimento econômico de todos os povos que nos levou a, com eles, nos solidarizarmos e a tomarmos, em todas as assembléias de que fazemos parte e em todas as ações diplomáticas que empreendemos, uma atitude, uma linha de conduta coerente e uniforme em defesa da emancipação dos povos e pela abolição dos resíduos do colonialismo no mundo. Não podemos também deixar de ser Nação decididamente empenhada na preservação e na aplicação do princípio de não intervenção na vida dos povos.<sup>310</sup>

Como podemos ver, os princípios básicos lançados pelo governo Jânio Quadros estavam contidos nessa manifestação do novo chanceler. Ao mesmo tempo, o perfil da política externa independente era elevado em termos conceituais, com formulações mais definidas que ganhavam o contorno de luta pela democratização do cenário internacional.

Um perfil que correspondia ao próprio perfil intelectual do ministro San Tiago Dantas, destacado jurista com grande conhecimento de direito internacional e com um currículo de participação intensa em várias conferências internacionais. San Tiago Dantas, antes de se tornar ministro, fora designado pelo presidente Jânio Quadros, chefe da missão permanente brasileira junto a ONU, o demonstra que, assim como o ministro anterior, possuía um significativo capital político em termos de relações internacionais.

Renato Archer, ex-Subsecretário de Estado das Relações Exteriores, nos anos 1961 e 1962, descreveu da seguinte maneira a forma de atuação do ministro San Tiago Dantas:

Racionalista por definição, San Tiago tinha por método promover debates como instrumento de sistematização dos mais diversos assuntos e problemas alvo de seu interesse. Sua primeira providência foi convocar um seminário no qual se discutissem e identificassem quais os interesses nacionais e as necessidades de ação no cenário internacional de então.<sup>311</sup>

Este seminário, realizado na Casa das Pedras, representou um fato inovador na história das formulações das políticas de relações internacionais brasileiras, pois, conforme Archer, “não se tem notícia da realização de um outro debate de tão amplo leque de interesses internacionais brasileiros pelos responsáveis na definição e execução da política externa

<sup>310</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Política Exterior do Brasil. Discurso de posse do Chanceler San Tiago Dantas aos 11 de setembro de 1961. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 6, n. 27. Rio de Janeiro: setembro-dezembro de 1964.

<sup>311</sup> ARCHER, 1984, p. 8.

brasileira”.<sup>312</sup> Também serviu para definir o, já referido, perfil elevado da política externa independente do governo parlamentarista. A partir deste seminário, a política externa independente passou a ser ordenada ou, em alguns casos, aprofundou o que já havia sendo posto em prática, em torno dos seguintes pontos:

- a) contribuição à preservação da paz, através da prática de coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo;
- b) reafirmação e fortalecimento dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos;
- c) ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas;
- d) apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua sujeição à metrópole;
- e) auto-formulação dos planos de desenvolvimento econômico e de prestação e aceitação de ajuda internacional.

Com relação a estes pontos, cabe destacar algumas ações práticas como o reatamento de relações com a URSS, a posição contrária ao isolamento de Cuba, bem como, a posição destacada que o Brasil teve na Conferência do Desarmamento realizada em Genebra, Suíça, em março de 1962. Na ocasião o Brasil compareceu como nação não-alinhada e defendeu que os recursos oriundos do desarmamento deveriam ser utilizados para programas de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos.<sup>313</sup>

O Brasil destacou-se também na criação da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, importante iniciativa em vista a reformulação das relações de comércio entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento. Uma iniciativa que nasceu a partir da visita feita por San Tiago Dantas ao Ministro das Relações Exteriores da Iugoslávia, Koča Popovitch. Dessa visita surgiu uma declaração conjunta que entre outras coisas eximia a compreensão de que “é de suma importância que os países interessados envidem constantes

---

<sup>312</sup> Idem, *ibidem*, p. 8.

<sup>313</sup> Os discursos sobre o tema, bem como, a Declaração das Oito Potências Não-alinhadas apresentada pelo Brasil na conferência estão em DANTAS, 1962, p. 201-222.

esforços com o objetivo de assegurar a colaboração econômica internacional em base de igualdade de direito e isenta de qualquer forma de discriminação”.<sup>314</sup>

Com relação à descolonização, a posição do Brasil continuou a ser aquela adotada pelo governo Jânio Quadros, qual seja, o apoio às independências. Nesse sentido, os delegados dos Estados Unidos, Dean Rush, e da Inglaterra, Lord Hume, quando da ocasião da Conferência sobre o Desarmamento, solicitaram ao ministro San Tiago Dantas a mediação entre Portugal e suas colônias africanas, para evitar que a região viesse a se tornar um novo foco da Guerra Fria. Porém, o governo português não aceitava esta mediação devido à posição assumida pelo Brasil em defesa da independência de Angola.

Para complementar esta análise da passagem de San Tiago Dantas pela chancelaria é importante ressaltar também as relações estabelecidas pelo Brasil com a URSS. Com relação à primeira, conforme já referimos anteriormente, dando continuidade às aproximações feitas pelo governo Jânio Quadros, o governo parlamentarista reatou relações numa decisão marcada pela polêmica e pelos intensos debates entre os defensores da posição e os anticomunistas.

O auge deste debates ocorreu durante o Discurso Pronunciado na Câmara dos Deputados pelo ministro San Tiago Dantas, em 23 de novembro de 1961. Naquele discurso, o ministro brasileiro das relações exteriores argumentou as razões para o reatamento das relações com os soviéticos, entre estes, a necessidade de universalização das relações internacionais do Brasil, tendo em vista a urgência da ampliação do mercado de exportação para os produtos nacionais. Porém, não eram somente razões econômicas que justificavam o reatamento com a URSS, mas também, a intenção da política externa independente brasileira em contribuir para a coexistência pacífica, identificada como o caminho único para a paz mundial. Para San Tiago Dantas, somente a convivência, o debate, a negociação e a competição em torno do desenvolvimento social que demonstrariam a superioridade da democracia ocidental em relação ao comunismo.<sup>315</sup>

Os opositores, por sua vez, argumentavam que o governo estava abrindo brechas para infiltração comunista no país. Argumentavam que o Brasil iria competir no campo econômico com um país que utilizava mão de obra que se escrava para baratear a sua produção.

---

<sup>314</sup> Idem, *ibidem*, p. 246.

<sup>315</sup> DANTAS, 1962, p. 43-102.

Identificavam, também, no reatamento de relação com os soviéticos uma estratégia do filocomunismo do presidente João Goulart, que mesmo sob os limites do parlamentarismo não deixava de impor as suas concepções esquerdizantes ao gabinete Tancredo Neves.<sup>316</sup>

Os opositores, argüidos do anticomunismo que naquele período ganhava força, não conseguiam identificar que o reatamento das relações com a URSS nada tinha de ideológico. Mas sim, ligava-se a uma estratégia de desenvolvimento nacional cuja ampliação das exportações tinha significativo papel para o aumento do ingresso de capitais a serem utilizados em ações de combate a miséria. Dessa forma, o Brasil não poderia deixar passar a oportunidade de comercializar com o bloco que apresentava o maior índice de crescimento comercial no mundo em nome de razões ideológicas.

A intensidade deste debate demonstrava que o parlamentarismo havia modificado a tomada de decisões, trazendo a Câmara dos Deputados para o centro do processo, “na medida em que o gabinete torna-se responsável perante este órgão, complicando a implementação da política externa”.<sup>317</sup> Este processo aumentava a autonomia do ministro das relações exteriores, um fato novo em relação ao governo Jânio Quadros, aumentando também as suas responsabilidades, bem como, o desgaste político nas questões polêmicas. Ao mesmo tempo, esta mudança representava uma maior politização dos debates sobre as relações internacionais não somente no parlamento, mas também na própria sociedade civil.

Outro tema que marcou este período foi às relações com os Estados Unidos. No período, percebem-se os distanciamentos da posição brasileira de defesa da autodeterminação dos povos e do princípio de não-intervenção em relação à política externa norte-americana para América Latina. Mesmo que reformulada pelo governo de John Kennedy, a política externa dos EUA ainda mantinha a vocação intervencionista, como ficara demonstrado no episódio da Baía dos Porcos, em Cuba, e nas Conferências da Organização dos Estados Americanos que trataram da questão cubana.

Também a encampação da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da norte-americana *International Telephone & Telegraph – ITT*, realizada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, piorou ainda mais as relações entre os dois países. O Departamento de Estado protestou veemente, exigindo uma indenização em dinheiro e no ato,

---

<sup>316</sup> Idem, *ibidem*, p. 43-102.

<sup>317</sup> VIZENTINI, 2004, p. 175.

considerando o valor abaixo do que valia o investimento feito pela ITT. Nem mesmo a afirmação feita pelo ministro San Tiago Dantas ao embaixador norte-americano, Lincoln Gordon, de que a atitude do governador Brizola não refletia a posição do governo João Goulart, serviu para amenizar a situação. A reação da imprensa dos Estados Unidos e do Congresso foi imediata. Enquanto os jornais deferiam uma forte campanha contra o Brasil, os congressistas norte-americanos aprovavam a Emenda Hickenlooper, “determinando a suspensão de qualquer ajuda aos países que desapropriassem bens americanos, sem indenização imediata, adequada e efetiva”.<sup>318</sup> A medida não resultou em recuo nas encampações. Em março de 1962, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, iminente líder da direita golpista, encampou a telefônica do Estado, pertencente à *Light & Power* do Canadá. O governo João Goulart, por sua vez, anulou a encampação. Porém, o Tribunal Estadual de Pernambuco encampou a *Tramways & Power*, empresa norte-americana de bondes em Recife.

Longe de uma perspectiva revolucionária, estas encampações eram uma resposta a falta de modernização e a baixa qualidade dos serviços prestados pelas empresas estrangeiras, sobretudo, nas áreas de transporte, energia e comunicações, setores fundamentais para o crescimento do país. Entretanto, conforme Vizontini, “o tom nacionalista de Brizola e a reação estrondosa dos grupos conservadores criavam um clima de insegurança para os investidores estrangeiros, o que afetava as já insatisfatórias relações com os EUA”.<sup>319</sup>

Neste contexto, entre 03 e 09 de abril de 1962, ocorreu a visita do presidente João Goulart aos Estados Unidos, acompanhado dos ministros das Relações Exteriores e da Fazenda, mais o Chefe da Casa Militar. Em 04 de abril, o presidente João Goulart manteve conversações com o presidente Kennedy. Além do tema das encampações, o cenário hemisférico e as relações entre os dois países foram temas abordados pelos presidentes.

Após a reunião, os presidentes emitiram um comunicado conjunto no qual era ressaltada a tradicional amizade entre o Brasil e os Estados Unidos. No documento, o presidente Kennedy e o presidente Goulart, declaravam “que a Democracia política, a independência e a autodeterminação nacional, as liberdades individuais são os princípios que regem as políticas nacionais do Brasil e dos Estados Unidos”.<sup>320</sup>

Com relação às encampações o comunicado fez à seguinte referência:

---

<sup>318</sup> MONIZ BANDEIRA, 1978, p. 49.

<sup>319</sup> VIZENTINI, 2004, p. 191.

<sup>320</sup> *Apud* DANTAS, 1962, p. 229.

O Presidente do Brasil manifestou a intenção de seu governo de manter condições de segurança que permitiram ao capital privado desempenhar o seu papel vital no desenvolvimento da economia brasileira. O Presidente do Brasil declarou que nos entendimentos com as companhias para a transferência das empresas de utilidade pública para a propriedade do Brasil será mantido o princípio de justa compensação com reinvestimento em outros setores importantes, para o desenvolvimento econômico do Brasil. O Presidente Kennedy manifestou grande interesse nessa orientação.<sup>321</sup>

Porém, mesmo com a disposição demonstrada pelos dois presidentes em tranquilizar as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, não era ali que estavam sendo construídos os principais eventos que marcariam a conjuntura brasileira até o golpe de 31 de março de 1964. Mas sim, no escritório da Central de Inteligência dos Estados Unidos, a CIA, e nas reuniões dos grupos golpistas brasileiros.<sup>322</sup>

A radicalização política do Brasil levou a queda do gabinete Tancredo Neves e a posse de Brochado da Rocha como novo primeiro-ministro. Na ocasião também ocorreu a troca do ministro das relações exteriores. San Tiago Dantas deu lugar a Afonso Arinos de Melo Franco, que assumiria novamente a Chancelaria em 12 de julho de 1962. A crescente instabilidade política, resultante do avanço da luta de classe, levou a renúncia de Brochado da Rocha, uma estratégia para antecipação do plebiscito que definiria a continuidade do parlamentarismo ou o retorno do presidencialismo. Em 18 de setembro, Hermes Lima é empossado como primeiro-ministro, acumulando ao mesmo tempo a função de ministro das relações exteriores, enquanto Afonso Arinos era nomeado embaixador do Brasil na ONU.

Em outubro de 1962, as eleições representaram um avanço da esquerda em relação à direita, mesmo com apoio financeiro da CIA, recebido por esta através do IBAD e do IPES. Ao mesmo tempo, o governo brasileiro continuou a insistir na posição de não-intervenção em Cuba, mesmo diante da Crise dos Mísseis. A radicalização interna continuava constante e a vitória do retorno dos poderes presidencialistas, no plebiscito de 6 de janeiro de 1963, representou uma vitória do governo João Goulart.

Com o retorno dos poderes presidencialistas, João Goulart optou por manter a frente da chancelaria Hermes Lima, porém, a partir de então a política externa independente passou a ter um perfil mais economicista. A crise econômica, marcada pela alta da inflação, e a

---

<sup>321</sup> Idem, *ibidem*, p. 231.

<sup>322</sup> Ver: PARKER, 1977; CORREIA, 1977; MONIZ BANDEIRA, 1978; RODEGHERO, 2007; MOURÃO FILHO, 1978.

necessidade de capitais estrangeiros exigidas pelo Plano Trienal empurraram a política externa para este caminho. Conforme Vizontini, “a política externa vincula-se cada vez mais, através do desenvolvimento que visa propiciar, ao reformismo socioeconômico e à realização efetiva da democracia, como condição de nossa integração ao Ocidente”.<sup>323</sup> Dessa forma, as críticas ao poder das multinacionais e aos Estados Unidos foram colocadas em segundo plano, enquanto que as referências ao neutralismo quase desaparecem.

A impopularidade do Plano Trienal levou o governo João Goulart a fazer uma nova reforma ministerial, em junho de 1963. Hermes Lima foi nomeado para o Supremo Tribunal Federal e em seu lugar assumiu o também jurista Evandro Lins e Silva.

Em seu discurso de posse, o ministro Evandro Lins e Silva referiu os princípios norteadores da política externa brasileira: o direito de cada povo à independência e ao desenvolvimento; o direito de cada povo de manter relações com os demais povos da terra, sem discriminações de qualquer natureza; a autodeterminação dos Estados e a não-intervenção; o reconhecimento das comunidades e das organizações jurídicas internacionais, como imposição de interdependência técnica, econômica e cultural; e a defesa intransigente da paz, desarmamento e proibição das armas atômicas.

Buscando acalmar os ânimos exaltados dos setores conservadores, anticomunistas, da Igreja Católica, bem como, enfatizar os vínculos do Brasil com o Ocidente cristão-democrático, o ministro Evandro Lins e Silva justificou estes princípios da seguinte forma:

Esses princípios estão hoje consagrados universalmente na mensagem do Papa João XIII, em clara definição, onde são reconhecidos como anseios inelutáveis da civilização cristã. O Sumo Pontífice iluminou o tema na Encíclica “Pacem in Terris”, verdadeiro catecismo de política externa contemporânea com estas palavras de sabedoria:

(...) as relações mútuas entre as comunidades políticas se devem reger pelo critério da liberdade. Isto quer dizer que nenhuma nação tem o direito de exercer qualquer opressão injusta sobre outras nem de interferir indevidamente nos seus negócios. Todas, pelo contrário, devem contribuir para o desenvolvimento nas outras o senso de responsabilidade, o espírito de iniciativa e o empenho em tornar-se protagonista do próprio desenvolvimento em todos os campos.<sup>324</sup>

---

<sup>323</sup> VIZENTINI, 2004, p. 208.

<sup>324</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Novo Ministro das Relações Exteriores. In: *Revista Brasileira de Política Internaciona*, ano 6, n. 22. Rio de Janeiro: junho de 1963, p. 273.



Em que pese estas afirmações mais ideológicas, na seqüência do discurso o novo chanceler demonstrou que, na verdade, a sua gestão tinha como objetivo fundamental o aprofundamento do perfil economicista da política externa independente. A proposta era de “projetar a política internacional do Brasil em face do nosso esforço interno para o desenvolvimento econômico e social do país e da sua segurança”.<sup>325</sup> Conforme o ministro, “o Brasil tem necessidades prementes no âmbito do seu comércio internacional e dos seus compromissos financeiros”.

A Teoria da Deterioração dos Termos de Troca novamente era referenciada como um dos fatores negativos do comércio internacional. Como saída para a perda de valor dos produtos brasileiros era necessária a ampliação das vendas em todos os mercados, pois, “só mediante o aumento de nossas vendas, inclusive de produtos manufaturados, é que podemos aumentar a nossa capacidade de pagamento”.<sup>326</sup> Assim, “fixar as necessidades reais e os objetivos do nosso comércio internacional e de nossas obrigações financeiras e unir o país no esforço e no empenho de solucioná-las em curto prazo pode ser a síntese de uma nova política externa”.<sup>327</sup>

O ministro Evandro Lins e Silva acabou permanecendo somente dois meses a frente da Chancelaria, entre 18 de julho e 22 de agosto de 1963, assumindo em seu lugar o diplomata João Augusto de Araújo Castro. Conforme Vizentini, “muito mais do que nomeação de um novo Chanceler, entre os tantos que se sucediam num curto lapso de tempo, tratava-se de uma estratégia diplomática”.<sup>328</sup> Esta estratégia diplomática consistia em diminuir o neutralismo e enfatizar a pauta econômica. Dessa forma, o ministro Araújo Castro mantinha como missão aprofundar o perfil economicista da política externa independente.

Inicialmente em seu discurso de posse, o ministro Araújo Castro reafirmava os principais preceitos da política externa independente propondo três temas no qual esta “não deixará de bater-se”. São eles: o Desarmamento, o Desenvolvimento Econômico e a Descolonização. Reafirmou a presença do Brasil no sistema interamericano como oposto ao pertencimento a qualquer bloco e a necessidade de aprofundamento da integração latino-

---

<sup>325</sup> Idem, *ibidem*, p. 274.

<sup>326</sup> Idem, *ibidem*, p. 274.

<sup>327</sup> Idem, *ibidem*, p. 275.

<sup>328</sup> VIZENTINI, 2004, p. 213.

americana. Ao mesmo tempo proclamou que o Brasil deveria ser “intransigente na defesa do princípio de autodeterminação e não-intervenção”.<sup>329</sup>

Porém, apesar da conotação enfática dos posicionamentos políticos da política externa independente, o que seguiu durante o tempo em que o ministro Araújo Castro esteve à frente da chancelaria foi o pragmatismo economicista. Conforme Vizontini, o “neutralismo era deixado de lado, enfatizando-se exclusivamente a pauta econômica”.<sup>330</sup> A busca de um espaço no mundo que correspondesse à importância e o peso político do país era deixada de lado, enquanto que em seu lugar a política externa ganhava cada vez mais o tom desenvolvimentista. O Leste Europeu passou ser visto não sob a ótica da coexistência, mas sim, meramente como espaço para as relações comerciais. A política afirmativa em relação aos países afro-asiáticos sede espaço para uma tentativa de reaproximação com Portugal e uma melhoria das relações com os Estados Unidos. Apenas na América Latina a nova orientação dada para a política externa independente manteve os esforços anteriores visando à integração.

Em fins de 1963, os contatos diretos estabelecidos pelo Departamento de Estado norte-americano com os governadores de oposição, mediante a Aliança para o Progresso, o assassinato do presidente John Kennedy e o endurecimento da política externa dos Estados Unidos, com a posse do vice-presidente Lyndon Johnson, bem como, a intensificação dos preparativos para a derrubada do presidente João Goulart pelos setores golpistas, levaram a adoção de uma nova postura em relação à política externa independente. Esta passou a oscilar “entre a contemporização conciliadora e a reação limitada e tardia”.<sup>331</sup>

Desta forma, o governo João Goulart, diante do aumento das tensões internas e principalmente com os Estados Unidos, tomou medidas reativas e defensivas. Dentro das propostas de Reformas de Base, a ênfase no controle das remessas de lucro para o exterior tornou-se o centro de uma contra-ofensiva em relação às ligações entre os golpistas e o capital estrangeiro.

Ao mesmo tempo, em novembro de 1963, o Brasil abriu na ONU o debate sobre a desnuclearização da América Latina. Diante da solicitação da Venezuela, através da OEA, de

---

<sup>329</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Novo Ministro das Relações Exteriores. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 6, n. 23. Rio de Janeiro: dezembro de 1963, p. 487.

<sup>330</sup> VIZENTINI, 2004, p. 214-215.

<sup>331</sup> Idem, *ibidem*, p. 228.

que o Brasil estudasse provas de agressão feita por Cuba a este país, manteve-se a posição contrária a qualquer intervenção na ilha caribenha. Também criticou a repressão a manifestantes antiamericanos na Zona do Canal do Panamá. Enviou uma missão à República Popular da China para analisar a reforma agrária daquele país e seus resultados. Por fim, participou ativamente da Conferência dos Países em Desenvolvimento, realizada em Genebra, em março de 1964, quando o ministro Araújo Castro defendeu a necessidade de reforma do Gatt e a formação de uma frente terceiro-mundista pelo desenvolvimento.<sup>332</sup>

Apesar desta tentativa de retomar os princípios mais sólidos da política externa independente, a realidade interna do Brasil demonstrava que a crescente onda de radicalização da luta de classes levou o governo a perder o controle institucional, levando alguns órgãos do governo a atuarem em revelia em relação aos poderes presidenciais. Este fato ficou revelado na revalidação pelo Itamaraty do Acordo Militar Brasil - Estados Unidos de 1952, sem o crivo do presidente João Goulart.

O desfecho para esta crise política foi à derrubada do governo João Goulart pelo Golpe de 31 de março de 1964. A participação do governo dos Estados Unidos na derrubada do governo João Goulart tem sido fruto de inúmeras discussões acadêmicas. Apesar de a realização de uma operação militar intitulada *Brother Sam*<sup>333</sup>, com a finalidade de dar retaguarda aos golpistas brasileiros, ser fartamente documentada e comentada pela historiografia<sup>334</sup> esta participação ainda sofre alguns questionamentos.<sup>335</sup>

Em que pese estas discussões, a realidade é que a política externa independente brasileira também foi derrubada junto com o governo João Goulart. Mesmo tendo alguns de seus princípios retomados em outros momentos, e segundo diferentes interesses, a realidade é que a política externa independente foi fruto de um período específico em que o Brasil ousou ser protagonista do cenário internacional. Mas, esta ousadia acabou tendo outro entendimento por setores significativos da sociedade brasileira que acabaram identificando-a com uma

---

<sup>332</sup> Idem, *ibidem*, p. 228-230.

<sup>333</sup> A Operação Brother Sam mobilizou um porta-aviões, seis destróier, um navio para transporte de helicópteros, quatro petroleiros, seis aviões de carga, oito aviões de abastecimento, um avião de comunicação, oito caças e um ponto de comando aerotransportado. Ver: CORREIA, 1977, p. 15.

<sup>334</sup> Ver, entre outros: PARKER, 1977; CORREIA, 1977; MONIZ BANDEIRA, 1978.

<sup>335</sup> O debate sobre a participação dos Estados Unidos no Golpe Civil-Militar de 1964 pode ser visto no Capítulo 4, intitulado "As ações dos pontos diplomáticos e de outras agências norte-americanas no combate ao comunismo no Brasil", de *Capítulos da Guerra Fria* de Carla Rodeghero. Em suas pesquisas junto aos arquivos do corpo diplomático norte-americano, a autora não encontrou evidências da participação direta dos Estados Unidos na ação de 31 de março de 1964, porém, reconhece que há uma larga historiografia que trata do assunto afirmando estes indícios. Ver: RODEGHERO, 2007, p. 127-154.

postura omissa diante da Guerra Fria, que guiados por interesses de classe ocultados em um anticomunismo histórico, acabaram retomando a política de alinhamento automático, abandonando, assim, qualquer forma de protagonismo nacional, identificando a subserviência aos interesses do capital estrangeiro, sobretudo, norte-americanos, como a única forma de auferir vantagens para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

### **2.3 A Aproximação da Política Externa Independente Argentina e da Política Externa Independente Brasileira na Declaração de Uruguiana**

Entre os princípios básicos que aproximavam a política externa independente do governo Arturo Frondizi, na Argentina, e a política externa independente dos governos Jânio Quadros e João Goulart, no Brasil, o que mais chama a atenção é a vontade de entendimento e de aproximação entre os dois países.

Uma vontade já manifestada nos primeiros passos dados pelo presidente Arturo Frondizi e pelo presidente Juscelino Kubistchek na já referida visita que o primeiro mandatário argentino realizou, antes mesmo de sua posse, ao Brasil. Esta vontade também fora manifestada na adesão incondicional da Argentina a proposta da Operação Pan-Americana. A aproximação entre os dois países não só teve continuidade como ganhou um maior impulso com a posse do presidente Jânio Quadros.

Este processo de aproximação entre Brasil e Argentina atingiu a sua culminância no Encontro de Uruguiana, realizado nos dias 20, 21 e 22 de abril de 1961. Na ocasião, reuniram-se os presidentes Arturo Frondizi e Jânio Quadros, os chanceleres Diógenes Taboada, da Argentina, e Afonso Arinos de Mello Franco, do Brasil, o embaixador argentino no Rio de Janeiro, Carlos Manuel Muñiz, e o embaixador brasileiro em Buenos Aires, Aguinaldo Boulitreau Fragoso, além de ter sido acompanhado por uma numerosa comitiva de ambos os países.<sup>336</sup>

---

<sup>336</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Encontro entre os presidentes do Brasil e da Argentina. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 4, n. 14. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, julho de 1961.

O Encontro de Uruguaiana não somente fora um episódio simbólico do desejo de deixar para trás anos de competição e rivalidade entre os países e para debater sobre o desenvolvimento das relações bilaterais de Brasil e Argentina. Mas, também, para a coordenação de uma ação internacional conjunta frente às grandes potências, nos organismos internacionais e instituições multilaterais de financiamento. Os presidentes também discutiram a colaboração de ambos os países na ONU, o conflito entre Peru e Equador, o intercambio comercial entre os dois países, questões culturais e de intercâmbio científico, bem como, a questão cubana e como os países deveriam se posicionar diante desta.

Dado a importância dos temas, os presidentes Frondizi e Quadros resolveram discutirlos em uma reunião sigilosa, na qual trocaram seus pontos de vistas e definiram posições comuns. Albino Gómez, assessor do presidente argentino, esteve presente na reunião, tendo posteriormente escrito um importante relato sobre esta.

Conforme Gómez,

*Inicialmente, Frondizi le aclaró a Quadros que se proponía plantear sus puntos de vista y abordar los problemas con absoluta franqueza, lo cual era habitual en él frente a sus interlocutores, nacionales o internacionales. Asimismo manifestó su esperanza de que sugiera de esa reunión una etapa definitiva en la vida nacional e internacional de Brasil y Argentina. Sosteniendo que lo contrario, podrían ahondarse diferencias entre ambos os países también de manera definitiva.*

*Quadros preguntó qué era lo que preocupaba a la Argentina sobre su política internacional, y Frondizi lo interrogó sobre el sentido de sus declaraciones y algunas actitudes de su gobierno.*

*El mandatario brasileño hizo entonces un planteo doctrinario, señalando los errores de conducción de las potencias occidentales y en especial de Estados Unidos. Destacó la importancia del proceso afro-asiático y calificó de grave error la actitud norteamericana en Cuba, comparándola con la de Francia e Inglaterra en la cuestión de Suez. Puso de relieve también, la importancia en el frente interno de la actitud internacional de Brasil y la sensibilidad de la opinión pública de su país para estos problemas.*

*En líneas generales nuestro presidente aceptó que la apreciación de Quadros era correcta pero meramente teórica. El examen de la realidad mundial era exacto, las potencias occidentales y Estados Unidos habían cometido errores, pero la obligación fundamental de los presidentes sudamericanos no era preservar la corrección de líneas teóricas, sino servir a los intereses nacionales de sus países, lo que se concretaba de manera estricta en la defensa del acervo espiritual de estas naciones.<sup>337</sup>*

Na seqüência da reunião, o presidente Frondizi delineou alguns pontos que considerava importante para análise das relações entre ambos os países e que seriam alguns

---

<sup>337</sup> GÓMEZ, 2004, p. 95.

condicionantes para a atuação externa conjunta. Disse o presidente argentino que Brasil e Argentina formavam parte do Ocidente e da América, o que implicava, como consequência, determinadas obrigações e responsabilidades. Esta posição ocidental e cristã coincidia com os interesses nacionais de ambos os países. Por sua vez, a posição neutralista podia dar satisfações à opinião pública durante um tempo, porém não assegurava o desenvolvimento do país, pois o presidente que a adotasse seria apenas um teórico que não havia sabido interpretar as necessidades de seu povo. A realidade não aceitava a manutenção do prestígio dos presidentes através de declarações gerais, mas sim, necessitava de soluções concretas para o desenvolvimento nacional, que, além de se basear no esforço nacional, dependia da ajuda externa. Esta ajuda externa viria do Ocidente, mais precisamente de seu principal centro financeiro, os Estados Unidos, sendo que com este as negociações de uma posição política não se dariam sobre uma suposta força. A Argentina havia negociado fixando previamente a sua posição ocidental, americana e cristã.

No encerramento desta fala, o presidente Frondizi destacou o desejo argentino de coordenar com o Brasil uma ação para demonstrar aos Estados Unidos e a Europa a urgente necessidade de desenvolvimento e de ajudas concretas que o possibilitassem. A razão era de que *“si no se nos aseguraba el desarrollo, ni la fuerza de las armas ni posiciones teóricamente correctas podrían contener el reclamo de los pueblos de América y en consecuencia, la democracia correría serio peligro”*.<sup>338</sup>

Esta opinião expressa pelo presidente reforça a idéia já expressa de que apesar dos princípios em comum havia uma diferenciação entre as políticas externas independentes de Brasil e Argentina, sendo a primeira mais ideológica, enquanto que a segunda tinha uma conotação mais pragmática. Porém, esta diferenciação não impediu os avanços do Encontro de Uruguaiana, através dos compromissos adquiridos por ambos os presidentes. Nem mesmo, o alerta do presidente Jânio Quadros de que *“eventuales dificultades con la opinión pública brasileña podrían obligarlo a hacer alguna declaración o gesto que no coincidente con el compromiso que asumía, lo que no debía interpretarse como un quebramiento del mismo”*, [referência?]bem como, a negativa do presidente Frondizi em firmar uma união aduaneira entre os dois países, abalou a disposição de unidade e colaboração verificada na reunião.

---

<sup>338</sup> Idem, ibidem, p. 96.

Desta forma, no Encontro de Uruguiana, cidade gaúcha que faz fronteira com a cidade natal do presidente Frondizi, Paso de Los Libres, foram firmados quatro instrumentos de grande significados na história das relações internacionais de Brasil e Argentina: o Convênio de Amizade e Consulta, a Declaração Conjunta sobre Cooperação Política, a Declaração Conjunta sobre Cooperação Comercial e a Declaração sobre Intercâmbio Cultural. Os primeiros se destacaram por sua importância política no cenário continental.

Pelo Convênio de Amizade e Consulta, Brasil e Argentina concordaram “em efetuar consultas permanentes sobre todos os assuntos de interesse comum e em coordenar suas atuações no âmbito continental”. Também se comprometeram “a estudar os meios necessários à consolidação das relações dos seus países nas esferas judiciária, econômica, financeira e cultural”.<sup>339</sup> O Convênio seria valido por dez anos, ficando aberto para a adesão de todos os países do Continente, o que demonstra a disposição dos presidentes Frondizi e Quadros de que a integração e a colaboração não se limitassem aos seus países.

A Declaração Conjunta sobre Cooperação Política, também chamada de Declaração de Uruguiana, foi reconhecidamente o documento mais importante do Encontro. Nela os presidentes de ambos os países declaravam:

- 1º) Que os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina orientam e orientarão a sua política internacional em função da condição sul-americana que lhes é comum, conforme à essência ocidental e cristã das suas nacionalidades e de acordo com as responsabilidades continentais assumidas;
- 2º) Que ambos os países estão decididos a incentivar, de maneira ativa e segundo os critérios determinados pelo interesse nacional, a sua participação na solução dos problemas internacionais que os afetam, com o propósito de contribuir para aperfeiçoar as boas relações e o entendimento pacífico entre os povos;
- 3º) Que a preservação das instituições da democracia representativa e a consolidação dos princípios da liberdade e dignidade da pessoa humana, inerentes à origem histórica de nossas nacionalidades, exigem, com maior urgência, um esforço de grande envergadura, a fim de acelerar os programas de desenvolvimento dos países da América Latina e extirpar, definitivamente, os males provocados pelas condições que afligem a maioria dos povos do Continente;
- 4º) Que o progressivo agravamento dessas condições determinou o aparecimento de graves problemas políticos e sociais que devem ser resolvidos com a participação ativa dos países do Continente, repelindo a interferência direta ou indireta de fatores extra-continentais e respeitando o princípio americano de autodeterminação dos povos, de forma a assegurar a efetiva soberania das nações, consoantes as resoluções pertinentes adotadas nas reuniões interamericanas;
- 5º) Que a defesa da estabilidade política e social do sistema interamericano exige o acerto de uma ação coordenada e conjunta que leve à rápida execução dos

---

<sup>339</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Instrumentos firmados entre o Brasil e a Argentina. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 4, n. 14. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, julho de 1961, p. 189.

postulados da “Operação Pan-Americana”, segundo o espírito da Ata de Bogotá, cujas perspectivas de realização vêm de receber o mais vigoroso apoio no programa “Aliança para o Progresso”, proposto pelo Presidente dos Estados Unidos da América;

6º) Que compartilham da idéia de que a colaboração econômica somente pode ser frutífera mediante um vigoroso esforço nacional;

7º) Que, em consequência, deve-se fazer tudo o que for necessário para aumentar os recursos nacionais, defendendo o valor internacional dos produtos básicos lutando pela eliminação das restrições que cerceiam as exportações latino-americanas e promovendo e intensificando o comércio com todas as nações;

8º) Que os Governos da Argentina e do Brasil estão decididos a colaborar de maneira firme e permanente na consecução daqueles objetivos, que consideram comuns a todos os países da América Latina, para tornar a amizade entre seus povos uma realidade efetiva e para consolidar a paz e a democracia em todo o Continente.<sup>340</sup>

Longe de ser uma declaração meramente conjuntural, a Declaração de Uruguaiana consistia na afirmação dos pontos comuns das políticas externas independentes dos dois países. Valores consagrados pela atuação internacional do governo Frondizi e apresentados como referências para a ainda embrionária política externa independente do governo Jânio Quadros, são afirmados no documento como princípios básicos de um programa de atuação conjunta de Brasil e Argentina nas questões internacionais. Entre elas são reafirmadas a autodeterminação dos povos, o princípio da não-intervenção, o desenvolvimentismo, a universalização das relações comerciais, a crítica a deterioração dos termos de troca, o desejo de industrialização e a busca da integração latino-americana.

O Encontro de Uruguaiana, bem como a Declaração Conjunta, representou o desejo de unidade entre dois países que buscavam ser protagonistas no cenário internacional. Mas, mais do que isso, definiu uma posição comum a Brasil e Argentina nos dilemas enfrentados no contexto hemisférico, sobretudo, em torno da questão cubana.

---

<sup>340</sup> Idem, *ibidem*, p. 190-191.



### **3 BRASIL E ARGENTINA DIANTE DA QUESTÃO CUBANA: UM DESAFIO PARA A APROXIMAÇÃO E A INDEPENDÊNCIA**

A prova de fogo para as políticas externas independentes de Brasil e Argentina constituiu-se na questão cubana. A defesa da não-intervenção e da autodeterminação dos povos será colocada em teste nos fóruns hemisféricos. A popularidade e a simpatia da Revolução Cubana, de um lado, e a sua negação de outro, levaram as divergências políticas internas a um forte processo de radicalização. Em nenhum momento anterior a política externa dos dois países será fruto de debates tão intensos como neste. Da mesma forma, a questão cubana modificou profundamente o panorama hemisférico.

Diferentemente do que pensavam os elaboradores das políticas externas independentes de Brasil e Argentina, a realidade demonstrava que a Guerra Fria não estava diante de um esgotamento. A Revolução Cubana não somente iniciara a primeira experiência socialista da América Latina como também fizera com que a Guerra Fria fosse sentida de forma direta pelos países latino-americanos.

Diante deste novo panorama das relações internacionais hemisféricas, as margens para uma política externa independente que tivesse uma posição contrária a política externa norte-americana ficaram mais restritas. Porém, as políticas externas independentes, adotadas pelo governo Frondizi, na Argentina, e pelos governos Jânio Quadros e João Goulart, no Brasil, não se baseavam em posições meramente pragmáticas que poderiam variar conforme as mudanças nos ventos conjunturais. Eram, sim, parte de um paradigma de desenvolvimento nacional, que mesmo com diferenças de formulação e de aplicação à realidade de cada um dos dois países, tinha a busca de um capitalismo autônomo como seu principal objetivo.

Havia, portanto, uma concepção de interesse nacional por trás das posições assumidas por Brasil e Argentina nos fóruns hemisféricos que discutiram a questão cubana. Estas posições não podem ser vista como fruto de uma suposta influência comunista nos governos Frondizi, Quadros e Goulart, como fizeram os *gorillistas* argentinos e os liberais conservadores brasileiros. Nem tampouco, pode ser subestimada como fizeram os teóricos do

populismo<sup>341</sup> que viam na política externa independente um conjunto de ações pragmáticas aliadas a uma retórica nacionalista que visava adquirir ganhos junto à classe trabalhadora com vista a deixá-la sobre a tutela do governo. Ambas as visões cometem o mesmo equívoco, o reducionismo conceitual, que ao invés de analisar de forma complexa a realidade dos projetos em disputa naquele contexto, busca a adequação da realidade a uma formulação conceitual pré-estabelecida.

A busca do desenvolvimento de um capitalismo nacional autônomo requeria uma inserção independente no cenário internacional. E, para que esta se realizasse, era fundamental a defesa incondicional dos princípios de não-intervenção e de autodeterminação dos povos, bem como da primazia do direito internacional sobre as medidas tomadas no calor das disputas políticas conjunturais. Esta foi à base que determinou as posições assumidas pelas políticas externas independentes de Brasil e Argentina diante da questão cubana. A esta elaboração aliava-se a própria visão que Brasil e Argentina tinham da influência do comunismo na América Latina e da própria questão cubana.

O presidente brasileiro Juscelino Kubitschek, desde a carta enviada ao presidente norte-americano Dwight Eisenhower, em reação as hostilidades sofridas pelo vice-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, em visita a América Latina, desenvolveu uma concepção segundo o qual a contenção do comunismo somente seria possível através de um programa sólido de desenvolvimento para a região. Esta idéia de imediato recebeu a apoio do presidente argentino Arturo Frondizi e foi mantida ao longo de toda vigência das políticas externas independentes de Brasil e Argentina. Neste entendimento, a luta contra o comunismo não passava pela intervenção armada em um país que aderisse a tal sistema, mas sim, em medidas que levassem ao desenvolvimento e a superação da miséria nos países latino-americanos. Por sua vez, a questão cubana era entendida dentro dos marcos de um conflito bilateral entre os Estados Unidos e a ilha caribenha.

Este entendimento fora demonstrado nas posições assumidas por Brasil e Argentina na VII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas realizadas na Costa Rica, entre 22 e 29 de agosto de 1960, logo após a VI Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada também naquele país entre 16 e 21 de agosto de 1960 e que, conforme já referido, condenou a

---

<sup>341</sup> Especialmente Ianni, 1988.

participação do governo da República Dominicana em atos de agressão e intervenção contra a Venezuela.

Na VII Reunião de Consulta, o Secretário de Estado norte-americano, Christian Herter, tencionava pela adoção de sanções contra o governo cubano. A aprovação destas sanções não seria fácil, tendo em vista a enorme simpatia despertada pela Revolução Cubana no interior dos próprios países latino-americanos, a qual pode ser vista por ocasião da participação de Fidel Castro na Segunda Reunião do Comitê dos 21, órgão responsável pelos debates referentes à implantação da Operação Pan-Americana, realizada em Buenos Aires, em maio de 1959, bem como, na sua visita as obras de Brasília, no mesmo mês. O carisma do líder revolucionário fora contrastado na impopularidade do presidente Eisenhower, demonstrada em sua visita a Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, realizada em fevereiro de 1960, com o objetivo de sondar a opinião dos referidos países sobre a possibilidade de implementar sanções coletivas contra o governo cubano nos marcos da OEA.<sup>342</sup>

Neste sentido, o presidente Juscelino Kubitschek deu instruções para que o chanceler brasileiro, Horácio Lafer, recomendando extrema cautela no tocante ao problema de Cuba. O chanceler deveria reafirmar os termos da Carta enviada ao presidente dos Estados Unidos, afirmando, também, que o interesse brasileiro coincidia com o interesse norte-americano de “evitar que Cuba caísse na órbita soviética e preservar as normas essenciais do sistema interamericano”. Porém, na sua forma de atuar o Brasil deveria “conservar a mais completa independência e falar uma linguagem clara, amiga, franca e firme, tanto aos norte-americanos quanto aos cubanos”. Aos norte-americanos deveria ficar clara a opinião do Brasil de que o emprego de sanções e ameaças jogaria “Fidel Castro nos braços de Moscou, sem enfraquecer-lhe o poder interno, uma vez que ele contava com as Forças Armadas e com o apoio da maioria de seus compatriotas”. Aos cubanos, o chanceler Horácio Lafer deveria afirmar que “embora compreendesse suas reivindicações e respeitasse a sua soberania, não lhe era possível crer que uma aliança com Moscou correspondesse ao melhor interesse da causa”.<sup>343</sup>

Estas recomendações, seguidas a risca pelo chanceler brasileiro na Costa Rica, afirmavam a visão da questão cubana não como um problema continental, como queriam os

---

<sup>342</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, 2000.

<sup>343</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 239-140. Muitos relatos de reuniões que constam nas obras de Moniz Bandeira são parte da própria militância política do autor junto aos governos Jânio Quadros e João Goulart. Desta forma, quanto às referências a reuniões que envolvam diretamente o governo brasileiro, os relatos do autor podem ser entendidos também como fontes primárias.

Estados Unidos, mas sim, como um conflito bilateral entre o governo norte-americano e o governo cubano. Desta forma, a posição do Brasil foi a de busca da mediação entre as partes em conflito. Esta mesma posição fora demonstrada pelo governo de Arturo Frondizi desde o início dos choques entre os interesses do capital norte-americano investido na ilha e as medidas tomadas pelo governo revolucionário.

Naquele contexto, a imagem que o governo brasileiro e o governo argentino tinham da Revolução Cubana estava associada à de um movimento de caráter nacional-reformista, surgido como consequência da miséria do povo e da ditadura de Batista, não sendo um movimento de caráter comunista, como buscava fazer crer o governo norte-americano. Esta imagem reforçava a percepção da questão cubana como um conflito bilateral. Quando da Segunda Reunião do Comitê dos 21, em maio de 1959, o presidente Frondizi, porém, demonstrava preocupação com a possibilidade de o conflito bilateral prejudicar os objetivos da Operação Pan-Americana. Conforme Cisnero e Escudé, “*el gobierno argentino trató de resaltar el objetivo económico de la reunión, con el propósito de despolitizar la presencia de Castro en Buenos Aires*”.<sup>344</sup>

Na ocasião, o próprio Fidel Castro reforçaria a visão argentino-brasileira ao declarar na Reunião de Buenos Aires que “*Nuestra Revolución no es comunista, (...) nuestros ideales se apartan de la doctrina comunista, la Revolución cubana nos es capitalista ni comunista, es una revolución propia, tiene una ideología propia, tiene razones cubanas, es enteramente cubana y enteramente americana*”.<sup>345</sup>

Esta fala aliada a conversa que tivera com Fidel Castro, quando de sua visita as obras de Brasília, fizeram com que o presidente Juscelino Kubitschek o definisse como “um idealista amargurado, que sofrera na carne as consequências do apoio dado pelos EUA às ditaduras na América Latina”. Por sua vez, o povo cubano, que tanto sofrera com a ditadura Batista, “não conseguia separar a trágica realidade da situação interna do apoio irrestrito de Washington ao opressor do país”.<sup>346</sup> Estas eram as razões do conflito bilateral.

Diante deste quadro, o melhor seria buscar a mediação do conflito. O próprio presidente Eisenhower tinha consciência disto e solicitou ao embaixador argentino em Cuba, Julio Amoedo, que intervisse junto ao governo cubano, na busca de um acordo sobre os bens

---

<sup>344</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, 2000.

<sup>345</sup> CASTRO *apud* MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 197.

<sup>346</sup> KUBITSCHKEK *apud* MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 195.

norte-americanos na ilha que foram confiscados no processo de nacionalização. O embaixador Amoedo, mediante autorização do presidente Frondizi, levou a diante tal solicitação. Esta, conforme Escudé e Cisneros, foi “*la última oportunidad en que se intentara un arreglo pacífico en la cuestión norteamericana-cubana*”.<sup>347</sup> Esta foi também uma das poucas vezes em que o presidente Frondizi e o presidente Eisenhower estiveram de acordo sobre a questão cubana. A partir de então o governo norte-americano resolveria reforçar uma dupla estratégia em relação à Revolução Cubana: de um lado, a busca de sanções coletivas via OEA; de outro lado, operações que buscassem desestabilizar e derrubar o governo cubano. Ambas as ações repudiadas pelos governos de Brasil e Argentina.

Assim como o governo brasileiro, o governo argentino também se preocupava com as relações que Cuba vinha estabelecendo com a URSS e as conseqüências que a aproximação da ilha caribenha com a potência socialista trazia para o sistema interamericano. Nesse sentido, em 13 de julho de 1960, antes da VII Reunião de Consulta e procurando se precaver dos debates que lá seriam travados, o Ministro das Relações Exteriores argentino, Diógenes Taboada, transmitia o seguinte telegrama para a embaixada do país em Havana:

*Ruego a V.E. transmitir urgentemente autoridades cubanas, en nombre del gobierno argentino, que preocupa seriamente derivaciones internacionales que podrían surgir a raíz de amenazas formuladas por un Estado extracontinental, configurándose intervención en asuntos hemisféricos. El gobierno argentino solicita al gobierno de Cuba que exprese su desaprobación a toda manifestación que signifique injerencia de potencias extracontinentales en asuntos americanos.*<sup>348</sup>

Tal manifestação do governo cubano não aconteceu, mas isto não significou uma mudança de posição do governo argentino que, juntamente com o Brasil, negociaram uma fórmula ambígua para a declaração final da VII Reunião de Consulta. Aprovada por 19 votos a 0 - o México se absteve e a delegação de Cuba retirou-se -, a Declaração de San José tornou-se um meio termo entre as posições norte-americana e a cubana, condenando a interferência externa em assuntos continentais, reafirmando a autodeterminação dos povos e se opondo a qualquer forma propósito de imposição ideológica, política, econômica e social de um país americano em relação a outro.<sup>349</sup>

<sup>347</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, op. cit.

<sup>348</sup> Idem, ibidem.

<sup>349</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1960 (b), p. 142.

A posição mediadora assumida pelos governos do Brasil e da Argentina não os poupou das críticas procedidas por ambos os lados do conflito. De um lado, o Secretário de Estado norte-americano, Christian Herter, considerou a solução demasiadamente frágil diante do perigo representado pelo governo revolucionário cubano. Por outro lado, o chanceler cubano, Raúl Roa, considerou a tentativa do ministro Horácio Lafer de fazer com que Cuba confiasse na “indissolúvel solidariedade pan-americana” como uma falta de garantias a autodeterminação do povo cubano. Esta tentativa levou o chanceler Roa a considerar o ministro Horácio Lafer como, no mínimo, “leva-e-traz” do Secretário de Estado Adjunto dos Estados Unidos, Roy Rubottom.<sup>350</sup>

Em que pese estas críticas, o certo é que o governo brasileiro, mesmo sem ainda definir sua política externa como independente, e o governo argentino pela primeira vez assumiam junto a um fórum multilateral uma posição conjunta e autônoma aos Estados Unidos no que diz respeito à questão cubana. Uma posição que também fora acompanhada por Uruguai, Panamá, Venezuela, Peru e Bolívia, sendo que o México, mesmo tendo se absterido na votação, tampouco lhe fez oposição.

Porém, uma nova tentativa de estabelecer uma condenação a Cuba através da OEA não fora descartada por parte do governo norte-americano. Em dezembro de 1960, o presidente Eisenhower enviou ao Peru e a Argentina o embaixador William Pawley com o objetivo de sondar a possibilidade de uma nova reunião de chanceleres para definir sanções contra Cuba. Anteriormente, em 23 de novembro, o presidente Arturo Frondizi através de rádio e televisão proferiu um forte discurso condenando os comunistas que “*se empeñan en hostigar el gobierno para que no pueda llevar a cabo los planes políticos, económico, social y culturales, cuya realización integral tornará igualmente vacía la prédica del comunismo*”.<sup>351</sup> Nesse discurso, intitulado “*El gobierno es nacional*”, o presidente argentino condenava os fuzilamentos realizados em Cuba, afirmando que “*la experiencia de toda nuestra historia y los hechos recientes en América muestran que los fusilamientos nada solucionan. La sangre derramada entre hermanos arrastra al odio y al ansia de revancha y tras ella a la pérdida de ingentes riquezas espirituales y materiales producidas por otras generaciones*”.<sup>352</sup>

---

<sup>350</sup> MONIZ, BANDEIRA, 1998, p. 243.

<sup>351</sup> FRONDIZI, 1979, p. 25.

<sup>352</sup> Idem, *ibidem*, p. 43.

Mesmo esta crítica e condenação dos métodos da Revolução Cubana não eram suficientes para modificar a contrariedade do governo argentino em relação às sanções contra Cuba. Além das questões ideológicas da política externa independente argentina, a forte popularidade da Revolução Cubana no país também era um empecilho para o governo argentino apoiar tais medidas.

Assim, *“tanto Frondizi como el presidente peruano, Manuel Prado, señalaron que sería difícil los gobiernos latinoamericanos apoyar públicamente acciones contra Cuba. Debido a que esto generaría una fuerte oposición en sus países”*.<sup>353</sup> As intenções do presidente Eisenhower estavam frustradas, pois nem mesmo o seu programa especial de ajuda econômica para a América Latina, o Fundo para o Progresso Social, foi capaz de modificar as posições contrárias a proposta norte-americana. E este chegaria ao final de seu governo sem uma solução para a questão cubana. O ato derradeiro de seu governo foi a ruptura das relações com Cuba, em 4 de janeiro de 1961.

Justamente no ano de 1961 a questão cubana se tornaria ainda mais complexa. Esta ganharia uma nova dimensão com as mudanças de governo ocorridas nos Estados Unidos e no Brasil. Em janeiro daquele ano, assumiriam como presidentes dos Estados Unidos e do Brasil, respectivamente, John Fitzgerald Kennedy e Jânio Quadros. Ambos representavam expectativas de mudanças no cenário político, tanto interno aos seus países, como na política hemisférica. O presidente John Kennedy não somente representava o retorno do Partido Democrata ao governo, após dois mandados do Partido Republicano. Kenendy também gerara, especialmente no Brasil, um sentimento de transformação na política dos Estados Unidos em relação à América Latina, uma vez que durante a campanha eleitoral fizera fortes críticas à política de seu antecessor para a região. Por sua vez, o presidente Jânio Quadros, conforme já referido, representava uma mudança no bloco político que comandava o Brasil. Sobretudo, por ter sido eleito com os votos liberais conservadores da UDN, o que gerou no Departamento de Estado norte-americano e nos meios conservadores internacionais o sentimento de que a política externa brasileira a ser adotada seria a de alinhamento automático com os Estados Unidos.

Ambos acabaram surpreendendo negativamente ao outro. Apesar das esperanças do Departamento de Estado norte-americano, o presidente Jânio Quadros não adotaria a política de alinhamento automático, optando por aprofundar a política externa de seu antecessor,

---

<sup>353</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, 2000.

lançando a política externa independente que afirmava os princípios de não-intervenção e de autodeterminação dos povos, baseados no tripé: soberania, democracia e paz. Desta forma, cumpriria o que já havia proposto em sua campanha eleitoral. Ao que parece, o presidente Jânio Quadros teria sido subestimado pelos responsáveis pela política externa norte-americana. Estes não levaram em conta o importante artigo que o jornalista Walter Lippmann, correspondente do *New York Herald Tribune*, publicou em 1º de dezembro de 1960, após visita oficial ao Brasil.

No texto, Lippmann afirma que “tanto com o presidente Kubitschek como com o seu sucessor, Jânio Quadros, existe um sentimento muito forte de objetivo nacional e social”<sup>354</sup>, concluindo que os brasileiros “aproximam-se da independência econômica e por isso cada vez mais sentem e agem como uma nação independente”.<sup>355</sup>

O presidente norte-americano, John Kennedy, por sua vez, demonstraria inicialmente a manutenção da política externa norte-americana em relação a Cuba ao dar continuidade ao plano de invasão da ilha, herdado de seu antecessor.

Conforme Moniz Bandeira,

Entrementes, em 18 de novembro de 1960, John F. Kennedy, recém-eleito presidente dos EUA, foi oficialmente informado por Allen Dulles e Richard Bissell que a CIA treinava forças paramilitares na Guatemala com o propósito de promover um ataque anfíbio contra Cuba, bem como, em suas linhas gerais, do plano de assassinar Fidel Castro, que provavelmente já lhe chegará também ao conhecimento por intermédio de Sam Giancana, um dos chefes da Máfia e encarregado de executá-lo, a quem fora apresentado por sua amante Judith Campbell Exner. Entretanto, o projeto de invasão ainda encontrava fluido e em uma fase rudimentar.<sup>356</sup>

A expulsão de parte do pessoal da embaixada dos Estados Unidos em Havana pelo governo revolucionário, em 2 de janeiro de 1961, sob a acusação de que estariam planejando a derrubada de Fidel Castro e a posterior ruptura de relações entre os países trouxeram dificuldades ao plano de invasão. A decisão levou o presidente Kennedy a seguir a mesma

---

<sup>354</sup> O artigo de Walter Lippmann encontra-se disponível nas Resenhas de Política Internacional da *Revista Brasileira de Política Internacional* de março de 1961. Ver: INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. O problema das relações Brasil – Estados Unidos. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 4, n. 13. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, março de 1961, p. 137.

<sup>355</sup> LIPPMANN *apud* Idem, *ibidem*, p. 140.

<sup>356</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 255-256.



lógica do governo Eisenhower, qual seja, a busca de respaldo junto aos países latino-americanos para uma ação sob a tutela da OEA.

Neste sentido, fora enviado ao Brasil o embaixador Adolfo Berle Jr, com o propósito de conversar confidencial e efetivamente com o presidente Jânio Quadros para saber o seu ponto de vista sobre a questão cubana. O embaixador Berle Jr esteve no Brasil em fevereiro de 1961, quando manteve conversações com o chanceler Afonso Arinos e Mello Franco e com o próprio presidente Jânio Quadros. A proposta apresentada foi a de que o Brasil “ou participasse da intervenção em Cuba, através da OEA mediante Reunião de Consulta ou medida semelhante” ou “deixasse os EUA com as mãos livres para agir, diretamente ou, talvez, por meio da Venezuela, Colômbia, Nicarágua e El Salvador, caso não desejasse cooperar”.<sup>357</sup> Ao mesmo tempo, em uma tentativa de comprar o apoio brasileiro, anunciou a disponibilidade dos Estados Unidos de conceder um crédito de US\$ 100 milhões ao Brasil. Em resposta, o presidente Jânio Quadros manifestou dúvidas sobre aceitar ou não o crédito uma vez que este não resolveria os problemas brasileiros, ressaltando, também, que o país não estava em condições de qualquer empreitada no plano externo, além de ter reafirmado os princípios da política externa independente.<sup>358</sup>

A mesma sondagem fora feita junto ao governo da Argentina que novamente buscava assumir o papel de mediador do conflito. Em 14 de janeiro de 1961, o chanceler cubano Raúl Roa enviou a todas as chancelarias latino-americanas “*un comunicado en el que denunciaba a Estados Unidos como una potencia imperialista, pero declaraba estar dispuesto a conversar con los representantes de ese país*”.<sup>359</sup> Na ocasião, o presidente Arturo Frondizi havia recebido também um enviado secreto do presidente Eisenhower que lhe comunicou os planos de invasão a Cuba. Diante desta situação, o chanceler argentino, Diógenes Taboada foi instruído a responder a Cuba que a Argentina estava “*dispuesta a ofrecer sus buenos oficios para mejorar las relaciones entre los Estados Unidos y Cuba*”.<sup>360</sup> A resposta cubana foi vaga. Já os Estados Unidos responderam rechaçando a oferta de mediação argentina por considerar que o conflito não era bilateral, mas sim, entre Cuba e o sistema interamericano. O presidente argentino, por sua vez, enviou representantes para contatar com os presidentes do Brasil, do México, da Venezuela e da Colômbia sugerindo que estes também oferecem mediação para o conflito.

---

<sup>357</sup> Idem, *ibidem*, p. 262-263.

<sup>358</sup> Idem, *ibidem*, p. 263.

<sup>359</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, 2000.

<sup>360</sup> Idem, *ibidem*.

Nem mesmo esta posição mediadora e a concepção argentina da questão cubana como conflito bilateral, fizeram com que o presidente Kennedy, a quem o presidente argentino enviou cópias das correspondências trocadas com o seu sucessor e com a chancelaria cubana, abandonasse a idéia de buscar apoio deste país para a invasão. Em fevereiro de 1961, o assessor especial da presidência norte-americana, Arthur Schlesinger Jr, em viagem pela América Latina, entrevistou-se com o presidente Arturo Frondizi. As impressões de Schlesinger foram de que, apesar de o governo argentino parecer amistoso aos Estados Unidos, a idéia do presidente argentino de que Fidel Castro não era a questão fundamental, fizeram com que dúvidas fossem geradas em relação a este país.<sup>361</sup>

Na ocasião, o presidente Frondizi afirmou que a eliminação de Castro não resolverá o problema subjacente, afinal o “*necesario es un ataque básico a las condiciones que originan Castro*”, pois, se “*él es eliminado y estas condiciones se mantienen inalterables, nuevos Castros emergerán por todo el continente*”.<sup>362</sup> Aqui, o presidente argentino novamente ressaltava que combate ao comunismo se faria com o combate ao subdesenvolvimento, o que Schlesinger concordou, porém, ressaltou que a reforma econômica e social por si mesma não resolveria o problema imediato da Cuba.

Conforme Cisneros e Éscude,

*(...) El enviado norteamericano intentó conseguir del presidente argentino alguna suerte de compromiso respecto de un eventual apoyo para la acción, pero Frondizi no cambió su posición y dijo que cualquier medida contra Castro, por parte de la OEA por ejemplo, causaría repercusiones internas. Schlesinger no pudo convencerlo y Frondizi continuó con su percepción de que había pocas razones para que la OEA actuara respecto de Cuba en aquel momento, y que el gobierno cubano caería más probablemente como consecuencia de factores internos.*<sup>363</sup>

Desta forma, o governo argentino demonstrava que, mesmo tendo mais afinidades como o novo governo norte-americano do que com o seu antecessor, a posição em relação a Cuba continuava sendo distinta.

*Para los Estados Unidos, Cuba era una amenaza externa, con poco impacto en la escena política interna, mientras que en el sur de América Latina Castro tenía un impacto interno, debido a que muchas personas estaban emocionalmente adheridas a su bandera. De ese modo, los gobiernos del sur de América Latina percibieron que debían evitar una identificación pública con el anti-castrismo. Frondizi se*

---

<sup>361</sup> Idem, ibidem.

<sup>362</sup> Idem, ibidem.

<sup>363</sup> Idem, ibidem.

*empeño en desarrollar la posición de que “Castro era un problema caribeño, y que sólo los Estados Unidos y América Central deberían preocuparse por él”.*<sup>364</sup>

Este entendimento levou o governo argentino a buscar a formação de um bloco de países sul-americanos que buscassem se desassociar da crise cubana. Entre abril e maio de 1961, foram realizadas campanhas de consultas com outros chefes de Estados da América do Sul, o que despertou suspeitas por parte de setores do governo Kennedy de que a posição do presidente Frondizi tinha implicações contrárias aos Estados Unidos. As relações de Frondizi com o peronismo durante o período eleitoral em 1958, mesmo que estivessem rompidas no período em questão, alimentavam tais suspeitas. O governo norte-americano acreditava, também, que o presidente Frondizi não teria forças suficientes para formar tal bloco se a iniciativa venezuelana de convocar uma reunião de consulta fosse aceita.<sup>365</sup>

Em que pese tais especulações, o certo é que da busca de formação deste bloco sul-americano, e não somente desta, é que Brasil e Argentina definiram no Encontro de Uruguiana, em abril de 1961, uma posição comum as suas políticas externas independentes em relação a Cuba. O certo também é que o fracasso da Invasão da Baía dos Porcos, realizada em 17 de abril de 1961 por mercenários treinados pela CIA, e a responsabilidade assumida pelo governo Kennedy por tal ato, enfraqueceram a posição norte-americana em relação à questão cubana. Este fato, ao mesmo tempo em que solidificou o governo revolucionário em Cuba, criou uma situação favorável para os governos de Brasil e Argentina reafirmarem as suas políticas externa independentes.

Porém, as políticas externas independentes de Brasil e Argentina tinham outro desafio também gerado pelo governo Kennedy. Em janeiro de 1961, o Departamento de Estado norte-americano elaborou um memorando intitulado “Um novo conceito para a defesa e o desenvolvimento do Hemisfério”, segundo o qual, a visão da segurança baseada na hipótese da agressão extracontinental não correspondia com a nova realidade hemisférica. Pela nova doutrina “a segurança interior e a luta anti-subversiva substituem a política comum de defesa contra uma agressão exterior”.<sup>366</sup>

Esta nova doutrina, conceituada como Doutrina de Contra-Insurgência e Segurança Interna, elaborada pelo Pentágono e pelo Departamento de Estado norte-americano e proposta

---

<sup>364</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>365</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>366</sup> ROUQUIÉ, 1984, p. 160.

através da *National War College* como uma forma de defesa do mundo ocidental contra o comunismo, passou a ser adotada pela quase totalidade das Forças Armadas latino-americanas. Dessa forma, a “preocupação com a ‘guerra revolucionária’ e a ‘segurança interna’ trouxe para o âmbito doméstico a linguagem, o discurso e as concepções utilizadas comumente para o estudo e o entendimento de meio internacional”.<sup>367</sup> No caso brasileiro, a Doutrina de Segurança Nacional passou a adotar conceitos como segurança, poder nacional, estratégia, objetivos nacionais, fronteiras ideológicas, guerra ideológica e guerra subversiva. Também seguia a lógica do governo Kennedy segundo a qual a “contra-revolução não precisa nem de canhões nem de bombardeiros, mas sim de armas ligeiras e de uma ideologia profundamente anticomunista”.<sup>368</sup>

Esta nova doutrina reforçava a relação entre o Pentágono e as Forças Armadas latino-americanas, cuja colaboração destacou ainda mais a sua função eminentemente política. Reforçou-se, assim, a histórica tutela militar sobre os governos civis na América Latina, sendo que as conseqüências desse reforço serão sentidas nos golpes ocorridos ao longo das décadas de 1960 e 1970.

Esta colaboração militar com ênfase na influência política e ideológica sobre as Forças Armadas latino-americanas era mais uma das dimensões da política externa do governo Kennedy para América Latina que pode, conforme Rapoport e Laufer, ser da seguinte forma sintetizada:

(...) a política regional do Presidente Kennedy enfrentou uma estratégia de alcance continental, incluindo o reformismo preventivo e assistencialista da Aliança para o Progresso (APOP), as habituais pressões diplomáticas e financeiras, a ação coordenada a partir do Pentágono dos exércitos “americanos” na luta contra-insurgente, e a via do intervencionismo armado praticado com o respaldo do intento restaurador dos exilados cubanos em Playa Girón: métodos, todos, complementares da política continental de “contenção do comunismo”.<sup>369</sup>

Como podemos ver, ao intervencionismo armado, as pressões diplomático-financeiras e a “coordenação” dos exércitos latino-americanos pelo Pentágono uniu-se outra ação estratégica da política externa norte-americana, a Aliança para o Progresso. Esta última ação ganhou bastante destaque entre os governos da Argentina e do Brasil.

<sup>367</sup> GARCIA, Eugênio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 40, n. 1. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 1997, p. 26.

<sup>368</sup> ROUQUIÉ, op. cit., p. 160.

<sup>369</sup> RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 40, n. 1. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2000, p. 70.

### 3.1 A Aliança Para o Progresso: o Reformismo Conservador Contra Cuba e Como Instrumento de Desestabilização das Políticas Externas Independentes

Outra elaboração da estratégia do governo Kennedy para contenção do comunismo e da influência cubana sobre os latino-americanos consistia em apoiar líderes políticos favoráveis a reformas sociais dentro da ordem estabelecida, tais como: Rómulo Betancourt, na Venezuela, José Figueres, na Costa Rica, Jânio Quadros, no Brasil e, Arturo Frondizi, na Argentina. Porém, para que tal apoio significasse reciprocidade ou apoio às ações norte-americanas, o presidente Kennedy, partindo da elaboração feita pela Operação Pan Americana de que a miséria causava a subversão, formulou um programa de auxílio ao desenvolvimento da América Latina, intitulado Aliança para o Progresso.

O programa da Aliança para o Progresso foi proposto pelo presidente Kennedy em uma recepção oferecida na Casa Branca, em 13 de março de 1961, aos embaixadores dos países latino-americanos em Washington. Na ocasião, o presidente norte-americano proferiu um discurso no qual o seu entendimento da situação da América Latina demonstrou-se próximo daquele afirmado pelos presidentes Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi quando das discussões sobre a Operação Pan Americana.

No discurso a situação e a “missão” latino-americana eram assim descritas:

(...) Pela primeira vez na história estamos preparados para quebrar os últimos grilhões da pobreza e da ignorância, bem como libertar os nossos povos a fim de que atinjam os objetivos espirituais e intelectuais que sempre foram o alvo máximo da nossa civilização.

Pois é justamente nesta oportunidade excepcional que volvemos a ser ameaçados pelas mesmas forças externas que tentam mais uma vez impor o despotismo do Velho Mundo aos povos do Novo Mundo. (...)

As várias partes do continente em que vivemos se encontram ligadas por um objetivo comum – a incessante exploração de novas terras. As nossas nações são o produto de uma luta comum: A revolução contra o regime colonial. E os nossos povos compartilham de um patrimônio comum: A cruzada em prol da dignidade e da liberdade do homem. (...)

A nossa missão no Hemisfério Ocidental ainda não terminou, porquanto nos resta ainda à tarefa de demonstrar ao mundo que a aspiração do homem de atingir o progresso econômico e a justiça social, até agora não foi satisfeita, o que melhor poderá ser feito dentro da estrutura das instituições democráticas. (...)

Eis a razão pela qual lancei um apelo a todos os povos do nosso continente para que cerrem fileiras em torno da nova cruzada a que denominei de “Aliança para o Progresso”, cruzada que constitui um esforço a ser levado a efeito em conjunto e sem paralelo em magnitude e nobreza de propósitos, destinado a satisfazer as

necessidades básicas dos habitantes das Américas, no tocante à habitação, trabalho, assistência médica, saúde e escola.<sup>370</sup>

Como podemos ver, a Aliança para o Progresso era apresentada como uma cruzada contra a miséria e pelo “futuro da liberdade”, ganhando um sentido de luta final nas quais as falhas teriam um preço muito alto, constituindo “uma mancha no espírito de nossa civilização e um fracasso inconcebível das nossas instituições sociais amantes da liberdade”.<sup>371</sup>

Na seqüência do discurso, o presidente Kennedy apontou dez medidas que seriam realizadas, ou que seriam necessárias, para a execução do programa:

Em primeiro lugar, proponho que as Repúblicas Americanas comecem por elaborar um vasto Plano de Dez Anos para as Américas, plano que transformará os próximos dez anos numa década histórica de progresso democrático. (...)

Em segundo lugar, convocarei dentro em breve uma reunião de nível ministerial do Conselho Interamericano Econômico e Social, em cuja reunião iniciaremos a elaboração desse grande plano que constituirá a base da Aliança para o Progresso.

Para que a nossa Aliança seja bem sucedida, cada nação latino-americana deverá elaborar planos de longo alcance para o seu próprio desenvolvimento, planos dos quais constam as metas e prioridades, assegurando a estabilidade monetária, estabelecendo o mecanismo para as reformas sociais de caráter vital, estimulando as atividades e a iniciativa privadas e, finalmente, mobilizando ao máximo os esforços nacionais. Esses planos constituiriam o alicerce dos nossos programas de desenvolvimento e a base para a distribuição dos nossos auxílios financeiros. (...)

Terceiro, solicitei hoje ao Congresso 500 milhões de dólares como primeiro passo para a execução do Ato de Bogotá. Esse foi o primeiro esforço interamericano em larga escala para atacar as barreiras sociais que obstruem o progresso econômico.

Essa importância será usada em combater o analfabetismo, aumentar a produtividade e a utilização da terra, erradicar doenças, atacar os arcaicos sistemas tributários e de propriedade da terra, promover oportunidades para a educação, e uma vasta série de projetos destinados a por os benefícios provenientes da crescente abundância ao alcance de todos. Começaremos a aplicar esses fundos logo que sejam aprovados.

Quarto, devemos amparar toda a integração econômica que constitua um passo concreto em direção a maiores mercados e maiores oportunidades econômicas. À fragmentação das economias sul-americanas constituiu um sério obstáculo ao desenvolvimento industrial. Certos projetos, como o de estabelecer um mercado comum centro-americano e zonas de livre comércio na América Latina podem concorrer para a remoção de tais obstáculos.

Quinto, os Estados Unidos estão prontos a cooperar num exame sério e minucioso dos problemas relacionados com a colocação de certos produtos. Às freqüentes e violentas modificações nos preços desses produtos prejudicam seriamente as economias de muitas das nações latino-americanas, esgotando os seus recursos e debilitando o seu crescimento. Juntos devemos encontrar meios práticos de por cobro a tal situação.

Sexto, aceleraremos imediatamente o nosso programa de emergência intitulado Alimentos para a Paz; ajudaremos a criar reservas de alimentos em áreas sujeitas a secas; contribuiremos para o funcionamento de merendas escolares, e oferecemos forragem para uso no desenvolvimento rural. (...)

<sup>370</sup> KENNEDY *apud* INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Aliança para o Progresso. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 4, n. 14. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, julho de 1961, p. 144-145.

<sup>371</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 145.

Sétimo, todos os povos do Hemisfério devem compartilhar das maravilhas da ciência moderna em constante expansão, maravilhas que cativaram a imaginação do homem, desafiando a sua inteligência e proporcionando instrumentos para o seu rápido progresso. Convido os cientistas latino-americanos a virem trabalhar conosco em novos projetos nos setores de medicina, a agricultura, a física e a astronomia, para ajudar na formulação de planos para o estabelecimento de laboratórios regionais de pesquisas nesses e em outros ramos, e para fortalecer a cooperação entre as universidades e os laboratórios do Hemisfério. (...)

Oitavo, devemos acelerar os programas de preparação de pessoal especializados para dirigir as economias ora em desenvolvimento neste hemisfério. (...)

Nono, reiteramos o compromisso que assumimos de defender qualquer nação americana cuja independência esteja ameaçada. À medida que se afirma a confiança no sistema de defesa coletiva da OEA, tornar-se-á possível dedicar para fins mais úteis uma parte maior dos recursos agora utilizados em material bélico. (...)

Décimo, convidamos os nossos amigos da América Latina a contribuir para o enriquecimento da vida e da cultura nos Estados Unidos. Precisamos de professores que ensinem a Literatura, a História e as tradições de vossos países; que sejam dadas as oportunidades aos nossos jovens para estudarem nas vossas universidades; para que tenham acesso à vossa música, à vossa arte e ao pensamento de vossos filósofos, pois sabemos que temos muito que aprender.<sup>372</sup>

Após a exposição destas medidas a Aliança para o Progresso era conceituada em tal sentido político:

(...) À nossa Aliança pelo Progresso é uma aliança entre Governos livres, e deve trabalhar no sentido de eliminar a tirania de nosso Hemisfério onde ela não tem o direito de estar. Por conseguinte, vamos manifestar aos povos de Cuba e da República Dominicana o nosso testemunho de especial amizade, e expressar a nossa esperança de que ambos possam muito em breve reingressar na sociedade de homens livres, cerrando fileiras conosco neste esforço comum.

Essa liberdade política deve ser acompanhada de alteração social, pois, se não forem livremente feitas certas reformas sociais, inclusive a reforma nos sistemas de tributação e da propriedade da terra, a menos que aumentemos as oportunidades para todos; e a menos que a grande massa de cidadãos americanos partilhe da crescente prosperidade, neste caso a nossa aliança a nossa revolução e o nosso sonho terão falhado. Mas pedimos modificações como homens livres, inspirados em Washington, Jefferson, Bolívar, Martín e Martí e não modificações que busquem impor aos homens as mesmas tiranias que nós expulsamos há um século e meio atrás. A nossa legenda é a que sempre tem sido: progresso, sim, tirania, não!<sup>373</sup>

Nesta última citação podemos ver a concepção da Aliança para o Progresso como parte da estratégia de contenção do comunismo, a partir da oposição entre um plano de desenvolvimento baseado nos preceitos da economia liberal norte-americana e da democracia representativa contra a experiência cubana. Chama atenção também à referência negativa feita à República Dominicana, cujo governo ditatorial de Trujillo fora um dos principais satélites

<sup>372</sup> Idem, ibidem, p. 146-149.

<sup>373</sup> Idem, ibidem, p. 149.

políticos do governo Eisenhower. Esta referência reforça a tese das pretensões do presidente Kennedy em reforçar os governos reformistas da América Latina.

Esta estratégia seguia a orientação expressa pelo assessor especial da presidência norte-americana, Arthur Schlesinger Jr, que em seu retorno da viagem que fizera pela América Latina, a mesma na qual se entrevistou com o presidente Frondizi sobre Cuba, alertava que a necessidade de reformas, especialmente na estrutura agrária, considerada por ele como “semi-feudal”, era “tão premente que, se as classes possuidoras impedissem a revolução das classes médias, a revolução operária e camponesa (comunista ou peronista) tornar-se-ia inevitável”.<sup>374</sup> Para Schlesinger, se os reformistas fossem derrubados, dariam lugar a um novo Castro. Nesse sentido, a Aliança para o Progresso tinha um papel político fundamental, sendo o principal instrumento para reforçar o apoio a estes governos.

Outro aspecto importante da Aliança para o Progresso foram os comparativos estabelecidos em relação a este programa. O primeiro comparativo diz respeito à Operação Pan Americana. Apesar de o presidente Kennedy reconhecer que a Aliança para o Progresso era um desdobramento daquela, ambas as propostas possuíam diferenças fundamentais. Enquanto que a Operação Pan Americana “tivera como propósito compelir os EUA a cooperar com o desenvolvimento econômico da América Latina, como via da superação do atraso social”, a Aliança para o Progresso possuía um caráter mais assistencialista: “preocupando-se menos com o desenvolvimento das forças produtivas do que com a melhoria das condições de vida da população: habitação, higiene, saneamento básico, etc.”.<sup>375</sup> Sendo um programa muito mais setORIZADO do que um projeto global de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, apesar de assim como a OPA contrapor o comunismo ao desenvolvimento, tinha um objetivo mais pragmático, qual seja, o de “criar condições para seduzir os Estados latino-americanos e obter o apoio da OEA a uma ação coletiva contra o regime de Fidel Castro”.<sup>376</sup>

Diante do fracasso da invasão da Baía dos Porcos e do entendimento de que um ataque militar norte-americano contra Cuba iria desencadear uma contrapartida da União Soviética contra um dos aliados dos Estados Unidos no oriente, um grupo de trabalho formado por integrantes do Departamento de Estado, do Departamento de Defesa, da CIA e da USIA – *United States Information Agency* - recomendavam a formação de uma força de segurança

---

<sup>374</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 307.

<sup>375</sup> Idem, ibidem, p. 309.

<sup>376</sup> Idem, ibidem, p. 309.



constituída com os países da América Central e do Caribe. Propunha, também, induzir os demais países latino-americanos a romperem relações diplomáticas, consulares e comerciais com Cuba sob o argumento de que o regime de Fidel Castro violava os princípios interamericanos.<sup>377</sup> Porém, para tal procedimento, as posições de Brasil e Argentina eram, novamente, consideradas decisivas e o Departamento de Estado acreditava que com a sinalização da Aliança para o Progresso a posição destes países de contrariedade a intervenção militar e as sanções a Cuba poderia ser modificadas.

Assim, foi feita uma nova sondagem a estes países. No caso brasileiro, cuja posição do governo Jânio Quadro sobre Cuba era considerada antagônica em relação à dos Estados Unidos, o embaixador Berle Jr disse ao Ministro da Fazenda, Clemente Mariani, que o governo norte-americano estava decidido a não recorrer a uma intervenção direta na ilha caribenha. Conforme Berle Jr, aos Estados Unidos restavam apenas duas hipóteses: “manter o *status quo*, permitindo que Cuba continuasse a disseminar o comunismo e a pôr em risco a estabilidade de vários governos no Caribe e mesmo na América do Sul, como a Bolívia”; ou, de acordo com o que defendia o Departamento de Estado norte-americano, “promover uma ação conjunta do Hemisfério com o intuito de isolar o governo Castro e impedir a propagação do comunismo na América Latina”.<sup>378</sup>

Neste sentido, a visita a 10 países da América Latina do chanceler norte-americano junto a ONU, Adlai Stevenson, para adiantar e esclarecer os planos da Aliança para o Progresso antes da Reunião do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Econômico e Social, também foi utilizada no objetivo de fazer a sondagem sobre uma ação nos termos da segunda hipótese.

Em sua passagem pelo Brasil, o chanceler Stevenson reuniu-se com o Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco, e com o presidente Jânio Quadros. O ministro Afonso Arinos lembrou-lhe que “os EUA precisavam sempre considerar que a questão de Cuba, se unia a opinião pública norte-americana, desunia a opinião pública latino-americana, e por isso eles deveriam agir com ‘extrema cautela’ e evitar decisões precipitadas”. Já o presidente Quadros afirmou que o Brasil “estava disposto a participar de uma conferência de alto nível para tratar da conjuntura continental”,<sup>379</sup> porém, com relação a

---

<sup>377</sup> Idem, *ibidem*, p. 313.

<sup>378</sup> Idem, *ibidem*, p. 314.

<sup>379</sup> Idem, *ibidem*, p. 315.

Cuba, fora do âmbito bilateral, a sua discussão, naquele momento, “só serviria para aumentar a tensão existente na América Latina”.<sup>380</sup>

Na passagem pela Argentina, o chanceler Stevenson ficaria impressionado com a linha argumentativa do presidente Frondizi, sobre quem receberá informações de que seu *desarrollismo* era uma forma de materialismo histórico.<sup>381</sup> Durante a conversa, realizada em 14 de junho de 1964, o presidente argentino expôs a idéia de que “si en aquellos años no dábamos un salto económico cualitativo y no se modificaban las estructuras de la dependencia nacional, caeríamos víctimas de algún régimen dictatorial y militarista o en brazos de cualquier fidelismo o comunismo”.<sup>382</sup> Estas idéias, longe de serem marxistas, correspondiam com a percepção exposta pelo próprio Stevenson em seu já citado artigo crítico a política externa do governo Eisenhower, publicado em 1960. Naquele texto, escrito antes de Adlai Stevenson assumir o cargo de embaixador norte-americano junto a ONU, este afirmara a necessidade dos Estados Unidos “de auxiliar os povos subdesenvolvidos a atingirem um nível de crescimento capaz de sustentar-se a si mesmo, preservando ao mesmo tempo sua independência, e dando-lhes alguma esperança de desenvolver uma democracia política”.<sup>383</sup> Como podemos ver, as palavras de ambos tem o mesmo sentido, daí derivando certa aproximação.

Porém, em relação à questão de Cuba esta aproximação demonstrava fortes limites. Conforme Gómez, quando trataram do tema:

*(...) Frondizi le explicó que su posición consistía en evitar el aislamiento de Cuba y considerar la revolución cubana en el contexto de las frustraciones que padecían todos los países latinoamericanos como consecuencia del atraso económico y social del estancamiento de su crecimiento y, en fin, de la marginalización social y política de grandes sectores de la población de América Latina. Intentó convencer al embajador norteamericano en la ONU, hombre muy influyente ante Kennedy, de no tratar la cuestión cubana como un capítulo de la tensión Este-Oeste. Consideraba que el tema de Cuba tenía una directa incidencia interna en los países latinoamericanos y provocaba tensiones de izquierda y derecha que jaqueaban a algunos gobiernos de la región, entre otros al argentino.*<sup>384</sup>

<sup>380</sup> Idem, *ibidem*, p. 316.

<sup>381</sup> Ao que tudo indica estas informações eram repassadas por figuras ligadas ao *gorillismo* militar que propagava as “tendências comunistas” do presidente Frondizi.

<sup>382</sup> GÓMEZ, 2004, p. 107.

<sup>383</sup> STEVENSON, 1961, p. 12.

<sup>384</sup> GÓMEZ, *op. cit.*, p. 107-108.

A questão cubana, devido à tensão interna vivida pelo governo Frondizi, que naquele momento estava sobre forte oposição do peronismo de esquerda em aliança com os comunistas, representava uma preocupação constante da Argentina. Desde abril de 1961, o presidente Frondizi, o chanceler Adolfo Mujica, o assessor Miguel Angel Cárcano, o embaixador argentino em Cuba, Julio Amoedo, o Ministro da Economia, Roberto Alemann, bem como, Rogelio Frigerio, Carlos Florit, Oscar Camilión, Cecílio Morales e Arnaldo Musich e os intelectuais da “USINA” desempenharam intensos contatos internacionais. Principalmente com o Embaixador norte-americano em Buenos Aires, Roy Rubotton, com o Secretário de Estado Dean Rush, com o já citado embaixador norte-americano na ONU, Adlai Stevenson, e com o próprio presidente Kennedy, para tratar da questão cubana, sempre mantendo a mesma posição.

Porém, foi com o Brasil que a Argentina conseguiu um contato mais intenso. Além de estarem em um processo consistente de aproximação, ambos os países possuíam uma mesma posição sobre a questão cubana. Esta posição, definida no Encontro de Uruguiana, realizado nos dias 20, 21 e 22 de abril de 1961, tinha um duplo sentido: por um lado, evitar que Cuba se tornasse um satélite soviético; por outro lado, evitar qualquer intervenção em Cuba, pois, esta não somente afetava o princípio de autodeterminação dos povos, como também, seria perigosa para a soberania dos Estados latino-americanos. Aqui, tanto o presidente Frondizi, como o presidente Quadros, estavam, a luz da história da América Latina, preocupados com os efeitos que uma eventual intervenção teria na margem de autonomia que ambos os países tinham para implementar as suas políticas externa independentes, bem como, tomar medidas internas que contrariavam os interesses norte-americanos.

Mesmo com a definição comum do Encontro de Uruguiana, o governo argentino, na figura de Carlos Florit, manteve ativas negociações confidenciais com o governo brasileiro, nas figuras do seu embaixador junto a ONU, Santiago Dantas, e do próprio presidente Quadros, no sentido do encaminhamento de uma postura comum na Conferência de Punta del Este, Uruguai, na qual seriam discutidas as bases da Aliança para o Progresso.<sup>385</sup>

Quem também possuíam posições próximas, em sentido oposto aos seus governos, eram os militares de direita de Brasil e Argentina. Ambos discordavam do encaminhamento dado em relação à questão cubana, acreditando que Fidel Castro deveria ser deposto, ao ver a posição dos governos contrários a uma ação militar com tal finalidade uma influência do

---

<sup>385</sup> Idem, *ibidem*, p. 112-113.

comunismo. Outro ponto em comum eram as desconfianças em relação a reais intenções que teria o governo do país vizinho na aproximação com o seu. Estas eram vistas não sob a ótica do desejo de integração, mas sim, sob a ótica do desejo pela supremacia regional. Dessa forma, o convite feito pelo presidente argentino ao presidente uruguaio, Eduardo Victor Haedo, para as comemoração de 9 de julho, data da Independência da Argentina, foi vista pelo agregado militar brasileiro em Buenos Aires como parte da estratégia do governo Frondizi para retirar o Uruguai da influência brasileira e atraí-lo para a esfera de influência argentina.<sup>386</sup> Esta intenção também era vista em relação às aproximações da Argentina com o Paraguai. Já do lado argentino, os *gorillistas* acusavam a diplomacia do governo frondizista de estar a reboque do Itamarati.<sup>387</sup>

Conforme o presidente Kennedy havia prometido, o governo norte-americano solicitou a OEA a convocação de uma reunião extraordinária do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Econômico e Social – CIES, com a finalidade de se discutir os termos da proposta da Aliança para o Progresso. Esta reunião se realizou em Punta del Este, no Uruguai, entre os dias 5 e 17 de agosto de 1961 e foi marcada por intensos debates e negociações a respeito da proposta norte-americana.

A grande figura da Reunião do CIES acabou sendo o Ministro da Indústria de Cuba, Ernesto Che Guevara. Demonstrando um forte magnetismo pessoal e a popularidade da Revolução Cubana, o chefe da delegação cubana, vestido caracteristicamente com o uniforme revolucionário, desfilava pela bela cidade uruguaia como uma grande atração. Seus discursos foram transformados nos principais eventos da Conferência. Conforme Castañeda, no Uruguai, Che Guevara “brilhou como oráculo da denúncia”.<sup>388</sup>

Em seu primeiro discurso, proferido em 8 de agosto de 1961, Che Guevara começou denunciando o próprio caráter da Conferência:

*Tengo que decir que Cuba interpreta que esta es una conferencia política, que Cuba no admite que se separe la economía de la política y que entiende que marchan constantemente juntas. Por eso no puede haber técnicos que hablen de técnicas, cuando está por medio el destino de los pueblos. Y voy a explicar, además, por qué*

<sup>386</sup> Idem, *ibidem*, p. 113.

<sup>387</sup> Idem, *ibidem*, p. 114.

<sup>388</sup> CASTAÑEDA, 2006, p. 264. Os discursos de Ernesto Che Guevara em Punta del Este, bem como, a transcrição de uma entrevista concedida por ele em um programa especial da TV cubana encontram-se disponíveis em um livro editado por Maria del Carmen Ariet Garcia e Javier Salado, sob o título *Punta del Este: Proyecto alternativo de desarrollo para América Latina*. Ver: GUEVARA, Ernesto Che. *Punta del Este: Proyecto alternativo de desarrollo para América Latina*. 2 ed. La Habana: Ocean Sur, 2006.

*esta conferencia es política, porque todas las conferencias económicas son políticas; pero es además política, porque está concebida contra Cuba, y está concebida contra el ejemplo que Cuba significa en todo el continente americano.*<sup>389</sup>

Na seqüência, Che Guevara, criticou a concepção de desenvolvimento exposta no projeto norte-americano. Partindo da noção de que a industrialização é o caminho para o desenvolvimento, questionou o fato de que “*el tema de la industrialización no figura en el análisis de los señores técnicos. Para los señores técnicos, planificar es planificar la letrina. Los demás, quién sabe cuándo se hará?*”.<sup>390</sup> Após estas palavras, o ministro Guevara, em tom desafiador, lançou novos questionamentos ao delegados dos países latino-americanos:

*No se tiene un poco la impresión de que les está tomando el pelo? Se dan dólares para hacer carreteras, se dan dólares para hacer caminos, se dan dólares para hacer alcantarillas; señores, con qué se hacen las alcantarillas? No se necesita ser un genio para eso. Por qué no se dan dólares para equipos, dólares para maquinaria, dólares para nuestros países subdesarrollados, todos, puedan convertirse en países industriales, agrícolas, e una vez? Realmente, es triste.*<sup>391</sup>

Quase ao final de seu discurso, Ernesto Che Guevara apresentou a visão cubana para um projeto de desenvolvimento continental:

*(...) hagamos la Alianza para el Progreso en esos términos; que crezcan de verdad las economías de todos los países miembros de la Organización de los Estados Americanos; que crezcan, para que consuman sus productos y no para convertirse en fuente de recursos para los monopolios norteamericanos; que crezcan para asegurar la paz social, no para crear nuevas reservas para una eventual guerra de conquista; que crezcan para nosotros, no para los de afuera.*<sup>392</sup>

Ernesto Che Guevara discursaria novamente em 16 de agosto. Na ocasião, procurando contrapor a visão do governo norte-americano de que o governo revolucionário cubano estava caminhando para uma ruptura no sistema interamericano, Guevara afirmou que “*Cuba se muestra dispuesta a adherirse a la integración económica de América Latina siempre que se respeten sus peculiaridades socioeconómicas*”. Porém, ao mesmo tempo em que dava esta demonstração de pertencimento a América Latina, Che Guevara não deixou de reafirmar a

---

<sup>389</sup> GUEVARA, 2006, p. 13.

<sup>390</sup> Idem, ibidem, p. 29.

<sup>391</sup> Idem, ibidem, p. 29.

<sup>392</sup> Idem, ibidem, p. 53.

concepção de que esta *“Alianza para el Progreso es un intento de buscar solución dentro de los marcos del imperialismo económico”*.<sup>393</sup>

As preocupações com o caráter da Aliança para o Progresso, apesar de a proposta ter sido bem recebida pelos governos latino-americanos, a exceção de Cuba, foram uma constante nos preparativos e durante a própria Reunião do CIES. Neste caso, destacaram-se as preocupações dos governos de Brasil e Argentina com a concepção exposta pelo documento elaborado pelo Departamento de Estado norte-americano como projeto a ser aprovado em Punta del Este. No texto proposto, como mais tarde Che Guevara alertaria, não havia referências ao desenvolvimento industrial dos países latino-americanos, justamente a base do projeto *desarrollista* frondizista e do nacional-desenvolvimentismo em vigor no Brasil.

Nas reuniões preparatórias para Punta del Este, seguindo o sistema de consulta definido no Encontro de Uruguiana, os governos de Brasil e Argentina trocaram inúmeros documentos de análises econômicas com vistas a um projeto de desenvolvimento regional. Nestas análises destacava-se a visão de que um projeto de desenvolvimento para a América Latina não deveria ser direcionado somente para o financiamento de obras assistenciais, mas também para o desenvolvimento da produção. Para os governos de Arturo Frondizi e de Jânio Quadros, no programa a ser definido pelo CIES, eram necessários estabelecer vários pontos que definissem um modelo de desenvolvimento alicerçados de fato em um objetivo de superação do subdesenvolvimento dos países latino-americanos, entre eles, *“un plan general, el monto de financiamiento a otorgar por Estados Unidos, la determinación de las prioridades, el fortalecimiento de las industrias básicas y la transformación de la Argentina e Brasil en ‘polos difusores’ encargados de desarrollar la subregiones”*.<sup>394</sup>

Este entendimento comum levou os dois governos a se comprometerem no apoio mútuo as suas respectivas solicitações de financiamento junto aos Estados Unidos, bem como, a unidade de ação na Conferência de Punta del Este. Nem mesmo o anúncio do Secretário do Tesouro norte-americano, Douglas Dillon, ao início da reunião, de que o governo Kennedy, no primeiro ano da Aliança para o Progresso, alocaria US\$ 1 bilhão para a assistência ao desenvolvimento da América Latina e que, em dez anos, os Estados Unidos alocariam um total US\$ 20 bilhões para o programa,<sup>395</sup> fizeram com que Brasil e Argentina aceitassem a

---

<sup>393</sup> Idem, *ibidem*, p. 59.

<sup>394</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, 2000.

<sup>395</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 316.

redação do documento final da conferência nos termos propostos pelo Departamento de Estado.

Desta forma, ante estas divergências e as repercussões das denúncias e críticas formuladas pelo representante cubano, o governo dos Estados Unidos se viu obrigado a ceder. Um projeto alternativo foi elaborado com a participação de delegados dos Estados Unidos, do Brasil, da Argentina e do Chile, sobre as bases da proposta inicial. Por solicitação do governo argentino, conforme Cisneros e Escudé, *“se atenuó el tema de la reforma agraria, se incorporó el objetivo de la industrialización y se trató impetuosamente de hacer desaparecer el principio de la planificación supranacional, que era la tesis de la CEPAL, sostenida por algunos países intermedios e menores”*.<sup>396</sup>

Após estas negociações e modificações na proposta inicial, a Carta de Punta del Este acabou subscrita pelo conjunto dos países membros da OEA, com exceção de Cuba, para quem o governo dos Estados Unidos declarou que não enviaria, de maneira alguma, qualquer recurso enquanto o seu governo mantivesse sua vinculação com a URSS. Esta declaração somente reforçou a visão exposta por Che Guevara de que a Aliança para o Progresso era *“una maniobra para aislar a la Revolución Cubana”*.<sup>397</sup>

Em que pese à negativa cubana em assinar a Carta de Punta del Este, o documento aprovado, um programa a ser implementado na América Latina ao longo dos próximos dez anos, consistia de uma síntese entre as diferentes concepções de desenvolvimento expostas durante o processo de negociação em que, conforme o presidente Frondizi, *“hubo acuerdo de criterios, entre la delegación norteamericana y las de la mayoría de los países latinoamericanos en un clima de mutuo respecto y armonía”*.<sup>398</sup>

Assim, a Carta de Punta del Este definiu que:

A Aliança para o Progresso tem como objetivo unir todas as energias dos povos e governos das Repúblicas americanas, a fim de desenvolver um magno esforço cooperativo que acelere o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos participantes, para que consigam alcançar o máximo grau de bem-estar com iguais oportunidades para todos, em sociedades democráticas adaptadas aos seus próprios desejos e necessidades.<sup>399</sup>

<sup>396</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, op. cit.

<sup>397</sup> GUEVARA, 2006, p. 57.

<sup>398</sup> FRONDIZI, 1979, p. 224.

<sup>399</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Carta de Punta Del Este: Estabelecimento da Aliança para o Progresso dentro da estrutura da Operação Pan-americana. In: *Revista*

Para que este objetivo fosse atingido foram definidas doze metas principais:

1. Conseguir, nos países latino-americanos participantes, crescimento substancial e contínuo de renda *per capita*, em ritmo que permita alcançar, no menor prazo possível, renda capaz de garantir um desenvolvimento cumulativo, suficiente para elevar constantemente, esse nível com relação ao das nações mais industrializadas, reduzindo, desse modo, as discrepâncias entre os padrões de vida da América Latina e os dos países mais desenvolvidos. Diminuir, outrossim, as diferenças do nível de renda entre os países latino-americanos, estimulando o desenvolvimento mais acelerado dos que apresentam menos desenvolvimento relativo, e concedendo-lhes máxima prioridade na atribuição de recursos e na cooperação internacional em geral. (...)
2. Por à disposição de todos os setores econômicos e sociais os benefícios de crescimento econômico mediante distribuição mais equitativa da renda nacional, elevando mais celeremente as rendas e os padrões de vida das classes mais pobres da população; e, ao mesmo tempo, fazendo com que os recursos dedicados aos investimentos representem parcela maior do produto nacional.
3. Obter diversificação equilibrada nas estruturas econômicas nacionais, tanto regionais como funcionais, e lograr situação cada vez menos dependente da exportação de reduzido número de produtos primários, bem como da importação de bens de capital, conseguindo-se, simultaneamente, estabilidade nos preços ou nas rendas provenientes dessas exportações.
4. Acelerar o processo de uma industrialização racional, para aumentar a produtividade global da economia, utilizando plenamente a capacidade e os serviços, tanto do setor privado como do público, aproveitando os recursos naturais da área e proporcionando ocupação produtiva e bem remunerada aos trabalhadores total ou parcialmente desempregados. (...)
5. Aumentar consideravelmente a produtividade e a produção agrícola, e melhorar, igualmente, os serviços de armazenamento, transporte e distribuição.
6. Impulsionar, respeitando as particularidades de cada país, programas de reforma agrária integral encaminhada à efetiva transformação, onde for necessária, das estruturas e dos injustos sistemas de posse e uso da terra, a fim de substituir o regime de latifúndio e minifúndio, por sistema justo de propriedade, de maneira que, complementada por crédito oportuno e adequado, assistência técnica, comercialização e distribuição dos seus produtos, a terra se constitua, para o homem que a trabalha, em base da sua estabilidade econômica, fundamento do seu crescente bem-estar e garantia de um liberdade e dignidade.
7. Eliminar o analfabetismo entre os adultos do Hemisfério e, até 1970, garantir um mínimo de seis anos de instrução primária a toda criança em idade escolar na América Latina; modernizar e ampliar os meios de ensino secundário, vocacional, técnico e superior; aumentar a capacidade para a pesquisa pura e aplicada, assim como prover o pessoal habilitado requerido pela sociedade em rápido desenvolvimento.
8. Aumentar, em um mínimo de cinco anos, a esperança de vida ao nascer, e elevar a capacidade de aprender e produzir, através do melhoramento da saúde individual e coletiva. (...)
9. Aumentar a construção de moradias econômicas para famílias de baixo nível de renda, com o objetivo de diminuir o *déficit* das habitações; substituir por vivendas econômicas as inadequadas ou deficientes e dotar dos necessários serviços públicos os centros de população urbanos e rurais.
10. Manter níveis estáveis de preços, evitando a inflação e a deflação, bem como as resultantes privações sociais e a má distribuição de recursos, tendo sempre em conta a necessidade de manter-se ritmo adequado de crescimento econômico.
11. Fortalecer os acordos de integração econômica, a fim de chegar-se ao objetivo final de realizar a aspiração de criar-se um mercado comum latino-americano que



amplie e diversifique o comércio entre os países da América Latina e contribua, dessa maneira, para o crescimento econômico da região.

12. Promover programas cooperativos, a fim de evitarem-se os efetivos prejudiciais das flutuações excessivas das rendas em divisas provenientes de exportações primárias, de vital importância para o desenvolvimento econômico e social, e adotar as medidas necessárias para facilitar o acesso das exportações latino-americanas aos mercados internacionais.<sup>400</sup>

A recepção do programa da Aliança para o Progresso, tanto no Brasil como na Argentina, demonstrou opiniões diferenciadas entre os setores políticos e sociais. Enquanto aqueles que defendiam o alinhamento automático com os Estados Unidos, apesar das críticas a negativa dos dois governos à intervenção ou a imposição de sanções a Cuba, estavam empolgados com a Carta de Punta del Este; os nacionalistas, por sua vez, sobretudo no Brasil, “viam na aplicação dos programas da Aliança – numa área carente de quadros técnicos e de tecnologia, mas com forte presença de empresas norte-americanas – o aumento da dependência em relação aos Estados Unidos”.<sup>401</sup>

Apesar de os setores nacionalistas fazerem parte da base de sustentação dos governos Jânio Quadros e João Goulart, no Brasil, em maior grau no segundo em relação ao primeiro, e de manterem uma relação que oscilava entre o apoio a política externa independente e a oposição as medidas econômicas de atração de capitais estrangeiros do governo Frondizi, na Argentina, ambos demonstravam publicamente apoio a Aliança para o Progresso. Mesmo em momentos de críticas a forma como esta estava sendo implantada.<sup>402</sup>

Nesse sentido é que entendemos a manifestação do presidente Frondizi no discurso intitulado “*La Argentina ante los problemas mundiales*”, proferido por rádio e televisão, em 21 de agosto de 1961. Na ocasião, o presidente argentino pronunciou as seguintes palavras:

*(...) queremos señalar, como ejemplo de una posición occidental, la adoptada por el Presidente Kennedy al anunciar su programa “Alianza para el Progreso”, que se acaba de ser sancionado por la reciente Conferencia de Punta del Este, y para cuyo exitoso cumplimiento está requiriendo amplios recursos de su propio pueblo. El presidente Kennedy nos ofrece así el testimonio de una nación poderosa que no quiere volcar su fuerza para explotar o sojuzgar a otros pueblos sino que comprende que la mejor contribución a su propio bienestar y sus ideales consiste*

<sup>400</sup> Idem, *ibidem*, p. 157-159.

<sup>401</sup> CERVO; BUENO; 2002, p. 326.

<sup>402</sup> Estas críticas a Aliança para Progresso são destacadas no trabalho recentemente apresentado por Vicente Gil da Silva. Neste trabalho, consta também a preocupação do governo norte-americano com estas críticas, bem como, a sua estratégia de propaganda com vistas a neutralizá-las. Ver: SILVA, Vicente Gil da. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2008.

*en cooperar para el progreso económico y bienestar social de los países subdesarrollados.*<sup>403</sup>

Sobre a Conferência de Punta del Este, o presidente argentino afirmou que

*(...) ha traducido la expresión de un profundo cambio, al que la Argentina ha contribuido de manera preponderante. América latina discutió de igual a igual con los Estados Unidos e impuso sus puntos de vista sobre la urgencia de proveer los recursos, en magnitud y oportunidad adecuadas, para el desarrollo de base del hemisferio. Se dejó de lado la vieja retórica del panamericanismo y se adoptaron resoluciones concretas y expeditivas.*<sup>404</sup>

Estas manifestações indicam que o presidente Frondizi tinha uma posição fortemente positiva em relação à Aliança para o Progresso. Esta posição fora demonstrada ao próprio presidente Kennedy, quando estes se reuniram em setembro de 1961, ocasião em que o presidente argentino viajou aos Estados Unidos para falar ante a Assembléia das Nações Unidas.

O presidente Kennedy e o presidente Frondizi mantiveram duas conversas em 26 de setembro. Uma primeira a sós e outra em que participaram as suas respectivas delegações, a norte-americana chefiada pelo Secretário de Estado, Dean Rusk, e a da Argentina chefiada pelo chanceler Miguel Angel Cárcano, que assumira o cargo em 12 de setembro de 1961. Na ocasião, o governo norte-americano manifestou a intenção de isolar Cuba dos demais países latino-americanos, o que levou ao presidente Frondizi a manifestar a posição de que a solução para a questão cubana “*descansaría en el enérgico lanzamiento de la Alianza para el Progreso que demostraría que era posible lograr progreso social y económico democráticamente*”<sup>405</sup>.

Com relação aos governos brasileiros, em que pese à renúncia do presidente Jânio Quadros ter ocorrido em 25 de agosto de 1961, portanto, oito dias após o término da Reunião do CIES, as principais declarações sobre a Aliança para o Progresso couberam aos membros do governo João Goulart, em suas duas fases, parlamentarista e presidencialista.

Conforme já foi referido, durante o governo João Goulart, e possivelmente ao longo de todo momento em que foi implantada, a principal figura de destaque da política externa

---

<sup>403</sup> FRONDIZI, 1979, p. 221.

<sup>404</sup> Idem, ibidem, p. 224.

<sup>405</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, 2000.

independente brasileira foi o Ministro das Relações Exteriores do primeiro gabinete parlamentarista, que teve a sua frente o primeiro ministro Tancredo Neves, o jurista San Tiago Dantas, que anteriormente, no do governo Quadros, já fora embaixador brasileiro junto a ONU.

Em discurso pronunciado na Academia Nacional de Direito de Buenos Aires, quando de sua visita a Argentina, em novembro de 1961, San Tiago Dantas, ao se referir ao objetivo dos países latino-americanos de fortalecimento econômico e de elevação do nível de vida de suas populações, fez a seguinte manifestação:

Acredito que um grande e poderoso instrumento para alcançarmos, em curto prazo, esse duplo objetivo, será a Aliança para o Progresso, criada em Punta del Este, e que representa a fase mais avançada do americanismo. Depois de havermos procurado o desenvolvimento de cada Estado mediante os próprios recursos, complementados por cooperação externa obtida sempre através de negociações bilaterais, realizamos um significativo passo à frente com a Operação Pan-Americana, a qual substitui tais negociações pela iniciativa conjunta dos países do hemisfério, evidenciando os seus interesses comuns. A Aliança para o Progresso representa por sua vez uma nova fase, assinalada pela substituição dos projetos isolados, de natureza estritamente econômica, por programas globais, em que predomina o aspecto social. Estou certo de que o esforço conjugado dos Estados Unidos e das Repúblicas latino-americanas logrará, através desse grande empreendimento, enfrentar com sucesso a ameaça do aumento da população e da estagnação econômica em nosso hemisfério.<sup>406</sup>

Esta referência positiva e de apoio a Aliança para o Progresso era contraditada pela preocupação com a sua execução e a manutenção dos interesses nacionais, o que levava o chanceler San Tiago Dantas a uma posição “moderada e conciliadora entre os planos internos e externos” do governo brasileiro. Os recursos do programa eram bem vindos, “desde que a prestação de auxílio técnico e econômico vá ao encontro (...) de planos formulados pelos próprios países e aplicados por seus órgãos nacionais”.<sup>407</sup> Outra preocupação eram os “interesses de organizações privadas, colidentes com os dos países subdesenvolvidos, e cuja influência pode desnaturar os propósitos enunciados, pelo governo norte-americano, frustrando, desse modo, os próprios objetivos da ação internacional dos Estados Unidos”.<sup>408</sup> Estes interesses ancoravam-se nos investimentos feitos pelo capital privado norte-americano, foram à base e a principal fonte de críticas ao Plano Eisenhower, cujo governo Kennedy também dava muita ênfase.

---

<sup>406</sup> DANTAS, 1962, p. 35.

<sup>407</sup> Idem, ibidem, p. 13.

<sup>408</sup> Idem, ibidem, p. 25.

Conforme Vicente Gil da Silva, em outubro de 1962, o chefe da Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso - COCAP, Paulo Nogueira Batista, encaminhou os subsecretário do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Carlos Alfredo Bernardes, um ofício no qual constava um alerta em relação aos problemas que Aliança para o Progresso estava enfrentando no Brasil.

Segundo Batista,

2. A Aliança (...) tem sido apenas um rótulo novo para designar cousas velhas, os empréstimos tradicionalmente concedidos pelos EUA, através do Eximbank, dos acordos de excedentes agrícolas, do Banco Interamericano, etc. Os Estados Unidos se vangloriam de que a Aliança já proporcionou ao Brasil cerca de US\$ 600 milhões, mas, se examinarmos as parcelas pelas quais se desdobra este auxílio, verificamos que algumas se repetem (soma-se duas vezes o auxílio de US\$ 54 milhões dado a SUDENE através do Acordo do Nordeste e do Acordo do Trigo) e que são, na sua maioria absoluta, formas tradicionais de assistência (...).

8. É imprescindível, portanto, uma reformulação da Aliança, de maneira a fazê-la um esforço realmente cooperativo (...).

13. Para dar a Aliança este caráter continental, pois que ela tem sido um programa unilateral dos EUA, o Brasil solicitaria uma mudança de atitude em relação ao nosso país, que começa a dar passos seguros para a normalização de sua vida política (...).<sup>409</sup>

Os problemas referidos nas críticas feitas por Batista eram uma preocupação do próprio presidente João Goulart. Em 4 de abril de 1962, em discurso perante o Congresso dos Estados Unidos, o presidente afirmava que:

Se a “Aliança para o Progresso” depender de um esforço dos países latinos para alcançarem com rigor técnico absoluto um planejamento global, no campo econômico e no social, e para eliminarem previamente certos fatores de instabilidade, podemos admitir embaraços capazes de prejudicar a urgência de soluções inadiáveis. Tais dificuldades recrudescerão se a “Aliança” não refletir, principalmente, o espírito de confiança e respeito recíproco entre os Governos dos países que a integram, na linha de fidelidade aos propósitos manifestados pelo eminente Presidente Kennedy.<sup>410</sup>

Esta manifestação para que a Aliança para o Progresso reflita “o espírito de confiança e respeito recíproco entre os Governos dos países que a integram”, representava a tomada de consciência pelo governo brasileiro da função política que o programa realmente esta tendo

<sup>409</sup> Ofício COCAP número 100/62 *apud* SILVA, 2008, p. 79.

<sup>410</sup> A íntegra do discurso do presidente João Goulart encontra-se no livro de San Tiago Dantas. Ver: DANTAS, 1962, p. 227-228.

em sua execução no Brasil, qual seja, o de instrumento de desestabilização do governo João Goulart.

Apesar da posição que o presidente Kennedy manteve durante a Crise da Legalidade de contrariedade a um golpe de Estado<sup>411</sup>, o presidente João Goulart era visto pela diplomacia norte-americana como “um companheiro de viagem dos comunistas”.<sup>412</sup> As discordâncias em relação ao novo governo brasileiro ficaria evidente já na apresentação de credenciais do novo embaixador brasileiro em Washington, Roberto de Oliveira Campos, quando o presidente norte-americano perguntou “se o novo governo alteraria a política relativa a Cuba”. Diante da resposta negativa do embaixador, o presidente demonstrou desapontamento e indicou quatro “incompreensões” de vários países latino-americanos em relação a Cuba:

1) O conflito não é bilateral e sim continental, pois se Cuba é apenas uma humilhação para os Estados Unidos é um perigo para o restante da América Latina, econômica, social e militarmente vulnerável ao comunismo. 2) a disputa não resulta das reformas sociais de Fidel Castro, em si mesmo aceitáveis, ou das expropriações da capitais, assunto facilmente negociável, senão que assenta em raízes ideológicas; 3) os países da América Latina subestimam a gravidade da infiltração ideológica promovida por Cuba nos meios estudantis, sindicais e militares, infiltração capaz de sabotar o sucesso da Aliança para o Progresso; 4) a reconciliação com Castro seria impossível, por estar ele inteiramente subjugado pela ideologia marxista, revelando menos independência que alguns dos satélites soviéticos e muito menos que Nkrumah, Sekoutoure por exemplo, que seguem a linha neutralista.<sup>413</sup>

Na seqüência, o presidente Kennedy indicou o aumento da pressão interna, sobretudo do Congresso, em favor de alguma demonstração de solidariedade latino-americana contra Castro e perguntou se havia alguma evolução nas idéias brasileiras a esse respeito. Ao que o embaixador Roberto Campos respondeu, novamente, de forma negativa. Expunha, assim, a concepção do governo brasileiro de que qualquer sanção coletiva geraria uma enorme tensão intera, não só no Brasil como em vários outros países da América Latina, e de que “o isolamento de Cuba, destruindo as alternativas, tenderia a acelerar o processo de sovietação,

---

<sup>411</sup> Conforme Moniz Bandeira, quando da Crise da Legalidade pós-renúncia de Jânio Quadros, “havia nos Estados Unidos duas posições políticas que se contrapunham”. De um lado, a posição do Pentágono e da CIA, que estimulavam um golpe de Estado contra João Goulart. De outro lado, a posição do Departamento de Estado, que espelhava a orientação do presidente Kennedy, contrário a qualquer ruptura na ordem democrática, tendo inclusive informado aos ministros militares brasileiros de que, diante de um golpe, o apoio financeiro ao Brasil seria suspenso, “seguindo norma adotada em sua Administração, após a Conferência de Punta del Este”. Ver: MONIZ BANDEIRA, 1978, p. 22-23.

<sup>412</sup> SILVA, 2008, p. 189.

<sup>413</sup> RELATÓRIO DA EMBAIXADA BRASILEIRA EM WASHINGTON, sobre o encontro do embaixador Roberto Campos com Kennedy, no qual se discutiu a conjuntura política brasileira e a política em relação a Cuba, 19 de outubro de 1961 (CPDOC/FGV/arquivo Roberto Campos/RC d-em 1961-10-19).

tornando-o irreversível”.<sup>414</sup> O presidente Kennedy terminou a conversa dizendo que havia dado instruções para acelerar a execução da Aliança para o Progresso.

Entre as estratégias usadas pela política externa norte-americana, no sentido de combate ao comunismo e defesa em relação ao crescente antiamericanismo na América Latina, estava o uso seletivo dos recursos provenientes da Aliança para o Progresso. As intenções ocultas do governo dos Estados Unidos para com o programa já haviam sido denunciadas por Ernesto Che Guevara em Punta del Este, quando este tornou público um informe secreto dirigido ao embaixador norte-americano na Venezuela, Moscovo, pelos seus assessores John Cates Jr, Irving Tragen e Robert Cox. Naquele informe havia recomendações para que as ações da Aliança para o Progresso estivessem estreitamente integradas com as atividades da embaixada, devendo *“reflejar una tentativa general por poner en ejecución los objetivos a largo plazo de la política de gobierno de los Estados Unidos en Venezuela”*.<sup>415</sup>

No Brasil, e cabe acrescentar no conjunto dos países latino-americanos também, a Aliança para o Progresso teve a função de propaganda política anticomunista e de instrumento de intervenção política.<sup>416</sup> Conforme já referido no primeiro capítulo deste trabalho, recursos vindo do governo norte-americano já haviam sido utilizados nas eleições de outubro de 1962 com vistas a influenciar em um resultado favorável aos anticomunistas. No ano de 1963, os recursos da Aliança para o Progresso, passaram a ser utilizados como ajuda financeira aos governos estaduais e municipais hostis ao governo Goulart, sob o argumento do financiamento *“as ilhas de sanidade administrativa”*.<sup>417</sup>

Quem tinha um papel decisivo na distribuição destes recursos era o embaixador norte-americano Lincoln Gordon, que em discurso proferido perante os membros do Rotary Club de Belém, no Pará, em 30 de agosto de 1962, fizera críticas à proposta do governo Goulart de controle da remessa de capitais estrangeiro ao exterior. O embaixador Gordon referiu,

---

<sup>414</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>415</sup> A íntegra do documento encontra-se no livro de autoria de Ernesto Che Guevara, editado por Maria del Carmen Ariet Garcia e Javier Salado. Ver: GUEVARA, 2006, p. 114.

<sup>416</sup> Além do trabalho de Vicente Gil da Silva, outro estudo importante para a análise das ações da política externa norte-americano no Brasil, porém, de forma mais ampla, não focado apenas nas ações da Aliança para o Progresso, encontra-se no livro de Carla Rodeghero, especialmente no capítulo 4 intitulado *“As ações dos postos diplomáticos e de outras agências norte-americanas no combate ao comunismo no Brasil”*. Estas ações também são referidas por Ver: SILVA, 2008. RODEGHERO, 2007.

<sup>417</sup> MONIZ BANDEIRA, 1978, p. 107.

também, que a crise política brasileira era o grande empecilho para o avanço da Aliança para o Progresso no país.<sup>418</sup>

Esta postura, de aliciamento de governadores e prefeitos mediante a utilização de verbas do programa, levou o governo Brasileiro, em fins de 1963, a reagir. Comunicou publicamente ao Departamento de Estado norte-americano de que se tal fato continuasse, denunciaria a Aliança para o Progresso como instrumento de intervenção na luta política interna em prol dos interesses norte-americanos.<sup>419</sup>

Assim, a posição “moderada e conciliadora” inicialmente tomada pelo governo João Goulart em relação à Aliança para o Progresso transformara-se radicalmente ao final de seu governo. Esta modificação passou da crítica a forma como esta era implantada para a crítica a sua própria função política.

Desta forma, verifica-se que, em relação à Aliança para o Progresso, inicialmente as políticas externas independentes de Brasil e Argentina viram com bons olhos a iniciativa norte-americana. Mesmo com críticas a sua proposta inicial, esta estava de acordo com a concepção, tanto do presidente argentino Frondizi como do ex-presidente brasileiro Juscelino Kubitschek e do presidente Jânio Quadros, de que o comunismo só seria contido na América Latina com o combate ao subdesenvolvimento da região.

Esta visão positiva da Aliança para o Progresso, comum aos governos de Brasil e Argentina, continuara com a posse de João Goulart. Nem a visão “moderada e conciliadora” do chanceler San Tiago Dantas, contrastando com a posição fortemente positiva do presidente Frondizi, levou ao distanciamento das posições em relação ao programa.

Este distanciamento só ocorreu ao final do governo João Goulart, quando este modificou a sua posição. Naquele momento, o presidente Frondizi já havia sido deposto e a Argentina, após o abandono da política externa independente pelo governo de José Maria Guido, apenas iniciava, sob a presidência de Arturo Illia, a retornar os rumos de uma autonomia internacional.<sup>420</sup>

---

<sup>418</sup> DISCURSO DE LINCOLN GORDON, embaixador dos EUA no Brasil, pronunciado em Belém (PA) encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores juntamente com bilhete manuscrito justificando críticas feitas ao projeto da Remessa de Lucros e à política de Cuba, 7 de setembro de 1962 (CPDOC/FGV/arquivo Nelson de Melo/NeM vp 1962-07-09) .

<sup>419</sup> Idem, ibidem, p. 108.

<sup>420</sup> O presidente José Maria Guido governou a Argentina de 29 de março de 1962 até 12 de outubro de 1963, quando assumiu a presidência Arturo Illia, que governou até ser deposto pelo Golpe de 28 de junho de 1966.

Portanto, a política externa independente do governo Frondizi, na Argentina, e a política externa independente, adotada pelos governos Jânio Quadros e João Goulart, no Brasil, enquanto conviveram conjuntamente, cabendo ressaltar que o convívio com o governo o governo Goulart ocorreu somente sob a forma parlamentarista e com os limites impostos por tal forma de governo, tiveram uma mesma posição, porém, em graus diferenciados, de apoio a Aliança para o Progresso.

### 3.2 Um Visitante Ilustre: Che Guevara na Argentina e no Brasil

A passagem de Ernesto Che Guevara pelo Cone-Sul causara um forte impacto somente em Punta del Este, quando grupos favoráveis e contrários a Revolução Cubana vindos de diferentes partes da região se manifestavam constantemente. Na ocasião, seus pais, irmãos, amigos e amigas de escola e da universidade vieram da Argentina para vê-lo. Nas ruas do balneário uruguaio, por onde passava, o seu magnetismo era evidente. Dos populares até os políticos mais conservadores todos queriam um aceno, uma foto ou até mesmo trocar algumas palavras com aquele jovem argentino que representava os barbudos que ousavam desafiar a grande potência norte-americana a apenas algumas milhas de seu território.<sup>421</sup>

Não somente nas ruas e na tribuna de debates em Punta del Este que Che Guevara causou impacto. As suas passagens pela Argentina e pelo Brasil também geraram controvérsias com intensas manifestações de apoiadores da Revolução Cubana e dos anticomunistas. Isto demonstrando que a questão cubana ampliara a consciência da luta de classes do interior dos países da América Latina para as questões internacionais, afinal, Cuba se tornara, ao mesmo tempo, a principal referência contra o imperialismo norte-americano e o principal alvo do anticomunismo.<sup>422</sup>

---

<sup>421</sup> Sobre o cotidiano da presença de Ernesto Che Guevara em Punta Del Este ver: TAVARES, Flávio. *O Che Guevara que conheci e retratei*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007.

<sup>422</sup> Há várias referências sobre a transformação da Revolução Cubana em principal alvo do anticomunismo no Brasil nos livros de Motta (2002) e de Rodeghero (1998; 2007). Para a influência da Revolução Cubana sobre a esquerda latino-americana há referências em Moniz Bandeira (1998), Castañeda (2006) e principalmente em Löwy (1999), onde constam textos de organizações revolucionárias latino-americanas que se referenciavam pela experiência cubana.



Apesar dos discursos ofensivos e em tom de denúncia, a postura do ministro Guevara na Reunião do CIES não foi de forma alguma intransigente. Mesmo não tendo subscrito a Carta de Punta del Este por não concordar com seus princípios, declarou que não desejava o fracasso da Aliança para o Progresso. Esta postura reforçou a proposta de mediação de Frondizi e Quadros. Ao mesmo tempo, conforme Moniz Bandeira, “animou um membro da delegação argentina, Horácio Rodríguez Larreta, o assessor do chanceler Adolfo Mujica, e o embaixador brasileiro Edmundo Barbosa da Silva, ao término da Conferência, a ensejarem um encontro seu com Richard Goodwin, assistente especial do presidente Kennedy”.<sup>423</sup>

Na madrugada de 17 para 18 de agosto de 1961, na casa do chefe da delegação brasileira junto a ALALC, ocorreu o encontro. Em tom irônico, demonstrando seu famoso senso de humor, Ernesto Guevara iniciou a conversa agradecendo ao governo norte-americano pela invasão da Baía dos Porcos, que “deu a Cuba uma grande vitória política e transformou um pequeno país agredido em um igual”. Ao mesmo tempo, “prometeu, rindo, que o governo Castro não atacaria a base de Guantánamo”. Em um tom mais sério, Guevara falou que a Revolução Cubana era irreversível, reconheceu as dificuldades econômicas e políticas que o governo cubano esta enfrentando e disse que esta se dispunha a indenizar as propriedades confiscadas com recursos da exportação. Afirmou também que o governo de Cuba não pretendia cercar o país com uma cortina de ferro, “adotar as mesmas medidas agressivas aplicadas no Leste Europeu, nem estabelecer qualquer aliança política com o Bloco Socialista, apesar de suas naturais simpatias; e convocaria eleições livres, após institucionalizar o partido único”.<sup>424</sup> Porém, o que chama mais atenção, e é relatado tanto por Moniz Bandeira como por Castañeda, foi à disposição, demonstrada por Che Guevara, do governo cubano em restabelecer o diálogo com o governo dos Estados Unidos. Mesmo sobre a base da suspensão das atividades de apoio e treinamento de grupos guerrilheiros feitas por este.<sup>425</sup>

---

<sup>423</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 319. Jorge Castañeda tem outra versão para a proposta do encontro. Segundo o autor a iniciativa teria partido do lado cubano. Conforme o autor: “(...) Tudo começou quando um diplomata argentino transmitiu um típico desafio guevarista ao assessor norte-americano: ‘O Che percebeu que o senhor gosta de charutos. Ele aposta que não se atreve a fumar autênticos havanas de Cuba’. Goodwin respondeu que fumaria com o maior prazer, mas já não havia deles nos Estados Unidos. Naquela noite foram entregues em seu quarto duas magníficas caixas de mogno repletas dos mais finos havanas, uma para ele, o outro com o selo da República de Cuba para o presidente Kennedy. Vinham acompanhadas de um cartão do comandante Ernesto Guevara. No dia seguinte o norte-americano recebeu uma mensagem do Che, dizendo que desejava falar com ele”. CASTAÑEDA, 2006, p. 270.

<sup>424</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 320.

<sup>425</sup> Esta última referência feita com certa relutância por estar diante de testemunhas pertencentes ao governo brasileiro e ao governo argentino.

Em seu retorno a Cuba, durante o Programa especial da TV cubana sobre a reunião do CIES, transmitido em 23 de agosto de 1961, Che Guevara, daria a seguinte declaração sobre o seu encontro com Goodwin:

*En un momento dado Mr. Goodwin dijo que él no representaba ni estaba autorizado para hablar en nombre del gobierno, pero que transmitiría algunas observaciones que hizo Cuba a su gobierno, y Cuba se limitó a decir por mi boca la conocida posición cubana, no?, que nosotros sí estamos dispuestos a conversar, que no tenemos interés en ningún tipo de lucha, que sin embargo, podemos llevar la lucha hasta sus últimas consecuencias, que queremos estar dentro del régimen latinoamericano, que estamos unidos culturalmente al continente y queremos permanecer dentro de él; y nosotros exigimos nuestro derecho a ser considerados como un país más dentro de Latinoamérica, o dentro de la Organización de Estados Americanos, con una organización social e económica diferente, a mantener nuestro derecho absoluto a tener las amistades que nos plazcan en el mundo entero. En fin, fue un intercambio corto, cortés, frío, como corresponde a dos funcionarios de países oficialmente enemigos, verdad?, pero que no tenía la mayor transcendencia hasta que algún periodista o alguien, algún funcionario parece de la embajada o del gobierno argentino, o algún periodista brasileño, no sé bien cómo fue, le dio la publicidad. Eso es todo.*<sup>426</sup>

Em que pese estas afirmações, a conversa com Che Guevara impressionou o assistente especial norte-americano. A tal ponto que este propôs ao presidente Kennedy “que não se interrompesse o diálogo ‘subterrâneo’ com Cuba”, pois se o comunista mais convicto do governo revolucionário “se dispunha a pensar na possibilidade de um diálogo com o governo norte-americano, ‘talvez haja outros dirigentes cubanos mais dispostos a um entendimento com os Estados Unidos’”.<sup>427</sup> Mas, o temor do governo norte-americano às repercussões da mudança para uma posição mais flexível por parte dos Estados Unidos poderiam ser negativa, tanto internamente, ocasião em que a pressão anticomunista aumentava cada vez mais, quanto na América Latina, sendo que esta mudança poderia levar a um avanço da esquerda na região, não permitindo que a reaproximação acontecesse.

Porém, a conversa entre Che Guevara e Richard Goodwin reforçou o entendimento do governo brasileiro e do governo argentino de que se tratava de um conflito bilateral e que uma mediação entre os Estados Unidos e Cuba não só era possível como também levaria a superação da questão cubana. Com este desejo de atuar como mediador e poder conseguir triunfos diplomáticos que consolidariam a posição de seu partido nas eleições que se

---

<sup>426</sup> GUEVARA, 2006, p. 94-95.

<sup>427</sup> CASTAÑEDA, 2006, p. 272.

realizariam no início do próximo ano, o presidente Frondizi propôs uma conversa com o seu compatriota ministro cubano.<sup>428</sup>

A preparação para o encontro ficou a cargo de Jorge Carlos Carretoni, assessor do Conselho Federal de Investimentos da Argentina, sendo impostas as seguintes condições a Ernesto Che Guevara: “*el traslado se haría bajo responsabilidad del gobierno argentino; no se anunciaría de manera alguna la reunión; y el visitante no hablaría con nadie más que con el Presidente*”.<sup>429</sup> O caráter secreto da reunião se colocava como uma necessidade no entendimento do presidente Frondizi: de um lado, ao aumento da tutela militar sobre o seu governo, sobretudo, com o fortalecimento dos setores anticomunistas na instituição, representados nos generais Iñiguez, Túrolo e Toranzo Montero, este último comandante em chefe do exército argentino, que conspiravam ativamente em favor de um golpe; por outro lado, havia a preocupação com a própria vida de Che Guevara, preocupação esta compartilhada por este, uma vez que as atitudes dos *gorrillistas* estavam fugindo ao controle do próprio governo argentino.

Assim, por volta das 10h30 do dia 18 de agosto de 1961, aterrissou no aeroporto Don Torcuato o avião uruguaio CX-AKP que, trazendo Che Guevara, o seu assessor Ramón Aja Castro e Jorge Carretoni, sendo conduzidos pelos tenentes de fragata, Emilio Filipoch e Fernando Garcia Parra até a residência presidencial de Olivos,<sup>430</sup> quando conversou em torno de uma hora e meia com o presidente Frondizi.

Conforme Albino Gómez,

*Guevara se explayó y dijo que Cuba quería permanecer en el sistema interamericano y que tenía la intención de entenderse con los Estados Unidos; pero que ello debía ocurrir de una manera digna.*

*Afirmó que querían también independizarse de los soviéticos. Aceptó el hecho de que recibían de ellos mucha ayuda y algunas veces, directivas e instrucciones. Pero Cuba quería construir un estado socialista con autonomía absoluta de la Unión Soviética. Respecto de la forma de llegar al socialismo, entendía que no había otro camino para los países chicos y pobres que el de la violencia.*

*Frondizi le manifestó que aparte de que él no estaba de acuerdo, consideraba que su posición era errónea aun desde el punto de vista teórico comunista.*

<sup>428</sup> Conforme Albino Gómez, a idéia de trazer Che Guevara pra conversar com o presidente Frondizi foi do deputado Carnet, membro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Ver: GOMEZ, 2004, p. 125.

<sup>429</sup> PANELLA, Claudio. Recuerdos de la entrevista entre Arturo Frondizi y el Che Guevara. *Hoy*, 09/07/2006, p. 2.

<sup>430</sup> PANELLA, 2006, p. 2.

*Cuando le preguntó si había leído mucho sobre teoría marxista, Guevara contestó que no, pero afirmó que de todos modos ellos pensaban que el único camino era el de la violencia.*

*Reconoció que los fusilamientos no habían dado resultados pues gestaban “héroes” muy especiales: para los del otro bando, los muertos, y para ellos, los delatores. Dijo además que el reparto de tierra había fracasado porque aparecían jefes indisciplinados que actuaban como caciques con independencia del gobierno central. Pero estaban dispuestos a seguir adelante. Dejó entrever que querían que la Argentina trabajara por la mediación entre Estados Unidos y Cuba.*

*Fronidzi le expuso muy claramente su pensamiento y nuestra política. Le advertió que habíamos tomado un camino distinto y opuesto al de Cuba, y que por esa vía resolveríamos nuestros problema..<sup>431</sup>*

Após a conversa, a esposa de Frondizi, senhora Elena Faggionato, convidou Guevara para comer com ela e a filha um bom bife argentino, ao que este aceitou. Posteriormente, mediante a autorização do presidente argentino, visitou sua tia Maria Luisa Guevara de Márquez Castro que se encontrava doente, retornando em seguida a Montevidéu, de onde partiu para o Brasil.

O sigilo da conversa entre Frondizi e Guevara não durou 24h e a informação acabou vazando ao longo do dia, fazendo estourar uma grave crise militar que quase levou a um golpe de Estado. O presidente argentino e a intelectualidade da USINA já haviam previsto esta possibilidade e, ao que parece, tinham clareza da dimensão que as repercussões teriam. O que indica a hipótese de que no cálculo dos ganhos políticos, a possibilidade de afirmação do governo argentino como mediador do conflito entre Estados Unidos e Cuba falou mais alto.<sup>432</sup> Por sua vez, Castañeda indica que em 1992, Frondizi declarou que John Kennedy havia solicitado a ele que se reunisse com Che Guevara a quem ambos acreditavam ser “um comunista amigo dos Estados Unidos”. Ao mesmo tempo, o autor indica esta como uma análise “insólita e duvidosa”, pois, “nada indica que Kennedy pensasse uma coisa

---

<sup>431</sup> Entre as versões para a conversa entre Frondizi e Che Guevara, optamos pela de Albino Gómez, assessor do presidente argentino que estava na residência de Olivos na manhã de 18 de agosto de 1961, e que, mesmo não tendo participado da conversa, foi o responsável por fazer o memorando que constitui a única versão oficial da conversa. Assim, em que pese à ligação de Gómez com os interesses do governo argentino, o fato de a sua versão coincidir em sua essência com outros escritos sobre a reunião, como os de Panella (2006), Moniz Bandeira (1998) e Castañeda (2006) que pesquisaram em diferentes fontes sobre o evento, o que a torna a mais próxima da possível “verdade” em relação ao fato. Ver: GÓMEZ, 2004, p. 124-125. A discussão sobre a aproximação da “verdade histórica”, sua possibilidade ou não, é recorrente na historiografia, podendo ser conferida em vários autores entre eles: LENINE, V.I. *Materialismo e empiriocriticismo*: notas críticas sobre uma filosofia reacionária. Moscou/Lisboa: Progresso/Avante, 1982. DUBY, George. *A História Continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor /Editora da UFRJ, 1993. CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. FERRO, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: IBRASA, 1983. BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

<sup>432</sup> Aqui se trata meramente de uma hipótese levantada por este trabalho, cuja condição de afirmá-la necessitaria um estudo mais aprofundado.

semelhante”.<sup>433</sup> Diante de tantas hipóteses e possibilidades, não há uma certeza das razões que fizeram o presidente Frondizi a reunir-se com um dos ícones da Revolução Cubana.

O certo é que após a reunião tornar-se pública, o governo argentino teve que fazer um verdadeiro malabarismo político para evitar a derrubada do presidente. Ainda pela manhã do dia 19 de agosto, Frondizi reuniu-se com o chefe de polícia, capitão Recaredo Vázquez, o qual o informou sobre os resultados de uma reunião entre os altos chefes da Marinha que haviam definido que o presidente deveria renunciar. Porém, diante da exposição desta possibilidade pelo comandante do Exército, general Raúl Poggi, não houve unanimidade entre de critérios entre os chefes da Marinha e da Aeronáutica. A única opinião que prevaleceu entre todos os chefes das Forças Armadas consultados era a de que o Ministro das Relações Exteriores, Adolfo Mujica, o subsecretário de Relações Exteriores e o embaixador argentino no Uruguai deveriam deixar os seus cargos, sendo este o critério para a continuidade do governo.<sup>434</sup>

Por volta das 20h45, o presidente Frondizi reuniu-se com os secretários e comandantes em chefe das Forças Armadas. Na ocasião o almirante Gastón Clement manifestou a proposta de criação de uma Junta Militar, a quem o presidente deveria consultar em todos os seus atos em matéria de política internacional. O general Raúl Poggi, por sua vez, manifestou que o Exército havia perdido a confiança em seu presidente. Outras manifestações dos representantes das Forças Armadas tiveram o mesmo sentido, ao que o presidente Frondizi, ao manifestar não disposição de renunciar, solicitou que estes aguardassem uma reunião que iria fazer com os membros do governo para tomar as decisões que considerasse cabível.

Durante a madrugada do dia 20 de agosto, o presidente Frondizi reuniu-se em Olivos com Rogelio Frigerio, Carlos Florit, Adolfo Musich, Cecílio Morales, Oscar Camilión e Albino Gómez, quando relatou a conversa que tivera com os representantes das Forças Armadas e solicitou que, ao mesmo tempo em que fossem tratadas negociações informais com os mesmo, fosse preparado um discurso que faria a nação na noite de 21 de agosto.<sup>435</sup>

Por sua vez, em sua visita ao Brasil, Ernesto Che Guevara declarou que sua conversa com Frondizi foi sobre problemas gerais do Continente, recusando-se “a prestar qualquer

---

<sup>433</sup> CASTAÑEDA, 2006, p. 274.

<sup>434</sup> GÓMEZ, 2004, p. 126.

<sup>435</sup> Idem, ibidem, p. 130-132.

outra informação, ponderando que ‘cabe ao autor do convite (o presidente Frondizi) falar sobre o assunto’”.<sup>436</sup>

Assim, em 21 de agosto de 1961, o presidente Frondizi pronunciou, por rádio e televisão, o já referido discurso “*La Argentina ante los problemas mundiales*”. Além de demonstrar a visão positiva que o presidente tinha da Aliança para o Progresso o centro do discurso foi esclarecer a população argentina “*el equívoco que ha prevalecido en estos días, con motivo de la audiencia que el presidente da la República concedió al ministro de Industria y delegado de la República de Cuba a la Conferencia del Consejo Interamericano Económico y Social realizada en Punta del Este, doctor Ernesto Guevara*”,<sup>437</sup> bem como, a posição do governo argentino em relação a Cuba.

Para introduzir estes dois temas, o presidente Frondizi falou que a Argentina não podia ficar de fora dos problemas mundiais em seguida destacou que

*(...) Entre estos problemas el más cadente es quizá el de Cuba. El Gobierno mantiene y mantendrá la posición que ha adoptado con respecto a este país.*

*El Gobierno de esta Nación hermana emplea procedimientos que los argentinos rechazamos categóricamente. Nosotros queremos el desarrollo económico, pero estamos dispuestos a conseguirlo afirmando la libertad, respetando las tradiciones espirituales y asegurando la paz social. Somos y seremos siempre miembros de la comunidad occidental y de la familia americana. Repudiamos la injerencia de potencias extrañas en los asuntos americanos. Esta posición del gobierno argentino es perfectamente conocida por los dirigentes cubanos. Y así se ratifiqué al doctor Guevara. Pero este representante oficial de una nación americana solicitó una entrevista al Presidente de la República Argentina para exponerle la opinión de su gobierno en materia de sus relaciones con el resto del hemisferio. Hubiera sido impropio de la responsabilidad que la propia familia americana le asigna a la Argentina, negarse a recibir al representante de un gobierno americano por más opuestos que sean los criterios sustentados por uno y otro Estado.*

*Un Nación seria y responsable no debe practicar la política del avestruz, que consiste en eludir los problemas o en pretender ignorarlos. Existe un problema cubano y es obligación de todos los Estados americanos considerarlo y buscar una solución que convenga a la comunidad americana y a sus ideales democráticos. No puede admitirse que América, y cada uno de los países que la constituyen, se desinteresen de la situación de una Nación hermana sujeta a serios diferendos con las demás. La paz y la tranquilidad de América, la preservación del sistema regional interamericano y la estabilidad política de nuestro continente hacen que no pueda ni deba desaprovecharse una sola posibilidad, por mínima que fuera, para que se reafirmen los principios de aquel sistema y su vigencia en todos los países del hemisferio.*

*Si el representante cubano deseaba discutir con el Presidente argentino ese problema, habríamos faltado a nuestros deberes de gobernantes y de americanos si hubiésemos rehuido el diálogo. Solamente los débiles eluden la confrontación con hombres que no piensan como ellos. Ningunos de los estadistas de las grandes naciones occidentales rehúsan hablar con los dirigentes de los países comunistas. Nosotros no querríamos ser jamás gobernantes de un pueblo que tiene miedo de*

<sup>436</sup> JÂNIO condecora Che Guevara. *Folha de S. Paulo*, 20/08/1961.

<sup>437</sup> FRONDIZI, 1979, p. 213.

*confrontar sus ideas con otras ideas. El pueblo argentino nunca tuvo miedo en el pasado ni lo tiene ahora. Por el contrario, está absolutamente convencido de que la causa americana, occidental y cristiana es invencible y que Cuba, tarde o temprano, se reintegrará plenamente al son de la familia americana.*<sup>438</sup>

Seguindo estas afirmações, Frondizi tratou de referir que era “*la hora de la rivalidad estéril de la guerra fría, estéril porque no da soluciones positivas, ceda su sino a una política dinámica como la expresa en la ‘Alianza para el Progreso’*”. Desta forma, ao mesmo tempo em que buscou justificar seu encontro com Che Guevara, o presidente argentino reafirmou as bases da política externa independente, afirmando a sua posição ocidental: de não alinhamento automático, de defesa da autodeterminação dos povos e reafirmação das críticas a lógica da divisão do mundo em dois blocos, opondo esta a necessidade de uma cooperação internacional em favor do desenvolvimento. Ao final do discurso, Frondizi mandou um recado claramente dirigido ao *gorillismo* afirmando que a “*defensa de los ideales democráticos del pueblo argentino no es patrimonio exclusivo de sector alguno*”.<sup>439</sup> E terminou fazendo um chamamento a unidade nacional.

As repercussões do discurso de Frondizi não agradaram nem aos seus correligionários mais próximos ligados a USINA, como Frigerio, Florit, Musich e Gómez, que entenderam que o presidente havia se defendido e isso poderia ser interpretado como um vazio de poder. Na opinião destes, Frondizi deveria impor-se aos militares e não negociar, como estava fazendo, mostrando uma atitude débil diante do inimigo.<sup>440</sup>

Os militares *gorillistas*, por sua vez, seguiam enfurecidos e continuavam tramando um golpe de Estado. A situação nova, porém, era que o embaixador norte-americano, Roy Rubotton, estava estabelecendo contatos com o general Toranzo Montero e os outros conspiradores, ao que o presidente chamou para solicitar esclarecimentos. Assustado com sua situação, o embaixador acabou enviando uma carta a um assessor do presidente Kennedy que acabou lhe repreendendo.<sup>441</sup> O que demonstrou que o governo dos Estados Unidos ainda mantinha a sua orientação de apoio aos reformistas, e que a posição positiva do governo argentino em relação à Aliança para o Progresso estava naquele momento acima de qualquer busca de alinhamento automático.

---

<sup>438</sup> Idem, *ibidem*, p. 226-228.

<sup>439</sup> Idem, *ibidem*, p. 229.

<sup>440</sup> GÓMEZ, 2004, p. 134.

<sup>441</sup> Idem, *ibidem*, p. 134-135.

Em Cuba, o ministro Ernesto Guevara, no programa de TV sobre a sua viagem ao Cone-Sul, novamente perguntado sobre o encontro que tivera com o presidente argentino, voltou a dizer que somente este tinha autorização para falar sobre a conversa. Ao mesmo tempo, elogiou a posição do presidente argentino, reafirmada em seu discurso do dia 21 de agosto, pois, Cuba não pretendia que “*defiendan nuestro sistema social, sino que defiendan todos los pueblos de América nuestro derecho a tener el sistema social que nos parezca, que es lo que el Presidente Frondizi há hecho*”. Terminou a resposta dizendo que também havia se reunido com o presidente uruguaio, Eduardo Victor Haedo.<sup>442</sup>

Por fim, mesmo tendo inicialmente reagido aos militares *gorillistas* e sua tentativa de golpe, o presidente Frondizi optou por ceder às pressões destes e, contrariando ao que pensavam os “intelectuais orgânicos” da USINA,<sup>443</sup> acabou demitindo, em 28 de abril de 1961, o chanceler Adolfo Mujica. Em seu lugar assumiu interinamente o Ministro do Interior, Alfredo R. Vítolo, que já havia ocupado o cargo, também de forma interina, quando da saída de Carlos Alberto Florit. Posteriormente, em 12 de setembro de 1961, assumiria o cargo Miguel Angel Cárcano.

Não somente na Argentina a passagem de Ernesto Che Guevara causou impacto político. No Brasil, o presidente Jânio Quadros, diferentemente do presidente argentino, optou por realizar um evento de notoriedade pública ao invés da discrição. Esta opção tinha claramente o sentido de buscar reafirmar a política externa independente e cortejar o apoio da esquerda ao seu governo, cujas medidas econômicas pautadas pela ortodoxia monetarista demonstravam-se impopulares. Assim, o ministro Ernesto Che Guevara chegaria ao Brasil às 23h30, em 19 de agosto de 1961, para reunir-se com o presidente brasileiro e ser condecorado com a Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

Na cerimônia de condecoração, ocorrida entre uma parte e outra da conversa reservada que tiveram Ernesto Guevara e Jânio Quadros, o presidente brasileiro pronunciou as seguintes palavras:

---

<sup>442</sup> GUEVARA, 2006, p. 102.

<sup>443</sup> Aqui usamos o conceito de intelectual orgânico na sua acepção gramsciana, qual seja, a de intelectuais ligados a um determinado projeto político que cumprem a função de responsáveis pela produção do consenso e da dominação deste projeto na sociedade. Ver: GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e organização da cultura*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.



Ministro Guevara: v. exa. manifestou em várias oportunidades o desejo de estreitar relações econômicas e culturais com o governo e povo brasileiro. Esse é o nosso propósito também. E é a deliberação de assumirmos no contato com o governo e o povo cubano. E para manifestar a v. exa., ao governo de Cuba e ao povo cubano, nosso apreço, nosso respeito, entregamos a v. exa. esta alta condecoração do povo e governo brasileiro.<sup>444</sup>

Ao que o ministro cubano agradeceu da seguinte forma:

Sr. presidente: como revolucionário, estou profundamente honrado com esta distinção do governo e do povo brasileiro. Porém, não posso considerá-la nunca como uma condecoração pessoal, mas como uma condecoração ao povo e nossa revolução, e assim a comunicarei com as saudações desse povo que v. exa. pessoalmente representa. E a transmitirei com todo o desejo de estreitar as nossas relações.<sup>445</sup>

Após o término de sua conversa reservada com o presidente Quadros, Che Guevara colocou-se a disposição dos jornalistas no Palácio do Planalto, concedendo, também, uma entrevista coletiva a imprensa no apartamento que se hospedara no Brasília Palace Hotel. Na primeira ocasião, declarou que sua visita ao presidente brasileiro não tinha objetivos práticos, pois era apenas uma visita de cortesia para testemunhar os agradecimentos do governo cubano à atitude do Brasil em Punta del Este. Na segunda entrevista, ao referir-se a Conferência do CIES, declarou que o governo cubano não subscreveu as decisões porque fora excluída da Aliança para o Progresso, mas que vira com simpatia aquela reunião devido ao apoio recebido por Cuba dos países latino-americanos para manter a sua posição de república americana. Para isso, “a atitude do Brasil e também de outros países puderam evitar aquelas agressões pesadas e as tentativas de afastar Cuba do continente, mantendo-a isolada”.<sup>446</sup>

O ministro cubano encerrou a entrevista criticando o discurso do Secretário do Tesouro norte-americano, Douglas Dillon, e denunciando, novamente, a Aliança para o Progresso como uma medida imperialista que não resolverá os problemas da América Latina. Após almoçou com o prefeito de Brasília, Paulo Tarso, e às 15h decolou rumo a Trinidad para, a partir de então, seguir a viagem de retorno a Cuba. Após, na entrevista concedida ao programa de TV cubano sobre a Conferência de Punta del Este, novamente, afirmou que

---

<sup>444</sup> *Folha de S. Paulo*, 20/08/1961.

<sup>445</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>446</sup> *Idem*, *ibidem*.

atuação decidida do Brasil “*impidió que se tomara otro tipo de acuerdos que podrían haber sido lesivos para la delegación cubana*”.<sup>447</sup>

Sobre o encontro que teve com o presidente Jânio Quadros, Che Guevara resumiu-o da seguinte forma:

*Quadros ya ha anunciado los resultados de esa conversación, donde hizo más que reafirmar la posición del Brasil de decidido apoyo a Cuba, de apoyo a la autodeterminación de los pueblos. Hablamos algo de la misión económica que está en este momento en Cuba, y de la decisión del gobierno brasileño de llegar a un acuerdo rápido para iniciar nuestro comercio que todavía no ha empezado. Y en testimonio de afecto a nuestro gobierno, no se puede decir ni siquiera afecto personal, sino al gobierno cubano, nos dio la más alta condecoración brasileña.*<sup>448</sup>

Ao longo da entrevista, várias foram às referências positivas feitas pelo ministro cubano ao governo brasileiro, ao presidente Jânio Quadros e a posição do Brasil em Punta del Este. Este fato induz ao entendimento de que as conversações entre os representantes cubanos e brasileiros, tanto na cidade uruguaia como em Brasília, tiveram significativo impacto positivo no governo de Cuba. Em especial no que diz respeito às promissoras relações entre a ilha caribenha e o Brasil que estes encontros pareciam ter concretizado.

Se em Cuba as repercussões da condecoração de Ernesto Che Guevara pelo governo brasileiro foram positivas, no Brasil, conforme já referido, causou uma forte crise política. No próprio dia da cerimônia, os oficiais do Batalhão da Guarda se insubordinaram negando-se a formar as tropas para o evento, porém, a intervenção dos oficiais superiores acabaria por fazê-los mudarem de idéia.<sup>449</sup> Esta era apenas uma amostra do que aquilo que o presidente Jânio Quadros iria enfrentar.

No mesmo dia, o governador da Guanabara Carlos Lacerda, uma das principais figuras do liberalismo conservador e das tentativas anteriores de golpe contra os presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, que fora a Brasília, criou um incidente sobre o desvio das suas bagagens e uma suposta negativa do presidente em recebê-lo. Esta seria mais uma das suas tentativas de desestabilizar Jânio Quadros, que contou com o seu apoio nas eleições de 1960 e que por isso não admitira nem a sua reviravolta política, tampouco, o seu afastamento da tutela udeenista, desnorteando-o de tal forma que passou a considerá-lo um traidor.

---

<sup>447</sup> GUEVARA, 2006, p. 73.

<sup>448</sup> Idem, ibidem, p. 93.

<sup>449</sup> *Folha de S. Paulo*, 20/08/1961.

Conforme Skidmore, “Lacerda tentou colocar o presidente em descrédito perante a classe média e os militares”<sup>450</sup> desde julho de 1961, quando a sua ruptura com o Governo Federal se definiu, ao que a Condecoração de Che Guevara lhe serviu de munição, principalmente para alimentar o sentimento anticomunista crescente nestes dois grupos sociais.<sup>451</sup> A maioria dos ataques ao presidente Jânio Quadros concentravam-se na sua política externa independente, que Lacerda procurava identificar, principalmente junto aos quadros militares superiores, como “uma posição nacionalista geralmente associada aos populistas de esquerda”.<sup>452</sup>

A campanha contra o governo brasileiro parecia estar dando certo, pois, em repúdio a condecoração do líder revolucionário, muitos oficiais superiores das Forças Armadas devolveram comendas que lhes haviam sido conferidas pelo presidente.<sup>453</sup> Conforme já referimos, a saída encontrada pelo presidente Jânio Quadros para a crise foi submeter, em 25 de agosto de 1961, a sua renúncia ao Congresso Nacional como uma forma de tentar se fortalecer no poder. O que acabou não acontecendo.

Assim, diferentemente do que acontecera na Argentina, quando a tentativa de derrubada do presidente Frondizi ficara apenas na tentativa, no Brasil a crise política desencadeada pela passagem amistosa de Ernesto Che Guevara desencadeou a queda do presidente Jânio Quadros. Era a expressão da “maneira pelo qual os problemas de política externa independente tinham invadido a política interna”.<sup>454</sup>

Desta forma, a passagem de Ernesto Che Guevara pelo Brasil e pela Argentina demonstrou o que Pierre Milza afirma sobre a ausência de “separação estanque entre o interior e o exterior”.<sup>455</sup> Nos casos analisado aqui, eventos ligados as políticas externas independentes adotadas pelo governo argentino e pelo governo brasileiro tiveram impacto significativo nos conflitos da luta de classes estabelecida na política interna destes países. Um exemplo notável deste impacto foi o fato de, no Brasil, o governador Carlos Lacerda, em

---

<sup>450</sup> SKIDMORE, 1982, p. 247.

<sup>451</sup> Motta (2002) definiu o início do “Segundo Grande Surto Anticomunista” no Brasil no ano de 1961, quando tanto a propagando anticomunista, como as organizações anticomunistas, ganharam uma maior dimensão.

<sup>452</sup> SKIDMORE, op. cit., p. 248.

<sup>453</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 328.

<sup>454</sup> SKIDMORE, 1982, p. 248.

<sup>455</sup> MILZA, 2003, p. 370.

represália a condecoração do ministro cubano, ter entregado as chaves da cidade do Rio de Janeiro ao líder contra-revolucionário cubano Manuel Antonio Varola.<sup>456</sup>

Como podemos ver, cada vez que era discutida ou que acontecesse algum evento que tivesse alguma relação à Revolução Cubana ou a algum de seus líderes, a questão cubana demonstrava-se como uma temática que aprofundava a dimensão da própria luta de classes nos países latino-americanos. Também, as posições polarizadas em relação a esta serviam para aprofundar a polarização em relação aos próprios destinos que estes deveriam tomar.

### **3.3 A VIII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores da OEA: o Grande Teste para Brasil e Argentina**

Mesmo com a negativa dos países latino-americanos a uma intervenção sob o manto da OEA ou a adoção de sanções em relação a Cuba, bem como o fracasso de tentar utilizar a Aliança para o Progresso como forma de barganhar o apoio a estas propostas, o governo norte-americano não desistiu nem de uma nem de outra proposta e passou a apostar ainda mais na possibilidade de isolar o governo cubano do restante da América Latina.

No entendimento do governo Kennedy, este isolamento somente seria possível mediante a exclusão do governo cubano do sistema interamericano. Uma vez, que a sua permanência na OEA sempre representaria um desafio, mesmo que na maioria das vezes não passasse de um desafio retórico, a hegemonia norte-americana, haja vista que muitos países latino-americanos utilizavam a questão cubana como uma forma de barganha com os Estados Unidos. Ao mesmo tempo, conforme o presidente Kennedy relatara ao embaixador brasileiro Roberto Campos, as pressões internas sobre o governo norte-americano aumentavam significativamente à medida que o governo revolucionário cubano ia se fortalecendo. Desta forma, o governo dos Estados Unidos optou por uma estratégia para mudar a opinião dos países latino-americanos pautada por duas táticas: de um lado, o aumento da pressão diplomática; de outro lado, a realização das *Black Operations*.

As *Black Operations*, operações secretas coordenadas pela CIA tiveram como objetivo a criação de fatos políticos de grande repercussão que dessem a entender alguma ação

---

<sup>456</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 328.

incentivada pelo governo cubano com vista a interferir na política interna dos países latino-americanos de forma a levar estes a romperem relações com Cuba ou declarar os diplomatas cubanos como *persona non grata*.<sup>457</sup> Moniz Bandeira afirma que, no Peru, a inteligência norte-americana promoveu uma incursão de exilados cubanos contra a embaixada de Cuba que introduziram entre documentos autênticos diversos papéis forjados pela *Technical Service División*. Tal fato levou o Peru a romper relações com Cuba.<sup>458</sup> Na Argentina, em setembro de 1961, enquanto o presidente Frondizi estava em viagem aos Estados Unidos um escândalo semelhante aconteceria, com a Frente Democrática Cubana, organização formada por contra-revolucionários cubanos exilados. A Frente divulgou inúmeros documentos supostamente retirados da embaixada cubana em Buenos Aires, nos quais constavam orientações do Ministro Interino de Relações Exteriores de Cuba, Carlos Olivares, para “*un plan de subversión castrista*”. Porém, em pouco tempo, conforme Gómez, “*se demostró que era una burda falsificación, pero apesar de eso habian logrado producir su daño, habida cuenta de la hipersensibilidad de ciertos sectores ultraliberales vinculados a las fuerzas armadas*”.<sup>459</sup>

Em que pese as *Black Operations*, o próprio governo cubano dava margens para os fatos criados pelo trabalho da CIA parecessem verdadeiros devido ao apoio e municiamento que era dado por este a grupos guerrilheiros que atuavam pela América Latina. Nos primeiros meses da Revolução, partiram de Cuba pequenas expedições com vista à derrubada de Trujillo, na República Dominicana, o principal alvo por ter dado asilo político a Batista, de Somoza, na Nicarágua e de Ernesto de la Guardia Navarro, no Panamá. Também eram alvos a Guatemala, o Peru e a Nicaraguá. Neste, o apoio financeiro fora dado a Carlos Fonseca e Tomás Borges, fundadores do sandinismo, em 1961.<sup>460</sup> A Argentina era considerada uma prioridade máxima por Che Guevara, porém, apesar da aliança estabelecida entre o peronismo de esquerda e os comunistas, os indicativos apontam para uma maior participação do governo cubano em ações realizadas após a derrubada do presidente Frondizi.<sup>461</sup> No Brasil,

---

<sup>457</sup> Era comum a CIA realizar operações com vista a criar fatos políticos que mudassem a opinião pública e até mesmo posições políticas de países em favor da política norte-americana. Inclusive financiando jornais e intelectuais, de forma direta ou indiretamente, sem que de alguma forma, principalmente alguns intelectuais, soubessem que o governo norte-americano estaria por trás do apoio. Tratava-se de uma verdadeira “Guerra Fria cultural”. Sobre estas ações ver: SAUNDERS, Frances Stonor. *La CIA y la guerra fría cultural*. Barcelona - España: Editorial Debates, 2001.

<sup>458</sup> Idem, *ibidem*, p. 343.

<sup>459</sup> GÓMEZ, 2004, p. 138. Este episódio também é relatado por Moniz Bandeira.

<sup>460</sup> GOTT, 2006, p. 247.

<sup>461</sup> Muitas são as controvérsias entre os autores sobre esta questão. Ripalda, apesar de não afirmar, deixa a entender que antes mesmo da derrubada de Frondizi já ocorriam ações de guerrilha apoiadas pelo governo cubano na Argentina. Castañeda e Moniz Bandeira, por sua vez, apesar de também não afirmarem, deixam a entender que não. Já Gott apenas afirma o início das ações na Argentina no ano de 1962, sem identificar o mês.

Rolleberg, a partir de entrevista realizada com Clodomir Morais, ex-líder das Ligas Camponesas, afirma que este e “mais 11 membros das Ligas, ex-militantes do PCB, teriam feito o ‘curso de guerrilhas, em Cuba’, entre 28 de julho e 20 de agosto de 1961, com mais 40 latino-americanos”.<sup>462</sup>

Estas ações de apoio do governo cubano a insurgências de aliados seus em países latino-americanos levaram, apesar do apelo contrário feito pelo governo brasileiro, a ruptura de relações diplomáticas com Cuba, por parte da Venezuela, em 11 de novembro de 1961. Tal atitude correspondia com a política externa adotada pelo governo de Rómulo Betancourt, cuja filiação conceitual “punha em evidência a defesa do sistema representativo e da autodeterminação dos povos”.<sup>463</sup> Também consistiam pilares da chamada Doutrina Betancourt a “repulsa à ação comunista promovida por guerrilheiros com apoio sino-soviético e a perspectiva de converter em responsabilidade internacional coletiva dos Estados americanos a proteção aos direitos humanos e a democracia representativa”. Isto levará o governo venezuelano a provocar sanções contra a ditadura de Rafael Trujillo, na República Dominicana, sanções estas que, conforme já referido, foram apoiadas pelos países latino-americanos na VI Reunião de Consulta dos Chanceleres da OEA. Posteriormente, o governo da Venezuela também iria propor sanções contra Cuba.

Assim, seja a partir das *Black Operations* da CIA ou das ações com apoio do governo cubano, o fato é que muitos países latino-americanos acabaram por romper relações diplomáticas com Cuba. Além de as próprias ações apoiadas e municadas pelo governo cubano gerarem uma contradição, tanto para os governos brasileiros de Jânio Quadros e João Goulart como para o governo argentino de Frondizi, com relação aos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos. Estes fatores acabaram criando um cenário mais favorável à proposta de sanções do governo norte-americano, o qual passou a articulá-la com o apoio da Venezuela, do Peru e da Colômbia.

A estratégia do governo Kennedy consistia na convocação no âmbito da OEA de uma nova Reunião de Consulta dos ministros de Relações Exteriores, ao que Peru apresentou pedido em outubro de 1961. Um novo pedido fora apresentado pela Colômbia em 14 de

---

De qualquer forma é uma questão em aberto. Ver: RIPALDA, 2001; MONIZ BANDEIRA, 1998; CASTAÑEDA, 2006; GOTT, op. cit

<sup>462</sup> ROLLEMBERG, Denise. *O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001, p. 24.

<sup>463</sup> CERVO, 2007, p. 177.

novembro de 1961, também com o objetivo de que a reunião de consulta assinalasse “os atos de agressão que Cuba real ou supostamente praticara, exigindo que o governo Castro rompesse seus vínculos com a URSS, para, em seguida adotar as medidas punitivas caso ele não atendesse às determinações da OEA”.<sup>464</sup> Esta fórmula abriria a possibilidade de intervir coletivamente através da OEA em Cuba. Porém, enfrentava a resistência de Brasil e Argentina. Soma-se a isso, que o presidente Kennedy sabia que sem o apoio das duas nações, e com a posição também contrária do México, podia-se até aprová-la, mas a oposição dos três países mais significativos do ponto de vista político da América Latina a tornava enfraquecida.

Esta análise levou o governo Kennedy novamente a exercer forte pressão diplomática, principalmente, sobre Argentina. Ali, não somente os militares pressionavam o presidente Frondizi a tomar uma atitude mais enfática em relação a Cuba, como também o próprio governo argentino era visto como o mais próximo dos Estados Unidos entre os opositores. Este entendimento levou novamente Adlai Stevenson a reunir-se com o presidente Frondizi, em 26 de novembro de 1961. O objetivo da reunião era estabelecer uma política comum em relação à proposta colombiana. Conforme Cisneros e Escudé, “*Stevenson señaló que la pasividad de la OEA ejercía efectos negativos sobre la opinión pública norteamericana y entorpecía los planes de ayuda a América latina. Además su fracaso en hacer frente a la cuestión cubana significaría la crisis del sistema*”.<sup>465</sup> Com vistas a superar este impasse, o governo dos Estados Unidos convenceria a Colômbia e o Peru, que exigiam soluções drásticas. A Argentina, por sua vez, centraria seus esforços em Brasil, Chile e Uruguai. Estes argumentos não foram suficientes e quando a proposta foi debatida no Conselho da OEA, além de Cuba, Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador e México se negaram a apoiar a proposta.<sup>466</sup>

O Brasil era tido como um dos mais intransigentes pelo governo norte-americano desde a conversa que o presidente Kennedy tivera com o embaixador Roberto Campos. E assim se demonstrou. Além dos argumentos jurídicos e aqueles inerentes aos princípios da política externa independente, o governo brasileiro negava-se a aceitar uma resolução considera vaga e genérica sem a indicação dos fundamentos para a convocação da reunião de consulta. Para a representação brasileira, daquele modo, “todos estariam a respaldar uma

---

<sup>464</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 345.

<sup>465</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, 2000.

<sup>466</sup> Idem, *ibidem*.

reunião cujos objetivos particulares seriam, posteriormente, decididos pelo voto de maioria simples”.<sup>467</sup>

Diante deste quadro, o próprio Fidel Castro acabou dando munição para os seus adversários. No discurso de inauguração da Universidade Popular, realizada em 2 de dezembro de 1961, declarou: “sou marxista-leninista e serei marxista-leninista até o último dia de minha vida”.<sup>468</sup> Tais palavras aguçaram ainda mais os ânimos dos países que queriam a convocação imediata da reunião de consulta<sup>469</sup>, colocando na defensiva aqueles que se opunham a esta. Estes fatos levaram a aprovação da proposta colombiana, em 4 de dezembro de 1961, para convocar a Reunião de Consulta dos Chanceleres da OEA a fim de tratar a questão cubana dentro dos marcos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

Após a convocação da Reunião de Consulta, as conversações visando à aprovação de sanções ou até mesmo a intervenção em Cuba se intensificaram. O presidente Frondizi, retornando de viagem feita ao Oriente, manteve uma reunião com o presidente Kennedy, em Palm Beach, em 24 de dezembro de 1961. Nesta conversa, o presidente Frondizi afirmou que a posição do governo argentino continuava sendo a mesma, partindo da constatação de que: “*a) Estados Unidos era una realidad, pero Cuba con apoyo soviético también lo era; b) se imponía una negociación que no la podía hacer ningún político norteamericano; c) existían dos caminos para la negociación: a través de América latina, con las asistencia de los grandes países da región; o a través de la Unión Soviética*”.<sup>470</sup>

Em meio às pressões e tentativas norte-americanas de mudar a posição da Argentina e do Brasil, o chanceler brasileiro San Tiago Dantas, em novembro de 1961, viajou a Argentina para reunir-se com o chanceler argentino Miguel Angel Cárcano. A reunião ocorreu dentro dos marcos do sistema de consultas recíprocas estabelecido pela Declaração de Uruguaiana, que fora reafirmada na ocasião.<sup>471</sup>

Ao final do encontro, os ministros Dantas e Cárcano assinaram uma declaração conjunta, na qual, além de constarem a preocupação dos dois países com a corrida

<sup>467</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 347.

<sup>468</sup> CASTRO, Fidel. De Martí a Marx. In: LÖWY, Michael (org). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 274.

<sup>469</sup> A declaração de Fidel Castro tinha por objetivo aglutinar junto ao Diretório Revolucionário e ao MR-26, os comunistas do PSP para juntos constituírem as Organizações Revolucionárias Integradas embrião do Partido Unido da Revolução Socialista – PURS, futuro Partido Comunista Cubano.

<sup>470</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, 2000.

<sup>471</sup> CERVO; BUENO, 2002, p. 331.



armamentista, com a questão nuclear, a satisfação com a integração entre Brasil e Argentina, bem como, a própria integração latino-americana, evitando explicitar a questão cubana, declararam que:

4° - Os Ministros reiteram a firme adesão dos seus países aos princípios tradicionais do sistema interamericano e afirmaram o propósito de estimular seu aperfeiçoamento. Coincidiram em que o Brasil e a Argentina, em nenhum momento, declinarão de sua posição de defesa dos princípios da não-intervenção nos assuntos internos e externos dos Estados e livre autodeterminação dos povos.

5° - Reafirmaram igualmente o repúdio à ingerência de potências extracontinentais nos assuntos hemisféricos e a decisão dos povos do Brasil e da Argentina de participaram ativamente das melhores soluções para as questões continentais, dentro do respeito à soberania dos países e com exclusão de todos os meios que possam comprometer a observância do princípio de autodeterminação.

6° - Depois de considerar a situação continental em seus aspectos gerais, os dois Ministros concordaram em que o sistema interamericano compromete todos os seus membros no respeito aos princípios da democracia representativa, expressa através de eleições livres e periódicas, assim como na plena vigência dos direitos e garantias inerentes à personalidade humana. Recordaram que para o Brasil e a Argentina, o respeito amplo e escrupuloso do direito de asilo é norma de direito continental.

7° - Os Ministros reafirmaram, mais uma vez, fidelidade aos princípios democráticos e aos ideais da civilização cristã e ocidental, que o Brasil e a Argentina compartilham com os demais povos Americanos. Assinalaram que é necessário preservar cuidadosamente a unidade continental e que devem ser intensificados os contatos entre os governos americanos para coordenar qualquer decisão ou pronunciamento dos organismos regionais. Concordaram, outrossim, em que a unidade americana e a perfeita estabilidade do regime democrático somente ficarão definitivamente consolidadas quando forem superados no continente os problemas apresentados pelo subdesenvolvimento econômico e pela excessiva desigualdade social, e quando tiverem plena vigência os princípios próprios do sistema continental, em especial aqueles definidos na carta de Bogotá, na declaração de Santiago e na de São José da Costa Rica.<sup>472</sup>

Como pode ser visto, a Declaração San Tiago – Cárcano, mesmo não fazem referência direta a questão cubana, não somente reafirmou as posições do governo brasileiro e do governo argentino em relação a esta, como também pode ser considerado, juntamente com a Declaração de Uruguaiana, documento fundamental para demonstrar as afinidades de princípios das políticas externas independentes de Brasil e Argentina. Com tamanha afinidade não era difícil constatar que ambos os países chegassem unidos pelo menos no que fosse fundamental na VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres da OEA.

Esta posição fora assim esboçada por San Tiago Dantas em discurso na Academia Nacional de Direito de Buenos Aires:

---

<sup>472</sup> A íntegra da Declaração San Tiago – Cárcano encontra-se disponível no livro de San Tiago Dantas. Ver: DANTAS, 1962, p. 39-40.

(...) Tudo que estiver ao nosso alcance será feito para que Cuba não se desintegre do mundo americano, a que pertence por fatalidade geográfica e por tradição cultural. Acreditamos, entretanto, que uma solução do caso cubano só será historicamente válida e politicamente eficaz, se resultar de meios rigorosamente pacíficos, e se for obtida sem quebra do respeito a sua soberania, através da autodeterminação do povo cubano.

No mundo em que vivemos, onde a disparidade de forças atingiu níveis nunca imaginados, a intangibilidade dos princípios é a arma defensiva da soberania das nações militarmente fracas. Não pretendemos, por isso, dar o nosso assentimento a nenhuma ação internacional que ponha em perigo o princípio de não-intervenção, a cuja sombra se edificou pacificamente o sistema interamericano. E não o faremos, inclusive, por estarmos convencidos de que uma ação com tais efeitos não é, do ponto de vista prático, o meio idôneo de que dispomos para defender a unidade política deste hemisfério.

É-me grato dizer que a posição do Brasil e a da Argentina têm coincidido também neste ponto.<sup>473</sup>

Nesta passagem do discurso do ministro brasileiro de relações exteriores estavam esboçados, de forma ainda preliminar, alguns dos argumentos apresentados pelas delegações dos dois países em sua posição na reunião de consulta.

No que tange às relações da Argentina com os Estados Unidos nesse contexto, a última tentativa de diálogo fora feita com o envio de uma carta do presidente Frondizi ao presidente Kennedy, em 2 de janeiro de 1962. Acompanhavam esta carta os projetos de resolução que o governo argentino considerava o mais adequado para a reunião de consulta. Em nenhum deles contava a aplicação de sanções a Cuba, mas entre estes havia a proposta de um pronunciamento continental unânime obrigando o governo cubano a dizer que se participava ou não do sistema interamericano. Ao mesmo tempo, em um sinal de vacilação que posteriormente, também, seria demonstrado na reunião de consulta, talvez por conta da pressão interna que sofria, o presidente Frondizi assinalou que a única sanção que os governos, inclusive o norte-americano, haviam considerado era o rompimento coletivo, mais ou menos simultâneo das relações diplomáticas e comerciais com Cuba. Como resposta, o presidente Kennedy enviou outra carta solicitando o apoio da Argentina às sanções propostas. Ao que o governo argentino enviou uma delegação a Washington, para se não conseguir um posição comum, pelo menos definir um estratégia comum para que reunião transcorresse sem rupturas drásticas nas relações entre os dois países.<sup>474</sup>

No Brasil, o ministro San Tiago Dantas chamou, em 12 de janeiro de 1962, os chefes de missão dos Estados americanos para um encontro no Itamaraty para expor a posição que

<sup>473</sup> Idem, *ibidem*, p. 35-36.

<sup>474</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, 2000.

seria adotada pelo Brasil. O chanceler brasileiro primeiramente expôs as medidas e a que o país se opunha e as razões para tal oposição:

Fórmulas intervencionistas ou punitivas, que não encontram fundamento jurídico, e produzem, como resultado prático, apenas o agravamento das paixões e a exacerbação das incompatibilidades, não podem esperar o apoio do governo do Brasil.(...)

Sanções econômicas, também pareceriam um remédio jurídico condenável, nos termos do art. 16 da Carta, e politicamente inidôneo, já que o comércio com Cuba com a América Latina não tem passado, em média, de 4,5% do volume global das exportações e 9% das importações.

O rompimento de relações diplomáticas, que se explica no quadro das medidas bilaterais, só se compreenderia multilateralmente, no presente caso, como um passo a que seguissem outros maiores, pois diminuiria a capacidade de influir sobre o Governo com que se rompe, tiraria aos dissidentes o recurso humanitário do asilo e deslocaria do plano continental para a área do litígio entre Ocidente e Oriente a questão cubana, quando estimáramos que ela não transcendesse os limites do Hemisfério.<sup>475</sup>

Na seqüência do discurso, passou a apresentar a proposta brasileira:

É pela via da ação diplomática que os Estados americanos poderão alcançar os meios eficazes de preservar a integridade do sistema democrático regional, em face de um Estado que dele se afasta, configurando o seu regime como socialista. Esse Estado pode adotar essa forma de governo e esse regime social, sem ficar exposto a intervenção, unilateral ou coletiva. Não é menor a soberania dos Estados americanos do que a de quaisquer outros Estados.

Por outro lado, é certo que um Estado, ao afastar-se dos princípios e objetivos em que se funda a comunidade de Estados democráticos do Hemisfério, não pode deixar de aceitar que lhe seja proposta a adoção de certas obrigações negativas ou limitações. Tais obrigações são, na verdade, indispensáveis para que o sistema de segurança dos Estados americanos seja preservado, e para que as suas instituições e governos fiquem a salvo de qualquer possibilidade de infiltração subversiva ou ideológica, que constitui, aliás, forma já qualificada de intervenção.

Uma Reunião de Consulta, por sua natureza e pelos seus métodos próprios de trabalho, tem a competência e os meios necessários para formular tal orientação. Para executá-la, porém, faz-se necessária a criação de um órgão especial, integrado pelos diversas correntes de opinião representadas na Consulta, e com latitude suficiente para tomar para si o estudo das obrigações e a elaboração do estatuto das relações entre Cuba e o Hemisfério e sobre o qual, ouvidas as partes, se pronunciará o conselho da OEA.<sup>476</sup>

Assim, a proposta brasileira de estabelecer um estatuto de relações entre Cuba e os demais países do Hemisfério ficou conhecida como o “projeto Finlandização de Cuba”, numa

<sup>475</sup> DANTAS, 1962, p. 106-107.

<sup>476</sup> Idem, ibidem, p. 107-108.

referência as relações estabelecidas entre a Finlândia e a URSS.<sup>477</sup> A proposta visava a transformação da ilha caribenha em “em Estado neutro, a partir de um ‘tratado de obrigações negativas’”.<sup>478</sup> Conforme Moniz Bandeira, a proposição do governo brasileiro teria tido boa recepção junto ao governo soviético, pois, Kruschew “não desejaria comprometer ainda mais a URSS na defesa de Cuba”.<sup>479</sup>

Esta proposta recebeu críticas internas no Brasil, demonstrando a importância que a VIII Reunião de Consulta recebera no plano interno aos países latino-americanos. A mais significativa delas adveio de uma nota publicada no jornal *O Globo* pelos ex-chanceleres brasileiros José Carlos de Macedo Soares, João Neves da Fontoura, Vicente Raó e Horácio Lafer, que consideravam a posição do governo brasileiro como “uma posição resignatória de cruzar os braços”. Ao mesmo tempo defendiam que as Repúblicas americanas tinham de “tomar uma atitude que, sem ferir o princípio de não-intervenção, isole Cuba do nosso convívio, através do rompimento coletivo das relações diplomáticas”.<sup>480</sup>

A estas críticas dos ex-chanceleres, o ministro Dantas respondeu afirmando que o rompimento de relações, e conseqüentemente o isolamento, levaria Cuba a se integrar ainda mais ao bloco socialista, ao mesmo tempo em que o colocaria de fora do litígio entre o Ocidente e o Oriente. Dessa forma, esta medida “ou é mero passo para uma ‘intervenção pela força’, como a que os ex-Chanceleres são os primeiros a condenar, ou é remédio inócuo e talvez contraproducente”.<sup>481</sup>

Assim, diante de pressões internas e externas, os governos de Brasil e Argentina se encaminharam para a VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA, que ao que tudo indicava seria o mais importante fórum de debates da organização desde a sua criação. As repercussões da preparação da reunião de consulta foram tão significativas que, com exceção do Uruguai, nenhum outro país latino-americano quisera sediá-la, sobretudo, devido à radical polarização de opiniões geradas internamente nesses

---

<sup>477</sup> No imediato pós-Segunda Guerra, diante da instabilidade política vivida, a Finlândia estabeleceu um acordo de amizade, cooperação e assistência mútua com a URSS que colocou o país como uma espécie de tampão entre o bloco socialista e o bloco capitalista na Europa.

<sup>478</sup> NETO, Hélio Franchini. A política externa independente e, ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 48, n. 2. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005, p. 139.

<sup>479</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 352.

<sup>480</sup> A íntegra da nota encontra-se junto à declaração do ministro San Tiago Dantas em resposta a esta, em nota de rodapé, publicada em sua obra já aqui referida. Ver: Idem, *ibidem*, p. 114.

<sup>481</sup> Idem, *ibidem*, p. 114.

países. A Reunião acabou se realizando entre 23 e 30 janeiro de 1962, novamente, em Punta del Este, no Uruguai.

Inicialmente marcada para 22 de janeiro de 1962, a VIII Reunião de Consulta acabou tendo o início dos seus trabalhos adiados em um dia, conforme pedido da delegação brasileira, para que as delegações tivessem mais um tempo de consultas sem protocolo. Esta decisão foi aprovada por unanimidade, o que demonstra “a intensidade dos contatos diplomáticos e, em certa medida, as dificuldades de consenso”.<sup>482</sup> A primeira sessão plenária serviu para a eleição do chanceler uruguaio Homero Martínez Montero e do chanceler panamenho Galileo Solis, respectivamente, como presidente e vice-presidente da Conferência, e também para organizar as questões protocolares, ficando a primeira sessão de debates para o próximo dia, 24 de janeiro. Como metodologia de funcionamento foi criada uma Comissão Geral constituída de todos os chanceleres, tendo como presidente o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Marcos Falcón Briceño, e como relator o seu colega da Costa Rica, Alfredo Vargas Fernández. O objetivo desta Comissão Geral era considerar os assuntos em questão e submeter suas conclusões a aprovação da Sessão Plenária da Reunião.<sup>483</sup> Esta Comissão teve nove sessões, sem contar os encontros extraordinários restritos apenas aos chanceleres e que serviam para solucionar impasses.

Nos discursos do dia 24 de janeiro a divisão estabelecida no processo preparatório da conferência já se demonstrava evidente. No primeiro discurso, o Ministro das Relações Exteriores da Colômbia, José Joaquim Caicedo Castilla, expôs a síntese da posição do grupo de países que defendiam sanções a Cuba.

Com o propósito de preservação do sistema interamericano, ressaltou a necessidade de respeito ao princípio da igualdade e não-intervenção; exatamente esses princípios que justificariam a necessidade de sanções. Segundo Castilla, mesmo que a revolução cubana fosse aplaudida inicialmente, os rumos adotados desviavam-se dos ideais hemisféricos. O constante patrocínio cubano a mecanismos subversivos constituía o descumprimento do princípio de não-intervenção. Assim, a natureza do regime cubano e o patrocínio a guerrilhas justificavam a reunião de consulta e a adoção de sanções, na sua proposta, a ruptura de relações diplomáticas, consulares e econômicas, além da criação de um comitê de vigilância.<sup>484</sup>

---

<sup>482</sup> NETO, 2005, p. 139.

<sup>483</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Octava Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores para servir de organo de Consulta en aplicación del Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca*: Acta Final. Punta del Este: 22 a 31 de enero de 1962.

<sup>484</sup> NETO, 2005, p. 140.

No mesmo dia, porém, no sentido oposto, discursou o ministro Brasileiro San Tiago Dantas, representando o grupo de países que discordava da adoção de medidas punitivas. Estabelecendo como principais objetivos da reunião a preservação da unidade do sistema interamericano, a manutenção de seus princípios e o fortalecimento da democracia, Dantas afirmou que solidariedade continental não significava unanimidade a qualquer custo ou sacrifício da qualquer outro elemento ou princípio norteador do pan-americanismo. Afirmou ainda, que a posição brasileira fora elaborada a partir da premissa de que na conjuntura da Guerra Fria, que não significava guerra total ou iminente como algumas décadas atrás, seria necessária a convivência com o Oriente e que na luta pela democracia dentro desta realidade devia-se fortalecer a preservação, o robustecimento ou mesmo a recuperação de instituições.

Na seqüência, o chanceler brasileiro passou a contrapor, nos moldes do que fizera aos chefes das missões americanas anteriormente, a proposta de sanções e de rompimento das relações diplomáticas com Cuba. A adoção destas pela reunião de consulta era considerada como algo que ia contra a legalidade dos processos de resolução de conflitos do sistema interamericano e que, até mesmo, levaria a resultados muito aquém do esperado pelos proponentes. Dantas também afirmou que, em diferente sentido, “vimos com prazer a abandono gradual, e acreditamos unânime, de apelo às sanções militares como remédio eficaz para o caso cubano”.<sup>485</sup>

A seguir, o chanceler Dantas passou a apresentar a proposta do Brasil como alternativa as sanções ou o rompimento das relações diplomáticas.

Outro caminho para o qual apontam várias manifestações de Chancelarias americanas é o da definição dos efeitos que teria o alinhamento de Cuba entre os Estados comunistas sobre a sua filiação ao sistema interamericano. O Brasil compartilha a convicção de que existe incompatibilidade entre os princípios em que se baseia o sistema interamericano e o alinhamento de um Estado com o bloco sino-soviético, como Estado comunista. Enquanto a filiação à Organização das Nações Unidas depende exclusivamente de que um Estado preencha a condição genérica de ser amante da paz, a filiação à Organização dos Estados Americanos depende da comunhão nos princípios e objetivos enunciados na Carta de Bogotá. Entre esses princípios se requer “a organização política com base no exercício efetivo da democracia representativa”. A perda momentânea dessa efetividade não envolve uma incompatibilidade definitiva com o sistema e o organismo em que ele se exprime, mas a aceitação deliberada e permanente de uma ideologia política que o contradiz e combate gera uma situação irrecusável de incompatibilidade, de que não podem deixar de ser extraídas conseqüências jurídicas.

Será certamente um dos mais delicados e proíficos labores dessa Conferência examinar a extensão dessas incompatibilidades e os meios legais de vencê-la para a ordem jurídica. Um Estado, ao afastar-se dos princípios e objetivos em que se funda

---

<sup>485</sup> DANTAS, 1962, p. 123.

a comunidade de Estados democráticos do Hemisfério, não pode deixar de aceitar que lhe seja proposta a adoção de certas obrigações negativas ou limitativas. Tais obrigações são, na verdade, indispensáveis para que o sistema de segurança dos Estados Americanos seja preservado e para que as suas instituições e governos fiquem a salvo de qualquer possibilidade de infiltração subversiva ou ideológica, que constitui, aliás, forma já qualificada de intervenção.

Uma Reunião de Consulta, por sua natureza e pelos seus métodos próprios de trabalho, tem a competência e os meios necessários para formular tal orientação.<sup>486</sup>

A proposta brasileira foi imediatamente apoiada pelo México, pela Bolívia e pelo Equador e recebeu a simpatia do Chile e a “discreta aceitação” da Argentina. Foi rechaçada pelos Estados Unidos por considerarem que esta proposta envolveria negociações com Cuba e que, dentro dos marcos hemisféricos negociações com um país comunista, era algo inadmissível.

Dessa forma, a Conferência demonstrava inicialmente uma polarização, com a proposta colombiana de adoção de sanções, ruptura de relações diplomáticas, consulares e econômicas, e de criação um comitê de vigilância, de um lado, e a proposta defendida pelo chanceler brasileiro de “finlandização de Cuba”, de outro lado, demonstrando que qualquer saída para o impasse somente poderia ser feita mediante a negociação de novas fórmulas. Esta demonstração influenciou decisivamente a manifestação feita no dia seguinte pelo Secretário de Estado norte-americano, Dean Rusk.

No decorrer da reunião e diante do impasse, o governo norte-americano optou por uma estratégia para buscar apoio a partir de duas ações às promessas de vantagens econômicas e à mudança na proposição inicial. Nos bastidores da reunião, antes de seu discurso, o secretário Rusk encaminhou a primeira ação informando “que Kennedy estava a pedir maior apoio do Congresso americano para a OEA, o que incluía mais recursos para a Aliança para o Progresso, acordo para dedução de tarifas e exportação de *commodities*, mercado comum, etc.”.<sup>487</sup> Era uma tentativa de que os países latino-americanos utilizassem o seu voto na Conferência para chantagear os Estados Unidos. Vendo que o Brasil manteve-se firme em seus princípios, a delegação norte-americana partiu para a segunda ação.

Conforme Moniz Bandeira, o presidente Kennedy, em entrevista à imprensa, demonstrara, ao se referir de forma vaga a reunião de Punta del Este, abandonando o tom firme e decidido de alguns dias antes, que sinalizava para a possibilidade de modificação na

---

<sup>486</sup> Idem, *ibidem*, p. 126-127.

<sup>487</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 363.

posição norte-americana. Esta possibilidade fora alertada à delegação brasileira, a partir de informações do corpo diplomático do Itamaraty em Washington. Segundo estas informações, em seu discurso, o secretário Rusk iria abandonar a exigência de sanções e proporia uma fórmula que incluísse “a) declaração de incompatibilidade do castrismo com o sistema interamericano; b) exclusão de Cuba da Junta Interamericana de defesa e, possivelmente, de outros órgãos da OEA; c) embargo coletivo a vendas de armas a Cuba; d) reforço dos mecanismos de segurança (...)”.<sup>488</sup>

Assim, o secretário Dean Rusk utilizou a tribuna da Comissão Gera, em 24 de janeiro de 1962, quando demonstrou esta mudança de posição por parte do governo norte-americano:

Compartilhando, em parte, a visão de Castilla e San Tiago, Rusk afirma que os Estados Unidos simpatizavam com as aspirações de liberdade política e progresso social do povo cubano. Inaceitável era a filiação ao marxismo-leninismo e o auxílio aos propósitos soviéticos, situação condenada previamente, na reunião de San José da Costa Rica, em 1960 (VII RMRE). O secretário de Estado exemplifica esse apoio cubano pelas votações nas Nações Unidas, nas quais Cuba, havia sistematicamente posicionado-se com o bloco soviético. Postula então: *“Impulsado por esa fé marxista-leninista, el régimen de Castro se ha dedicado, no a luchar por la democracia dentro del Hemisferio ni siquiera en Cuba, sino a pervertir y corromper esa lucha para servir los intereses del comunismo internacional”*.<sup>489</sup>

Dando prosseguimento ao seu discurso, o secretário Rusk, apresentou um projeto que, seguindo o que já havia sido alertado para a delegação brasileira, “declarava a incompatibilidade de um governo marxista-leninista com o sistema interamericano e determinava a expulsão ou suspensão de Cuba dos órgãos da OEA”.<sup>490</sup>

Em 25 de janeiro, em resposta a proposta norte-americana, se manifestou o Ministro de Relações Exteriores de Cuba, Osvaldo Dorticós Torrado. Demonstrou firmemente a posição que o governo cubano manteve ao longo da preparação da própria reunião de consulta de negar a legalidade e a legitimidade das medidas que viriam a ser tomadas a partir desta.<sup>491</sup>

Outra posição que cabe destacar aqui é a do governo argentino. Ao referir-se a Argentina, Moniz Bandeira, primeiramente, afirma que esta aceitou discretamente a proposta brasileira.<sup>492</sup> Num segundo momento, o autor afirma que a “posição do Brasil em

<sup>488</sup> Idem, ibidem, p. 365.

<sup>489</sup> NETO, 2005, p. 140-141.

<sup>490</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 366.

<sup>491</sup> NETO, op. cit., p. 141.

<sup>492</sup> MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 362.



concentração com o México, foi fundamental para segurar a Argentina”.<sup>493</sup> Esta afirmação é fruto de controvérsias com outros autores como Cisneros, Escudé, Paradiso e Camilión, os quais destacam sempre a participação argentina como oposta aos Estados Unidos.<sup>494</sup> Em que pese estas controvérsias, o certo é que entre todos os governos latino-americanos participantes da Conferência, talvez, o governo argentino fosse aquele que sofresse maior pressão. Tanto interna, devido à tutela dos militares *gorillistas* e a proximidade das eleições regionais, como externa, por ser considerado um aliado pelo presidente Kennedy, vacilando algumas vezes ao longo do processo preparatório e da própria Conferência. O próprio Secretário norte-americano Dean Rusk chegou a revelar ao chanceler brasileiro que “as delegações do México, Argentina e Chile receberam autorização de seus respectivos governos para aceitar a fórmula dos EUA, mas desde que o Brasil a ela também anuísse”.<sup>495</sup> Porém, esta afirmação de Rusk não deve se colocada fora do contexto das pressões, sobretudo, de cunho psicológico, exercidas sobre as delegações latino-americanas pelo governo norte-americano.

Diante destas controvérsias historiográficas, o certo é que o governo Frondizi manteve a posição de não aceitar sanções contra Cuba e as razões para esta negativa foram relatadas pelo subsecretário do Ministério das Relações Exteriores, Oscar Camilión, a partir de três pontos: “a) *no se quería romper con Cuba*; b) *las sanciones violaban el principio de no intervención*, y c) *eran ineficaces, porque si lo que se quería era debilitar a Fidel Castro, se obtendría el resultado contrario*”.<sup>496</sup> Estas razões eram as mesmas expostas pelo chanceler brasileiro, San Tiago Dantas, o que demonstra que as conversações anteriores entre os dois governos havia dado resultado, superando as vacilações do governo Argentino diante das pressões. Isto ficara demonstrado quando o ministro argentino, Miguel Angel Cárcano, definiu o argumento jurídico de que a Carta de Bogotá não continha qualquer disposição que autorizasse a expulsão ou a suspensão de Cuba da OEA.<sup>497</sup>

Este argumento jurídico acabou sendo o centro da posição adotada pelos países latino-americanos contrários a expulsão ou suspensão de Cuba na votação realizada na Sessão Plenária final do dia 31 de janeiro de 1962. Na ocasião, o Secretário de Estado norte-americano, Dean Rusk, submeteu ao plenário um projeto que constava de quatro parágrafos:

---

<sup>493</sup> Idem, *ibidem*, p. 364.

<sup>494</sup> Ver: ESCUDÉ; CISNEROS, 2000. PARADISO, 2005. CAMILIÓN, 1969.

<sup>495</sup> Idem, *ibidem*, p. 366-367.

<sup>496</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, 2000.

<sup>497</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 366.

- 1) Declaração de incompatibilidade do marxismo-leninismo com o sistema interamericano;
- 2) Declaração da incompatibilidade do governo revolucionário cubano, por ser marxista-leninista, com esse sistema;
- 3) Proclamação de que tal incompatibilidade excluía o governo cubano do referido sistema;
- 4) Recomendação ao Conselho da OEA e aos seus órgãos e agências das providências necessárias ao cumprimento da Resolução.<sup>498</sup>

O projeto apresentado por Rusk avançava sobre propostas como o Tratado de Obrigações Negativas e sutilmente determinava a exclusão do governo cubano, mas não de Cuba, da OEA, sendo uma forma de justificar a aplicação da medida e tentar gerar uma tensão interna na ilha caribenha. Para a aprovação desta proposta eram necessários 2/3 dos votos, ou seja, 14 votos, sendo que 12 países latino-americanos já haviam rompido relações com Cuba, principalmente, os da América Central, cuja economia dependia diretamente de capitais norte-americanos.

Desde o início da VIII Reunião de Consulta formou o chamado Grupo dos Sete, que sob a liderança de Brasil e México, se opunham as sanções ou o rompimento de relações com Cuba. Também constituíam este grupo Argentina, Bolívia, Chile, Equador e Haiti. O governo uruguaio, por sua vez, transitou ao longo das discussões e negociações entre este grupo e o bloco liderado pelos Estados Unidos, e por fim acabou sendo o 13º voto favorável a exclusão de Cuba. Ainda era necessário que um país do Grupo dos Sete mudasse de posição e este país acabou sendo o Haiti. Conforme Moniz Bandeira, esta mudança de posição ocorreu “depois que Rusk e DeLesseps S. Morrison prometeram financiamento de US\$ 5 milhões para a construção do aeroporto de Port-au-Prince”.<sup>499</sup> Neto, complementando a informação, lembra que “Schlesinger Jr afirma que foram os haitianos quem chantagearam os Estados Unidos”.<sup>500</sup> Independente de onde partiu o suborno, o certo é que o Haiti tornou-se o 14º voto que o governo norte-americano necessitava.

---

<sup>498</sup> Idem, *ibidem*, p. 368.

<sup>499</sup> Idem, *ibidem*, p. 368.

<sup>500</sup> NETO, 2005, p. 142.

Desta forma, Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Equador e México votaram de forma unificada, aprovando os dois primeiros parágrafos da proposta e se abstendo dos dois últimos. Cuba, como era de se esperar, votou contrariamente a todos os parágrafos. Já os outros 14 votos restantes foram favoráveis a integra do texto que passou a constar como item 6º nas Resoluções da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos.<sup>501</sup>

Os resultados práticos da Resolução que excluiu o governo cubano do sistema interamericano, o que não representa rompimento de relações, levaram-no, conforme alertaram o presidente argentino Frondizi e o chanceler brasileiro San Tiago Dantas, a uma maior aproximação com a URSS. Ao mesmo tempo, em 5 de fevereiro de 1962, diante de uma multidão, em um ato público que contava com a presença de Lázaro Cárdenas, ex-presidente do México, o senador e líder do Partido Socialista Chileno, Salvador Allende, Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas e membro do Partido Socialista Brasileiro, e Vivian Trias, secretário-geral do Partido Socialista Uruguaio, Fidel Castro lançou a Segunda Declaração de Havana que afirmava que “o dever de todo o revolucionário e fazer a revolução”.<sup>502</sup> Esta declaração consistia numa grande incitação à luta armada e à formação de guerrilhas contra o imperialismo e os governos nacionais que o apoiavam. A partir de então Cuba iria intensificar o apoio à luta armada na América Latina.<sup>503</sup>

No Brasil, a repercussão da posição do governo na VIII Reunião de Consulta polarizou ainda mais os debates. Na imprensa esta divisão repercutia a imagens que a maioria dos jornais expressavam do próprio governo João Goulart e do gabinete nacionalista do primeiro-ministro Tancredo Neves.<sup>504</sup> Na Câmara dos Deputados, o debate a partir do

<sup>501</sup> A íntegra das Resoluções encontra-se na Ata da VIII Reunião de Consulta Ministros de Relações Exteriores da OEA e também em uma versão em português publicada na *Revista Brasileira de Política Internacional*, número 17 de 1962. Ver: ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1962; e INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Resoluções da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 5, n. 17. Rio de Janeiro: março de 1962.

<sup>502</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 373.

<sup>503</sup> Sobre o apoio cubano a luta armada no Brasil ver: ROLLEMBERG, 2001. SALLES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998. AARÃO REIS FILHO, Daniel. *A Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985. Também no livro de Michael Löwy (1998) constam alguns documentos, discursos e textos, e líderes ou das próprias organizações de esquerda influenciadas pelo castrismo e pelo guevarismo e a tática da luta armada. Para uma posição mais conservadora sobre a luta armada na América Latina ver: CASTAÑEDA, Jorge. *A utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

<sup>504</sup> Tânia Maria Pechir Gomes Manzur expõe em seu trabalho sobre como a opinião pública representava a política externa independente a posição que os jornais tiveram sobre a participação do Brasil na VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres da OEA. Outro trabalho importante sobre a imagem da imprensa sobre o governo João Goulart é de Maria Rosa Duarte de Oliveira. Ver: MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. *Opinião Pública e*

discurso pronunciado pelo ministro San Tiago Dantas, em 7 de fevereiro de 1962, para esclarecer sobre a posição brasileira, demonstrou a polarização das idéias entre a base de apoio ao governo e a oposição, representada, principalmente, pelos deputados anticomunistas Padre Vidigal e Abel Rafael.<sup>505</sup> Da mesma forma, esta polarização de idéias levou o ministro Dantas a fazer uma exposição, em 5 de fevereiro de 1962, na qual expôs que o “que o governo brasileiro impugnou no tocante à exclusão do governo cubano da Organização foi que se violasse a Carta de Bogotá”.<sup>506</sup>

Na Argentina, as repercussões da posição do governo Frondizi em Punta del Este radicalizou ainda mais os setores *gorillistas* das Forças Armadas. Estes “interpretaram o episódio como prova definitiva da orientação subversiva e marxista de um governo que já tinham condenado”.<sup>507</sup> Aqui cabe referir que nem o presidente Frondizi, nem os principais intelectuais da USINA, entre eles Frigerio, eram marxistas naquele contexto. Frigerio, assim como o presidente fora simpático ao Partido Comunista na juventude, fazendo inclusive parte de seu quadro militante, mas, distanciou-se deste ao longo dos anos 1950. O próprio *desarrollismo*, apesar de utilizar alguns conceitos de origem marxista, não tem em sua base fundamental um objetivo revolucionário como aquele proposto por Marx e Engels, configurando-se como um projeto reformista dentro dos marcos da construção de um capitalismo nacional.<sup>508</sup> Porém, na radicalização assumida pela luta de classes, os *gorillistas* faziam questão de ressaltar este passado procurando atualizá-lo como argumento para justificar os ataques a política externa independente frondizista.

O voto argentino também foi considerado pelos *gorillistas* como “*una subestimación de la oposición de la opinión pública y de los militares argentinos*”.<sup>509</sup> A partir destas críticas, as Forças Armadas passaram a exigir do presidente argentino a ruptura imediata das relações com Cuba e a demissão do chanceler Miguel Angel Cárcano.

---

*Política Exterior nos governos de Jânio Quadros e João Goulart* (1961 a 1964). Tese (Doutorado em História das Relações Internacionais). Brasília - DF: Universidade de Brasília, 2008. OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte. *João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem*. São Paulo: Annablume, 1993.

<sup>505</sup> A íntegra do debate encontrasse transcrita em Dantas, 1962, p. 132-170.

<sup>506</sup> Idem, ibidem, p. 178.

<sup>507</sup> PARADISO, 2005, p. 205.

<sup>508</sup> Aqui entendemos reformismo dentro da acepção proposta por Domenico Settembrini, segundo o qual Reformista “é o movimento que visa a melhorar e a aperfeiçoar, talvez até radicalmente, mas nunca a destruir, o ordenamento existente, pois considera valores absolutos da civilização os princípios em que ele se baseia, mesmo que sejam numerosas e ásperas as críticas que, em situação particular, se possa dirigir ao modo concreto como tais princípios se traduzem na prática”. Ver: SETTEMBRINI, Domenico. Reformismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, GIANFRANCO. *Dicionário de política*. Volume 2. 14 ed. Brasília- DF: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 1077.

<sup>509</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, 2000.

O Secretário de Estado norte-americano, Dean Rusk, por sua vez, sugeriu a embaixada do país, em Buenos Aires, que permitisse que a pressão acumulada contra o governo argentino se manifestasse, a tal ponto que o presidente Frondizi se visse forçado a mudar sua posição e rompesse relações com Cuba, respaldando a posição definida na reunião de consulta, advertindo, porém, que não era recomendado um golpe de Estado. Tudo deveria ser feito sem que parecesse que o governo Kennedy estava molestado com o voto argentino.<sup>510</sup>

Preocupado com a reação que o voto argentino teria provocado no governo norte-americano, o presidente Frondizi procurou inteirar-se desta em conserva com o embaixador Robert McClintock, que lhe falou que *os “miembro del Congreso y otros sectores relevantes de la sociedad norteamericana estaban desilusionados”*.<sup>511</sup> O presidente argentino, por sua vez, respondeu que a posição jurídica adotada por seu governo era igual a posição dos Estados Unidos na Organização Internacional do Trabalho, quando Gana propôs a exclusão da África do Sul devido as suas políticas de segregação racial. Na ocasião o governo norte-americano argumentou contrariamente a exclusão dos sul-africanos por que não havia mecanismo para tal medida na Carta da OIT. Ao que parece, *“los norteamericanos no tenían interés en aplicar la lógica cartesiana a la política internacional”*.<sup>512</sup>

Diante da crise estabelecida, o presidente Frondizi decidiu fazer da política externa independente e da posição argentina em relação à questão cubana tema de seu discurso pronunciado na inauguração das obras de construção do Túnel Subfluvial Paraná - Santa Fé, em Paraná, Balneário Thompson, em 3 de fevereiro de 1962. A importância deste discurso intitulado *“La Política Exterior Independiente”* pode ser destacada pelo fato de a *Revista Brasileira de Política Internacional*, de março de 1962, ter o publicado na íntegra. Somente dois discursos pronunciados por Chefe de Estado estrangeiro que não estivessem relacionados diretamente com a diplomacia brasileira, foram publicados pela revista, entre 1958 e 1964: o do lançamento da Aliança para o Progresso pelo presidente Kennedy, pronunciado em março de 1961, e este do presidente Frondizi.<sup>513</sup>

---

<sup>510</sup> Idem, ibidem.

<sup>511</sup> Idem, ibidem.

<sup>512</sup> Idem, ibidem.

<sup>513</sup> A versão original do discurso pode ser encontrada nas Mensagens presidenciais publicadas em 1979. Ver: FRONDIZI, 1979. A sua tradução para o português encontra-se em: INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Política Internacional Argentina. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 5, n. 17. Rio de Janeiro: março de 1962.

No discurso, o presidente Frondizi afirmou a posição argentina em Punta del Este, dentro dos marcos do direito internacional americano e da tradição interamericana:

O direito internacional americano elaborado em torno da autodeterminação, não é uma formulação abstrata que se possa deixar de lado por razões contingentes ou de urgência. Não é um meio, mas um fim. E a razão mesma da independência nacional, sua qualidade essencial e inseparável na qual descansa integralmente a noção de soberania. (...).

(...) Os Estados que se apressam a solapar ou vulnerar o direito em nome de necessidades políticas circunstanciais – por urgente e justificada que estas sejam – abandonam para sempre a única arma que possuem para resguardar sua própria integridade. Abrem um precedente funesto que justifica qualquer arbitrariedade ulterior fundamentada em razões semelhantes de conveniência política. (...).

Frente à violência do comunismo internacional que ameaça a nossa própria existência na América, não se pode empregar qualquer expediente como o de violar a lei internacional que é a única couraça que nos protege. (...)

Sustentamos a intangível vigência do direito americano em Punta del Este. Com isso não quisemos aprovar a conduta do governo cubano, que qualificamos dura e categoricamente, e que representa de maneira exata a antípoda do processo democrático e cristão que nós argentinos estamos consolidando. Quisemos, sim, defender a toda a América do perigoso precedente de vulnerar, ainda num caso isolado, os princípios permanentes do Direito Internacional para que a Argentina tem contribuído tão grandemente a elaborar. Consideramos que os princípios de não-intervenção e de autodeterminação dos povos são os únicos capazes de resguardar a soberania dos Estados especialmente das nações pequenas do Hemisfério.<sup>514</sup>

Após esta exposição das razões do voto argentino na VIII Reunião de Consulta e reafirmação dos princípios da política externa independente argentina, o presidente Frondizi passou a denunciar a pressão dos militares *gorillistas* como golpismo:

(...) Na medida em que o povo triunfa, os políticos que não confiam nele se ofuscam e se lançam desesperadamente a provocar a quebra de uma legalidade democrática, na qual estão definitivamente derrotados. Qualquer pretexto resulta útil para provocar a derrocada do governo constitucional.

Eu assumo a responsabilidade de denunciar perante o povo esses políticos que se apresentam como apóstolos da democracia no âmbito mundial, mas que estão empenhados em acabar com a democracia da sua própria pátria. Agitam o fantasma do comunismo, como único e oculto propósito de implantar uma ditadura no país.<sup>515</sup>

Na seqüência do discurso, o presidente denunciou o movimento golpista que emergia na Argentina como parte da “conspiração mundial dos elementos reacionários que se opõem a libertação e ao desenvolvimento dos nossos povos, porque preferem mantê-los na sua condição colonial”.<sup>516</sup> Vejam que aqui, Frondizi retoma a denúncia que fizera, em 1958, da

<sup>514</sup> Idem, *ibidem*, p. 165-168.

<sup>515</sup> Idem, *ibidem*, p. 169.

<sup>516</sup> Idem, *ibidem*, p. 196.

forma como o imperialismo se ligava aos grupos conservadores nacionais em sua obra *A luta antiimperialista*.<sup>517</sup>

Este discurso foi recebido com entusiasmo pelos aliados do presidente, sendo ressaltada pelo Ministro de Relações Exteriores brasileiro, San Tiago Dantas, no seu já referido pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão, feito alguns dias após a declaração do presidente Frondizi. Na ocasião o chanceler brasileiro também rendeu homenagens ao presidente argentino que “enfrentou no interior do seu próprio país uma crise política severa, em consequência da admirável atitude tomada por sua delegação em Punta del Este”.<sup>518</sup>

Esta referência do ministro brasileiro foi uma importante manifestação sobre a unidade das políticas externas independentes de Brasil e Argentina que, ao longo dos fóruns da OEA que trataram da questão cubana, demonstraram uma proximidade de princípios jamais vista anteriormente e, posteriormente, nas relações internacionais dos dois países. Esta unidade seria rompida alguns meses depois.

### 3.4 Golpes, Separação e Retorno da Rivalidade

O discurso do Paraná, como ficou conhecido o pronunciamento feito pelo presidente Frondizi, em 3 de fevereiro de 1962, aguçou ainda mais os brios dos *gorillistas*. Estes mantiveram as iniciativas golpistas aumentando as exigências ao governo argentino para que rompesse relações com Cuba.

Conforme Cisneros e Escudé, supostamente, “*el 1º de febrero de 1962, se habia firmado un acuerdo secreto entre Frondizi y los militares, se esencialmente aseguraba la continuidad del primero en poder al cambio de la ruptura con Cuba*”.<sup>519</sup> Da mesma forma, o presidente argentino teria garantido que o discurso de Paraná não teria influência no curso que o governo seguiria após seu pronunciamento, tendo acordado, também, a saída do grupo de Frigerio do governo. Segundo, este suposto acordo se em uma semana estas medidas não fossem postas em prática o presidente Frondizi seria deposto.

---

<sup>517</sup> FRONDIZI, 1958.

<sup>518</sup> Dantas, 1962, p. 179.

<sup>519</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, 2000.

Em que pese à veracidade ou não de tal acordo, o certo é que surpreendentemente o presidente Frondizi anunciou a ruptura das relações diplomáticas entre Argentina e Cuba, em 8 de fevereiro de 1962, apenas cinco dias após ter reafirmado a posição da delegação argentina na VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos.

Albino Gómez relata que:

*Hubo grandes discrepancias cuando Frigerio, después de su entrevista con el presidente, dijo que éste había decidido la ruptura con Cuba para impedir el golpe. Camilión, Musich y sobre todo Florit, se negaban a aceptar tal decisión porque estimaban que Frondizi lo había convencido a Frigerio, sobre la base de informaciones “de palacio” acerca de la gravedad y profundidad de la crisis y de la inminencia del golpe. Entendían que después del discurso de Paraná, la ruptura era vergonzosa.*<sup>520</sup>

Na seqüência, Gómez segue afirmando que, em 2 de fevereiro de 1962, “*tuve una discusión muy acalorada en la casa de Frigerio, cuando se decidió que Florit debería ir a Brasil a adelantarle a Goulart la ruptura, y Florit se negó*”.<sup>521</sup> Na ocasião, Frigerio cobrou disciplina do companheiro, afirmando que se tratava de ceder e que ele tinha que fazer muitas concessões, renunciar idéias e crenças que eram muitos caras, que “*preferiría hacer discursos marxistas-leninistas en lugar de los que tenía que hacer la Usina*”.<sup>522</sup>

Este relato demonstra o quando este recuo era caro para os principais intelectuais orgânicos do *desarrollismo* e da política externa independente argentina, pois os empurrava para uma forte contradição entre seus ideais e a necessidade objetiva de evitar o golpe. Em entrevista concedida ao próprio Albino Gómez, vinte um anos depois, em 1983, e que encontrasse transcrita em anexo ao livro deste, o presidente Frondizi confirmou esta que no seu entendimento era uma exigência do momento histórico

*El discurso de Paraná fue, objetivamente, un testamento político (...) formulado con conciencia y en el que se expresaba qué se debía hacer. El rompimiento de relaciones con Cuba, decidido unos días después, fue, como todo el mundo lo comprendió en ese momento, una medida destinada a contrarrestar el golpe de Estado que gestaba la extrema derecha militar y las fuerzas económicas y políticas que instrumentalizaban a ese grupo de militares. Fue, simplemente, un frustrado esfuerzo para tratar de preservar la legalidad – cada vez más debilitada – que constituía nuestra primera obligación para con la República Argentina.*<sup>523</sup>

<sup>520</sup> GÓMEZ, 2004, p. 166.

<sup>521</sup> Idem, ibidem, p. 167.

<sup>522</sup> Idem, ibidem, p. 168.

<sup>523</sup> Idem, ibidem, p. 250.



Este esforço realmente se demonstrou frustrado, pois, a curto e médio prazo, os efeitos negativos internos ao governo argentino, como a renúncia do chanceler Miguel Angel Cárcano em oposição ao rompimento com Cuba, foram mais drásticos do que os ganhos deste em relação a um recuo do golpismo por parte do *gorillismo*.

Bastou o levantamento da proscricção do peronismo, que no entendimento do governo argentino concretizaria a democracia no país, o avanço eleitoral deste e dos aliados do governo, em menor grau, bem como, a significativa derrota da UCRP, que havia se tornado o bastião político do *gorillismo*, para que o Golpe fosse dado e o presidente Frondizi deposto em 29 de março de 1962.

A deposição de Frondizi repercutiu de maneira significativa por toda a América Latina, sobretudo, por que fora, com exceção da Revolução Cubana, o primeiro Golpe ocorrido na região desde a derrubada de Perez Jimenez na Venezuela, em 1958. Este foi também o primeiro Golpe ocorrido no governo de John Kennedy, que havia prometido ao assumir o governo norte-americano a contrariedade as rupturas na ordem democrática latino-americana, posição que reafirmara no lançamento da Aliança para o Progresso.

Um golpe de Estado na Argentina não era a saída desejada e nem a mais apropriada para o governo norte-americano. Isto pode ser visto em um informe ao Departamento de Estado feito pelo diplomata norte-americano Hoyt antes da derrubada de Frondizi. Naquele documento o diplomata afirma que “*las repercusiones de un golpe de estado no servirían a los intereses de Estados Unidos*”, pois, “*implicaría un retroceso en los procedimientos constitucionales y tendría un efecto adverso en las relaciones argentino-norteamericana*”.<sup>524</sup>

Porém, quando o Golpe de Estado se pronunciou, o governo norte-americano primeiramente teve uma posição ambígua, mas num segundo momento reconheceu o novo governo argentino e passou a apoiá-lo. Este fato demonstrou as contradições de um governo que anteriormente manifestara a posição de que qualquer ruptura na ordem democrática de algum país latino-americano significaria a suspensão dos recursos econômicos da Aliança para o Progresso a este país. Conforme Cervo, “John F. Kennedy e seu secretário, Dean Rusk, não só não suspenderam a ajuda econômica, como apadrinharam o regime falsamente democrático”<sup>525</sup> estabelecido na Argentina.

---

<sup>524</sup> ESCUDÉ; CISNEROS, 2000.

<sup>525</sup> CERVO, 2007, p. 168.

A mesma posição não seria adotada diante do Golpe de Estado contra o governo de Manuel Prado, no Peru, em julho de 1962, quando os militares de direita não aceitaram a vitória eleitoral da Aliança Popular Revolucionária Americana – APRA. Aqui o governo Kennedy interrompeu a ajuda econômica e militar ao Peru e chamou para consulta seu embaixador. Já diante do Golpe contra o presidente Carlos Arosemena, no Equador, em julho de 1963, a posição do governo norte-americano foi de tolerância frente à ruptura da ordem democrática. Porém, diante dos golpes contra o presidente Juan Dosch, na República Dominicana, em setembro de 1963, e contra o presidente Ramón Villeda Morales, em Honduras, em outubro de 1963, fora de oposição.<sup>526</sup>

Estes posicionamentos do governo Kennedy diante dos golpes de Estado levantam a hipótese de que, em relação aqueles países que demonstraram aspiração para certa independência na VIII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores da OEA, como a Argentina e o Equador, os Estados Unidos toleravam a ruptura na ordem democrática, porém, não a aceitavam em países que adotavam o alinhamento automático no plano hemisférico, como o Peru, a República Dominicana e Honduras. Esta é uma hipótese, em que pese como um dado preliminar, ainda por ser trabalhada nos estudos referentes às relações entre os Estados Unidos e a América Latina.

No Brasil, o Golpe que depôs o presidente Frondizi teve um impacto significativo sobre o governo João Goulart, sobretudo, por que este perdera o principal aliado na América Latina, o que fez com que a viagem do presidente ao México, realizada em abril de 1962, ganhasse em importância, pois, este era o último aliado brasileiro de peso na região.

A ruptura da unidade entre a política externa independente brasileira e a política externa independente da Argentina se processou pela opção do governo de José María Guido, novo presidente argentino, pelo retorno do alinhamento automático aos Estados Unidos e ao “ocidentalismo da Guerra Fria”.<sup>527</sup> Dessa forma, conforme Camilión, a Argentina iniciou “uma etapa na condução internacional que reatualiza os rígidos esquematismos do pós-guerra, e faz do fator ideológico o fator determinante da política exterior ao qual deve subordinar-se o fator nacional”.<sup>528</sup>

---

<sup>526</sup> Os posicionamentos do governo dos Estados Unidos diante dos golpes de Estados dados nos anos 1960, portanto, tanto no governo Kennedy como no governo Johnson estão demonstrados em um quadro explicativo contido em DÀBENE, 2003, p. 174.

<sup>527</sup> PARADISO, 2005, p. 209.

<sup>528</sup> CAMILIÓN, 1969, p. 40.

O distanciamento entre a política externa independente de João Goulart e a nova política externa argentina ficaria evidente na reação que os dois países tiveram diante da Crise dos Mísseis. Quando um avião norte-americano U-2, em 29 de agosto de 1962, detectou na região ocidental de Cuba, oito bases de mísseis SA-2 soviéticos, já em fase operacional, e mais 16 outras bases em fase de instalação, o que indicava que o governo revolucionário havia progredido significativamente em seu poder militar defensivo,<sup>529</sup> a questão cubana novamente voltava à tona, desta vez, inserida de maneira mais evidente nos quadros da Guerra Fria.

Em 14 de outubro de 1962, o governo norte-americano divulgou as fotografias que mostravam cerca de quarenta silos para abrigar mísseis soviéticos em território cubano. Em resposta ao governo dos Estados Unidos, o primeiro-ministro soviético, Nikita Krushev afirmou que os mísseis instalados em Cuba tinham características defensivas e foram instalados na ilha para dissuadir novas tentativas de invasão. Entre navios soviéticos carregando mísseis balísticos, ameaças de utilização de armas nucleares contra esta iniciativa soviética e de debates intensos na ONU, a Crise dos Mísseis ganhou dimensão hemisférica, principalmente, quando o presidente Kennedy anunciou, em 22 de outubro, um bloqueio de quarenta dias a Cuba.<sup>530</sup>

Diante desta “quarentena”, o Secretário de Estado, Dean Rusk, ficou encarregado de fazer contatos diplomáticos com todos os aliados norte-americanos e a todos os 21 países da América Latina. O governo argentino, coerente com a nova política externa adotada, rapidamente apoiou os Estados Unidos, ordenando “que dois contra-torpedeiros integrassem as forças encarregadas de interceptar os navios que se dirigiam a Cuba”.<sup>531</sup> O presidente argentino, José Maria Guido, autorizou também “o envio de uma esquadra de três aviões, com a missão de patrulha, busca e salvamento”, ao mesmo tempo que se dispôs a formar, junto com os Estados Unidos, “uma brigada, que poderia participar de eventual ação contra Cuba, contribuindo para dar-lhe um caráter coletivo e continental, ainda que seu valor fosse meramente político e simbólico, ou mesmo intervir em qualquer outro país, inclusive o Brasil”.<sup>532</sup> Ficara demonstrada a política externa de alinhamento automático com os Estados Unidos adotada pelo novo governo argentino.

---

<sup>529</sup> MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 428.

<sup>530</sup> Idem, ibidem, p. 454.

<sup>531</sup> PARADISO, 2005, p. 210.

<sup>532</sup> MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 504-505.

O governo brasileiro, por sua vez, manteve uma posição mais ponderada diante da situação. No mesmo dia em que decretara a “quarentena”, o presidente Kennedy enviou uma carta ao presidente João Goulart, na qual apontava “a necessidade e a oportunidade neste Hemisfério de determinar pela nossa ação conjunta nos próximos dias, o que pode ser todo o futuro da humanidade sobre esta terra”.<sup>533</sup> Ao mesmo tempo, o presidente norte-americano solicitava o apoio do Brasil à proposta que os Estados Unidos encaminhariam ao Órgão de Consulta da OEA, a qual propunha a adoção de medidas individuais ou coletivas, não descartando o emprego da força armada, de acordo com o artigo 6º do Tratado Interamericano de Reciprocidade – TIAR, contra Cuba.<sup>534</sup> Em resposta, o presidente Goulart, mostrando-se surpreso com a existência de armas nucleares em Cuba, afirmou que “desta vez o Brasil não tomaria nenhuma iniciativa no sentido de defesa de Cuba, preferindo aguardar o desenrolar dos acontecimentos, atento ao compromisso com a comunidade americana”.<sup>535</sup>

Na tentativa de manter os princípios da política externa independente, mas com a clareza de que diante desta situação extremada seria obrigado a ceder, o presidente Goulart e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Hermes Lima, a pedido do embaixador norte-americano Lincoln Gordon, enviaram o Chefe da Casa Militar da presidência, General Albino Silva, a Havana para conferenciar com Fidel Castro. No encontro com o líder revolucionário, “o militar brasileiro afirmou que o Brasil continuaria a defendendo a soberania cubana, mas que era contrário à permanência dos mísseis soviéticos na ilha”.<sup>536</sup>

Esta posição foi demonstrada pelo representante brasileiro no Conselho da OEA, embaixador Ilmar Pena Marinho, que votou favorável a “quarentena” determinada pelo governo norte-americano, porém, se posicionou contra o dispositivo da resolução que autorizava o emprego da força armada, se necessário, em uma intervenção a Cuba.<sup>537</sup> Dessa forma, o governo João Goulart demonstrou que, mesmo isolado, o Brasil não abriria mão dos princípios de autodeterminação dos povos e de não-intervenção, bases de sua política externa independente.

A Crise dos Mísseis chegaria ao seu final em 28 de outubro, quando o presidente Kennedy e o primeiro-ministro Krushev acordaram que a URSS desativaria as bases de

---

<sup>533</sup> A íntegra da Carta do presidente John F. Kennedy ao presidente João Goulart esta disponível em uma nota de rodapé contida em: MONIZ BANDEIRA, 1978, p. 76-77.

<sup>534</sup> Idem, *ibidem*, p. 77.

<sup>535</sup> GOULART *apud* VIZENTINI, 2004, p. 201.

<sup>536</sup> Idem, *ibidem*, p. 202.

<sup>537</sup> Idem, *ibidem*, p. 201.

mísseis em Cuba em troca os Estados Unidos desativariam a sua base de mísseis na Turquia. No plano das relações interamericanas, a partir da Crise dos Mísseis, dois fatos ficariam demonstrados. Em primeiro lugar, que a unidade e a proximidade das políticas externa de Brasil e Argentina eram coisa do passado. Em segundo lugar, que o governo brasileiro encontrava-se isolado dos demais países latino-americanos.

Porém, mesmo diante deste isolamento hemisférico, o governo João Goulart, restituído dos poderes presidencialistas, em janeiro de 1963, optou por radicalizar o seu programa de Reformas de Base. Entre outras propostas, este programa indicava o fortalecimento do controle de remessas de capitais estrangeiros, o que colocava o governo brasileiro em enfrentamento direto com os interesses norte-americanos. Em relação à política externa independente, esta ganharia um tom muito mais desenvolvimentista, em detrimento da busca de um maior peso político para o Brasil no mundo, representando um recuo diante do isolamento hemisférico. Recuo este, que pode ser visto no voto de aprovação do governo brasileiro no Conselho da OEA, em 3 de dezembro de 1963. Na ocasião, foi avaliado o pedido da Venezuela para convocação de Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA e da formação de uma Comissão Investigadora para averiguar as agressões cubanas a soberania daquele país mediante o apoio a grupos guerrilheiros.<sup>538</sup>

Ao mesmo tempo, o assassinato do presidente Kennedy, em Dallas, no dia 22 de novembro de 1963, e a posse do vice-presidente Lyndon Johnson, definiu uma nova orientação para a política externa norte-americana. Conforme, Moniz Bandeira, “a orientação de Kennedy descontentara ponderáveis interesses do imperialismo norte-americano”.<sup>539</sup> As suas vacilações diante dos golpes de Estado “continham em certa medida as tendências do imperialismo que reclamavam uma ação mais agressiva de Washington”.<sup>540</sup> Esta tendência pode ser vista no episódio da Crise da Legalidade no Brasil, quando diante da renúncia do presidente Jânio Quadros, o presidente Kennedy demonstrou-se contrário a negativa dos militares em dar posse a João Goulart. Para o próprio presidente João Goulart, a morte de Kennedy representou a ruptura de “um fio importante que o ligava aos Estados Unidos”.<sup>541</sup> Mesmo com o evidente antagonismo entre a política externa independente brasileira e os

---

<sup>538</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Queixa da Venezuela contra Cuba – declaração de voto do representante do Brasil no Conselho da OEA. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 6, n. 24. Rio de Janeiro: dezembro de 1963.

<sup>539</sup> MONIZ BANDEIRA, 1978, p. 143.

<sup>540</sup> Idem, *ibidem*, p. 144.

<sup>541</sup> PARKER, 1977, p. 75.

interesses dos Estados Unidos, “Goulart admirava Kennedy e achava que tinha alguma afinidade com o Presidente norte-americano”.<sup>542</sup> Este elo estava rompido.

A nova política externa norte-americana do governo Lyndon Johnson representou um endurecimento nas relações dos Estados Unidos com o Brasil. A nova orientação seria demonstrada pelo novo Secretário de Estado norte-americano, Thomas Mann, em Conferência realizada em Washington, a qual reuniu os embaixadores do país na América Latina e alguns diretores da Agência para o Desenvolvimento Internacional – AID. Na ocasião, o secretário Mann afirmou que os Estados Unidos “não mais procurariam punir as juntas militares por derrubarem governos democráticos”.<sup>543</sup>

Este anúncio da “Doutrina Mann” representava que o caminho estava livre para que os liberais conservadores acelerassem o processo de derrubada do governo João Goulart, no Brasil. O que foi feito em 31 de março de 1964. Nesse sentido, a *Operação Brother Sam*, um plano militar preventivo de apoio aos golpistas brasileiros, representou a orientação de Thomas Mann para a política externa norte-americana em relação à América Latina.

A nova política externa brasileira adotada pelo governo do General Castelo Branco, identificada com o projeto da Escola Superior de Guerra de “desenvolvimento e segurança”, representou o retorno do alinhamento automático com os Estados Unidos, em vigor no governo Dutra, e da “Doutrina do Aliado Preferencial”. Isto pode ser demonstrado nos primeiros atos do Ministério das Relações Exteriores, agora tendo a sua frente o chanceler Vasco Leitão da Cunha. Em sua posse, o novo chanceler brasileiro afirmou que a palavra autodeterminação “vem sendo confundida com soberania, relembrando que não intervenção e autodeterminação são princípios válidos para todos e não apenas fórmulas para acobertar situações”.<sup>544</sup> Por sua vez, o presidente Castelo Branco declarou que o Brasil procuraria “robustecer os entendimentos bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos da América”.<sup>545</sup> Assim, o país acabou rompendo relações com Cuba, em 13 de maio de 1964.<sup>546</sup> Por ironia da

---

<sup>542</sup> Idem, ibidem, p. 75-76.

<sup>543</sup> Idem, ibidem, p. 88.

<sup>544</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Entrevista coletiva à imprensa concedida em 9/4/64 pelo Chanceler Vasco Leitão da Cunha. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 7, n. 26. Rio de Janeiro: junho de 1964, p. 323.

<sup>545</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Entrevista do Presidente Castelo Branco. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 7, n. 26. Rio de Janeiro: junho de 1964, p. 333.

<sup>546</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Rompimento de relações diplomáticas com Cuba. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 7, n. 26. Rio de Janeiro: junho de 1964, 338.

História, a nota divulgada a imprensa foi assinada pelo ministro Vasco Leitão da Cunha que, em janeiro de 1959, quando estourou a Revolução, era o embaixador brasileiro em Cuba.

No que tange as relações entre Brasil e Argentina, mesmo com o Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Vasco Leitão da Cunha, e o ministro das relações exteriores da Argentina, Miguel Angel Zavalla Ortiz, tendo declarado conjuntamente, em 31 de agosto de 1964, “o desejo de reafirmar a perfeita solidariedade e coincidência de ideais existentes entre as duas nações”<sup>547</sup>, o distanciamento entre a política externa brasileira e a política externa adotada no novo governo argentino do presidente Arturo Illía era evidente.

Este distanciamento pode ser verificado em 1965, quando o Brasil não só apoiaria como participaria da Intervenção norte-americana, sob o manto da OEA, na guerra civil da República Dominicana. Enquanto que o governo argentino do presidente Illía, buscando uma maior autonomia, manteria os princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos, condenado e se negando a participar da desta agressão a soberania dominicana.<sup>548</sup> O espírito do Encontro de Uruguaiana estava definitivamente sepultado e Brasil e Argentina retornariam a rivalidade pela hegemonia do Cone-Sul.

---

<sup>547</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Declaração Conjunta Brasil - Argentina. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 7, n. 27. Rio de Janeiro: dezembro de 1964, p. 612.

<sup>548</sup> Este episódio pode se conferido no livro de Alejandro Simonoff sobre a política externa do governo Arturo Illía. Ver: SIMONOFF, 2007.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento histórico em que Brasil e Argentina vivenciaram, ao mesmo tempo, a experiência das políticas externas independentes dos governos do presidente argentino Arturo Frondizi e dos presidentes brasileiros, Jânio Quadros e João Goulart, constitui-se de um momento único nas relações internacionais entre estes dois países.

Nem mesmo a experiência histórica anterior do Pacto do ABC, proposto pela diplomacia de Rio Branco em 1915, ou da tentativa de sua retomada segundo a proposta do presidente argentino Juan Domingos Perón, em 1950; nem mesmo as experiências posteriores de aproximação nas gestões do presidente argentino Raúl Alfonsín e do presidente brasileiro José Sarney, nos anos 1980, quando os dois países viviam os dilemas da redemocratização, que culminou com assinatura, juntamente com Uruguai e Paraguai, em 1991, do Tratado de Assunção e a criação do Mercosul;<sup>549</sup> ou até mesmo a recente aproximação das políticas externas do governo brasileiro de Luis Inácio Lula da Silva e dos governos argentino de Nestor Kirchner e de Cristina Kirchner;<sup>550</sup> em nenhum destes momentos, Brasil e Argentina tiveram tamanha afinidade e unidade de princípios e ações no contexto internacional.

Esta aproximação começou antes mesmo de o Brasil adotar a sua política externa independente. As raízes deste contexto de aproximação entre os dois países devem ser buscadas em 1958, quando o governo Juscelino Kubitschek retoma o papel ativo da diplomacia brasileira no cenário regional com a proposta da Operação Pan-Americana, tendo encontrado no recém eleito presidente argentino, Arturo Frondizi um aliado incondicional. A partir da Operação Pan-Americana, conforme Camilión, “as linhas da diplomacia argentina e brasileira começaram a aproximar-se de maneira nova e frutífera”.<sup>551</sup> Brasil e Argentina

---

<sup>549</sup> Sobre a experiência do Mercosul podemos destacar: AVERBUG, M. Mercosul: Expectativas e Realidade. In: *Revista do BNDES*, v. 9, n. 17. Rio de Janeiro: BNDES, jun. 2002. MACHADO, João Bosco M. *Mercosul: processo de integração – origem, evolução e crise*. São Paulo: Aduaneira, 2000. SABBATINI, R. Multilateralismo, regionalismo e o Mercosul. In: *Indicadores Econômicos FEE*, v. 29, n. 01. Porto Alegre: FEE, jun. 2001. ILHA, Adair da Silva; VENTURA, Deise (org.). *O Mercosul em movimento*. Volume 2. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

<sup>550</sup> Ver: SALLUM JR, Basilio (org.). *Brasil e Argentina hoje: política e economia*. Bauru – SP: EDUSC, 2004.

<sup>551</sup> CAMILIÓN, 1969, p. 37.



passavam a ver que do outro lado da fronteira, nas palavras do presidente Frondizi, “não está um inimigo que nos vai atacar, mas sim um irmão que nos proteja os flancos”.<sup>552</sup>

Esta proximidade entre os presidentes Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi era também uma proximidade de projetos de desenvolvimento. Tanto o nacional-desenvolvimentismo brasileiro quanto o *desarrollismo* argentino partem de uma mesma concepção de superação do atraso econômico a partir da industrialização, com os capitais estrangeiros sendo colocados a serviço desta estratégia.

A aproximação inicial foi aprofundada com a posse do presidente Jânio Quadros no Brasil. O novo governo lançou a política externa independente brasileira, a partir da qual o papel das relações com a Argentina era definido como fundamental para uma inserção soberana do país no cenário internacional. Ao mesmo tempo a política externa *desarrollista* argentina destacava cada vez mais o seu aspecto independente. O auge desta aproximação foi o Encontro de Uruguaiana, cuja declaração final consistia na afirmação dos pontos comuns das políticas externas independentes de Brasil e Argentina.

Tomando por base o método comparativo, pode-se definir que os pontos em comum entre a política externa independente brasileira e a política externa independente argentina consistiam: nos princípios de autodeterminação dos povos e de não-intervenção, no desenvolvimentismo, na universalização das relações comerciais, na crítica à deterioração dos termos de troca, no desejo de industrialização e na busca da integração latino-americana. Ainda cabe ressaltar que o caráter independente das políticas externa de Brasil e Argentina não significou neutralismo, conforme a definição proposta pela Conferência de Bandung. Ambos os países se definiam como pertencentes ao bloco ocidental, porém, nem restringiam suas relações aos países pertencentes a este bloco, nem entendiam o alinhamento automático aos Estados Unidos como condição *sine qua non* para o pertencimento a este bloco. A política externa independente, no entender de Brasil e Argentina, significava, portanto, independência dentro dos marcos definidos pela Guerra Fria.

No que diz respeito às particularidades dos processos históricos de cada um dos países e a sua relação com a adoção da política externa independente, no caso brasileiro, esta representou um avanço em relação às experiências anteriores. Tais experiências haviam sido marcadas pela barganha nacionalista adotadas pelos governos Getúlio Vargas, em todas as

---

<sup>552</sup> Discurso do Presidente Arturo Frondizi *apud* INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1958, p. 237.

suas fases, e pelo governo Juscelino Kubitschek a partir de 1958. Ao mesmo tempo, a inserção independente do Brasil no cenário internacional respondia as necessidades produzidas pelo processo de transformação que o país vinha vivendo ao longo do pós-Guerra e que fora aprofundado pelo forte crescimento industrial do período Kubitschek. Como consequência deste crescimento industrial, a urbanização e o incremento do mercado interno geraram a necessidade de ampliação das relações comerciais do Brasil.

Este processo só poderia ser visto com a diversificação de suas relações internacionais, uma vez que a recuperação européia, o crescimento econômico do Japão, da China e dos países do leste-europeu, bem como, a descolonização da África e da Ásia, abriam novas possibilidades de mercado.

No governo João Goulart a política externa independente pode ser associada ao programa das Reformas de Base, um conjunto de reformas nas estruturas do país com o objetivo de fortalecimento de um capitalismo nacional.

Em relação à Argentina, a política externa independente pode ser considerada uma síntese do choque entre os modelos anteriores de inserção internacional. Nas primeiras décadas do século XX, a Argentina experimentou significativo crescimento econômico através do modelo agroexportador de desenvolvimento. Este modelo impunha ao país uma inserção dependente no cenário internacional, sobretudo da Inglaterra. A crise de 1929, e como consequência a crise econômica inglesa, levaram a ruptura deste modelo. Em sua substituição, o presidente Juan Domingos Perón adotou a Terceira Posição, baseada na opção pelos preceitos nacionalistas como base para a inserção internacional argentina. A Terceira Posição peronista acabou gerando o isolamento do país no imediato pós-Guerra. Em sua substituição, a Revolução Libertadora de 1955 adotou o alinhamento automático com os Estados Unidos, bem ao modelo da Guerra Fria.

A política externa independente adotada pelo governo Frondizi representou a tentativa de construção de uma terceira via entre a Terceira Posição e o alinhamento automático, tendo como base o *desarrollismo*, este também uma tentativa de constituição de uma terceira via entre o peronismo e o liberalismo conservador da Revolução Libertadora. Dessa forma, a política externa independente frondizista mantinha os preceitos de independência da Terceira Posição abandonando o isolacionismo desta. Este abandono, por sua vez, não se constituía na adoção do alinhamento automático com os Estados Unidos, preconizado pela Revolução

Libertadora, mas sim, de uma postura universalista de diálogo com todas as nações, mantendo-se, porém, dentro do bloco ocidental.

No âmbito continental, a coerência das políticas externas independentes e a aproximação entre Brasil e Argentina tiveram como teste fundamental a questão cubana, surgida da ascensão ao poder dos revolucionários liderados por Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, em Cuba.

A Revolução Cubana pode ser vista a partir de duas dimensões, uma correspondente a realidade interna da ilha caribenha, outra correspondente ao próprio avanço do nacionalismo e do antiamericanismo latino-americano ao longo da década de 1950. No contexto interno, pode ser vista como uma reação a ditadura estabelecida por Fulgêncio Batista, que transformou Cuba em um grande cassino para os estrangeiros, sobretudo, norte-americanos, enquanto que a maioria da população cubana vivia na miséria. No contexto internacional, a Revolução Cubana pode ser considerada o clímax de uma década marcada por governos nacionalistas como Getúlio Vargas, no Brasil, Juan Domingos Perón, na Argentina, Jacobo Arbens, na Guatemala. Todos eles, de uma forma ou de outra, interrompidos por golpes ou tentativas de golpes conservadores apoiados pelo governo norte-americano do presidente Dwight Eisenhower. Também podemos destacar como manifestações deste avanço do nacionalismo e do antiamericanismo latino-americano, a Revolução Boliviana de 1952 e as hostilidades ao vice-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, em sua passagem pela América Latina.

Neste contexto é que podemos inserir a Revolução Cubana, como fruto da própria necessidade estabelecida pelo povo cubano de romper com uma estrutura que aliava o latifúndio com o imperialismo norte-americano, e não como fruto da intervenção comunista na América Latina. O avanço desta em direção ao socialismo a partir da definição deste caráter para a revolução, em 1961, representou uma escolha própria e soberana de Cuba. Porém, preocupados com o rumo da revolução e com o fracasso de suas tentativas de derrubar o governo revolucionário de Fidel Castro, o governo dos Estados Unidos, tanto sobre a presidência de Dwight Eisenhower como, posteriormente, com a presidência de John Kennedy, procuraram inserir a questão cubana dentro dos marcos do sistema interamericano. Dessa forma, procuraram defini-lo como em oposição a este para, a partir desta definição, impor sanções ou até mesmo intervir militarmente na ilha caribenha.

Diante desta realidade, a questão cubana passou a ser pauta constante nos fóruns da Organização dos Estados Americanos, o que forçava os países latino-americanos a tomarem uma posição em relação ao governo de Fidel Castro. No que diz respeito a Brasil e Argentina, a questão cubana transformou-se em um desafio para a aproximação e a independência destes países. Ao mesmo tempo, em que inseriu a própria dinâmica da luta de classes interna a ambos na dinâmica da luta de classes latino-americana, a qual se polarizou nas posições pró e contra Cuba.

Na Argentina, o governo Frondizi viu-se ainda mais ameaçado pelo golpismo da extrema direita *gorillista*, sobretudo, o seu setor militar que procurava impor uma tutela sobre as ações do presidente. Já no Brasil, a questão cubana aguçou ainda mais os brios do liberalismo conservador, o qual desde o governo do presidente Getulio Vargas ensaiava constantes tentativas de golpes de Estado. Ao mesmo tempo, os governos a Argentina e do Brasil sofreram, constantemente, a pressão dos Estados Unidos para que abandonassem a política externa independente ou alguns de seus princípios fundamentais em nome da luta continental contra o comunismo.

Mesmo diante desta pressão, como verificou este trabalho, tanto o governo argentino de Arturo Frondizi, como os presidentes Jânio Quadros e João Goulart mantiveram as suas posições independentes, reafirmando em todos os momentos os princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos, bem como a defesa do direito internacional, com destaque especial para o mais tenso destes momentos, a VIII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos, realizada em Punta del Este, no Uruguai, entre os dias 23 e 30 janeiro de 1962.

Aqui destacamos as importantes contribuições do chanceler brasileiro, San Tiago Dantas, na apresentação da proposta de “finlandização de Cuba”, e do chanceler argentino, Miguel Angel Cárcano, por formular a posição de defesa do direito interamericano, em contraposição ao rompimento de relações diplomáticas ou a exclusão de Cuba da OEA.

A posição assumida na VIII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos foi o último ato conjunto das políticas externas independentes de Brasil e Argentina. A derrubada do presidente Frondizi, em 29 de março de 1962, e a retomada pelo governo de José Maria Guido do alinhamento automático com os Estados Unidos significaram uma ruptura da unidade de posições entre os dois países

que pode ser vista no episódio da Crise dos Mísseis. Posteriormente, a derrubada do governo de João Goulart, em 31 de março de 1964, e a adoção também por parte da Ditadura Civil-Militar brasileira do alinhamento automático com os Estados Unidos trouxeram, novamente, ao cenário do Cone Sul a rivalidade e as disputas hegemônicas que geraram um distanciamento ainda maior entre Brasil e Argentina.

Porém, em que pese este distanciamento, as políticas externas independentes deixaram raízes profundas nas diplomacias de ambos os países, sendo retomados alguns de seus preceitos pelos governos dos presidentes Arturo Illía, Leopoldo Galtieri, Raul Alfonsín, Nestor Kirchner e Cristina Kirchner, na Argentina; e dos presidentes Costa e Silva, Ernesto Geisel, José Sarney e Luis Inácio Lula da Silva, no Brasil.<sup>553</sup>

Um último ponto a ser destacado por esta dissertação é que a análise conjunta da política externa independente da Argentina e da política externa independente do Brasil, a partir de suas posições em relação à questão cubana e as conclusões a que guiaram, não significa que o tema se esgote por aqui. Muitas são as questões que a pesquisa deixa em aberto, sobretudo, no campo da percepção que cada um dos países tinha em relação ao outro. Aqui destacamos as manifestações oficiais e públicas desta percepção. Porém, em política internacional aquilo que é tornado público é apenas parte de um processo mais complexo. Cabe, portanto, analisar a percepção oculta que as diplomacias de Brasil e Argentina tinham em relação ao país vizinho. Somente desta forma é que poderemos ter uma visão mais completa deste momento único da história das relações internacionais entre os dois países.

---

<sup>553</sup> Arturo Illía governou a Argentina entre 1963 e 1966; o general Leopoldo Galtieri entre 1981 e 1982; Raúl Alfonsín de 1983 e 1989; Nestor Kirchner de 2003 a 2007; Cristina Kirchner é a atual presidente desde 2007. No Brasil, o general Costa e Silva governou de 1967 a 1969; José Sarney entre 1985 a 1990; Luis Inácio Lula da Silva é o atual presidente, desde 2002.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO JR., Odir. O processo revolucionário: 1953-1959. In: COGGIOLA, Oswaldo (org.). *Revolução Cubana: história e problemas atuais*. São Paulo: Xamã, 1998.

ALSOGARAY, Alvaro C. *Bases para la acción política*. 3 ed. Buenos Aires: Editorial Atlandida, 1972.

ANCONI, Eliane. Antecedentes históricos de uma revolução anunciada. In: COGGIOLA, Oswaldo (org.). *Revolução Cubana: história e problemas atuais*. São Paulo: Xamã, 1998.

ARCHER, Renato. San Thiago – formulador da política externa independente. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 37, n. 105-108. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 1984.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.  
AVERBUG, M. Mercosul: Expectativas e Realidade. In: *Revista do BNDES*, v. 9, n.17. Rio de Janeiro: BNDES, jun. 2002.

BEIRED, José Luis Bendicho. “A grande Argentina”: um sonho nacionalista para a construção de uma potência continental. In: *Revista Brasileira de História*, v. 21, n. 42. São Paulo, 2001.

BETANCOURT, Romulo. A América Latina e o Plano Eisenhower: posição da Venezuela. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 3, n. 12. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, dezembro de 1960.

BLOCH, Marc. Toward a Comparative History of European Societies. In: LANE, Frederic; RIEMERSMA, Jelle C. (org.). *Enterprise and secular change: readings in economic history*. London: Hardcover, 1953.

\_\_\_\_\_. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *Apologia da história: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. As migrações nas relações entre Cuba e EUA até a metade do século XX. In: *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, ano VII, n. 77. Outubro de 2007. Disponível via URL em: <http://www.espacoacademico.com.br/077/77botega.htm>. Acesso em 06/10/2007.

\_\_\_\_\_. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. In: *Espaço Plural*, ano VIII, n. 17. Marechal Candido Rondon – PR: Ediunioeste, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRAGA, Paulo Romeu. Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 45, n. 2. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

BRANCATO, Sandra Maria Lubisco. A hegemonia disputada: conflitos no subcontinente. In: *Anais do Simpósio Internacional Fronteiras na América Latina: desenvolvimento e integração*. Santa Maria-RS: UFSM, 2004.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

CAMILIÓN, Oscar H. As relações entre o Brasil e a Argentina no mundo atual. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 12, n. 45-46. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, março-junho de 1969.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 48, nº 1. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, janeiro-junho de 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARBAUGH, Robert J. *Economia Internacional*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Hector Perez. *Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história*. 6 ed. Rio de Janeiro: Graal Editora, 2002.

CASTAÑEDA, Jorge. *A utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. *Che Guevara: a vida em vermelho*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CASTRO, Fidel. *A história me absolverá*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2001.

CASTRO, Fidel. De Martí a Marx. In: LÖWY, Michael (org). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

CASTRO, Fidel. Revolução socialista e democrática em Cuba. In: LÖWY, Michael (org). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERVO, Amado Luiz. A dimensão regional e internacional da independência. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario. *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. 2 ed. revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007.

\_\_\_\_\_; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

COGGIOLA, Oswaldo (org.). *Revolução Cubana: história e problemas atuais*. São Paulo: Xamã, 1998.

CORREIA, Marcos Sá. *1964: visto e comentado pela casa branca*. Porto Alegre: L&PM editores, 1977.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicato, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DABÈNE, Olivier. *América Latina no século XX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.



DANTAS, San Tiago. *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. Partidos Políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELMAS, Claude. *Armamentos nucleares e Guerra Fria*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

DEMBICZ, Andrzej. Fronteras y el diálogo intercultural en América Latina. *Revista Rila*, ano 1, n. 2. Santa Maria-RS: Mila, 2005.

DEVES-VALDÉS, Eduardo. Constituir el Conosur (pensar más allá de las fronteras: sociedad civil, redes intelectuales y rupturas epistemológicas para el desarrollo de las fuerzas productivas intelectuales). *Revista del CESLA*, n. 8. Varsóvia – Polônia: Centro de Estudios Latinoamericanos/Universidad de Varsóvia, 2006.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”*. São Paulo: Ensaio, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

DUBY, George. *A História continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor / Editora da UFRJ, 1993.

DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG/PROED, 1986.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ESCODÉ, Carlos; CISNEROS, Andrés (Dir.). *Historia de las Relaciones Exteriores Argentinas*. Tomo XIII: Las relaciones políticas, 1943-1966. Buenos Aires, 2000. Disponível via URL em: [http://www.cema.edu.ar/ceieg/arg-rree/historia\\_indice13.htm](http://www.cema.edu.ar/ceieg/arg-rree/historia_indice13.htm). Acesso em 16/04/2008.

ESPIELL, Héctor Gros. Integración política: utopia o posibilidad real? In: UNESCO. *La integración en América Latina: visión iberoamericana*. Paris: UNESCO, 1995.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERREIRA, Jorge. O nome e as coisas: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge & NEVES, Lucília de Almeida (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_; NEVES, Lucília de Almeida (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERRO, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: IBRASA, 1983.

FONTANA, Joseph. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru-SP: EDUSC, 1998.  
FREI BETTO. *Fidel e a religião*. 21 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

FRONDIZI, Arturo. *A Luta Antiimperialista: etapa fundamental do processo democrático na América Latina*. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1958.

\_\_\_\_\_. *Mensajes Presidenciales: 1958-1962*. Tomo 2: 1 Enero 1959-31 Diciembre 1959. Buenos Aires: Centro de Estudios Nacionales, 1979.

GARCIA, Eugênio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 40, n. 1. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 1997

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GÓMEZ, Albino. *Arturo Frondizi: el último estadista*. La vigencia de un proyecto de desarrollo. Buenos Aires: Ediciones Lumieri, 2004.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998.

GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e organização da cultura*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUERCIA, Maria Rita; CARVALHO, Dorisney de. Cuba e Estados Unidos: uma história de hostilidades. In: COGGIOLA, Oswaldo (org.). *Revolução Cubana: história e problemas atuais*. São Paulo: Xamã, 1998.

GUEVARA, Ernesto Che. *Punta del Este: Proyecto alternativo de desarrollo para América Latina*. 2 ed. La Habana: Ocean Sur, 2006.

GUEVARA, Juan. Cuba e as relações inter-americanas. In: VENTURA, Deisy de Freitas Lima (org.). *América Latina: cidadania, desenvolvimento e Estado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

HEINSFELD, Adelar. O Brasil tem cardeal! A Argentina não! In: *Anais do Simpósio Internacional Fronteiras na América Latina: desenvolvimento e integração*. Santa Maria-RS: UFSM, 2004.

HILTON, Stanley. Brasil-Argentina. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 30, n. 119-120. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, julho-dezembro de 1987.

HIPÓLITO, Lúcia. *PSD: de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_. *Imperialismo na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

ILHA, Adair da Silva; VENTURA, Deise (org.). *O Mercosul em movimento*. Volume 2. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

JAGUARIBE, Hélio. Brasil-Argentina: relações de conflito e cooperação. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 30, n. 119-120. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, julho-dezembro de 1987.

LEITE, Cleantho. Banco Interamericano de Desenvolvimento. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 2, n. 6. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, junho de 1959.

LENINE, V.I. *Materialismo e empiriocriticismo: notas críticas sobre uma filosofia reacionária*. Moscou: Progresso, Lisboa: Avante, 1982.

LIMA E SILVA, Marechal Luiz Manoel de. *Guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1956.

LOPEZ, Luiz Roberto. *História da América Latina*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Buscavida, 1987.

\_\_\_\_\_. (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

MACHADO, João Bosco M. *Mercosul: processo de integração – origem, evolução e crise*. São Paulo: Aduaneira, 2000.

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. *Opinião Pública e Política Exterior nos governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961 a 1964)*. Tese (Doutorado em História das Relações Internacionais). Brasília - DF: Universidade de Brasília, 2008.

MARTINS, Estevão de Rezende. Identidade e diferença: convergências e divergências na América Latina. *Revista del CESLA*, n. 8. Varsóvia – Polônia: Centro de Estudos Latinoamericanos/Universidad de Varsóvia, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. O nacionalismo latino-americano no contexto da Guerra Fria. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 37, n. 2. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, julho-dezembro de 1994.

\_\_\_\_\_. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MOREIRA, Vânia Maria Lousada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MÖRNER, Magnus. En torno al uso de la comparación en el análisis histórico de América Latina. In: *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, n. 31. Berlin – Germany: Humboldt-Universität zu Berlin, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o período vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Fapesp/Perspectiva, 2002.

MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

NEPOMUCENO, Eric. *Cuba: anotações de uma revolução*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1981.p.23.

NETO, Hélio Franchini. A política externa independente e, ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 48, n. 2. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005.

OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte. *João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem*. São Paulo: Annablume, 1993.

PARADISO, José. 2005. *Um lugar no mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PARKER, Phyllis R. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PÉREZ JR., Louis A. Tan cerca, tan lejos. Cuba y los Estados Unidos (1860-1960). In: *Revista Temas*, n. 8. La Habana – Cuba: octubre/diciembre, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras culturais em um mundo planetário – paradoxos da(s) identidade(s) sul-latino-americana(s). *Revista del CESLA*, n. 8. Varsóvia – Polônia: Centro de Estudios Latinoamericanos/Universidad de Varsóvia, 2006.

QUADROS, Jânio. Nova Política Externa do Brasil. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 4, n. 16. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, dezembro de 1961.

RAMPINELLI, Waldir José. O PCB e sua atuação nos anos 1950: Entrevista com Jacob Gorender. In: *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45. São Paulo: ANPUH, 2003.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 40, n. 1. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2000.

\_\_\_\_\_; MADRID, Eduardo. Os países do Cone Sul e as grandes potências. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario. *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. A disputa pela hegemonia no Cone-Sul: uma retrospectiva histórica. In: *Revista del CESLA*, n. 8. Varsóvia – Polônia: Centro de Estudios Latinoamericanos/Universidad de Varsóvia, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIPALDA, Adrián Alvarez. *Arturo Frondizi: la doble vía del peronismo*. Buenos Aires: E-Books, 2001.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

\_\_\_\_\_. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. In: *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 44, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

RODRIGUEZ, Miriam. *El proceso migratorio cubano hacia Estados Unidos: antecedentes, actualidades y perspectivas ante posibles escenarios*. La Habana- Cuba: Centro de Estudios de Migraciones Internacional, 2004. Disponível via URL em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/cemi/procmig.df>. Acesso em 02/08/2007.

\_\_\_\_\_. *Las relaciones internacionales Cuba-Estados Unidos: migración y conflicto*. La Habana- Cuba: Centro de Estudios de Migraciones Internacionales, agosto de 2003. Disponível via URL em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/cemi/cuba\\_eeuup.df](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/cemi/cuba_eeuup.df). Acesso em 02/08/2007.

ROLLEMBERG, Denise. *O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.

ROMERO, Luís Alberto. *História Contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1984.

\_\_\_\_\_. *O Extremo-Occidente: a introdução à América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1991.

SÁBATO, Jorge F. *La clase dominante en la Argentina moderna: formación e características*. 2 ed. Buenos Aires: CISEA/Image Mundi, 1996.

SABBATINI, R. Multilateralismo, regionalismo e o Mercosul. In: *Indicadores Econômicos FEE*, v. 29, n. 01. Porto Alegre: FEE, jun. 2001.

SADER, Emir. *Cuba: um socialismo em construção*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

SALAVERRI, Elena Piñeiro. La tradición nacionalista ante el peronismo. In: *Revista Colección*, n. 3. Buenos Aires: PUC-ARG./Instituto de Ciências Políticas y Relaciones Internacionales, 1996.

SALLES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a Ditadura Militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SALLUM JR, Basilio (org.). *Brasil e Argentina Hoje: política e economia*. Bauru – SP: EDUSC, 2004.

SALVATORE, Dominick. *Economia internacional*. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

SANDRONI, Paulo. *Novo dicionário de economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1998.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/EDIPUCRS, 1996.

SAUNDERS, Frances Stonor. *La CIA y la guerra fría cultural*. Barcelona - España: Editorial Debates, 2001.

SAYAD, João; SILBER, Simão Davi. Comércio Internacional. In: PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M.A.S. (org.) *Manual de economia*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. 3 ed. São Paulo: Manole, 2003.

\_\_\_\_\_. *Relações internacionais*. Barueri-SP: Manole, 2004.



SETTEMBRINI, Domenico. Reformismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, GIANFRANCO. *Dicionário de política*. Volume 2. 14 ed. Brasília- DF: Editora Universidade de Brasília, 2004.

SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru-SP, EDUSC, 2001

SILVA, Vicente Gil da. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SILVEIRA, Helder Godin. *Argentina X Brasil: a questão do Chaco Boreal*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SIMONOFF, Alejandro. *Los dilemas de la autonomía: la política exterior de Arturo Illía (1963-1966)*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2007.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA E SILVA, Celso A. Operação Pan-Americana: antecedentes e perspectivas. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 3, n. 9. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, março de 1960.

STEVENSON, Adlai. Os Estados Unidos no cenário mundial. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 3, n. 10. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, junho de 1960.

TAVARES, Flávio. *O Che Guevara que conheci e retratei*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007.

TORRES, Garrido. Operação Pan-americana: uma política a formular. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 3, n. 10. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, junho de 1960.

UPTON, T. Graydon. Operação Pan-americana: o catalizador oculto. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 4, n. 14. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, junho de 1961.

VIGEVANI, Tullo. *Terceiro Mundo: conceito e história*. São Paulo: Ática, 1990.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ZAGO, Simone Maria. A ocupação luso-brasileira no Rio Grande do Sul em oposição ao colonialismo espanhol. In: ILHA, Adair da Silva; VENTURA, Deise (org.). *O Mercosul em movimento*. Volume 2. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

**FONTES:****Resenhas da Política Externa Brasileira e documentos contidos na *Revista Brasileira de Relações Internacionais*:**

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Visita do presidente da nação argentina. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 1, n. 2. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, junho de 1958 a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. O Brasil e a política Interamericana. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 1, n. 3. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, setembro de 1958 b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Visita do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 1, n. 4. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, dezembro de 1958 c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Organização dos Estados Americanos – Comissão Especial dos 21. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 2, n. 5. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, março de 1959 a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Operação Pan-Americana. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 2, n. 5. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, março de 1959 b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. A Política Exterior do Brasil em 1958. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 2, n. 6. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, junho de 1959 c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Os Estados Unidos e a América Latina – Relatório do Dr. Milton S. Eisenhower. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 2, n. 6. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, junho de 1959 d.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Visita do presidente dos Estados Unidos da América. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 3, n. 10. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, junho de 1960 a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Sexta Reunião de Consulta. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 3, n. 12. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, dezembro de 1960 b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Sétima Reunião de Consulta. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 3, n. 12. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, dezembro de 1960 c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. O problema das relações Brasil – Estados Unidos. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 4, n. 13. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, março de 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. A Política Externa do Brasil. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 4, n. 14. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, julho de 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Aliança para o Progresso. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 4, n. 14. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, julho de 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Encontro entre os presidentes do Brasil e da Argentina. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 4, n. 14. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, julho de 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Instrumentos firmados entre o Brasil e a Argentina. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 4, n. 14. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, julho de 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Carta de Punta Del Este: Estabelecimento da Aliança para o Progresso dentro da estrutura da Operação Pan-americana. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 4, n. 14. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, dezembro de 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Resoluções da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 5, n. 17. Rio de Janeiro: março de 1962 (a)

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Política Internacional Argentina. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 5, n. 17. Rio de Janeiro: março de 1962. (b)

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Novo Ministro das Relações Exteriores. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 6, n. 22. Rio de Janeiro: junho de 1963.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Queixa da Venezuela contra Cuba – declaração de voto do representante do Brasil no Conselho da OEA. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 6, n. 24. Rio de Janeiro: dezembro de 1963.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Novo Ministro das Relações Exteriores. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 6, n. 24. Rio de Janeiro: dezembro de 1963.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Entrevista coletiva à imprensa concedida em 9/4/64 pelo Chanceler Vasco Leitão da Cunha. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 7, n. 26. Rio de Janeiro: junho de 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Entrevista do Presidente Castelo Branco. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 7, n. 26. Rio de Janeiro: junho de 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Rompimento de relações diplomáticas com Cuba, ano 7, n. 26. Rio de Janeiro: junho de 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Política Exterior do Brasil. Discurso de posse do Chanceler San Tiago Dantas aos 11 de setembro de 1961. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 7, n. 27. Rio de Janeiro: setembro-dezembro de 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Declaração Conjunta Brasil - Argentina. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 7, n. 27. Rio de Janeiro: dezembro de 1964.

#### **Outros Documentos:**

CARTA-TESTAMENTO DE GETÚLIO VARGAS. Cópia datilografada divulgada imediatamente após o suicídio de Vargas, em 24 de agosto de 1954. Arquivo CPDOC/FGV (GV c 1954.08.24/2).

DISCURSO DE LINCOLN GORDON, embaixador dos EUA no Brasil, pronunciado em Belém (PA) encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores juntamente com bilhete manuscrito justificando críticas feitas ao projeto da Remessa de Lucros e à política de Cuba, 7 de setembro de 1962 (CPDOC/FGV/arquivo Nelson de Melo/NeM vp 1962-07-09) .

RELATÓRIO DA EMBAIXADA BRASILEIRA EM WASHINGTON, sobre o encontro do embaixador Roberto Campos com Kennedy, no qual se discutiu a conjuntura política brasileira e a política em relação à Cuba, 19 de outubro de 1961 (CPDOC/FGV/arquivo Roberto Campos/RC d-em 1961-10-19).

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Octava Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores para servir de organo de Consulta en aplicación del Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca*: Acta Final. Punta del Este: 22 a 31 de enero de 1962.

**Textos de Jornais:**

BARTELT, Mercedes Garcia. Frondizi y un plan de racionalización. *La Nación*, 25/02/2003.

CASTRO: “A campanha contra Cuba é a mais infame, injusta e criminosa já iniciada contra um povo”. *Folha de S. Paulo*, 22/01/1959.

EDITORIAL. *Tribuna de Imprensa*, 02/04/1964.

INICIADA a invasão contra Cuba; Trava-se uma sangrenta batalha a Sudeste de Havana. *Folha de S. Paulo*, 18/04/1961.

JÂNIO condecora Guevara. *Folha de S. Paulo*, 20/08/1961.

JORNAL inglês diz que 61 é da América Latina. *Folha de S. Paulo*, 03/01/1961.

NOVO atentado contra Castro. *Folha de S. Paulo*, 22/10/1959.

PANELLA, Claudio. Recuerdos de la entrevista entre Arturo Frondizi y el Che Guevara. *Hoy*, 09/07/2006.

## ANEXO I:





Relação dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil entre 1958-1964:

Presidente	Ministro	Posse	Saída
Juscelino Kubitschek	Francisco Negrão de Lima	4 de julho de 1958	30 de agosto de 1959
Juscelino Kubitschek	Horácio Lafer	30 de agosto de 1959	31 de janeiro de 1961
Jânio Quadros	Afonso Arinos de Melo Franco	31 de janeiro de 1961	25 de agosto de 1961
Ranieri Mazzili – governo provisório	Não Houve	25 de agosto de 1961	7 de setembro de 1961
João Goulart - parlamentarismo	San Tiago Dantas	8 de setembro de 1961	12 de julho de 1962
João Goulart – parlamentarismo	Afonso Arinos de Melo Franco	12 de julho de 1962	18 de setembro de 1962
João Goulart – inicia no parlamentarismo e continua no presidencialismo	Hermes Lima	18 de setembro de 1962	18 de julho de 1963
João Goulart - presidencialismo	Evandro Lins e Silva	18 de julho de 1963	22 de agosto de 1963
João Goulart - presidencialismo	João Augusto de Araújo Castro	22 de agosto de 1963	31 de março de 1964
Ranieri Mazzili – governo provisório	Vasco Leitão Cunha	4 de abril de 1964	15 de abril de 1964
Castelo Branco	Vasco Leitão Cunha	15 de abril de 1964	17 de janeiro de 1966





Relação dos Ministros das Relações Exteriores da Argentina durante do governo de Arturo Frondizi (1958-1962):




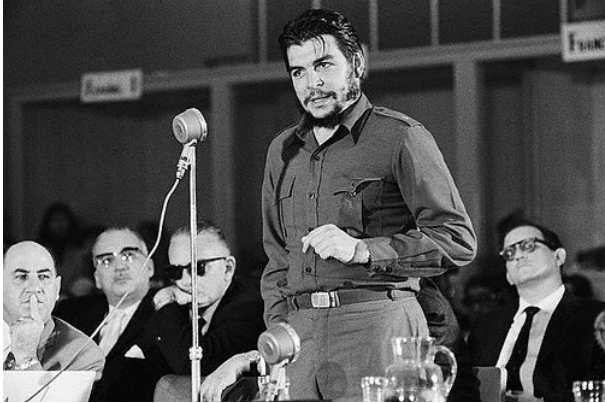
Ministro	Posse	Saída
Carlos Alberto Florit	10 de maio de 1958	15 de maio de 1959
Alfredo R. Vítolo- Ministro do Interior (interino)	15 de maio de 1959	22 de maio de 1959
Diógenes Taboada	22 de maio de 1959	27 de abril de 1961
Adolfo Mujica	28 de abril de 1961	29 de agosto de 1961
Alfredo R. Vítolo- Ministro do Interior (interino)	29 de agosto de 1961	12 de setembro de 1961
Miguel Angel Cárcano	12 de setembro de 1961	25 de março de 1962



## ANEXO II: FOTOS

<u>Fotos</u>	<u>Evento</u>
	Agosto de 1958: John Foster Dulles e Juscelino Kubitschek na visita do Secretário de Estado dos EUA ao Brasil.
	Janeiro de 1959: Revolucionários Cubanos descem de Sierra Maestra.
	Janeiro de 1959: Fidel Castro e os revolucionários cubanos comemoram a vitória sobre Fulgêncio Batista.
	Janeiro de 1959: Recepção a Frondizi em Nova York – EUA.







	<p>Janeiro de 1959: Eisenhower, Frondizi e Nixon em Washington.</p>
	<p>Abril de 1959: Fidel Castro e Arturo Frondizi na Argentina.</p>
	<p>Abril de 1959: Fidel Castro fala ao Congresso Argentino.</p>
	<p>Maior de 1959: Fidel Castro com Juscelino Kubitschek no Brasil.</p>

 A black and white photograph showing Fidel Castro on the right, wearing a military-style shirt, engaged in conversation with Juscelino Kubitschek on the left, who is in a suit. They are surrounded by other people, some in military uniforms, in what appears to be an outdoor setting.	<p>Maio de 1959: Fidel Castro com Juscelino Kubitschek no Brasil.</p>
 A black and white photograph of Fidel Castro in a military setting. He is wearing a beret and glasses, looking intently at a map or document. Other people are visible in the background, some appearing to be in a field or camp.	<p>Abril de 1961: Fidel Castro observa os combates aos contra-revolucionários na Invasão da Baía dos Porcos.</p>
 A black and white photograph showing a group of men in military uniforms walking along a shoreline. The water is visible on the left, and there are trees and some structures on the right. The scene depicts the aftermath or during the Bay of Pigs invasion.	<p>Abril de 1961: Combates aos contra-revolucionários na Invasão da Baía dos Porcos.</p>
 A black and white photograph of Che Guevara standing at a podium, speaking into a microphone. He is wearing a military-style shirt. Several men in suits are seated at the table in front of him, listening to his speech.	<p>Agosto de 1961: Che Guevara fala na Conferência de Punta Del Este.</p>

 A black and white photograph showing Che Guevara on the left, wearing a light-colored jacket and dark boots, sitting at a small table. To his right is Eduardo Victor Haedo, the President of Uruguay, wearing a dark suit and a white cap. They are both looking towards the camera. A small dog is sitting on the ground in front of them. There are some items on the table, including a bottle and a cup.	<p>Agosto de 1961: Che Guevara com o presidente uruguaio, Eduardo Victor Haedo, em Punta del Este.</p>
 A black and white photograph showing Che Guevara on the left, wearing a light-colored jacket and a beret. He is looking towards the right. In the center is Jânio Quadros, the President of Brazil, wearing a suit and glasses. He is looking at Che. On the right, another man is partially visible, looking towards Che. They appear to be in an indoor setting.	<p>19 de agosto de 1961: condecoração de Che Guevara com a Grã Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul pelo presidente Jânio Quadros.</p>
 A black and white photograph showing Che Guevara on the left, wearing a light-colored jacket. He is looking down at a medal being pinned to his chest. In the center is Jânio Quadros, the President of Brazil, wearing a suit and glasses. He is looking at Che. On the right, another man is partially visible, looking towards Che. They appear to be in an indoor setting.	<p>19 de agosto de 1961: condecoração de Che Guevara com a Grã Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul pelo presidente Jânio Quadros.</p>



 A black and white photograph showing a group of men seated at desks in a large assembly hall. In the foreground, a nameplate for 'CAMEROON' is visible. Che Guevara and Arturo Frondizi are seated together, looking towards the camera.	<p>1961: Che Guevara ao lado de Arturo Frondizi em Assembléia da ONU.</p>
 A black and white photograph showing Fidel Castro and Nikita Khrushchev in a close embrace, smiling. Other men are visible in the background.	<p>Fidel Castro com Nikita Krutchev em visita a URSS.</p>
 A black and white photograph showing John Kennedy and Arturo Frondizi shaking hands. They are surrounded by other men in suits.	<p>Buenos Aires, 1961: John Kennedy com Arturo Frondizi.</p>
 A black and white photograph showing João Goulart and John Kennedy walking together on a grassy field. They are surrounded by other men in suits and military uniforms. A large aircraft is visible in the background.	<p>Abril de 1962: João Goulart com John Kennedy.</p>

	<p>Abril de 1962: João Goulart com John Kennedy.</p>
	<p>1963: Che Guevara com time de futebol do Madureira – RJ em sua excursão por Cuba.</p>
	<p>Ministro San Tiago Dantas, a principal figura da política externa independente brasileira.</p>
	<p>Rogelio Frigerio: assessor de Arturo Frondizi e um dos principais ideólogos do <i>Desarrollismo</i>.</p>